

SONAE CAPITAL

UM SÓ COMPROMISSO

Em todas as dimensões

RELATÓRIO ESG 2020
Environmental, Social, Governance





Enquadramento

O conceito de desempenho está hoje totalmente redesenhado, fruto da crescente consciencialização de todos os *stakeholders* acerca dos impactos ambientais e de governo societário, do incentivo para o contributo das organizações para a promoção de uma sociedade mais diversa e inclusiva, da progressiva preponderância do investimento sustentável e responsável e, finalmente, de uma dinâmica de mercado criada devido às recentes alterações regulamentares, que visam promover a crescente transparência das sociedades no reporte de informação não-financeira.

A Sonae Capital desenvolve a sua estratégia focada na criação de valor económico, social e ambiental e, em paralelo, tem vindo a investir, não só, em incrementar os seus níveis de transparência, mas tem, também, vindo a trabalhar para que os seus indicadores melhorem gradualmente. Porque sabemos da nossa responsabilidade e porque queremos assumir esse compromisso.

Período de reporte e âmbito

Este relatório incide sobre a actividade da Sonae Capital entre 1 de Janeiro de 2020 e 31 de Dezembro de 2020.

Gcl (*Global Reporting Initiative*)

O relatório foi elaborado de acordo com as orientações das Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI - GRI Standards - para o nível «De acordo - Essencial».

Decreto-Lei n.º 89/2017

Com o presente relatório, pretendemos igualmente dar resposta aos requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017.

01.

A SONAE CAPITAL

- 1.1 A nossa identidade
- 1.2 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
- 1.3 Mensagem do Presidente da Comissão Executiva
- 1.4 A nossa estratégia
- 1.5 A nossa sustentabilidade
- 1.6 O nosso desempenho económico
- 1.7 As práticas dos nossos negócios: *case studies*

02.

DESEMPENHO AMBIENTAL

- 2.1 CO₂ e Alterações Climáticas
- 2.2 Natureza e Biodiversidade
- 2.3 Plásticos

03.

DESEMPENHO SOCIAL

- 3.1 Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo
- 3.2 Apoio à Comunidade

04.

DESEMPENHO SOCIETÁRIO

- 4.1 Estrutura accionista
- 4.2 Modelo de Governo Societário
- 4.3 Códigos e políticas implementadas
- 4.4 Política de remuneração dos Órgãos Sociais
- 4.5 Controlo interno e gestão de riscos

05.

GRI, GLOBAL REPORTING INITIATIVE

06.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

07.

ANEXOS

01

A SONAE CAPITAL

Um compromisso contínuo



01
A SONAE
CAPITAL

02
DESEMPENHO
AMBIENTAL

03
DESEMPENHO
SOCIAL

04
DESEMPENHO
SOCIETÁRIO

05
GRI, GLOBAL REPORTING
INITIATIVE



1.1 A nossa identidade

Propósito

A Sonae Capital aspira ser uma *long-living investment company*, focada na criação sustentada de valor económico, social e ambiental, identificando e desenvolvendo negócios de elevado potencial, integrando-os num ecossistema de recursos e competências de gestão, e perspetivando a sua autonomização.

Os nossos princípios e comportamentos materializam os nossos valores e estabelecem um guia para a nossa actuação, fortalecendo a nossa razão de existir.

Acreditamos que a forma como trabalhamos, como nos desenvolvemos e nos relacionamos, dita aquilo que somos e a Cultura que vivemos na nossa empresa.

Valores

Integridade

Comportamo-nos de forma irrepreensível

- Honramos os nossos compromissos
- Lideramos pelo exemplo
- Actuamos de forma alinhada com o nosso discurso
- Orgulhamo-nos de fazer o que é correcto e não aceitamos excepções
- Valorizamos os recursos da organização e gerimo-los com máximo rigor e critério

Confiança

Construímos relações de futuro

- Estabelecemos relações baseadas numa lógica de boa fé e longo-prazo
- Dizemos sempre a verdade e não evitamos expressar opiniões contrárias
- Assentes na nossa determinação, somos audazes face aos desafios e perseverantes nas adversidades
- Procuramos fazer bem à primeira, mas aceitamos os erros e aprendemos com eles

Ambição

Queremos sempre chegar mais longe!

- O nosso legado inspira-nos a saudavelmente inquietos e insatisfeitos, procurando incessantemente crescer e fazer mais e melhor
- Traçamos objectivos que desafiam os nossos limites e não desistimos até nos atingirmos
- Promovemos a agilidade e a mudança, factores chave de sucesso
- Procuramos todos os dias ser a melhor versão de nós mesmos

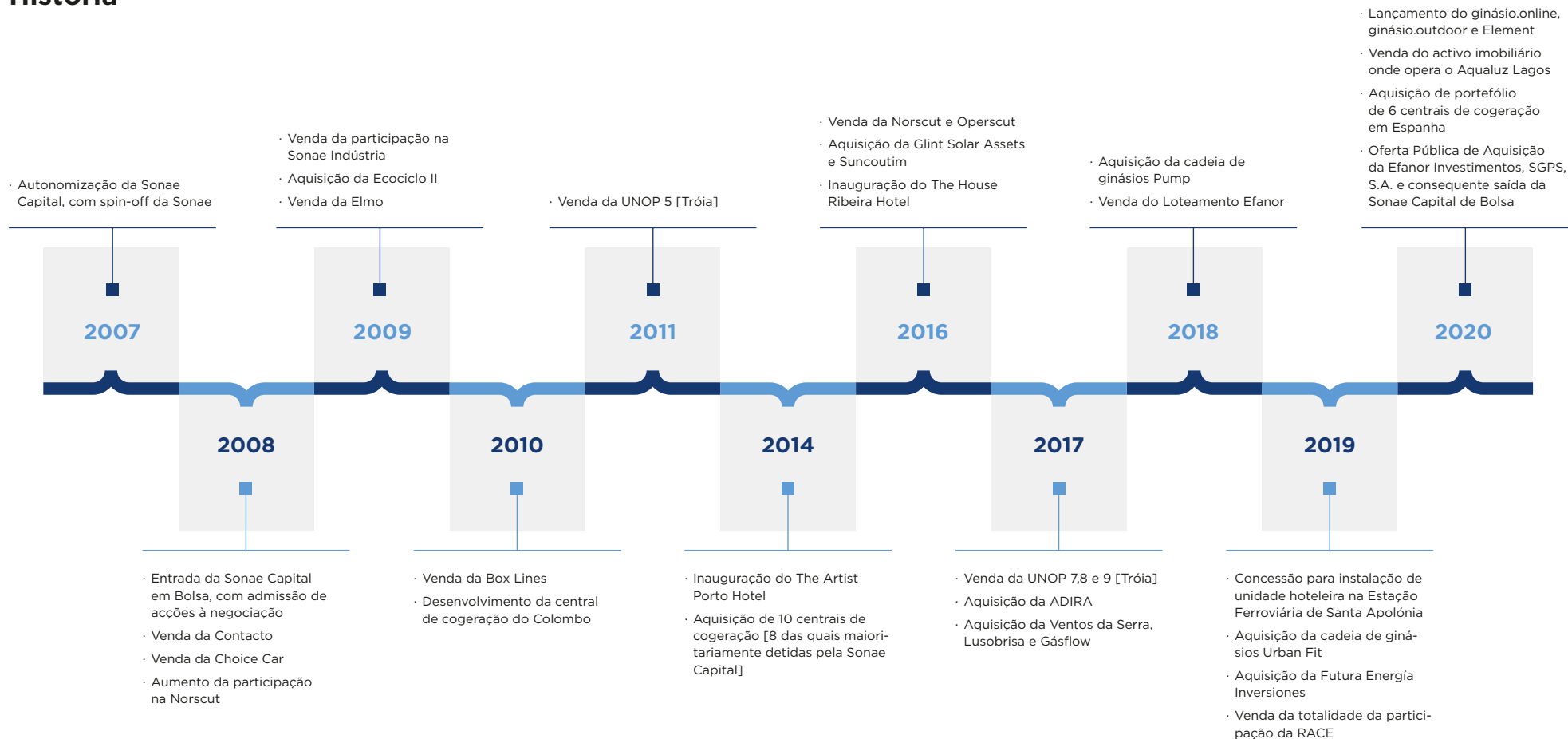
Por e para pessoas

Somos motivados e inspirados pelas pessoas

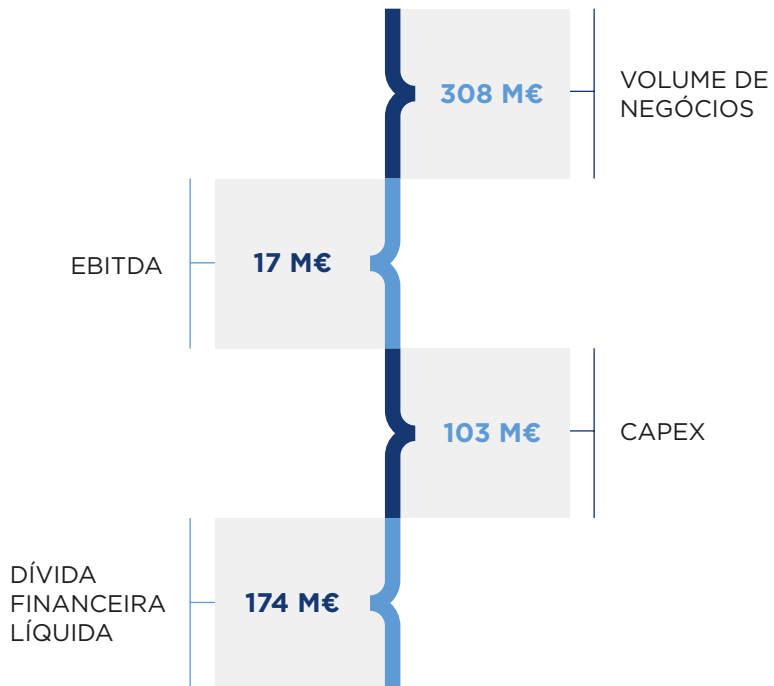
- Estamos comprometidos com as comunidades em que nos inserimos e conscientes do alcance da nossa actuação
- Partilhamos, como equipa, um sentido claro de missão
- Praticamos uma meritocracia inclusiva, que valoriza a diversidade, respeita a individualidade e estimula a excelência
- Os nossos líderes motivam-se pela sua responsabilidade, inspiram, dão o exemplo e reconhecem o dever de desenvolver as nossas pessoas.



História



O ano de 2020



1 202 COLABORADORES

57% HOMENS 43% MULHERES

28% MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO

55 MIL HORAS DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA



CONSUMO ÁGUA

[versus 2019] -17%



CONSUMO PLÁSTICO

[versus 2019] -45%



CONSUMO ELECTRICIDADE

[versus 2019] -35%



104 000 tCO₂ eq EVITADAS

correspondendo a 75% de produção renovável e 25% a eficiência energética [Capwatt]





1.2 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Começo esta mensagem com uma palavra que, na minha opinião, define este ano que agora termina: mudança. 2020 foi um ano em que a pandemia Covid-19 nos trouxe desafios de uma dimensão que ninguém esperava, mas que nos tornou numa empresa mais resiliente e mais preparada para enfrentar quaisquer desafios no futuro. Este foi também o ano em que a Sonae Capital teve uma mudança na sua estrutura accionista, fruto do lançamento de uma OPA por parte da Efanor Investimentos, o seu accionista maioritário, e que despoletou a exclusão da negociação das suas acções em mercado regulamentado.

Paulo Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

No entanto, nada mudou na nossa forma de ser e de actuar. Continuamos a agir com base nos princípios que nos norteiam desde que a empresa foi criada, com orgulho nas nossas boas práticas – que consideramos de referência – e é por isso, também, que divulgamos este relatório integrado, que nos traz uma mensagem de esperança: nas pessoas, no ambiente e no futuro. Estamos cada vez mais focados em nortear a nossa actividade tendo em conta objectivos ESG [ambientais, sociais e de governo societário], muito focados no nosso planeta e na forma como o influenciámos. Queremos garantir, cada vez mais, que a sustentabilidade está em tudo o que fazemos e está, também, na ordem do dia das nossas pessoas, de forma transversal a toda a organização.

No âmbito do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, no qual estão incluídas todas as empresas do Grupo Efanor, definimos cinco eixos, que orientam a acção das nossas empresas no meio em que se inserem.

Assim, e começando pelas **Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo**, a Sonae Capital desenvolveu e persegue um Plano para a Igualdade de Género, com objectivos e medidas muito concretas. Uma nota ainda para o facto de que, no que concerne a Inclusão, estamos a iniciar um programa destinado à integração



de pessoas com necessidades especiais, que ambiciona tornar a empresa ainda mais acessível para todos os que desejam seguir uma prática profissional digna e com todas as condições que merecem.

No **Apoio à Comunidade**, os negócios de Fitness e Hotelaria estiveram em 2020 encerrados durante muitos meses, reflectindo um ano de condições muito desafiantes. Mas o seu compromisso com a comunidade foi notável: para dar um exemplo em cada um, o negócio de Fitness instalou um ginásio para profissionais de saúde no Hospital de Campanha situado no Palácio de Cristal, no Porto, e o negócio de Hotelaria disponibilizou as instalações do Porto Palácio Hotel para alojar profissionais de saúde. Ainda nesta temática, quer a ADIRA, quer o negócio de Energia, fizeram parte da equipa que desenvolveu o Atena, um ventilador nacional que é fruto de uma parceria com o CEIIA – Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Portugal.

Em termos de **CO₂ e Alterações Climáticas**, existem várias frentes nas quais estão a ser desenvolvidas acções muito concretas:

- a Sonae Capital tem planeada a redução de 31% das emissões específicas de âmbito 1 e de 100% das emissões de âmbito 2 até 2030, uma meta ambiciosa, mas que, acreditamos, está ao nosso alcance;
- assumimos o compromisso da neutralidade carbónica para 2040, numa meta que exclui as emissões de âmbito 1 de Energia;
- este ano, pela primeira vez na sua história, a Sonae Capital reportou ao *Carbon Disclosure Project* [CDP], na

modalidade de *Climate Change*, tendo sido posicionada no nível B, uma distinção que comprova o reconhecimento do CDP em relação à coordenação de medidas de combate às alterações climáticas; e,

- por fim, arrancámos este ano com a Floresta Sonae, um projecto transversal a todas as empresas do Grupo Efanor, destinado a compensar as emissões de CO₂ não evitáveis decorrentes da frota de veículos.

No eixo dos **Plásticos**, os negócios da Sonae Capital continuaram focados em implementar o *roadmap* de redução de plástico, já desenvolvido em 2019, alicerçado nos princípios da redução, reciclagem, reutilização e sensibilização.

Por fim, uma palavra para um eixo que, pessoalmente, me diz muito. A Sonae Capital encontra-se a desenvolver uma estratégia para a **Natureza e Biodiversidade**, através dos *Science Based Targets for Nature*. Começámos em 2020 o trabalho para que o nosso compromisso aqui seja cada vez mais forte e é uma área em que vamos investir cada vez mais, pois sentimos que é o nosso dever também enquanto empresa.

Gostava de deixar ainda mais duas notas que, na minha opinião, são extremamente relevantes para entendermos o caminho que queremos para a Sonae Capital nos próximos anos. A primeira, tem a ver com o facto de que a política de remuneração da Sonae Capital vai passar a incorporar, a partir de 2021, um indicador de desempenho ESG. Isto significa que o desempenho variável dos nossos colaboradores deixa de estar indexado exclusivamente a KPIs económico/financeiros, numa medida que, acreditamos, é um marco importante e que nos torna, cada vez mais,

responsáveis pelo nosso futuro. A segunda nota, diz respeito à linha de green bonds que está a ser ultimada para financiar a central de biomassa de Mangualde, e que irá constituir a primeira linha de financiamento sustentável da Sonae Capital. Mas isto é apenas o início: queremos aumentar o peso das linhas sustentáveis na política de financiamento da Sonae Capital e estamos a trilhar um caminho nessa direcção.

Encerramos o ano com um Resultado Líquido negativo de 36,9 milhões de euros e no qual a Dívida Financeira Líquida aumentou quase 33 milhões de euros, para 173,9 milhões de euros. Continuamos num período difícil, em que as implicações da pandemia continuam a reflectir-se de forma muito directa nos nossos negócios – Fitness, Hotelaria e as Operações em Tróia, por exemplo, têm as actividades parcialmente suspensas. Porém, porque somos ambiciosos e isso, acredito, também nos distingue, vamos continuar a lutar para que as mudanças deste ano, que nos foram impostas num contexto altamente adverso, nos mostrem que temos de continuar a trabalhar de forma cada vez mais forte, mais rapidamente adaptável às condições e cada vez melhor. No fundo, *Stronger, Faster, Better* – que foi o tema do Encontro de Quadros Anual das empresas do Grupo, e que eu gosto de pensar que encaixa na perfeição no ano que a Sonae Capital agora termina.

No rescaldo de 2020 e olhando para 2021, tenho uma convicção cada vez maior sobre a forma diferenciadora com que os nossos negócios irão contribuir para a sociedade: serão cada vez mais inclusivos, sustentáveis e cada vez mais inseridos numa conjuntura planetária que almeje o bem de todos.



1.3 Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

A Sonae Capital começou o ano de 2020 com a expectativa de manter as tendências de forte crescimento de 2019, o nosso melhor ano de sempre – e os resultados dos primeiros dois meses eram auspiciosos desse caminho.

Mas o surgimento e a rápida propagação, à escala global, da pandemia Covid-19 teve um impacto enorme nas empresas, nomeadamente nos seus colaboradores, que são o seu capital mais valioso, bem como em clientes, fornecedores e parceiros. Todos se viram a braços com uma situação inesperada e de elevada exigência, que redundou numa crise com impactos económicos e sociais que são, ainda hoje e, acredito, durante algum tempo continuarão a ser, incalculáveis. E o facto é que a pandemia nos obrigou a parar, a reflectir e a fazer ajustes significativos nos nossos negócios.

Assim, e com o objectivo de mitigar os impactos da pandemia no desempenho das operações, trabalhamos, por um lado, os níveis de resiliência e reforçamos as medidas de optimização de custos operacionais e, por outro,

ajustámos a oferta ou o modelo de negócio, ao mesmo tempo que revimos o plano de investimentos e assegurámos níveis satisfatórios de liquidez. Conseguimos encerrar o ano com um crescimento no Volume de Negócios de 16%, alcançando os 308 milhões de euros, principalmente devido ao desempenho de Energia, mas em contrapartida tivemos uma quebra anual de 54% no EBITDA, para 17 milhões de euros. Já o Resultado Líquido situou-se em 36,9 milhões de euros negativos e a Dívida Financeira Líquida aumentou para 173,9 milhões de euros, como corolário deste desempenho, mas também do nível de investimento necessário para cumprirmos os objectivos mais centrais da nossa estratégia.

Miguel Gil Mata

Presidente da Comissão Executiva



No contexto do nosso portefólio, o negócio de Fitness foi, e continua a ser, dos mais impactados pela pandemia. Porém, é da mais elementar justiça referir que a actuação do negócio ao longo deste ano tão desafiante foi notável, quer na aceleração de novas avenidas de crescimento, como são exemplos o ginásio online, o ginásio outdoor e o lançamento de um modelo de franquia, quer ao nível do reposicionamento, com o lançamento de dois Clubes sob a marca *Element*, que se destaca por ser uma oferta verdadeiramente *low cost*.

Na Hotelaria, o ano foi também fortemente condicionado pelas restrições à mobilidade internacional e à circulação de pessoas. Assistimos a sinais muito positivos em Tróia, em resultado de uma procura fundamentalmente por parte de turistas nacionais durante a época do Verão, com impacto positivo também no desempenho das Operações. Já no Porto e em Lagos, a situação foi mais difícil, mas mantemos a nossa ambição e o nosso plano de expansão prossegue. Em 2021, vamos acrescentar duas unidades ao nosso portefólio de Hotéis: Santa Apolónia, em Lisboa, e Avenida dos Aliados, no Porto.

Na Adira, a actividade comercial esteve também muito condicionada e a progressão do nível de encomendas não foi favorável. Como sabemos, o sector dos bens de equipamento é muito dependente dos ciclos económicos e da evolução dos níveis de confiança que, por sua vez, têm sido impactados à escala global pela pandemia.

Em contraste, o negócio de Energia foi o mais resiliente do nosso portefólio. A Capwatt concretizou em 2020

vários dos objectivos centrais da sua estratégia, dos quais destaco o arranque da central de biomassa de Mangualde e a aquisição de seis centrais de cogeração localizadas em Espanha. Esta operação, que permitiu à Capwatt mais do que duplicar a potência instalada e incorporar mais de 100 colaboradores, é especialmente reveladora do acelerado crescimento que o negócio tem sido capaz de gerar.

Apesar do contexto pandémico, a unidade de activos imobiliários continuou a ter um contributo muito significativo para o financiamento da nossa estratégia corporativa. Este ano completámos escrituras no valor de 35 milhões de euros, sendo que 21 milhões de euros correspondem à venda do activo onde opera o Aqualuz Lagos e quase 12 milhões de euros são referentes à venda de unidades turísticas residenciais em Tróia.

2020 foi um ano sem precedentes, que mudou de forma indelével as nossas vidas. Reinventámos os nossos negócios e aprendemos novas formas de trabalhar, preservando a união das nossas equipas, a relação com os nossos clientes e fornecedores e apoiando a comunidade com sentido de missão. Continuámos também a perseguir os objectivos relacionados com o capital natural, nos quais o combate às alterações climáticas assume um papel fundamental. No campo do capital humano, lançámos várias iniciativas transversais, com a finalidade de promover uma sociedade mais igualitária e mais inclusiva. Não posso estar mais orgulhoso das nossas equipas. Não posso estar mais grato.

Lançamos este ano o primeiro relatório integrado da Sonae Capital. Com base num princípio de transparência, pretendemos divulgar todos os anos, de forma muito clara, o nosso compromisso no domínio ambiental, social e do governo societário.

É com base neste conjunto de transformações contextuais e de transformações estruturais que aprendemos e preparamos o dia de amanhã. As pessoas que fazem parte do universo Sonae Capital fazem parte do nosso caminho neste ano de 2021, ainda grandemente marcado pela pandemia, mas que abordamos com confiança, segurança e, estou certo, com a capacidade de nos adaptarmos aos desafios que nos aguardam. Guiados pelo nosso propósito, estamos, e estaremos sempre, inteiramente comprometidos com a criação sustentada de valor económico, social e ambiental

1.4 A nossa estratégia

Gestão activa de portefólio

Buscando a criação de valor económico, social e ambiental, a Sonae Capital:

- detém um portefólio de negócios diversificado, em constante evolução;
- constituído por empresas que actuam em diferentes mercados e ciclos económicos; e
- cristaliza valor através de uma gestão de portefólio dinâmica, orientada para um horizonte temporal de médio e longo prazo.

Pretendemos investir:

- Nos actuais negócios:
- dotando-os dos recursos apropriados para melhorarem a sua posição competitiva, perseguindo o plano de crescimento estabelecido.

Em novos negócios:

- PMEs nacionais com forte posição competitiva no seu nicho de mercado;
- Com amplo potencial de exportação;
- Alavancadas no *know-how* da Engenharia Portuguesa;
- Em sectores fragmentados, onde exista potencial de *build-up*;

Aportamos valor alavancados em:

- práticas de gestão reconhecidas;
- acesso a recursos financeiros adequados;
- capacidade para atrair e reter talento;
- uma forte marca, cultura e valores.

O nosso portefólio



Energia

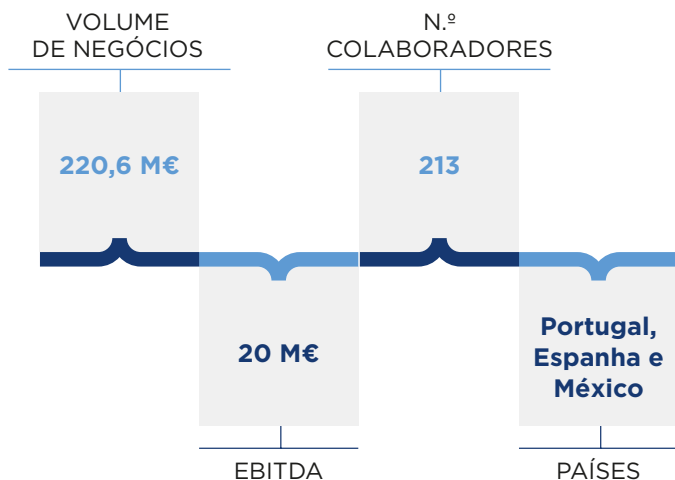


A Capwatt promove soluções integradas de energia descentralizada para clientes industriais e de serviços, com destaque em activos que promovem a sustentabilidade das soluções e, por consequência, a redução da pegada carbónica, assumindo a responsabilidade por todas as actividades do ciclo de vida.

Nas suas actividades de comercialização de energia e serviços de eficiência energética complementa a sua oferta integrada, assumindo também a gestão dos seus clientes, de forma a melhorar o seu desempenho energético.

A Capwatt tem sob a sua gestão 200MW de potência eléctrica, sendo 29% em energia renovável e 71% em cogeração. Perseguindo os seus objectivos de sustentabilidade, concluiu a contratação de mais 10,7MW de projectos solares em autoconsumo, que entrarão em exploração durante o ano de 2021.

A Capwatt tem sob a sua gestão 200MW de potência eléctrica, sendo 29% em energia renovável e 71% em cogeração. Perseguindo os seus objectivos de sustentabilidade, concluiu a contratação de mais 10,7MW de projectos solares em autoconsumo, que entrarão em exploração durante o ano de 2021.

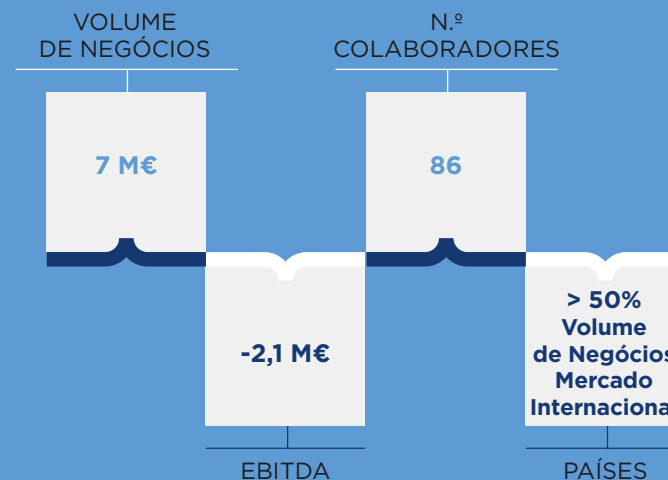


Engenharia Industrial



A ADIRA é um fabricante e fornecedor global de soluções de engenharia, especializada na produção de quinadoras hidráulicas, eléctricas e híbridas, guilhotinas e células robotizadas.

Mantendo uma relação de proximidade e acompanhamento permanente dos seus clientes, fornece soluções customizadas, promovendo o aumento da produtividade e competitividade.

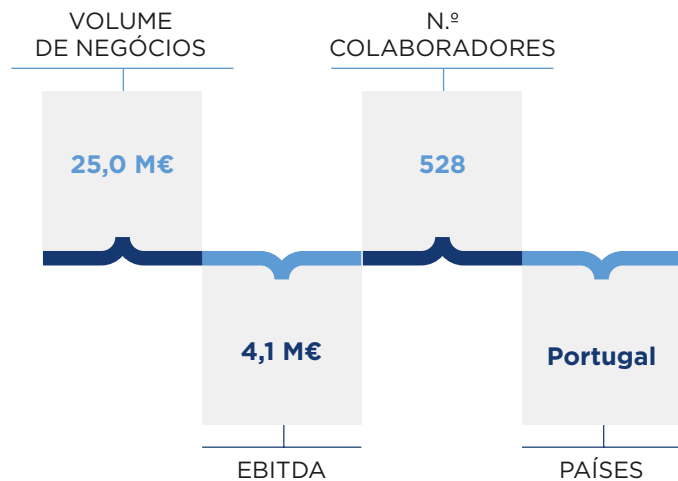


Fitness



A solinca opera uma cadeia de Health Clubs, focada na actividade física, saúde e bem-estar. Foi no Porto

Palácio Hotel que em 1995 se inaugurou o primeiro Health Club do negócio. Dois anos mais tarde, em 1997, iniciou-se o processo de expansão com a abertura da segunda instalação no Centro Comercial Colombo, em Lisboa. Desde então, o percurso de expansão prosperou, e, no final de 2020, o negócio de Fitness conta com 36 clubes em operação, de Norte a Sul de Portugal.

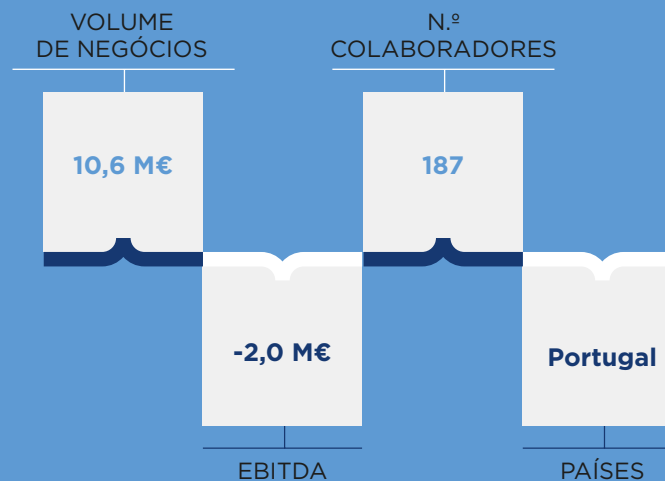


Hotelaria



O negócio de Hotelaria conta com seis unidades hoteleiras em exploração, nomeadamente nas regiões do Porto, Tróia e Algarve. O Porto Palácio Hotel, o The House Ribeira Hotel e the Artist Porto Hotel situam-se no Porto, o Aqualuz Troia e Tróia Residence em Tróia e o Aqualuz Lagos, na região do

Algarve. O Porto Palácio Hotel é um hotel com 251 quartos, que inclui um centro de congressos com capacidade para 600 pessoas, um Restaurante Panorâmico e um cocktail bar, assim como um SPA e um ginásio. O The House Ribeira Hotel, com 4 estrelas, onde outrora fora a sede do Balleateatro, conta com 56 quartos e o The Artist Porto Hotel, um boutique hotel exclusivo, possui 17 quartos. O Aqualuz Troia Family Hotel & Apartments [com 352 quartos] e o Tróia Residence, numa localização privilegiada, na península de Tróia. O Aqualuz Lagos, bem próximo da Marina de Lagos, conta com 177 quartos.

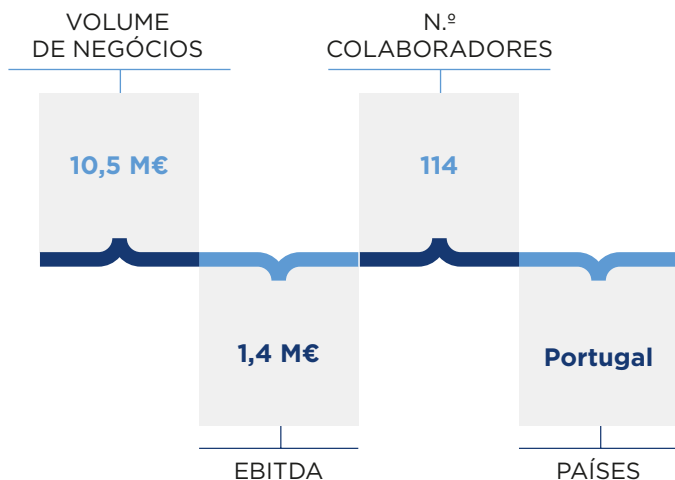


Tróia Operações

TROIA

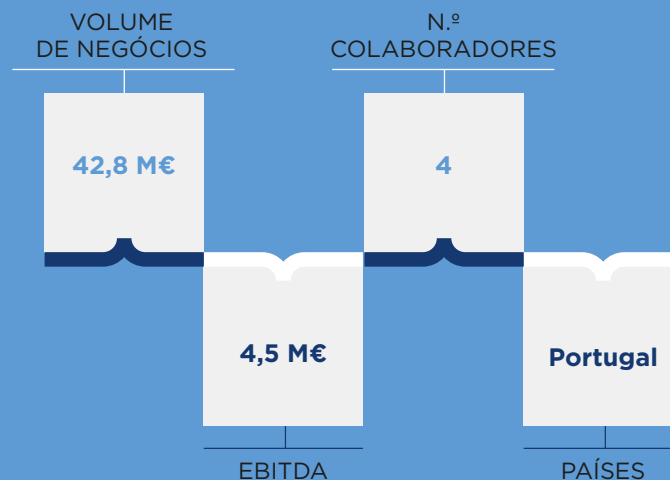
O negócio de Tróia Operações inclui o desenvolvimento e gestão do TROIA RESORT, que se destaca pela oferta diversificada de serviços, inteiramente focados no compromisso de elevar a experiência de cliente para níveis de excelência.

A Península de Tróia é uma restinga arenosa banhada pelo Oceano Atlântico, a ponte, e pelo Estuário do Sado, a nascente. Esta localização única confere-lhe uma enorme riqueza do ponto de vista ambiental. Neste enquadramento privilegiado, com ambientes de praia, dunas, sapal, estuário e pinhal, surgiu o TROIA RESORT, onde a salvaguarda e a valorização do património ambiental e cultural são factores diferenciadores.



Activos Imobiliários

A unidade de Activos Imobiliários integra um bloco de activos não estratégicos, destinados ao financiamento da estratégia corporativa da Sonae Capital. No final de Dezembro de 2020, este bloco totalizava 281,9M€, incluindo, não só, uma parcela de activos avaliada pela Cushman & Wakefield, no valor de 210,5M€, mas também, os activos em posse do Fundo WTC, cujo valor de mercado se situava, na mesma data, em 70,5€M.



1.5 A nossa sustentabilidade

O modelo de governo em matéria de sustentabilidade incorpora o Grupo Consultivo de Sustentabilidade, no qual estão presentes todas as empresas do universo Efanor*, e cujo propósito é atribuir uma missão comum a todas as empresas, definindo políticas e objectivos transversais, coordenando a definição de targets específicos e ganhando tracção na implementação de projectos, processos e procedimentos necessários e capazes de acelerar a aposta, cada vez maior, no desenvolvimento sustentável.

O Grupo Consultivo de Sustentabilidade concentra-se em dois níveis de acção: um grupo transversal de membros core, que se reúne trimestralmente, representando as diferentes empresas do Grupo Efanor, e um conjunto de grupos de trabalho, formados de acordo com cinco eixos de acção estratégicos.

* Sonae, Sonae Capital e Sonae Indústria.



PLANETA

CAPITAL NATURAL

1. CO₂ e Alterações Climáticas
2. Natureza e Biodiversidade
3. Plásticos



PESSOAS

CAPITAL SOCIAL

4. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo
5. Apoio à comunidade

Estes eixos estratégicos de acção são o resultado de uma análise rigorosa e abrangente realizada em conjunto com os nossos *stakeholders*, durante a qual classificámos as preocupações de acordo com a sua importância para o Grupo Efanor e o alinhamento com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas [ODS]. As preocupações foram agrupadas em três grupos: i] questões intrínsecas aos princípios e valores do Grupo; ii] temas abordados no ciclo anterior e/ou altamente integrados nos negócios; e iii] áreas nas quais o Grupo pode ter um impacto positivo através da natureza e relevância das suas actividades.

Consideramos os eixos de acção estratégica como parte central de um sistema interligado e interdependente, no qual os temas materiais não são interpretados de maneira estrita e isolada, influenciando, portanto, os diferentes eixos de forma directa e multidimensional.



Eixos de actuação estratégicos



1. CO₂ e Alterações Climáticas

A actividade das nossas empresas contribui de forma significativa para as alterações climáticas, não só pelo consumo de energia transversal às diferentes fases do ciclo de produção, como também pela emissão de gases com efeito de estufa [GEE] resultantes das suas diferentes actividades. Desta forma, é fundamental desenvolvermos esforços que permitam limitar o aumento médio da temperatura em 1,5°C, em linha com o compromisso assumido no *Paris Pledge for Action**.

*O *Paris Pledge for Action* é uma iniciativa que surgiu no âmbito da Cimeira do Clima de Paris [COP21], com o objectivo de proteger o planeta das alterações climáticas e que estabelece um compromisso empresarial para limitar o aumento da temperatura até 2°C acima da existente na época pré-industrial.



2. Natureza e Biodiversidade

A dependência das organizações no que toca ao capital natural e o impacto subjacente, juntamente com as potenciais mudanças de *habitat*, levam-nos a considerar relevantes as questões relacionadas com a protecção da biodiversidade, promoção da agricultura e pesca sustentáveis, combate à poluição, para além das dimensões do consumo sustentável, processos produtivos responsáveis, preservação de ecossistemas como florestas e promoção de uma compreensão mais profunda deste tópico na comunidade.



3. Plásticos

Os plásticos de uso único são, em parte, sinónimo de políticas de reciclagem ineficientes e levantam um enorme desafio ambiental. Adicionalmente, esta é uma área em que as nossas actividades têm um impacto potencialmente forte e é urgente trabalharmos em conjunto para promover processos de produção, logística e consumo mais sustentáveis.



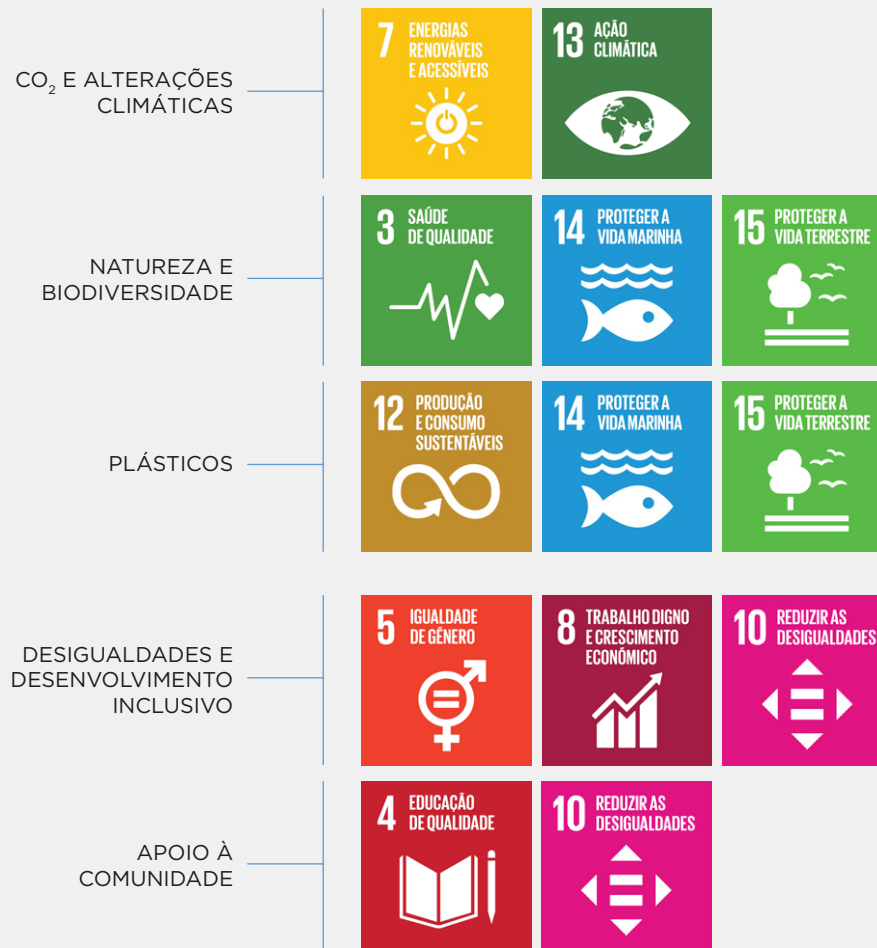
4. Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo

O Grupo Efanor é um dos maiores empregadores em Portugal, o que realça a relevância da sua contribuição para uma sociedade mais humana e inclusiva. As suas acções devem centrar-se tanto no Grupo internamente, como também nas suas comunidades. A criação de emprego qualificado, a implementação de políticas para o desenvolvimento de cada indivíduo dentro da organização e a promoção da diversidade nas suas diversas formas, são áreas de actuação do Grupo Efanor. Em termos de comunidade, vemos a educação como uma ferramenta importante e poderosa para combater as desigualdades e desenvolver uma sociedade menos discriminatória e mais inclusiva.



5. Apoio à Comunidade

Comunidades mais fortes são importantes para criar uma sociedade mais sustentável. No âmbito das nossas actividades, o nosso objectivo é aumentar a resiliência e a autonomia das comunidades em que operamos, contribuindo para a eliminação da pobreza em todas as suas diferentes formas. É um aspecto essencial da nossa cultura, e continuamos focados numa abordagem integrada e sustentada, com o objetivo de aumentar o impacto das nossas acções, em favor de comunidades mais capacitadas e resilientes.



1.6 Desempenho económico

- Desempenho das Unidades de Negócios fortemente condicionado pela pandemia Covid-19 em 2020;
- Resultado Líquido regista valor negativo de 36,9M€ em 2020, 26,4M€ abaixo de 2019;
- Volume de Negócios das Unidades de Negócio cresce 16,0% em 2020, 273,7M€;
- Unidade de Activos Imobiliários regista Volume de Negócios de 42,8M€ em 2020, influenciado pela realização de escrituras no valor global de 35,1M€.
- Capex de 103,5M€, praticamente o dobro do valor registado em 2019;
- Dívida Financeira Líquida de 173,9M€ em 2020, um incremento de 32,7M€ face ao final do ano anterior.

Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de Euros	2020	2019	Δ 20/19
Volume de Negócios			
Unidades de Negócio	273,73	235,91	+16,0%
Energia	220,60	144,02	+53,2%
Engenharia Industrial	6,98	9,78	-28,7%
Fitness	25,02	41,25	-39,3%
Hotelaria	10,59	27,73	-61,8%
Troia Resort - Operações	10,54	13,12	-19,7%
Activos Imobiliários	42,78	39,65	+7,9%
Troia Resort	13,78	19,68	-30,0%
Outros Activos Imobiliários	29,00	19,96	+45,3%
Eliminações & Ajustamentos	-8,47	-9,78	+13,3%
Volume de Negócios Consolidado	308,04	265,78	+15,9%
Outros Proveitos Operacionais	4,53	3,49	+29,9%
Total Proveitos Operacionais	312,57	269,27	+16,1%
EBITDA			
Unidades de Negócio	21,37	33,42	-36,0%
Energia	19,97	15,78	+26,5%
Engenharia Industrial	-2,06	-3,60	+43,0%
Fitness	4,08	12,70	-67,9%
Hotelaria	-2,03	6,69	-
Troia Resort - Operações	1,41	1,85	-23,8%
Activos Imobiliários	4,46	9,99	-55,3%
Troia Resort	3,72	3,77	-1,3%
Outros Activos Imobiliários	0,74	6,22	-88,1%
Eliminações & Ajustamentos	-9,33	-7,30	-27,9%
EBITDA Consolidado	16,50	36,11	-54,3%
Gastos de Depreciação e Amortização	34,65	31,80	+9,0%
Provisões e Perdas por Imparidade	0,48	-0,56	-
EBIT			
Unidades de Negócio	-10,73	4,31	-
Energia	6,77	4,45	+52,2%
Engenharia Industrial	-3,42	-4,48	+23,7%
Fitness	-5,81	3,60	-
Hotelaria	-6,99	1,71	-
Troia Resort - Operações	-1,28	-0,96	-33,5%
Activos Imobiliários	-2,04	4,29	-
Eliminações & Ajustamentos	-5,85	-3,74	-56,7%
EBIT Recorrente Consolidado	-18,62	4,87	-
Gastos/Rendimentos não recorrentes ⁽¹⁾	2,32	1,45	+59,7%
EBIT Consolidado	-20,94	3,42	-
Resultados Financeiros	-6,31	-6,60	+4,5%
Resultados Investimentos e Empresas Associadas	-8,65	-9,79	+11,6%
EBT	-35,89	-12,97	<-100%
Impostos	0,93	0,74	+25,2%
Resultado Líquido - Operações Correntes	-36,82	-13,71	<-100%
Resultado Líquido - Operações Descontinuadas	-0,12	1,41	-
Resultado Líquido	-36,94	-12,30	<-100%
Atribuível a Accionistas da Empresa-Mãe	-37,91	-13,58	<-100%
Atribuível a Interesses sem Controlo	0,97	1,28	-24,3%

⁽¹⁾ Gastos de reestruturação e rendimentos extraordinários nas operações continuadas.



O Volume de Negócios das Unidades de Negócio situou-se em 273,7M€, registando um aumento de 16,0% quando comparado com o valor de 235,9M€ registado em 2019. Dada a situação de exceção provocada pela pandemia Covid-19, com impacto negativo no Volume de Negócios de praticamente todas as operações, este desempenho deveu-se unicamente ao negócio de Energia, particularmente à unidade de Retail & Trade. No mesmo período, o Volume de Negócios da unidade de Activos Imobiliários totalizou 42,8M€, 7,9% acima do ano anterior.

O EBITDA das Unidades de Negócio situou-se em 21,4M€, 36% abaixo do ano anterior, inteiramente motivado pelo impacto da pandemia. O EBITDA registado é consequência, por um lado, da evolução negativa do Volume de Negócios e, por outro lado, das várias acções de optimização levadas a cabo pelas operações no sentido de mitigar, na medida do possível, o impacto da pandemia nas principais linhas de Custos Operacionais. Na Unidade de Activos Imobiliários, o EBITDA diminuiu 55,3%, para 4,5M€.

O Resultado Líquido registou um valor negativo de 36,9M€, 26,4M€ abaixo de 2019, essencialmente em virtude dos seguintes efeitos:

[i] uma diminuição de 19,6M€ no EBITDA, decorrente do impacto da pandemia na generalidade dos negócios;

[ii] o maior nível de Depreciações e Amortizações, no valor de 2,8M€ [0,6M€ relacionados com Amortizações IFRS 16 e 2,2M€ decorrentes do plano de investimentos implementado];

[iii] o impacto da linha de Gastos/Rendimentos não Recorrentes, a maioria dos quais relativos à ADIRA, na sequência do plano de reestruturação em curso.

Não obstante:

[iv] a melhoria de 1,1M€ na linha de Resultados de Investimentos e Empresas Associadas. Em 2019, esta linha encontra-se impactada pela menos-valia relacionada com a venda do negócio de Refrigeração e AVAC e, em 2020, pelo registo de uma imparidade de parte do recebimento diferido relativo à venda do mesmo;

[v] a melhoria de 0,3M€ verificada nos Resultados Financeiros [incluindo o montante referente à capitalização dos juros incorridos no desenvolvimento da central de cogeração de Biomassa de Mangualde, no negócio de Energia, no valor de 0,9M€].

Estrutura de capital

Milhões de Euros	2020	2019	Δ 20/19
Capital Investido Líquido	430,60	422,53	+1,9%
Activo Fixo	426,25	369,99	+15,2%
o.w. Direitos de Uso [IFRS16]	62,96	50,92	+23,6%
Investimentos Não Correntes [net]	5,72	8,99	-36,4%
Fundo Maneio	5,50	41,32	-86,7%
Investimento Bruto Período	103,46	51,73	+100,0%
% Activo Fixo	10,1%	13,9%	-3,8 pp
Investimento Bruto Período / Amortizações	13,95x	2,07x	11,89x
Dívida Líquida			
Dívida Líquida Financeira	173,90	141,21	+23,2%
Dívida Líquida Total	250,41	204,55	+22,4%
% Capital Investido Líquido	58,2%	48,4%	+9,7 pp
Debt to Equity	139,0%	93,8%	+45,1 pp
Rácios de Estrutura de Capital			
Loan to Value [Activos Imobiliários]	21,2%	23,9%	-2,7 pp
Net Debt/EBITDA [base recorrente sem IFRS16]	8,95x	3,00x	+5,95x
Net Debt/EBITDA [base recorrente com IFRS16]	6,35x	3,55x	+2,80x

Apesar do contexto pandémico, prosseguimos os investimentos de cariz mais estratégico e registámos um valor de Capex de 103,5M€ em 2020. O negócio de Energia absorveu aproximadamente 89% do investimento realizado, devido especialmente à aquisição de seis centrais de cogeração, em Espanha, e ao desenvolvimento da central de Biomassa, em Mangualde.

A Dívida Líquida situou-se em 250,4M€ no final de Dezembro de 2020, 22,4% acima do final de 2019. A Dívida Financeira Líquida ascendeu a 173,9M€ no mesmo período, registando um aumento de 32,7M€, já incluindo o *cash-out* relativo à aquisição de 6 centrais de cogeração em Espanha, no montante de 63M€. O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA situou-se em 9,0x e o *Loan-to-Value* em 21,2%. A deterioração verificada no rácio de Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA resulta, não só, da forte diminuição verificada no EBITDA das Unidades de Negócio, particularmente Fitness e Hotelaria, mas também, do nível de investimento já reflectido nos níveis de endividamento, ainda sem geração expressiva ao nível da liquidez e EBITDA. Com efeito, e atendendo às expectativas de evolução de EBITDA face ao ano anterior e, até que os projectos de investimento tenham um ano de geração completa de EBITDA, é expectável que este rácio continue sob pressão.

O plano de monetização de Activos Imobiliários tem continuado a contribuir para o financiamento da Sonae Capital. Em paralelo, desde o final de 2019, temos vindo a trabalhar o refinanciamento da dívida junto dos principais Bancos de relação, visando não só otimizar a maturidade média e o custo, mas também procurando reforçar a liquidez, no sentido de fazer face a todas as necessidades de financiamento. Assim, no final do mês de Dezembro, dispúnhamos de liquidez e linhas de crédito no montante aproximado de 108M€, o que permite encarar os tempos de incerteza que prevalecem com confiança.

Balanço consolidado

Milhões de Euros	2020	2019	Δ 20/19
Total Activo	638,68	558,93	+14,3%
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	364,57	336,36	+8,4%
o.w. Direitos de Uso [IFRS16]	62,96	50,92	+23,6%
Goodwill	61,68	33,64	+83,4%
Investimentos Não Correntes	2,08	2,12	-2,2%
Outros Activos Não Correntes	28,32	30,63	-7,6%
Inventários	46,37	49,14	-5,6%
Clientes e Outros Activos Correntes	80,30	83,57	-3,9%
Instrumentos Financeiros	11,86	15,82	-25,0%
o.w. Outros Activos Financeiros	10,56	5,69	+85,5%
Caixa e Equivalentes de Caixa	43,41	7,59	>100%
Activos detidos para venda	0,09	0,05	+72,1%
Total Capital Próprio	180,20	217,98	-17,3%
Capital Próprio atribuível a Accionistas da Empresa-Mãe	178,70	215,79	-17,2%
Capital Próprio atribuível a interesses sem controlo	1,49	2,18	-31,6%
Total Passivo	458,48	340,95	+34,5%
Total Passivo Não Corrente	172,91	161,04	+7,4%
Empréstimos Não Correntes	79,31	88,40	-10,3%
Empréstimos Não Correntes - IFRS16	68,93	49,29	
Passivos por Impostos Diferidos	12,46	12,43	+0,2%
Outros Passivos Não Correntes	12,22	10,91	+11,9%
Total Passivo Corrente	285,57	179,91	+58,7%
Empréstimos Correntes	142,61	64,43	>100%
Empréstimos Correntes - IFRS16	7,58	14,05	
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	121,17	91,40	+32,6%
Instrumentos Financeiros	14,12	9,57	+47,6%
o.w. Outros Passivos Financeiros	5,94	1,66	>100%
Passivos associados a Activos detidos para venda	0,09	0,47	-80,6%
Total Capital Próprio e Passivo	638,68	558,93	+14,3%





Demonstrações financeiras individuais

O resultado líquido da Sonae Capital, SGPS, SA, empresa holding do Grupo, foi negativo em 23,1M€. O resultado compara com o valor de 2,3M€ do ano anterior, maioritariamente devido a menores Resultados de Investimentos e à menor contribuição positiva da linha de Impostos, no valor de 1,6M€. No resultado do exercício encontra-se já refletido o montante de 216.366 euros destinado à remuneração variável dos administradores executivos e do pessoal, na modalidade de distribuição de lucros do exercício, nos termos do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos e sob proposta da Comissão de Vencimentos, a quem compete a concretização da política de remuneração aprovada na Assembleia Geral de 29 de Abril de 2020.

Proposta de aplicação de resultados

Em face do resultado líquido gerado em 2020 (negativo em 23,1M€), o Conselho de Administração da Sonae Capital propõe aos Senhores Accionistas que o mesmo seja transferido para Resultados transitados.



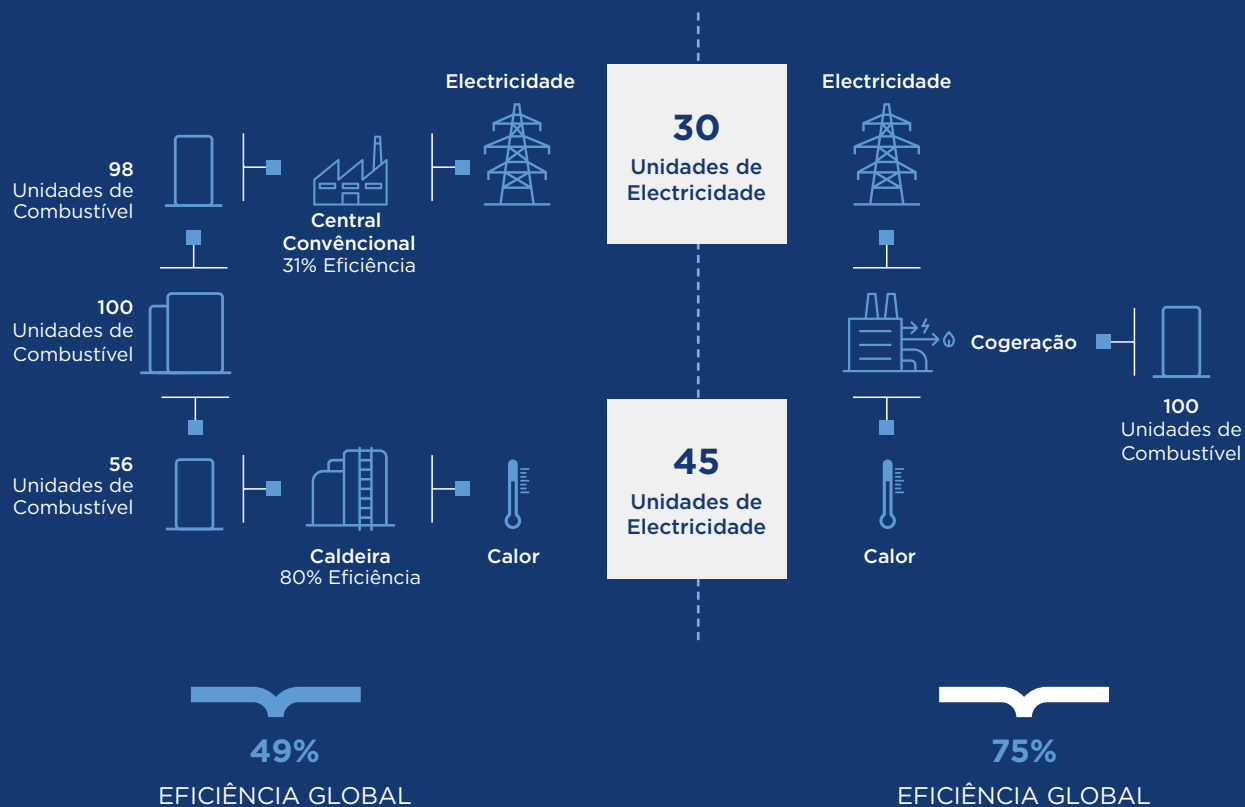
1.7 As práticas dos nossos negócios: *case studies*

A cogeração como forma eficiente de produção de Energia



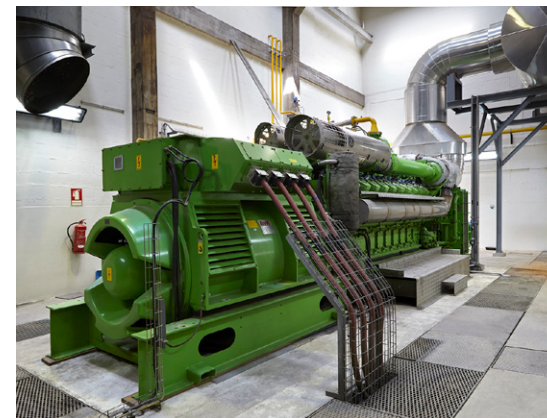
A cogeração é definida como um processo onde ocorre produção simultânea de duas ou mais formas de energia, como energia eléctrica e energia térmica, a partir de uma única fonte de energia primária, de origem fóssil ou renovável. O calor residual originado na produção de electricidade é utilizado para a produção de vapor, água quente, água fria, entre outros, permitindo o alcance de elevados rendimentos globais, quando comparado com produção separada de calor e electricidade.





As centrais de cogeração da Capwatt encontram-se instaladas junto a pontos efectivos de consumo de energia [indústrias, serviços, entre outros], contribuindo significativamente para a descentralização da produção e, conseqüentemente, para a diminuição das perdas nas redes de transporte e distribuição de electricidade.

A utilização mais eficiente dos combustíveis na cogeração resulta numa diminuição significativa das emissões de gases com efeito de estufa, revelando-se crucial na prossecução das metas climáticas e energéticas globais.



No ano de 2020, a Capwatt iniciou a exploração da central de biomassa florestal de Mangualde, permitindo satisfazer as necessidades de energia térmica da unidade industrial da Sonae Arauco e, em simultâneo, produzir de modo descentralizado 83 GWh/ano de energia eléctrica renovável.

O investimento realizado, no valor de aproximadamente 50 milhões de euros, utiliza a melhor tecnologia disponível para produzir energia renovável a partir de biomassa e impulsionar o processo produtivo de painéis derivados de madeira sustentáveis. Cerca de metade da biomassa advém de resíduos inevitáveis da produção da fábrica, enquanto que o remanescente provém de resíduos florestais inadequados para outros usos da madeira, promovendo a economia circular, com todos os benefícios ambientais associados. Esta central de produção de energia renovável, para além do contributo para a descarbonização do sector electroprodutor e da indústria, tem igualmente um contributo importante para a optimização da gestão florestal da região e, consequentemente, para a minimização do risco de incêndios florestais.

A central de biomassa consome 300 mil toneladas de biomassa anualmente, o suficiente para satisfazer 100% das necessidades de energia térmica da fábrica e gerar, adicionalmente, 83 GWh/ano de energia renovável descentralizada. Deste modo, quase 90% de energia consumida na fábrica é gerada a partir de fontes renováveis.



90%

DE ENERGIA CONSUMIDA
NA FÁBRICA É GERADA
A PARTIR DE FONTES
RENOVÁVEIS.

ESTA PARCERIA ENTRE A CAPWATT E A SONAE ARAUCO, QUE ALIA A PRODUÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL E A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, É UM EXEMPLO CLARO DE COMO A BIOECONOMIA CIRCULAR PODE CONTRIBUIR PARA MITIGAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, MINIMIZAR OS RESÍDUOS E PROMOVER A SUBSTITUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS.





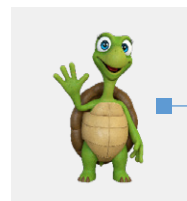
A criação de uma operação de Fitness cada vez mais sustentável

solinca

Com a necessidade urgente de assegurar um planeta mais verde, o negócio de Fitness tem estado, desde sempre, focado na poupança de recursos. Como tal, uma parte muito significativa das suas iniciativas tem sido destinada à promoção do uso responsável.

Consumo de água

No final de 2019, o negócio de Fitness contava com 85% das instalações equipadas com misturadoras e chuveiros de baixo consumo. No final de 2020, são já 95% das instalações providas desta tecnologia.



Em simultâneo, e com o objectivo de promover a sensibilização, foi criada a Tétis, uma mascote destinada ao público mais jovem, que simboliza a necessidade de todos analisarmos as acções de forma mais sustentável.



Consumo de energia

A energia sempre se apresentou como um dos temas centrais do negócio de Fitness, devido à dependência das operações do consumo de gás natural e energia eléctrica. Considerando a necessidade de limitar as emissões e promover a descarbonização, é particularmente relevante monitorizar, racionalizar e reduzir estes consumos.

Assim, ao longo dos últimos anos, têm sido promovidos projectos de renovação dos Clubes em operação, por via da substituição de iluminação convencional por iluminação LED. De referir que, actualmente, 85% da área total dos Clubes em operação possui iluminação de baixo consumo, o que representa uma poupança significativa por ano.

Existe ainda uma preocupação permanente pela escolha eficiente dos equipamentos e pela classe energética dos edifícios e, sempre que a tipologia o permite, é estudada a colocação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos. Em paralelo, todos os equipamentos já existentes são estudados e potenciados ao máximo para que seja optimizado o consumo, sem nunca comprometer o conforto dos utilizadores.

Muito importante, em 2020 arrancou um projecto de monitorização de consumos, com a instalação de equipamentos de fornecimento de dados e leituras minuciosas dos consumos energéticos de cada instalação. Até ao momento, 30% das instalações encontram-se devidamente equipadas com esta solução, sendo que em 2021 esta solução chegará a 100% das instalações.



Gestão de resíduos

No âmbito do roadmap estabelecido no eixo de actuação dos Plásticos, o negócio de Fitness tem estado particularmente focado em reduzir a utilização de plásticos de uso único, ao mesmo tempo que tem vindo a eliminar plástico virgem através de soluções à base de plástico reciclado. Em paralelo, e com o objectivo de fomentar e homogeneizar a lógica da separação de resíduos em todos os Clubes, em 2020 todas as instalações passaram a estar equipadas com caixotes para reciclagem de plástico, papel e lixo orgânico, acompanhados por uma simbologia simples e pragmática.



Certificação BREEAM da unidade hoteleira da Estação Ferroviária de Santa Apolónia



O negócio de Hotelaria irá inaugurar, em 2021, a primeira unidade hoteleira localizada em Lisboa. Esta unidade, que terá uma classificação de cinco estrelas e contará com 126 quartos, estará igualmente equipada com um restaurante *all day dining* e um ginásio, e será instalada no edifício da Estação de Santa Apolónia, na sequência de um projecto de requalificação já em curso.

O BREEAM é um selo com reconhecimento internacional e que engloba todas as áreas do projecto, desde a concepção, passando pela execução e pela exploração do edifício. Prevemos que esta certificação constitua a primeira, na Península Ibérica, na requalificação de um edifício com vista à instalação de uma unidade hoteleira.



A certificação BREEAM assenta em dez categorias previamente estabelecidas:



GESTÃO

Adopção de práticas de gestão sustentável no projecto, construção, actividades de comissionamento, transferência e cuidados posteriores, no sentido de garantir que sejam definidos e seguidos objectivos robustos de sustentabilidade.



SAÚDE E BEM-ESTAR

Aumento do conforto, saúde e condições de segurança do edifício. Visando melhorar a qualidade de vida nos edifícios, reconhece aqueles que incentivam uma vida saudável e disponibilizam um ambiente seguro para os visitantes.



ENERGIA

Especificação e implementação de soluções, sistemas e equipamentos de construção com eficiência energética, que suportam o uso sustentável da energia na edificação, assim como a gestão sustentável na operação do edifício. As questões desta categoria avaliam medidas para melhorar a eficiência energética inerente do edifício, incentivam a redução das emissões de carbono e apoiam uma gestão eficiente ao longo da fase operacional da vida do edifício.



TRANSPORTE

Acesso a meios de transporte sustentáveis para os utilizadores. As questões desta categoria focam-se na acessibilidade do transporte público e outras soluções alternativas de transporte [instalações para ciclistas ou disponibilização de facilidades locais para o edifício] que suportam reduções nas viagens de automóvel e, portanto, congestionamento e emissões de CO₂.



ÁGUA

Uso sustentável da água na operação do edifício e seu local. As questões desta categoria centram-se na identificação de meios para reduzir o consumo de água potável [interno e externo] ao longo da vida útil do edifício, minimizando as perdas por fugas.



MATERIAIS

Medidas que sejam tomadas para reduzir o impacto dos materiais de construção por meio de design, construção, manutenção e reparação. As questões nesta categoria tocam a aquisição de materiais que são adquiridos de forma responsável e têm incorporado um baixo impacto ao longo da sua vida útil, incluindo extracção, processamento e produção, assim como reciclagem.



DESPERDÍCIO

Gestão sustentável [e reutilização quando viável] de resíduos de construção. Ao encorajar um bom design e práticas de construção, as questões nesta categoria visam reduzir o desperdício decorrente da construção e operação do prédio, incentivando o encaminhamento para aterro.



ECOLOGIA

Uso sustentável do terreno, protecção e criação de habitats e melhoria, numa perspectiva de longo-prazo, da biodiversidade no local da construção e terrenos circundantes.



POLUIÇÃO

Prevenção e controle da poluição e do escoamento de água de superfície associado à localização e utilização do edifício.



INOVAÇÃO

Oportunidades de reconhecimento para desempenhos exemplares e de inovação, que vão para além dos requisitos dos critérios de crédito.

**Tróia, um case study
de sustentabilidade ambiental**

TROIA

Em 1997, na sequência de um contrato celebrado com o Estado Português com vista à aquisição dos créditos da Torralta, o Grupo Sonae formalizou a sua entrada na Península de Tróia. Em 2001 arrancaram as primeiras obras de um projecto transformacional que viria a ser inaugurado em Setembro de 2008.

No TROIA RESORT apostou-se, desde o início, na excelência ambiental como fonte de vantagem competitiva e no património ambiental como um recurso capaz de criar valor enquanto factor de diferenciação, ou capitalizado em novos serviços e produtos. Com essa visão comum, promotor, projectistas e consultores ambientais trabalharam em conjunto, partilhando informação e integrando a assessoria ambiental como uma componente decisiva dos projectos.



Requalificação e economia circular

O modelo de desenvolvimento turístico contemplou uma operação de requalificação ambiental e urbana que implicou, entre outras acções, a demolição de 40% da área bruta construída à data de apresentação do contrato celebrado com o Estado Português, a delimitação de uma centralidade que reúne os principais empreendimentos e equipamentos turísticos e a requalificação do restante território. Cumprindo ambiciosos objectivos de circularidade, dos edifícios demolidos foram retirados todos os materiais e equipamentos reutilizáveis e valorizados 99,5% dos resíduos gerados, incluindo os de betão resultantes das demolições, que foram reutilizados nas obras de urbanização de Tróia.

Durante a fase de construção, as diferentes empreitadas incluíram planos de acompanhamento ambiental, com o objectivo de minimizar os impactes associados a este tipo de trabalhos, e que envolveram, para além do cumprimento dos requisitos legais, a sensibilização ambiental dos trabalhadores e a monitorização do desempenho ambiental das empreitadas. De salientar, nesta fase, a utilização de areias retiradas da bacia da Marina e da escavação de edifícios, aquando da sua construção, para realimentação das praias e protecção das Ruínas Romanas de Tróia.



99,5% DOS RESÍDUOS GERADOS, INCLUINDO OS DE BETÃO RESULTANTES DAS DEMOLIÇÕES, QUE FORAM REUTILIZADOS NAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE TRÓIA



Baixa densidade de construção

O plano de urbanização em vigor para a área de desenvolvimento turístico de Tróia prevê, actualmente, a instalação de cerca de 15.000 camas, 7.430 das quais integradas no TROIA RESORT, conferindo uma densidade de construção consideravelmente inferior à incluída no Plano Andersen, que previa a instalação, na década de 60, de 70.000 camas na Península.

Controlo rigoroso do impacte ambiental

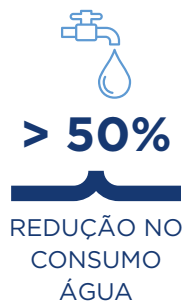
Desde 1998, o IMAR - Instituto do Mar, uma associação de I&D que reúne a maioria das universidades portuguesas que trabalham na área das ciências e tecnologias do mar, tem colaborado com o projecto, assegurando ainda hoje a monitorização associada aos procedimentos de avaliação de impacte ambiental. De entre as principais conclusões, são de destacar a acreção natural que o vértice noroeste da península de Tróia tem registado e o facto de os impactes negativos não serem significativos para o ambiente. Ao nível dos impactes positivos, são de destacar a redução da pressão humana sobre a avifauna, devido ao controlo de acessos, bem como a recuperação do sistema dunar, motivado pela implantação de passadiços sobre-elevados de acessos às praias e outras medidas de gestão, que permitiram a recolonização deste habitat sensível por plantas endémicas.





Eco-eficiência

A eco-eficiência do TROIA GOLF *Championship Course* foi também incrementada de forma muito significativa com a renovação do sistema de rega e com a reabilitação dos lagos, que permitiram uma redução no consumo de água superior a 50%. De referir que está ainda prevista a reutilização das águas residuais tratadas da ETAR para rega do campo e de outros espaços verdes.



Gestão ambiental reconhecida

O desenvolvimento do projecto de Tróia foi acompanhado da implementação de um sistema de gestão ambiental, sucessivamente implementado para as fases de projecto, construção e exploração, certificado de acordo com a norma internacional ISO 14001 desde 2005 e registado no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria [EMAS] desde 2008, caso único em Portugal para empreendimentos desta natureza. Adicionalmente, as praias e a Marina são galardoadas com a Bandeira Azul.



Biodiversidade

Tróia desenvolve-se sob a forma de uma península arenosa ladeada pelo Oceano Atlântico, a poente, e pelo Estuário do Sado, a nascente. Estes dois ambientes que circundam a península, conferem-lhe particularidades de elevado interesse conservacionista.

Na face oceânica, Tróia apresenta um sistema dunar, adjacente a uma praia contínua, em diferentes estágios de desenvolvimento. As dunas costeiras constituem a primeira linha de defesa da praia contra a erosão e promovem a existência de vegetação característica destes ambientes, que providenciam, não só, estabilidade ao sistema, mas também locais de nidificação e abrigo para a avifauna. As dunas de Tróia constituem, sem dúvida, uma referência única na paisagem, albergando uma biodiversidade rica, nomeadamente ao nível da vegetação e das aves. As formações de *Juniperus* que aqui ocorrem são consideradas das mais bem preservadas de Portugal, sendo duas espécies - *Juniperus turbinata* e *Juniperus navicularis* - de especial interesse e parte de um *habitat* protegido por legislação nacional e europeia.



A protecção conferida pelo banco do Cambalhão ao vértice noroeste da península permite, ainda, o desenvolvimento de pradarias de plantas muito especiais porque são as únicas plantas subaquáticas com flor que existem em água salgada. Estas pradarias, que ocorrem em vários pontos do estuário do Sado, constituem um *habitat* único no qual se refugiam inúmeras espécies de animais, incluindo crustáceos como pequenos camarões e caranguejos, e peixes, como o cavalo-marinho. É frequente encontrarem-se nas folhas de *Zostera*, a planta que forma as pradarias, posturas de choco, uma das presas preferenciais dos roazes, o que indica a importância destes *habitats* para os roazes.

Na margem estuarina da península de Tróia, a laguna da Caldeira destaca-se pela sua importância, providenciando igualmente um *habitat* de elevado interesse para a avifauna, que se alimenta neste local durante a baixa-mar e se refugia nas zonas de sapal nos extremos Norte e Sul da Caldeira em preia-mar. Os números e diversidade de aves que utilizam a Caldeira, principalmente no Inverno, fazem dela um dos locais mais importantes do estuário do Sado para aves invernantes.





O RECONHECIMENTO DA RIQUEZA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DE TRÓIA NÃO FOI, NO ENTANTO RECENTE, POIS A EXISTÊNCIA DE UM SÍTIO ROMANO NA PENÍNSULA, QUE INCLUI UMA ZONA URBANA E INDUSTRIAL [FÁBRICA DE SALGA DE PEIXE], DEMONSTRA QUE OS ROMANOS JÁ TINHAM NOÇÃO DO ENORME POTENCIAL DO LOCAL.

Aliás, a presença de espécies como o roaz-corvineiro e o morcego-rabudo é demonstrativa da importância ecológica deste local. A população de roaz-corvineiro que utiliza o estuário do Sado é a única residente em estuário no nosso país e um dos poucos exemplos de populações costeiras residentes na Europa, o que faz deste estuário um local privilegiado e único.

A colónia de morcego-rabudo existente em Tróia foi identificada numa das torres a demolir, no âmbito dos estudos desenvolvidos pelo IMAR. Foi decidido construir um abrigo alternativo, previamente à demolição, o qual foi desenhado em parceria com as entidades oficiais. Trata-se da segunda maior colónia conhecida em Portugal e é a melhor estudada, uma vez que apresenta óptimas condições de estudo. O morcego-rabudo é o maior dos morcegos que residem na Europa, actuando como verdadeiros pesticidas naturais, uma vez que podem comer até cerca de um terço do seu peso em insectos por noite. Este mesmo papel é desempenhado durante o dia pelos cerca de 200 casais de andorinhão-pálido que visitam Troia e aí nidificam durante o Verão. A ocupação do morcegário e das caixas ninho tem sido monitorizada, revelando a sua eficácia.

Até à data foram inventariadas mais de 600 espécies na área, entre flora, aves, mamíferos, répteis, anfíbios e organismos que vivem na zona entre-marés. Os trilhos da “Caldeira e do Pinhal” e da “Praia e da Duna” permitem conhecer esta riqueza e ver a península de uma forma única, com o apoio de um conjunto de suportes informativos espalhados ao longo dos mesmos.

**+600
ESPÉCIES**

INVENTARIADAS

ENTRE FLORA, AVES,
MAMÍFEROS, RÉPTEIS, ANFÍBIOS
E ORGANISMOS QUE VIVEM NA
ZONA ENTRE-MARÉS

02

DESEMPENHO AMBIENTAL

Um compromisso com o que nos rodeia



2.1 CO₂ e Alterações Climáticas

CO₂ e Alterações Climáticas

As alterações climáticas, pela ameaça que representam à nossa capacidade e à capacidade das gerações futuras de viver e crescer num mundo pacífico e próspero, ocupam um espaço central da nossa agenda.

Visando a neutralidade carbónica, traçámos na Sonae Capital uma resposta ambiciosa e adaptada ao nosso contexto de negócio e geografia, assente nas melhores práticas conhecidas e no conhecimento tecnológico e científico disponível, privilegiando as soluções que, de uma forma integrada, nos garantem os melhores resultados.

Sendo um caminho desafiante e complexo, que requer uma acção conjunta e concertada, corporizámos a nossa visão através de uma **Carta de Princípios para o CO₂ & Acção Climática**, um documento subscrito por todas as empresas do Grupo Efanor, onde foram definidos os eixos prioritários da nossa acção.

1. Avaliação da exposição dos negócios aos Riscos Climáticos e definição das medidas de mitigação e aumento da sua resiliência;
2. Promoção da eficiência e flexibilidade dos consumos energéticos das nossas actividades;
3. Descarbonização da matriz energética, através da electrificação dos consumos, da produção e da aquisição de electricidade efectivamente produzida a partir de fontes renováveis e implementação de acções de compensação carbónica;
4. Desenvolvimento de produtos e serviços de baixo carbono, estimulando uma escolha informada por parte dos consumidores;
5. Fomento de acções de educação e sensibilização para as alterações climáticas dirigidas a colaboradores, clientes, parceiros;
6. Intensificação das parcerias com universidades e instituições de investigação, por forma a estimular a criação de soluções inovadoras que permitam avançar na descarbonização das nossas actividades;
7. Monitorização e comunicação do desempenho climático do Grupo.



Empenhados em contribuir para uma descarbonização efectiva, definimos objectivos de redução das emissões de GEE, de âmbito 1 e de âmbito 2, de acordo com a metodologia da *Science Based Target Initiative* - uma plataforma que apoia as empresas a estabelecer e validar metas de redução de emissões, de acordo com o objectivo global de limitar o aumento médio da temperatura em 1,5°C. Fruto desse exercício, assumimos o compromisso de reduzir, de forma consolidada, as emissões específicas de âmbito 1 em 31% e as emissões de âmbito 2 em 100% até 2030, face ao registado em 2018.

Em paralelo, desenvolvemos um *roadmap* de suporte à prossecução dos objectivos de redução, que tem sido objecto de monitorização todos os anos. Está em curso a definição de objectivos para as emissões de âmbito 3 e o *roadmap* irá ser revisto em conformidade.

Actualmente, as iniciativas estabelecidas para redução das emissões de âmbito 1 centram-se, essencialmente, na actividade de produção de Energia, na Capwatt, uma vez que esta contribui para cerca de 96% das emissões do ano base, devido à operação de cogeração, que assenta no consumo de gás natural. Quanto às iniciativas estabelecidas para redução das emissões de âmbito 2, estas centram-se no consumo de 100% de energia renovável a partir de 2025.



AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA OPERAÇÃO DE COGERAÇÃO

Garantir uma melhoria da eficiência do parque produtivo de cogeração.

>80% em 2030



AUMENTO DA POTÊNCIA RENOVÁVEL

Instalação de projectos de produção de energia de origem renovável, aumentando progressivamente a sua participação na potência total instalada.

>50% em 2030





CONSUMO DE 100% DE ENERGIA RENOVÁVEL

Em 2025

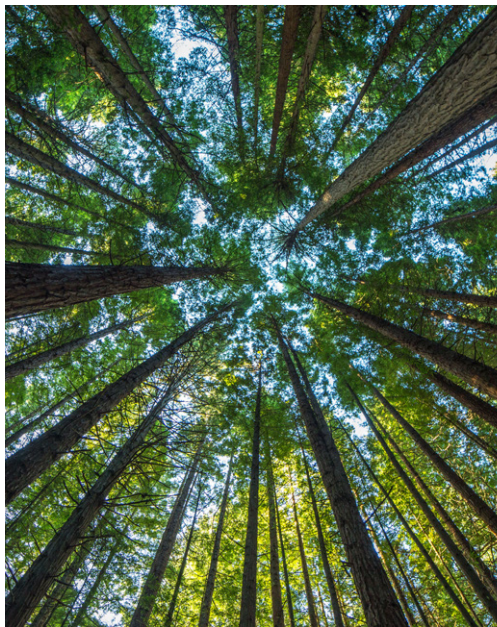
Instalação de potência renovável por forma a satisfazer o consumo equivalente de energia eléctrica da Sonae Capital.



ELECTRIFICAÇÃO DA FROTA

Através de veículos eléctricos ou híbridos.

95% em 2030



COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES

Investimento em projectos de sequestro de carbono, através da Floresta Sonae, com o objectivo de compensar as emissões da frota de veículos da Sonae Capital.

A partir de 2021



A **Floresta Sonae** é um projecto promovido em conjunto pelas diferentes empresas do Grupo Efanor, e que visa fazer o *offset* de emissões de CO₂ não evitáveis, decorrentes da frota de veículos de colaboradores. No final de cada ano, são calculadas as emissões associadas à deslocação de colaboradores e, posteriormente, são calculados e plantados os hectares de arborização de floresta necessários para assegurar a compensação das emissões. Um esforço que tenderá a reduzir com a electrificação progressiva da nossa frota automóvel. No entanto, estimamos que até 2030 sejam arborizados até 1.000 hectares de floresta.

A par do trabalho desenvolvido na descarbonização da nossa matriz energética, demos início em 2019 a um trabalho multidisciplinar, transversal às empresas do Grupo Efanor, com o objectivo de ver desenvolvidas as competências necessárias à integração das directrizes definidas pela *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* [TCFD] na divulgação de informação relacionada com o clima.

Os nossos esforços materializaram-se num processo de análise e mapeamento dos principais riscos climáticos em cada negócio do nosso portefólio e estamos, actualmente, a estimar os potenciais impactos financeiros das alterações climáticas e a definir as acções de mitigação para os riscos priorizados, em linha com a framework desenvolvida pelo *Financial Stability Board*.

Em 2020, a Sonae Capital reportou pela primeira vez ao *Carbon Disclosure Project* [CDP], na modalidade de *Climate Change*, tendo sido posicionada no nível B, o que comprova o reconhecimento do CDP em relação à nossa coordenação de medidas de combate às alterações climáticas. A média do sector onde a Sonae Capital se insere, tanto a nível global como europeu, foi de C.



O CDP é uma organização global sem fins lucrativos que incentiva empresas e governos a reduzir emissões de gases com efeito de estufa, salvar os recursos hídricos e proteger as florestas. Eleito o principal fornecedor de análises climáticas por investidores e trabalhando com investidores institucionais com activos de 106 triliões de dólares, alavanca o poder dos investidores e compradores para motivar as empresas a divulgar e gerir os seus impactos ambientais. Mais de 9.600 empresas, com mais de 50% da capitalização do mercado global, divulgaram dados ambientais através do CDP em 2020.

* Âmbito 1: Emissões directas de GEE provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela organização. Âmbito 2: Emissões indirectas de GEE provenientes da energia eléctrica adquirida pela organização. Âmbito 3: Outras emissões indirectas, considera todas as emissões provenientes das actividades da organização e que ocorrem em fontes que não pertencem ou não são controladas pela mesma.



2.2 Natureza e Biodiversidade

A dependência das nossas empresas do capital natural e o modo como, directa ou indirectamente, têm potencial para alterar ou contribuir para a destruição dos habitats naturais, leva-nos a considerar as questões relacionadas com a protecção da natureza e da biodiversidade como estratégicas.

Assim, constituímos um Grupo de Trabalho que tem como missão estruturar uma política transversal para a Conservação da Biodiversidade e definir um conjunto de objectivos e metas a atingir pelas empresas do Grupo Efanor em prol da natureza, que sofrerá um forte impulso já em 2021.

Os nossos negócios na península de Tróia são, onde, desde a sua génese, a conservação da natureza e o fomento da biodiversidade têm merecido maior atenção. A península de Tróia está inserida num território com valores naturais relevantes, desde *habitats* e espécies com estatutos de protecção especial, tanto a nível da vegetação como da avifauna, até à singularidade da sua paisagem única que se estrutura em torno da laguna da Caldeira e da morfologia dunar que domina o território. As medidas de gestão implementadas ao longo de mais de 20 anos permitiram requalificar o território e valorizar os *habitats* presentes, facto bem visível, por exemplo, na consolidação do sistema dunar.



Porém, é nossa ambição fazer um trabalho mais amplo e abarcar todo o portefólio da Sonae Capital. Assim, iniciámos em 2020 um primeiro eixo de trabalho, com o objectivo de identificar e accionar acções a curto e médio prazo, e com impacto positivo na natureza. Em 2021, iremos recorrer à metodologia dos *Science Based Targets for Nature* para a avaliação e revisão de materialidade, para definir prioridades e esferas de influência e, por fim, para medir e definir *targets*.

2.3 Plásticos

Nos últimos anos, o plástico tornou-se num material omnipresente na nossa vida - por ser detentor de um conjunto de características que potenciam a sua utilização num número muito alargado de aplicações - e também no meio ambiente, impondo crescentes e complexos desafios para os quais é urgente encontrar uma resposta.

A proliferação do seu uso em utilizações únicas, a reduzida sensibilidade da população para os impactos gerados pelo encaminhamento inadequado dos resíduos de plástico e a ineficácia das políticas e sistemas de reciclagem [quer pela taxa reduzida de encaminhamento, quer pelo facto de, em muitos casos, a sua reciclagem ser muito difícil e com baixo interesse económico] são alguns dos factores que contribuem para este quadro de urgência ambiental.

Neste contexto tão desafiante, estamos a desenvolver uma resposta adaptada ao contexto e geografias de cada um dos nossos negócios, assente num mesmo conjunto de premissas, integradas numa **Carta de Princípios para o Plástico**, um documento subscrito por todas as empresas do Grupo Efanor, onde se encontram os eixos prioritários da nossa actuação:

Self assessment: Identificar a quantidade e tipo de plástico que utilizamos nas nossas operações, nos nossos produtos e nos serviços que prestamos;

Reduzir e reutilizar: Reforçar os princípios da circularidade na forma como gerimos a nossa actividade, como concebemos e desenvolvemos os nossos serviços e produtos, evitando sempre que possível os plásticos de utilização única, privilegiar a reutilização e reparação dos materiais, e, quando tal não for possível, encaminhando os resíduos para reciclagem;

Reciclar: Facilitar a reciclabilidade de todos os produtos e embalagens de plástico pelos quais sejamos responsáveis;

Minimizar: A utilização de materiais plásticos virgens de origem fóssil, através da incorporação de material reciclado ou da substituição por materiais alternativos com menor impacte ambiental;

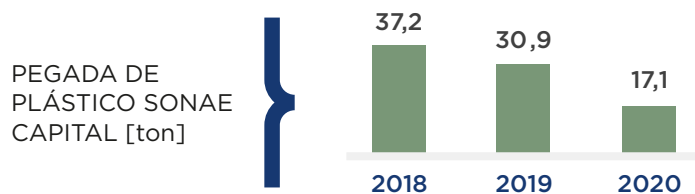
Bioplásticos: Considerar apenas os materiais de origem biológica que não compitam com a produção de alimentos, nem promovam o desperdício de recursos naturais;

Sensibilizar as comunidades: Para a adopção de comportamentos de redução, reutilização, reparação e reciclagem.

COM BASE NUM *SELF-ASSESSMENT* NAS CATEGORIAS DE EMBALAMENTO, OPERAÇÃO E PRODUTO, ESTAMOS ACTUALMENTE A DEFINIR UM *ROADMAP* COM OBJECTIVOS CONCRETOS ATÉ 2025

A implementação de medidas relacionadas com a eliminação de plásticos de utilização única em *BackOffice* foi uma das nossas primeiras *quick wins*, que resultou numa redução anual de 2,2 toneladas de plástico de utilização única.

Assim, desde 2019, a pegada de plástico da Sonae Capital advém essencialmente dos negócios de Hotelaria, Fitness e Engenharia Industrial. Dado o contexto de excepção de 2020, marcado pela pandemia Covid-19, o nível de actividade das três Unidades de Negócio foi muito inferior ao expectável e, como tal, a redução da pegada entre 2020 e 2019 não é directamente comparável. Em simultâneo, algumas das medidas previstas para 2020 foram adiadas para 2021, das quais se destaca a aposta na formação e sensibilização, assim como o encontro de soluções baseadas em modelos de reutilização, na Hotelaria.



A pegada de plástico da Sonae Capital resulta essencialmente da operação de Hotelaria, Fitness e Engenharia Industrial, assim como de embalamento, em Engenharia Industrial.

A **formação e sensibilização** são cruciais para uma efectiva implementação de um plano de acção. Deste modo, apostaremos ainda mais na formação dos nossos colaboradores, assim como na sensibilização dos nossos clientes [em especial nos negócios de Fitness, Hotelaria e Engenharia Industrial] para uma separação eficaz de resíduos, tendo em vista o seu correcto encaminhamento, assim como na sensibilização de Fornecedores [nomeadamente em Fitness e Engenharia Industrial] para a redução e reutilização de plástico.

No negócio de **Hotelaria**, 12% da pegada de plástico, aproximadamente 3,5 toneladas [consumo de 2019], corresponde a *amenities*: cosméticos e sacos. Transpor os modelos de reutilização para a Hotelaria permite-nos endereçar uma das principais fontes de uso de plástico descartável. No caso dos cosméticos, apostámos numa solução de reutilização através de dispensadores recarregáveis. Com estas medidas, utilizamos, em média, cinco vezes menos plástico e reduzimos uma parte muito significativa de plástico de utilização única. No caso dos sacos dos *amenities*, optámos por uma substituição por alternativas à base de papel *kraft* reciclado.



03

DESEMPENHO SOCIAL

Um compromisso com quem nos rodeia



3.1 Desigualdades e desenvolvimento inclusivo

Na Sonae Capital, seguimos escrupulosamente a legislação nacional em matéria de Direitos Humanos e do trabalhador e as respectivas orientações das Nações Unidas e da Organização Mundial do Trabalho, eliminando qualquer forma de discriminação e promovendo um ambiente de trabalho saudável e equilibrado.

Encaramos as desigualdades como um dos desafios sociais mais complexos e urgentes dos nossos tempos. Um desafio para o qual podemos contribuir enquanto empregador de referência - temos um importante papel na criação de emprego qualificado, na implementação de políticas de desenvolvimento das nossas pessoas e na promoção da diversidade e inclusão - e enquanto instituição activa nas comunidades em que estamos inseridos, através do apoio a diversas iniciativas na área da educação.

Neste contexto, actuamos com o objectivo de contribuir para a minimização das desigualdades e promoção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Com base neste objectivo, foi possível à Sonae Capital atingir a posição de liderança do ranking *“Leading Together”* para o ano de 2019, que avalia a igualdade de género nos quadros de administração das empresas do PSI-20. Esta iniciativa, promovida pelo INSEAD Alumni Association em parceria com a consultora McKinsey & Company e com a Nova School of Business and Economics colocou, em 2019, a Sonae Capital como a empresa cotada em Portugal onde existiu maior promoção de mulheres em posições de liderança. No ano de 2020, a Sonae Capital foi novamente distinguida nesta categoria, tendo-lhe sido atribuído o segundo lugar no mesmo ranking *“Leading Together”*. A responsabilidade que a atribuição deste prémio aportou para a Sonae Capital reforçou o seu compromisso no desenvolvimento de medidas com vista à promoção da diversidade de género nos quadros de topo, bem como no sentido de privilegiar políticas e recomendações que visem o mesmo fim.



Acção diferenciadora da *European Roundtable of Industrialists* [ERT]



A ERT é um fórum que reúne cerca de 55 presidentes e CEOs de grandes empresas multinacionais de origem Europeia, cobrindo uma ampla gama de sectores industriais e tecnológicos. As empresas dos membros da ERT estão situadas em toda a Europa, com receitas combinadas que ultrapassam os 2.250 mil milhões de euros. Estas empresas investem mais de 50 mil milhões de euros anualmente em pesquisa e desenvolvimento, principalmente na Europa, e, em conjunto, são responsáveis por cerca de 5 milhões de empregos globalmente, apoiando a existência de muitos mais.

Paulo Azevedo, Presidente do Conselho de Administração das empresas do Grupo Efanor [Sonae Capital, Sonae e Sonae Indústria] preside à Comissão da ERT responsável pelo tema da Inclusão e Diversidade nas empresas.

Em 2020, a ERT lançou o compêndio “ERT I&D Toolkit”, para promoção da Inclusão e Diversidade das organizações, no qual reúne exemplos de boas práticas de 20 das maiores empresas Europeias de diferentes sectores. Já em 2018, o Grupo havia assumido esta causa como central, ao assinar o primeiro compromisso europeu para a inclusão e diversidade, transversal a várias indústrias, intitulado *Embrace Difference [Diversity & Inclusion]*, com o propósito de fomentar a criação de um ambiente e condições de trabalho adequadas para que todos os colaboradores possam atingir o seu potencial máximo, através de: cultura e liderança inclusivas, definição de metas e objectivos, clarificação de responsabilidades e igualdade de oportunidades.

Criação e divulgação de um plano para a igualdade de género

Tendo presente a importância da igualdade de género, como forma de demonstrar o compromisso da Sonae Capital com este tema, desenvolvemos, desde 2019, um plano anual para a igualdade de género que visa alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre géneros, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. O capítulo 4.3 inclui informação mais detalhada acerca deste plano.

Promoção da formação e desenvolvimento

Por forma a assegurar um ritmo de crescimento sustentado, a Sonae Capital tem apostado na formação contínua dos seus colaboradores. Cada colaborador possui um plano individual de crescimento e formação, que depende da sua função e categoria profissional, e que é complementado com as necessidades de desenvolvimento identificadas na avaliação de desempenho. Para além de formações baseadas em *soft skills*, a Sonae Capital proporciona também a oportunidade aos colaboradores de frequentarem formações mais técnicas, bem como a participação em programas realizados em parceria com entidades como Harvard, London Business School ou Cornwell. Em 2020 realizámos mais de 55 mil horas de acções de formação especializada e o número de horas de formação por colaborador situou-se em, aproximadamente, 46 horas.

**+ 55.000
HORAS**

ACÇÕES
FORMAÇÃO
ESPECIALIZADA

O NÚMERO DE HORAS
DE FORMAÇÃO POR
COLABORADOR SITUOU-SE
EM, APROXIMADAMENTE,
46 HORAS



A meritocracia e a definição de planos de carreira

Na Sonae Capital vive-se uma cultura de meritocracia, onde a diferenciação do desempenho e o contributo dos nossos colaboradores e equipas é sustentado por processos e ferramentas de reconhecimento, como a avaliação de competências e o apuramento de KPIs, consubstanciadas no momento da avaliação anual de desempenho. Esta etapa integra o ciclo de gestão de desempenho, ocorrendo no início de cada ano, com o objectivo de analisar o desempenho do colaborador no ano anterior, bem como discutir um conjunto de questões relacionadas com o seu desenvolvimento.

Com efeito, na base da promoção da reflexão e da atribuição de feedback, está a avaliação de competências e o cálculo de concretização de KPIs. A avaliação de competências inclui 9 competências comportamentais enquadradas em 6 *clusters*, transversais a todos os níveis funcionais e Negócios e 3 parâmetros de avaliação de competências técnicas [Imagem 1]. O apuramento de KPIs, descritos como metas devidamente mensuráveis que visam o alcance de determinados resultados ou a aquisição de determinadas competências, estrutura-se em 4 níveis: Sonae Capital, segmento de negócio, departamento/equipa e individual.

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

2

Desenvolvimento & Aquisição de Competências Técnicas

Procura de forma sistemática a melhoria e aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos de que dispõe.

1

Aplicação das Competências Técnicas

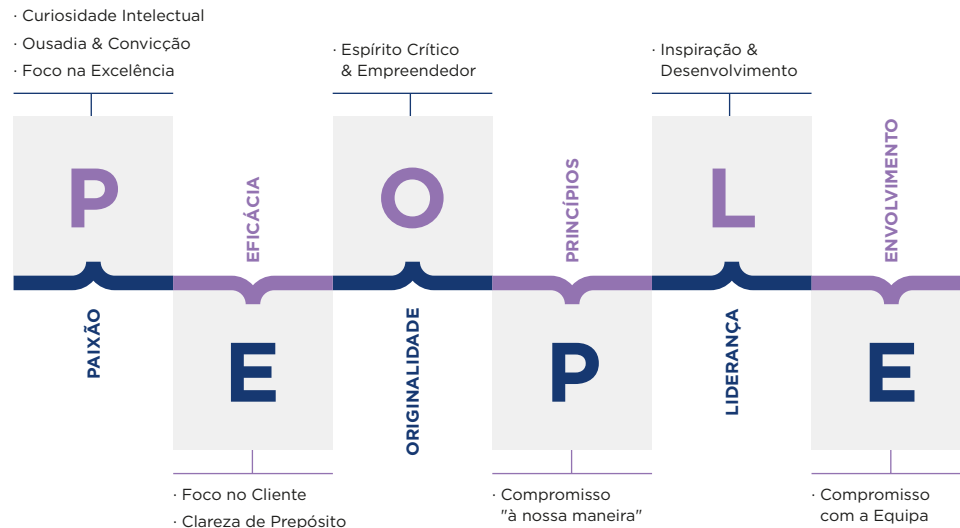
Realiza as tarefas e resolve os problemas inerentes à função, demonstrando a experiência, formação e os conhecimentos específicos e necessários ao desempenho da mesma.

3

Versatilidade na utilização de Competências Técnicas

Demonstra versatilidade e conhecimentos em áreas fora do âmbito restrito da sua atividade funcional.

COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS



No seguimento desta avaliação é atribuída ao colaborador uma classificação global de desempenho, tendo em conta uma escala de 5 níveis [Imagem 2]. Em simultâneo, o colaborador é avaliado quanto ao seu potencial com base numa escala de 3 níveis:

Nível 1: Não é expectável a progressão do colaborador para funções de maior responsabilidade e complexidade, no prazo de 2 a 3 anos.

Nível 2: Caso beneficie de desenvolvimento, poderá ser expectável a progressão do colaborador para funções de maior responsabilidade e complexidade, no prazo de 2 a 3 anos.

Nível 3: É expectável a progressão do colaborador para funções de maior responsabilidade e complexidade, no curto prazo [1 a 3 anos].

Posteriormente, o cruzamento dos eixos de desempenho e potencial permite o posicionamento dos colaboradores numa curva de referência, com a finalidade de garantir a harmonização dos colaboradores pelos diferentes níveis de talento. Este processo permite à Sonae Capital definir planos de carreira concretizáveis para cada colaborador e, simultaneamente, definir acções de desenvolvimento congruentes com as metas a atingir.



Programa Contacto e a integração de talento

Pioneiro em Portugal, o Programa Contacto foi lançado em 1986 com a missão de atrair e integrar jovens talentos nas empresas do Grupo Efanor. O programa dirige-se a jovens de elevado potencial, finalistas e recém-graduados de licenciatura ou mestrado, de qualquer área de formação, e oferece a estes jovens a possibilidade de explorar diferentes oportunidades e viver experiências profissionais diversificadas, na heterogeneidade de negócios que compõem o Grupo. Em simultâneo, pretende consolidar a longa e estratégica relação de parceria que o Grupo mantém com as Universidades, contribuindo, deste modo, para uma ligação efectiva entre a academia e o mercado de trabalho.

DESDE A SUA CRIAÇÃO, O PROGRAMA CONTACTO JÁ RECEBEU CERCA DE 46 MIL CANDIDATURAS, QUE CONDUZIRAM À SELECÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE MAIS DE 4.600 JOVENS DE DIFERENTES ÁREAS DE ESTUDO E NACIONALIDADES NO “DIA CONTACTO”, SENDO QUE ALGUMAS CENTENAS DESTES ACABARAM POR INTEGRAR AS EQUIPAS DO GRUPO.

Lançamento do projecto *disabilities*

Transversal à totalidade das empresas do Grupo Efanor, o projecto *disabilities* foi lançado no final de 2020 com o objectivo de acelerar a inclusão de pessoas com diferenças nas nossas empresas. Partindo de um desafio central, relacionado com o desenvolvimento de um ambiente de trabalho inclusivo, pretendemos mover-nos rapidamente e encetar esforços conjuntos para melhorar a vida

destas pessoas, com talentos e, seguramente, elevada resiliência e capacidade de superação.

Com um modelo de governo próprio e um conjunto de tarefas muito concretas, destinadas a ajudar a equipa a caminhar na direcção correcta, prevemos que as primeiras admissões ocorram durante o segundo trimestre de 2021.

Projecto *disabilities*, ancorado em princípios que nos permitirão lançar bases sólidas para o futuro



Aprender ...
Mas com muito foco
na **IMPLEMENTAÇÃO!**



Ser **RESPONSÁVEL**
[sustentável] com as
nossas novas pessoas



Pilotar, mas lançando
as bases para a
ESCALA
[de funções, incapacidades
e novos colaboradores]

3.2 Apoio à comunidade

O apoio à comunidade, de forma integrada e sustentada, é um legado da nossa cultura. No âmbito das actividades desenvolvidas, procuramos aumentar a capacidade de resiliência e autonomia das comunidades em que estamos presentes, contribuindo para a erradicação da pobreza nas suas diferentes formas. Agimos com vista à aproximação das nossas pessoas e empresas às comunidades, onde os nossos recursos são direccionados para iniciativas que, em parceria com outras organizações, contribuem para melhorar contextos mais desfavorecidos.

Em 2020, no contexto de excepção gerado com a pandemia Covid-19, as nossas equipas mobilizaram-se e promoveram várias iniciativas, num movimento de solidariedade e dedicação destinado a contribuir para a qualidade de vida de todos o que apoiámos.

Fitness: Seguramente a treinar

A par da suspensão temporária dos Clubes, o negócio de Fitness criou o *ginasio.online*, o primeiro ginásio 100% virtual português e que disponibiliza, todos os meses, 250 novas aulas das mais variadas modalidades de fitness e uma série de outros conteúdos, destinados a fomentar uma vida activa e saudável.

Durante o Estado de Emergência que vigorou em 2020, o *ginasio.online* ofereceu acesso totalmente gratuito a todos os profissionais de saúde [médicos, enfermeiros e auxiliares]. Em paralelo, no âmbito de uma parceria com o Hospital de Campanha do Porto, criado nas instalações do Palácio de Cristal como medida de suporte à pandemia, o negócio de Fitness criou no local um ginásio de raiz, permitindo que todos os profissionais de saúde que pretendessem treinar tivessem acesso a equipamentos de treino, assim como aos conteúdos do *ginasio.online*.

Hotelaria: Cedência instalações Porto Palácio Hotel

O Porto Palácio Hotel, localizado no Porto, disponibilizou 70 quartos para alojar os profissionais de saúde que estiveram em serviço no combate à Covid-19 em unidades hospitalares do Porto. Para além do alojamento, o Hotel garantiu ainda pequeno almoço, serviço de café na recepção, refeições *take-away* e estacionamento.

“Uma vez que o hotel está encerrado para efeitos comerciais, não podemos deixar de nos associar à Câmara Municipal do Porto e de contribuir com condições de conforto e de segurança para quem está na linha da frente da batalha contra a Covid-19. Temos capacidade de resposta e vontade de ajudar, pelo que os profissionais de saúde devem ser a nossa prioridade neste momento, de forma a garantir todas as condições para controlar a pandemia o mais depressa possível. Não podemos também deixar de destacar e agradecer a disponibilidade dos nossos colaboradores para tornar esta acção possível, pois só em equipa podemos ajudar”, Pedro Serra, Director Geral de Operações Hotelaria.

Energia e Engenharia Industrial: ventilador Atena

Também em 2020, as equipas da Sonae Capital na Capwatt e ADIRA colaboraram na realização do Projecto Atena, promovido pelo CEiiA – Centro de Engenharia e Desenvolvimento. O objectivo deste projecto consistiu no desenvolvimento, prototipagem, teste e industrialização de um novo modelo de ventilador mecânico invasivo de baixo custo, de montagem simples e produção descentralizada, capaz de atender pacientes com insuficiência respiratória aguda, inclusive associada à Covid-19.

Sendo a responsabilidade social um dos vectores que rege a nossa actividade, é principalmente através do voluntariado que temos actuado de forma recorrente. Todos os anos são implementadas várias acções, quer ao nível da Sonae Capital, quer ao nível dos seus negócios, das quais se destacam:



DÁDIVA DE SANGUE:

campanha nacional de sensibilização para a doação de sangue, promovida pelo Fitness, via redes sociais e em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, que decorreu no mês de Dezembro.



ACÇÕES DE NATAL:

anualmente, a Sonae Capital apoia uma causa na época de Natal. Em 2020, associou-se a duas instituições que viram os seus pedidos aumentar exponencialmente durante a pandemia, Mercado dos Santos e Caminhos de Amor, que apoiam famílias em situação precária e pessoas sem-abrigo, respectivamente. Esta iniciativa concretizou-se com a doação de um conjunto de artigos de mercearia, higiene, roupa e calçado, tornando especial o Natal de várias famílias e pessoas sem-abrigo.



CEDÊNCIAS DE PASSAGEM GRATUITAS:

em 2020, a Atlantic Ferries doou aproximadamente 2.500 euros, ao garantir a passagem gratuita, via catamarã e ferry de passageiros e viaturas, a 702 passageiros de quatro instituições. Esta iniciativa, realizada todos os anos, visa facilitar o acesso à praia na península de Tróia a utentes de instituições de apoio social, como o Centro Social Paroquial de São Sebastião e o Centro Social de Palmela, e apoiar instituições de cariz ambiental como a Ocean Alive e Brigada do Mar.





Por fim, destacamos o programa Sonae Activshare, transversal a todas as empresas do Grupo Efanor, que tem o desígnio de consolidar e agregar as acções de Responsabilidade Social e de Voluntariado do mesmo. No âmbito do Sonae Activshare, a Junior Achievement Portugal [JAP] é uma organização sem fins lucrativos que inspira e prepara crianças e jovens para terem sucesso numa economia global.

A sua actividade consiste em proporcionar experiências transformadoras com base em três pilares fundamentais: cidadania e literacia financeira, educação para o empreendedorismo e competências para a empregabilidade. A Sonae Capital, juntamente com a Sonae, tem uma parceria com a JAP e possui vários voluntários a participar na disseminação da educação para o empreendedorismo e no desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade individual.

04

DESEMPENHO SOCIETÁRIO

Um compromisso com futuro



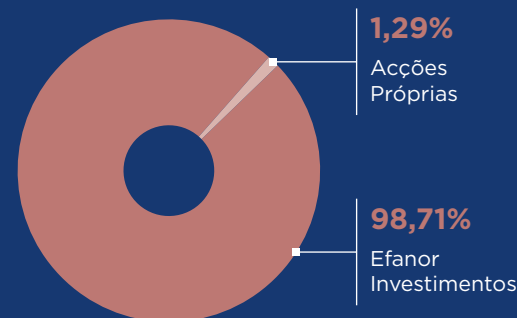
4.1 Estrutura accionista

O ano de 2020 fica marcado pelo lançamento, em 6 de Outubro, de uma oferta pública geral e voluntária de aquisição de acções representativas de 100% do capital social da Sonae Capital [doravante Oferta], pela Efanor Investimentos, SGPS, S.A. [doravante Efanor Investimentos]. O anúncio preliminar da Oferta ocorreu em 31 de Julho de 2020 e o anúncio de lançamento foi divulgado em 6 de Outubro de 2020.

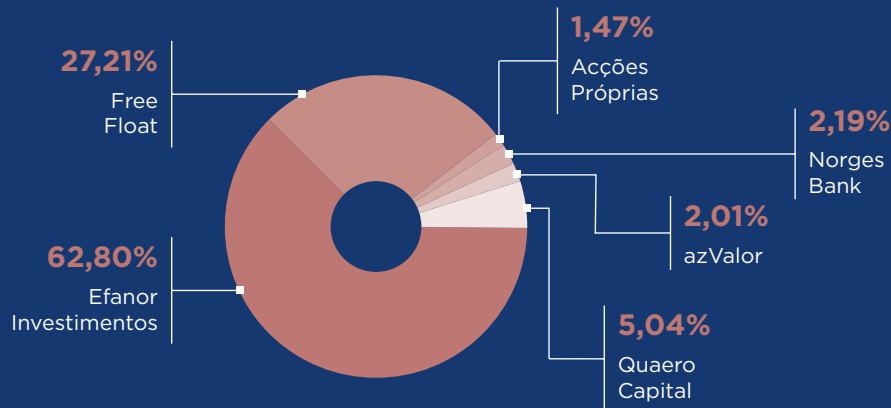
O objectivo desta Oferta, lançada pela Efanor Investimentos de forma voluntária, resultou da sua estratégia de gestão de portefólio e teve como principal objectivo reforçar a sua exposição aos sectores de actividade em que a Sonae Capital opera. Na sequência desta Oferta, em que a Efanor Investimentos alcançou 92,30% do capital social da Sonae Capital, a Sonae Capital perdeu a qualidade de sociedade aberta e as acções remanescentes foram, posteriormente, adquiridas através de uma aquisição potestativa.

Depois da admissão à negociação das acções representativas do seu capital social, em 28 de Janeiro de 2008, a Sonae Capital encerrou em 2020 um período de mais de doze anos no mercado de capitais, passando a ser detida por um accionista único, a Efanor Investimentos.

ESTRUTURA ACCIONISTA DA SONAE CAPITAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.



ESTRUTURA ACCIONISTA DA SONAE CAPITAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.



4.2 Modelo de Governo Societário

A Sonae Capital adota um Modelo de Governo monista, no qual a estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração, e a estrutura de fiscalização é composta pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os actos de administração relativos ao objecto social, determinar a orientação estratégica da Sonae Capital, gestão de riscos e proceder à designação e supervisão da actuação da Comissão Executiva e das Comissões especializadas por si constituídas, com o objectivo de maximizar a qualidade do seu desempenho e reforçar a competência do seu processo decisório.

Temos como essencial que, na selecção dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, seja privilegiada a aprovação de propostas de eleição de Órgãos Sociais que estejam assentes em critérios de diversidade, de modo a procurar que os mesmos reúnam uma maior amplitude de conhecimentos, competências, experiências e valores.

A composição do Conselho de Administração da Sonae Capital está, na íntegra, de acordo com a Política de Diversidade da Sonae Capital e evidencia uma equilibrada diversidade de género, em linha com as disposições legais.

Fiscalização

O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão da gestão da Sociedade, nomeadamente através da verificação da conformidade com a lei da estratégia e política de gestão de riscos definida pelo Conselho de Administração, da verificação da adequação das demonstrações financeiras, da supervisão da eficiência do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno da função de auditoria interna.

O Conselho Fiscal é o principal interlocutor entre a Sonae Capital e o Auditor Externo. O Conselho Fiscal supervisiona a actuação do Auditor Externo e a execução dos seus trabalhos ao longo do exercício social, pondera e aprova antecipadamente o âmbito e a remuneração dos trabalhos adicionais por este prestados e procede, anualmente, a uma avaliação global do desempenho e das condições de exercício da sua actividade, ao mesmo tempo que inclui uma apreciação sobre a sua independência.

O Auditor Externo da Sonae Capital é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, registada sob o n.º 9077 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia ou por Joaquim Miguel de Azevedo Barroso. No ano de 2020, o representante do Revisor Oficial de Contas da Sonae Capital foi António Joaquim Brochado Correia.

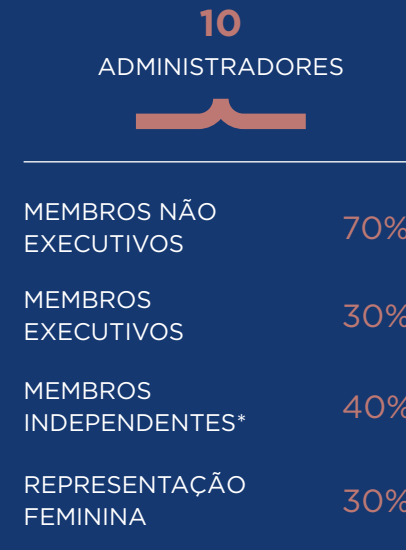
Estrutura de Administração e Fiscalização

Administração



Fiscalização

Composição do Conselho de Administração



* Em Março de 2020, dois dos Administradores Não Executivos da Sonae Capital perderam o estatuto de independentes, pelo decurso do tempo. Porém, é entendimento do Conselho de Administração que tal não implicou, em substância, a perda de independência dos mesmos.





Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Presidente do Conselho de Administração

Primeira nomeação: Março 2015



Álvaro Carmona e Costa Portela

Vice Presidente do Conselho de Administração, Não Executivo

Primeira nomeação: Março 2011



Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata

Presidente da Comissão Executiva

Primeira Nomeação: Abril 2016



Ivone Pinho Teixeira

Membro da Comissão Executiva, CFO

Primeira Nomeação: Março 2013



Pedro Manuel Bruno

Membro do Conselho de Administração, Executivo

Primeira Nomeação: Abril 2019



Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Membro do Conselho de Administração, Não Executivo

Primeira nomeação: Março 2011



Ângelo Gabriel R. dos Santos Paupério

Membro do Conselho de Administração, Não Executivo

Primeira nomeação: Dezembro 2019



Paulo José Jubilado Soares de Pinho

Membro do Conselho de Administração, Não Executivo

Primeira nomeação: Abril 2008



Francisco de la Fuente Sánchez

Membro do Conselho de Administração, Não Executivo

Primeira nomeação: Abril 2008



Isabel Maria Vaz

Membro do Conselho de Administração, Não Executivo

Primeira nomeação: Abril 2019

O actual mandato do Conselho de Administração da Sonae Capital corresponde ao triénio 2018-2020. De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de sete e no máximo de onze, eleitos em Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração têm revelado serem titulares das características individuais, nomeadamente, experiência, conhecimento profundo dos principais sectores de actividade em que a Sonae Capital actua, conhecimento e competências técnicas de gestão e fiscalização determinantes para o sucesso, bem como qualidades humanas, integridade e disponibilidade para o exercício pleno e cabal das funções que lhes estão atribuídas, em total alinhamento com os interesses da Sonae Capital e dos seus Accionistas.

Os Administradores Não Executivos desempenham um papel fundamental no Modelo de Governo Societário da Sonae Capital. Seleccionados pela amplitude da sua experiência e alinhamento com os nossos valores corporativos, estes têm um papel fundamental pelo aconselhamento e maior grau de independência e objectividade que conferem às decisões, ao mesmo tempo que asseguram o grau de supervisão necessário às actividades desenvolvidas pelos Administradores Executivos.



Centro Corporativo e Serviços Partilhados

A Sonae Capital mantém ao nível da *holding* um Centro Corporativo que assume uma função instrumental de apoio à Comissão Executiva, ao Conselho de Administração da *holding* e dos respectivos negócios, no âmbito da definição e controlo da execução das estratégias, das políticas e objectivos definidos. Composto por funções soberanas e funções partilhadas, que abaixo se descrevem, tem o objectivo de prestar serviços de carácter transversal a todas as empresas da Sonae Capital:

Financiamento e mercados financeiros

Definição e implementação de estratégias e políticas de gestão financeira, garantindo uma visão integrada e transversal das necessidades da Sonae Capital e assegurando a relação com os mercados de capitais, de dívida e bancários. É, também, responsável pela gestão dos riscos financeiros e pela elaboração e acompanhamento do plano financeiro.

Planeamento e Controlo de Gestão

Apoio ao desenvolvimento da estratégia corporativa e dos negócios, coordenação do processo anual de orçamento da Sonae Capital e realização do controlo relativo à sua execução. Desafio aos negócios quanto aos objectivos a que se propõem, de modo a melhorar e otimizar de forma continuada a sua eficiência, desempenho e resultados. Reporte de informação consolidada ao Conselho de Administração.

Reporting, Tesouraria e Assessoria Fiscal

Optimização dos fluxos financeiros da Sonae Capital, através da gestão eficiente das entidades externas, nomeadamente clientes, fornecedores e Banca, garantindo a existência de um modelo de gestão contabilística que assegure a integridade e disponibilidade da informação contabilística, financeira e da situação patrimonial de toda a organização através de um sistema integrado.

Fusões e Aquisições

Apoio em projectos de crescimento orgânico e na gestão dos negócios do portefólio, bem como nos projectos de optimização do mesmo, incluindo a análise e negociação de oportunidades de investimento e desinvestimento.

Recursos Humanos

Definição e implementação da estratégia e políticas de recursos humanos da Sonae Capital. Planeamento e gestão do talento e carreiras dos gestores de topo, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração e Comissão de Remunerações.

Legal

Prestação de apoio jurídico, garantindo a defesa dos interesses da Sonae Capital e promovendo de forma integrada e transversal a estratégia definida pelo Conselho

de Administração e a gestão legal da política do Governo das Sociedade, no suporte ao cumprimento das melhores práticas. Cabe-lhe, ainda, a responsabilidade da elaboração e análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais, a gestão de contencioso, o apoio legal nas operações nacionais e internacionais dos negócios do portefólio.

Sistemas e Tecnologias de Informação

Atestar o alinhamento dos Sistemas de Informação com a estratégia da Sonae Capital, criando valor através da disponibilização de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação dos processos.

Auditoria Interna

Definição e execução das actividades de Auditoria Interna, avaliando de forma sistemática e independente as actividades da Sonae Capital, com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e de controlo interno.

Gestão de Risco

Apoio na identificação, modelização e acompanhamento dos riscos da Sonae Capital, com o objectivo de garantir o seu controlo e mitigação, bem como possibilitar a inclusão da dimensão do risco nas decisões estratégicas e operacionais.





Relação com Investidores

Gestão da relação entre a Sonae Capital e a comunidade financeira, através da contínua preparação e divulgação de informação relevante e actualizada sobre a Sonae Capital e seus negócios, e assegurando o permanente contacto com investidores, accionistas e analistas de *Equity Research*.

IOW - *Improving our work*

Promoção de uma cultura e prática comum de melhoria contínua, no âmbito do modelo IOW, transversal a todas as empresas do Grupo Efanor e, por outro lado, promoção e aceleração de projectos integrados de inovação entre as diferentes áreas, com o objectivo de aumentar a competitividade.

Serviços Partilhados

Os Serviços Partilhados incluem actividades de processamento, assegurando ganhos de escala. A definição e implementação de processos surge como forma privilegiada de promover a eficiência, prestando serviços às Unidades de Negócio e à *holding*, sendo de destacar as seguintes funções:

- Contabilidade e *Reporting*;
- Contas a receber e Contas a pagar;
- Serviços e Sistemas de Recursos Humanos;
- Paralegal;
- Actividades de suporte IT/IS.



4.3 Códigos e Políticas implementadas

Código de Conduta

A Sonae Capital possui um Código de Conduta que integra um conjunto de princípios e regras de natureza ética e deontológica que regem a actividade dos seus negócios, a actuação dos membros dos Órgãos Sociais, das suas pessoas e dos seus parceiros.

Neste Código estabelecem-se os princípios relativos ao que é esperado no dia a dia da actividade desenvolvida em termos de transparência, confiança, idoneidade, clareza de propósito e comportamento expectável, em consonância com os comportamentos estabelecidos nos valores corporativos. O que é esperado nas relações estabelecidas pelos vários negócios da Sonae Capital, ou pessoas que a representem, está vertido neste Código de Conduta, que se espera que seja cumprido na íntegra.

Este Código pretende, também, estabelecer uma referência para os vários stakeholders externos sobre os padrões de comportamento da Sonae Capital, no seu relacionamento com as várias entidades que são fulcrais para a sua actividade.

Código de Conduta para Fornecedores

Reconhecendo os desafios e os riscos associados à cadeia de fornecimento, a Sonae Capital estabeleceu um Código de Conduta para informar os seus Fornecedores, e a respectiva cadeia de subcontratação, dos requisitos mínimos a assegurar durante todo o período de colaboração, em todos os negócios, tanto local como globalmente.

Pretendemos criar valor baseado em relações de ética e confiança num horizonte de médio e longo prazo e evitar circunstâncias ou situações que possam ser percebidas como impróprias ou geradoras de conflito de interesses para o mercado ou restantes partes interessadas.

Este Código é modelado tendo por base as normas da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras normas emitidas por organizações como a Organização Internacional do Trabalho, Responsabilidade Social Internacional e Iniciativa de Comércio Ético.

Assim, esperamos, dos nossos fornecedores e prestadores de serviços, o compromisso de cumprir e fazer cumprir o Código de Conduta.

Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho

Este Código pretende concretizar um conjunto de princípios e regras de comportamento para orientação e disciplina das pessoas que integram a Sonae Capital, promovendo a consolidação do respeito, honestidade e integridade que devem reger as relações de trabalho e buscando prevenir e combater qualquer prática de assédio em contexto de trabalho.

A par da divulgação deste Código, encontra-se em vigor um procedimento interno para reporte e análise de situações de potencial assédio [moral, físico ou sexual] em qualquer empresa do portefólio.

Política de comunicação de irregularidades

A Sonae Capital incentiva todos os *stakeholders* a comunicar quaisquer irregularidades e, como tal, implementou uma política destinada à comunicação de irregularidades. Para tal, foi consagrado um procedimento para a recepção e tratamento de comunicações de irregularidades, permitindo à Sonae Capital [e em especial ao Órgão Social que tem a competência de apreciar as irregularidades comunicadas, o Conselho Fiscal] o tratamento atento e eficiente das informações recebidas.

Constituem irregularidades, para efeitos desta Política, os factos que violem ou prejudiquem gravemente:

- o cumprimento de princípios legais, regulamentares e deontológicos pelos membros dos Órgãos Sociais e colaboradores, no exercício dos seus cargos profissionais;
- o património, bem como o património dos nossos clientes, accionistas, fornecedores e parceiros comerciais, ou de qualquer negócio do portefólio;
- as boas práticas de gestão e a imagem ou a nossa reputação.

Com uma periodicidade trimestral, o Conselho Fiscal comunica ao Conselho de Administração a lista identificativa das irregularidades que lhe foram comunicadas, bem como a indicação das medidas correctivas que, eventualmente, tenham sido aplicadas. Durante o ano de 2020, o Conselho Fiscal não recebeu, através dos meios definidos para o efeito, ou de quaisquer outros meios, quaisquer comunicações sobre matérias enquadradas nesta Política.

Política de prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo

Esta Política espelha a definição, pela Sonae Capital, dos princípios basilares – a serem aplicados transversalmente em todos os negócios do portefólio, no que respeita a prevenção, detecção e combate – incluindo-se aqui a definição de procedimentos para dar resposta aos riscos de exposição a transacções com terceiros, do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e de financiamento à proliferação de armas de destruição massiva.

Cada um dos negócios obrigados a cumprir a Lei nº 83/2017, de 18 de Agosto, definiu políticas e procedimentos específicos.

Política de diversidade

Consideramos essencial que, na selecção dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, os accionistas privilegiem a aprovação de propostas de eleição que assentem em critérios de diversidade, de modo a procurar que os mesmos reúnam uma maior amplitude de conhecimentos, competências, experiências e valores.

Assim, na Sonae Capital comprometemo-nos a desenvolver esforços no sentido de promover a diversidade nos nossos quadros, bem como a privilegiar políticas e recomendações que visem o mesmo fim no que respeita à designação dos Membros dos Órgãos Sociais.

Tendo como factor de ponderação a natureza e a complexidade das actividades da Sonae Capital, assim como o

contexto social e ambiental em que os negócios operam, são os critérios seguintes que são levados em consideração em termos de selecção de candidatas:

- **Experiência profissional:** a coexistência de percursos profissionais e de *backgrounds* diversificados aporta *know-how* apropriado às actividades da Sonae Capital e à estratégia definida, designadamente nas seguintes áreas: financeira, contabilidade, jurídica, governo societário, mercado de valores mobiliários/derivados, indústria, relações com investidores, banca, estratégia, responsabilidade social corporativa, gestão de riscos, auditoria, aprovisionamento e gestão de activos, *marketing*, ambiente e sustentabilidade;
- **Género:** a diversidade de género promove a existência de perspectivas e de estilos diferentes, trazendo inovação e criatividade ao órgão respectivo;
- **Habilitações:** a diversidade de qualificações profissionais permite colocar ao dispor da Sonae Capital as competências necessárias ao desenvolvimento das suas actividades e da estratégia definida, tendo em conta a respectiva complexidade. A inclusão de diferentes áreas como engenharia, economia, gestão, direito e outras promove a diversidade de conhecimentos técnicos, o que permitirá uma melhor compreensão das questões, riscos e oportunidades inerentes às nossas actividades;
- **Idade:** não temos uma visão restritiva dos limites de idade, pois é nossa convicção que a diversidade etária permitirá combinar experiência e inovação, resultando num processo de tomada de decisão mais inovador, ágil e ponderado.

Plano para a igualdade de género

Desde sempre que a igualdade de género reveste particular importância no âmbito da gestão dos nossos negócios, enquanto corolário da igualdade de oportunidades e reconhecimento entre homens e mulheres. Temos vindo a incorporar na nossa estratégia de gestão diversas acções, iniciativas, políticas e procedimentos internos com o objectivo de alcançar uma efectiva igualdade entre géneros e eliminar a discriminação em função do sexo, realçando, ainda, a importância da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional dos nossos colaboradores.

O Plano para a igualdade de género teve como ponto de partida uma análise de diagnóstico, à qual se adicionou um plano de acções, que se encontram ancoradas nos seguintes objectivos:

- Assegurar a implementação do Plano para a Igualdade de género, a sua monitorização, acompanhamento e sustentabilidade;
- Garantir um processo de recrutamento consonante com as políticas de não discriminação;
- Assegurar que o plano de formação interna promove a igualdade de género;
- Garantir que a formação de cargos de liderança incorpora a igualdade de género;
- Consciencializar os colaboradores para a importância da igualdade de género;

- Promover a meritocracia como base para avaliação e progressão de carreira;
- Prevenir e combater o assédio no trabalho;
- Proteger e promover políticas de parentalidade;
- Promover a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

O acompanhamento e controlo da implementação do plano é realizado pelo Grupo de Trabalho criado para o efeito, composto pelos seguintes elementos:

- Presidente da Comissão Executiva;
- *Chief Financial Officer*;
- Director de Recursos Humanos;
- Directora Legal.

O Grupo de Trabalho é responsável pela recolha e análise de dados, a fim de monitorizar os indicadores de progresso associados a cada uma das medidas que compõem o Plano, comprometendo-se a propor à Administração eventuais ajustes ao mesmo, sempre que sejam identificados desvios ou pontos de melhoria. A constituição do Grupo de Trabalho assegura uma representação equitativa de ambos os sexos e, ao mesmo tempo, a presença de dois elementos da Comissão Executiva da Sonae Capital, do Director de Recursos Humanos e da Directora Legal, permitem alcançar uma actuação abrangente a todas as áreas de negócio que integram o nosso portefólio de empresas.



4.4 Política de remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros dos Órgãos Sociais da Sonae Capital, em representação dos Accionistas, de acordo com a declaração sobre a política de remuneração aprovada pelos Accionistas na Assembleia Geral.

Características da Política de remuneração

1. Competitividade:

A Política da Sonae Capital é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados em Portugal e mercados europeus, servindo actualmente de referência os estudos de mercado da Mercer e HayGroup.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios são fixados e periodicamente revistos, em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos Órgãos Sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos Órgãos Sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros factores, o perfil e currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do Órgão Social e do próprio membro, bem como o grau de correlação directa entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a mediana dos valores de mercado aplicável para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a remuneração dos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon.

2. Orientação para o desempenho:

A Política da Sonae Capital prevê a atribuição de prémios, calculados em função do grau de sucesso alcançado. A componente variável da remuneração encontra-se estruturada de maneira a estabelecer uma ligação entre os prémios atribuídos e o grau de desempenho, quer individual quer colectivo. Em caso de não concretização de objectivos pré-definidos, medidos através de KPIs de negócio e individuais, o valor de incentivos de curto e médio prazo é reduzido, total ou parcialmente.

3. Alinhamento com os interesses dos accionistas:

Uma parte do prémio variável dos Administradores Executivos é diferida por um período de três anos, sendo o valor condicionado pela evolução da cotação das acções. Desta forma, é assegurado um alinhamento entre a actuação do Administrador e os interesses dos accionistas e com o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade do negócio.

4. Transparência:

Todos os aspectos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente, interna e externamente, através da publicação de documentação no webiste corporativo da Sonae Capital. Este processo de comunicação contribui para promover a equidade e independência.

5. Razoabilidade:

A Política de Remuneração pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses da Sonae Capital, o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos Órgãos Sociais e a necessidade de retenção de talento.

Remuneração do Conselho de Administração Administradores Executivos

Remuneração	Componente	Descrição	Objectivo	Posicionamento no mercado
Fixa	Vencimento base	Vencimento anual [o vencimento fixo anual é pago em 14 prestações mensais]	Adequação ao estatuto e responsabilidade do Administrador	Mediana
	Prémio variável de curto-prazo [PVCP]	Prémio de desempenho pago no primeiro semestre do ano seguinte, depois do apuramento de resultados do exercício	Visa assegurar competitividade do pacote remuneratório e ligação da remuneração aos objectivos da empresa	Terceiro quartil
Variável	Prémio variável de médio-prazo [PVMP]	Compensação diferida por 3 anos, sendo o montante apurado dependente da evolução da cotação das acções		

A remuneração fixa dos Administradores Executivos da Sonae Capital é definida em função do seu nível de responsabilidade no Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

Adicionalmente, os Administradores Executivos participam num plano de incentivos, designado também por prémio variável. O prémio variável é atribuído no primeiro trimestre do ano seguinte àquele a que diz respeito, encontrando-se vinculado ao desempenho do ano anterior e visa orientar e recompensar a Administração Executiva pelo cumprimento de um conjunto de indicadores de desempenho. Cerca de 70% do seu valor é determinado por KPIs de negócio económicos e financeiros, nomeadamente Volume de Negócios, Resultado Operacional e Resultado Líquido e *Free Cash Flow*.

O prémio variável tem natureza discricionária e, dado que a atribuição do respectivo valor está dependente da consecução de objectivos, o seu pagamento não se encontra garantido. O prémio variável é determinado anualmente, variando o valor do objectivo pré-definido entre 30% e 60% da remuneração total anual [remuneração fixa e valor objectivo da remuneração variável] e encontra-se subdividido em duas parcelas:

[i] Prémio Variável de Curto Prazo [PVCP], pago em numerário, através de participação nos lucros ou não, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo, todavia, e a critério da Comissão de Vencimentos, ser pago, no mesmo prazo, em acções, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo;

[ii] Prémio Variável de Médio Prazo [PVMP], correspondente a pelo menos 50% do prémio variável, pago após um diferimento de 3 anos e no ano subsequente ao termo deste último, pago através da atribuição de acções com desconto.

O PVMP proporciona aos aderentes a possibilidade de partilharem com os accionistas o valor criado, pela sua intervenção directa na definição da estratégia e na gestão dos negócios, na justa medida do resultado da avaliação anual do seu desempenho. Igualmente, constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos Administradores Executivos com os objectivos da Sonae Capital, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a percepção da importância do seu desempenho para o sucesso da Sonae Capital, com expressão na capitalização bolsista do título.

Administradores Não Executivos

A remuneração dos Administradores Não Executivos é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, estabelecido tendo em conta os valores praticados no mercado segundo os seguintes princípios: [i] a atribuição de uma remuneração fixa; e [ii] a atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

DADA A RECENTE PERDA DE QUALIDADE DE SOCIEDADE ABERTA, NA SEQUÊNCIA DA OFERTA LANÇADA PELA EFANOR INVESTIMENTOS, A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SONAE CAPITAL IRÁ SER OBJECTO DE REVISÃO EM 2021, NOMEADAMENTE NO QUE SE REFERE ÀS COMPONENTES QUE TÊM ESTADO HISTORICAMENTE DEPENDENTES DAS ACÇÕES DA SONAE CAPITAL.

4.5 Controlo interno e gestão de riscos

A gestão de risco é uma das componentes centrais da cultura da Sonae Capital e um pilar do Governo da Sociedade e encontra-se presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

Uma adequada gestão dos riscos permite potenciar as oportunidades de negócio, mantendo os riscos em níveis de aceitação e controlo definidos e, assim, melhorar a capacidade de gerar valor.

Órgãos e Comissões responsáveis pela gestão de risco e controlo interno



A função de gestão de risco é complementada, na Sonae Capital, pela participação no Grupo Consultivo de Gestão de Risco, onde estão presentes todas as empresas do universo Efanor*. O Grupo Consultivo reúne trimestralmente e tem como principais responsabilidades rever as políticas existentes em matéria de Gestão de Risco e propor novas diretrizes na matéria, monitorizar as actividades de Gestão de Risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações, sugerir a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de gestão de risco para o Grupo e, por fim, promover conhecimento especializado em matéria de gestão de risco.

* Sonae, Sonae Capital e Sonae Indústria.

Processo de Gestão de Risco

O Processo de gestão de risco da Sonae Capital apoia-se numa metodologia uniforme e sistemática que tem por base o padrão *Internacional Enterprise Risk Management – Integrated Framework*, do COSO [*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*] e compreende, nomeadamente, a:

- Definição do enfoque de gestão de risco: execução de um dicionário de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum;
- Identificação e sistematização dos riscos que podem afectar a organização e cada um dos seus negócios e a nomeação de *owners* do risco, a quem cabe a responsabilidade de monitorizar a sua evolução;
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do grau de impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos e indicadores para medição desses mesmos riscos;
- Avaliação das estratégias de gestão de risco, nomeadamente aceitar, evitar, mitigar ou transferir;

- Desenvolvimento e implementação de planos de acção de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções dos negócios;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de acções e da evolução dos riscos.

O dicionário de riscos no qual o processo de gestão de risco da actividade da *holding* e dos negócios da Sonae Capital se sustenta é composto por 15 riscos externos e 42 riscos do negócio, sem prejuízo de incluir outros riscos adicionais, ajustados à especificidade de cada um dos negócios do portefólio.



Riscos externos

Competitividade do mercado	Os mercados onde actuamos são altamente competitivos e, como tal, o desempenho [em termos de localização, preço, qualidade e serviço] dos nossos concorrentes, directos e indirectos, já existentes ou novos, pode resultar numa diluição da quota de mercado e/ou perda de rentabilidade.
Condições macroeconómicas desfavoráveis	As condições macroeconómicas desfavoráveis em que operamos, bem como as alterações nas condições económicas nacionais e globais [ou seja, austeridade, poder de compra, capacidade de investimento, factores demográficos, custo de matérias-primas e serviços essenciais, entre outros] podem ter um efeito adverso no desempenho financeiro da empresa.
Conflitos entre culturas transfronteiriças	As diferenças culturais entre a empresa e o país para o qual se pretende exportar e expandir a sua actividade podem comprometer o processo de adaptação e a viabilidade em concretizar a estratégia corporativa.
Condições climáticas extremas	No caso de um grande desastre [uma catástrofe natural ou condições climatéricas extremas, por exemplo] durante períodos críticos da actividade da empresa, especialmente nos locais onde opera, pode ameaçar a sua capacidade de manter as operações, fornecer produtos e serviços essenciais ou cobrir os custos operacionais.
Crescente pressão legislativa ou regulatória	A existência de nova legislação ou alterações à legislação em vigor, com impacto nos produtos e/ou serviços, nomeadamente nas áreas do ambiente e protecção de dados, saúde e segurança, <i>marketing</i> e concorrência, podem implicar multas por incumprimento, ameaçar a capacidade da empresa para desenvolver os seus negócios e afectar a rentabilidade.
Falha no envolvimento com entidades oficiais	A inexistência de uma relação formal ou a falta de cooperação com os governos central e local, reguladores, autoridades, associações sectoriais e sindicatos para melhorar as estruturas regulatórias, legais e sociais pode afectar negativamente a entrega das melhores soluções para as comunidades e para a empresa.
Governo soberano e instabilidade política	Mudanças políticas num país no qual a empresa tenha investido de forma significativa, possua elevada exposição ou possua acordos com entidades locais, podem comprometer o seu património e a continuidade da operação.
Excesso de população	Quando a pegada ecológica de uma população numa determinada área geográfica excede a capacidade de suporte desse local, danificando o meio ambiente mais rapidamente do que pode ser reparado pela natureza, levando a um potencial colapso ecológico e social.
Falha em atender às preferências do consumidor	A incapacidade de prever, avaliar e reagir às preferências e necessidades dos consumidores de forma eficaz pode afectar negativamente a capacidade de desenvolver o negócio e aumentar a rentabilidade.
Perda da confiança accionista	A quebra da confiança dos actuais e potenciais accionistas no modelo de negócio ou na conduta da empresa pode afectar a capacidade da empresa desenvolver e impulsionar o crescimento dos negócios.
Proposta de valor inadequada em países estrangeiros	A proposta de valor pode não se adequar aos novos mercados e segmentos para os quais a empresa pretende expandir-se.
Profunda instabilidade social	O crescente fosso entre mais ricos e mais pobres, a desigualdade salarial e a existência de contratos precários podem contribuir para o aumento da contestação social de colaboradores ou fornecedores, com impacto directo no desempenho empresarial.
Força de trabalho insuficiente para as actividades core	A falta de Recursos Humanos com competências adequadas e <i>know-how</i> para cumprir as actividades <i>core</i> , em particular quando são necessárias novas competências que são escassas.
Conflitos entre Estados com consequências regionais	Uma disputa bilateral ou multilateral entre Estados, que se transforma num conflito económico, militar, cibernético, social ou noutro tipo de conflito, pode impactar negativamente a cadeia de abastecimento e a rentabilidade do negócio.
Propagação rápida e massiva de doenças infecciosas	Bactérias, vírus, parasitas ou fungos que causem a disseminação descontrolada de doenças infecciosas, que desencadeiem situações de perturbação económica e/ou coloquem em risco a continuidade dos negócios.



Riscos do negócio

1. Riscos estratégicos

Falha na abordagem à transformação digital	Alterações no perfil do consumidor [from bricks to clicks], aliadas à impossibilidade de garantir a transformação digital dos modelos tradicionais de negócio, pode comprometer a sustentabilidade da empresa.
Falha no ajuste do portefólio de negócios	A incapacidade de ajustar o portefólio da empresa e combinar os modelos de negócios para atender às necessidades dos clientes, em constante evolução, ou para dar resposta a mudanças na estratégia, pode impedir a empresa de maximizar o seu desempenho.
Planeamento estratégico desajustado	Um planeamento estratégico inadequado ou um processo de monitorização insuficiente, aliado à utilização de indicadores de desempenho desequilibrados e muito focados nos resultados financeiros de curto prazo, pode ameaçar o alcance dos resultados operacionais ambicionados.
Exposição no país	A concentração da actividade da empresa num só país pode criar elevada dependência e exposição às dinâmicas específicas de um mercado limitado.
Desajustada estratégia para cadeia de abastecimento	A substituição de fornecedores locais por globais, assim como mudanças nos acordos comerciais [rotas, taxas alfandegárias], pode enfraquecer a capacidade de negociação da empresa, restringir o fornecimento e impactar os custos de produção.
Escassez na inovação	A existência de restrições orçamentais, uma cultura que não fomenta a inovação ou a elevada complexidade operacional podem colocar em risco a capacidade da empresa beneficiar do avanço tecnológico necessário ao desenvolvimento do negócio, contribuindo para a perda de competitividade.
Parcerias desalinhas	A concretização de alianças, joint-ventures ou outro tipo de parcerias com entidades que façam uso indevido das nossas marcas, não garantam a execução dos contratos estabelecidos, que não se comprometam com a relação ou que não possuam solidez financeira, pode afectar negativamente a capitalização de oportunidades de parceria, com consequências directas na expansão dos negócios e no desempenho financeiro da empresa.

2. Riscos financeiros

Restrições no acesso ao capital	A impossibilidade de aceder a capital, em virtude de endividamento excessivo ou falta de liquidez, pode levar a falhas na aquisição de produtos ou serviços, incapacidade de expandir negócios, responder a novos desafios ou financiar novos projectos.
Volatilidade das taxas de câmbio	A volatilidade das taxas de câmbio pode representar uma ameaça à sustentabilidade financeira da operação internacional e afectar a rentabilidade nessas geografias.
Aumento das taxas de juro	As flutuações das taxas de juros podem gerar receitas abaixo do esperado, ou custos financeiros relacionados com empréstimos acima do previsto, afectando o desempenho financeiro da empresa.
Volatilidade dos activos	A flutuação do valor dos Activos detidos pela empresa pode causar perdas financeiras e resultados operacionais negativos.
Credit Default	A concessão de crédito a clientes ou fornecedores que não cumpram as suas obrigações pode expor a empresa a perdas financeiras.
Decisões de investimento inadequadas	A escassez de informação financeira fidedigna no apoio ao processo de tomada de decisão ou o uso de premissas erradas para construir o <i>business case</i> pode levar a investimentos que não gerem o retorno esperado.
Informações financeiras enganosas	Informações financeiras enganosas ou incorrectas podem levar a decisões financeiras e operacionais inadequadas, com consequências negativas que podem variar desde a quota de mercado até à liquidez.

3. Riscos reputacionais

Interrupção do negócio	A interrupção do negócio devido a más condições de segurança ou insuficiente manutenção das instalações ou equipamentos, guerras, falta de recursos essenciais, erro humano ou actos de terrorismo podem comprometer a capacidade de entrega em processos críticos.
Estratégia de comunicação deficitária	A implementação de uma estratégia de comunicação institucional desalinhada com os valores e cultura da empresa, ou o uso de uma comunicação ineficaz e pouco clara, pode resultar em mensagens inconsistentes ou mal interpretadas pelo público e/ou mercados e pode afectar de forma adversa a imagem e valor das marcas.
Percepção incorrecta sobre produtos e/ou serviços	Uma percepção menos positiva da proposta de valor associada à venda de produtos e/ou serviços que não garantam a qualidade necessária pode ser um obstáculo à captação e retenção de clientes e pode afectar negativamente a reputação da empresa.
Reputação corporativa	A incapacidade de proteger e desenvolver de forma adequada a imagem e reputação das nossas marcas pode contribuir para a perda de valor do negócio e pode afectar de forma adversa a relação da empresa com as partes interessadas.
Percepção de sustentabilidade inalcançada	A definição de uma estratégia de sustentabilidade abaixo das exigências do mercado, nomeadamente no que se refere a práticas ambientais nocivas, pode colocar em risco a captação e retenção de clientes e fornecedores, cada vez mais sensíveis a esta questão.
Responsabilidade corporativa Insuficiente	A falta de compromisso com os princípios da responsabilidade social ou a sua exclusão como elemento intrínseco das decisões, actividades e cultura da empresa pode afectar a imagem e, conseqüentemente, a viabilidade do negócio.
Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas	A inexistência de medidas eficazes para mitigar as alterações climáticas, proteger as populações e ajudar as empresas afectadas pelas alterações climáticas na adaptação necessária, pode afectar a imagem da empresa.

4. Riscos de recursos humanos

Incapacidade de recrutar e reter talento	A actuação num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, associada à falta de planos de carreira atractivos, programas de remuneração e formação desalinhados, pode comprometer a capacidade de retenção dos recursos humanos chave da empresa, com conseqüente impacto na execução dos objectivos e estratégia do negócio.
Falta de habilitações e conhecimento do negócio	A falta de pessoas com as competências, qualificações ou experiência profissional necessárias, pode ameaçar a execução do modelo de negócio da empresa e impedir o cumprimento dos seus objectivos.
Falha na comunicação da estratégia	Falhas na comunicação interna [mensagens inconsistentes ou desalinhadas com os objectivos do negócio], ou a falta de foco e dificuldades na priorização, falta de recursos e resistência para envolver novos processos podem afectar adversamente a implementação da estratégia.
Conduta ilegal da gestão ou colaboradores	Actos ilícitos cometidos pela gestão ou pelos colaboradores podem expor a empresa a multas, penalidades, perda de clientes ou fornecedores, quebra de receitas e danos reputacionais.
Outsourcing de actividades críticas	A subcontratação de actividades críticas a terceiros que não actuem dentro dos limites estabelecidos, de forma atempada, ou de forma consentânea com os valores, estratégia e objectivos da empresa, garantindo os níveis de serviço contratados, pode afectar o desempenho do negócio .
Falta de agilidade e simplicidade organizacional	A existência de estruturas organizacionais altamente complexas e inflexíveis, em virtude da dimensão da empresa e da diversidade dos negócios, pode afectar a tomada de decisões de forma ágil, com conseqüente perda de oportunidades.
Desalinhamento dos negócios	A existência de diferentes culturas organizacionais, potencialmente não alinhadas com os valores e ADN da empresa, pode impactar negativamente o modelo de gestão em vigor e a reputação.

5. Riscos tecnológicos

Cibersegurança	A ocorrência de violações na privacidade e/ou segurança de dados de colaboradores, fornecedores ou clientes, bem como de outras informações comerciais, devido a um nível inadequado na protecção dos sistemas de informação e/ou comportamentos de risco dos colaboradores podem sujeitar a empresa a multas que afectam a sua reputação e a continuidade do negócio.
Investimento insuficiente em Tecnologias da Informação	A escassez de investimento nos principais sistemas, para atender à evolução da tecnologia e às preferências do cliente, pode afectar de forma adversa a capacidade da empresa para inovar e gerar lucros.
Falta de informação de qualidade no processo de decisão	Informação desnecessária ou desadequada, bem como um processamento incoerente e incompleto, por actividade maliciosa, erro humano e/ou de programação, podem resultar em decisões erróneas, afectar os resultados financeiros da empresa e gerar perda de clientes.
Falha ou interrupção dos sistemas críticos	A impossibilidade de acesso a informação relevante, ou a falha de serviços críticos, nomeadamente serviços online, provocada por erro humano, falhas técnicas ou actividades maliciosas, pode levar à perda de clientes e à interrupção dos negócios.
Complexidade da Arquitectura de Tecnologias de Informação	A complexidade e falta de flexibilidade da arquitetura dos sistemas de informação e a existência de soluções altamente customizadas podem contribuir para o aumento dos custos operacionais e impedir o desenvolvimento dos negócios.
Incapacidade de entrega de valor pelos Sistemas de Informação	A incapacidade de usar big data/analytics como fonte de conhecimento para permitir decisões mais informadas e oportunas sobre estratégias de preços e preferência do cliente, bem como a implementação de soluções que não atendem de forma eficaz às necessidades reais do negócio, pode ter um impacto negativo na rentabilidade da empresa.
Incapacidade em acompanhar mudanças tecnológicas	Avanços ou rupturas tecnológicas que não sejam acompanhadas, podem penalizar o desempenho da empresa em relação ao mercado.

6. Riscos operacionais

Falha na colocação de activos para venda	Dificuldades na colocação de activos para venda [negócios ou activos imobiliários], quer por falta de procura, quer por falta de liquidez, pode comprometer a capacidade de crescimento do portefólio, dos negócios e penalizar os objectivos estratégicos da empresa.
Modelo de Governo e estilo de parenting desadequado	Um Modelo de Governo e estilo de parenting não adequado à estrutura organizacional, assim como uma alocação de recursos não alinhada com os princípios de uma gestão de portefólio diversificada e flexível, pode afectar a capacidade de formular estratégias de negócio viáveis e o conseqüente atingimento de metas.
Gestão de portefólio desadequada	Um modelo de gestão de portefólio desadequado pode conduzir a uma agilidade reduzida e implicar um processo de tomada de decisão desadequado ou uma alocação de recursos incorrecta.
Indicadores de desempenho de negócio desadequados	A escolha de indicadores de desempenho desadequados pode originar acções não consentâneas com os objectivos, estratégia e valores e, como tal, não cumprindo a estratégia definida.
Práticas de gestão desadequadas	As práticas de gestão que apoiam o processo de criação de valor da holding devem ser implementadas em todas as unidades de negócio e não podem ser incompatíveis com as práticas específicas dos sectores em que estes actuam.
Pricing	Particularmente na área de Activos Imobiliários, um modelo de pricing inadequado pode ter um impacto directo na avaliação dos activos, resultando num processo de monetização mais dificultado.
Interrupção do negócio	A potencial interrupção das actividades pode impactar as operações das Unidades de Negócio, gerando um impacto negativo significativo nas métricas financeiras e na reputação.

Todos os negócios da Sonae Capital efectuaram este exercício em 2020, que culminou com a aprovação da matriz e fichas de riscos críticos pela Comissão de Auditoria e Finanças e pelo Conselho Fiscal. No caso específico da *holding*, foram definidos os seguintes riscos elevados e críticos:

Riscos externos

- Competitividade do mercado
- Condições macroeconómicas desfavoráveis
- Propagação rápida e massiva de doenças infecciosas

Riscos estratégicos

- Falha na abordagem à transformação digital
- Falha no ajuste do portefólio de negócios
- Planeamento estratégico desajustado.

Riscos financeiros

- Restrições no acesso ao capital
- Volatilidade dos activos
- Credit Default
- Decisões de investimento inadequadas

Riscos reputacionais

- Interrupção do negócio
- Reputação corporativa

Riscos de Recursos Humanos

- Incapacidade de recrutar e reter talento
- Falta de habilitações e conhecimento do negócio
- Falta de agilidade e simplicidade organizacional
- Desalinhamento dos negócios

Riscos tecnológicos

- Cibersegurança
- Falta de informação de qualidade no processo de decisão

Riscos operacionais

- Falha na colocação de activos para venda
- Modelo de Governo e estilo de parenting desadequado
- Gestão de portefólio desadequada
- Indicadores de desempenho de negócio desadequados
- Práticas de gestão desadequadas
- Interrupção do negócio



05

GRI, GLOBAL REPORTING INITIATIVE

Um compromisso com os nossos objetivos



5. Global Reporting Initiative

GRI 102 - CONTEÚDOS GERAIS

PERFIL ORGANIZACIONAL

102 - 1	Nome da organização	Sonae Capital, SGPS, S.A. (Sonae Capital)
102 - 2	Actividades, marcas, produtos e serviços	https://www.sonaecapital.pt/pt/sonae-capital/portefolio
102 - 3	Localização da sede	A Sonae Capital tem a sua sede em Lugar de Espido, Via Norte Maia - Portugal
102 - 4	Localização das operações	A sede da Sonae Capital, assim como as operações dos negócios de Engenharia Industrial, Fitness, Hotelaria, Tróia Operações e Activos Imobiliários, encontra-se sediada em Portugal. O negócio de Energia inclui, para além da operação em Portugal, uma operação no México (iniciada em 2018) e uma operação em Espanha (<i>Futura Energía Inversiones</i> - unidade de <i>Retail & Trade</i> , adquirida em 2019, assim como seis centrais de cogeração adquiridas em 2020, nas regiões da Catalunha, Aragon e Castilla y Leon).
102 - 5	Propriedade e natureza legal	Sociedade matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia, sob o número único de matrícula e identificação fiscal 508.276.756.
102 - 6	Mercados servidos	Os negócios da Sonae Capital encontram-se maioritariamente expostos a Portugal. Porém: No negócio de Hotelaria, Tróia Operações e Activos Imobiliários, a componente de Receitas proveniente de Clientes Internacionais é significativa. Na Energia, a unidade de Retail & Trade encontra-se maioritariamente exposta ao mercado Espanhol. Em Engenharia Industrial (ADIRA), mais de 50% do Volume de Negócios refere-se a mercados internacionais: https://adira.pt/adira/
102 - 7	Dimensão da organização	1 - A Sonae Capital 5 - Global Reporting Initiative, GRI

102 - 8 Caracterização da organização		
Colaboradores por tipo de contrato (n.º)	2019	2020
Contratos permanentes (n.º)	918	995
Masculino	509	578
Feminino	409	417
Contratos temporários (n.º)	375	207
Masculino	164	110
Feminino	211	97
Total de colaboradores (n.º)	1 293	1 202
Colaboradores por região (n.º)	2019	2020
Portugal (n.º)	1 286	1 083
Contratos permanentes (n.º)	911	878
Contratos temporários (n.º)	375	205
Internacional (n.º)	7	119
Contratos permanentes (n.º)	7	117
Contratos temporários (n.º)	0	2
Total de colaboradores (n.º)	1 293	1 202
Colaboradores por género (n.º)	2019	2020
Tempo integral (n.º)	1 236	1 149
Masculino	645	658
Feminino	591	491
Tempo parcial (n.º)	57	53
Masculino	28	30
Feminino	29	23
Total de colaboradores (n.º)	1 293	1 202

102 - 9 Cadeia de fornecedores	<p>4 - Desempenho societário</p> <ul style="list-style-type: none"> - Códigos e políticas implementadas
102 - 10 Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	<p>4 - Desempenho societário</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura accionista <p>Aquisição, através da Capwatt Power España, de seis centrais de cogeração localizadas em Espanha, nas regiões da Catalunha, Aragon e Castilla y Leon: https://www.sonaecapital.pt/fileManager/comunicados/ficheiro_pt_274.pdf</p>
102 - 11 Abordagem ao princípio de precaução	<p>4 - Desempenho societário</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modelo de Governo Societário - Códigos e políticas implementadas - Controlo interno e gestão de riscos
102 - 12 Iniciativas externas	<p>A Sonae Capital subscreve as seguintes políticas e compromissos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Código de Ética e Conduta para colaboradores Sonae Capital; - Código de Conduta para Fornecedores Sonae Capital; - Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho; - Plano para a Igualdade de Género Sonae Capital; - Política de comunicação de irregularidades; - Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo Sonae Capital; - Carta de Princípios das Empresas Sonae para CO2 & Alterações Climáticas; - Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico.
102 - 13 Membro de Associações	<p>AEP - Associação Empresarial de Portugal AESE - Associação de Estudos Superiores de Empresa Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo AHETA - Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve AHP - Associação do Hotéis de Portugal AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal APGEI - Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial APHORT - Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo APR - Associação Portuguesa de Resorts</p>

<p>102 - 13 Membro de Associações</p>	<p>APPR - Associação Portuguesa de Portos de Recreio APREN - Associação Portuguesa de Energias Renováveis Associação Baía de Setúbal Associação de Hotéis de Portugal ATA - Agência Regional de Promoção Turística ATP/PCVB - Associação de Turismo do Porto e Norte Casa da Música Cogen Portugal Cogen España Cogenera Mexico COTEC - COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação IHRSA - International Health, Racquet & Sportsclub Association INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial IPQ - Instituto Português da Qualidade Ponto Verde Portugal Activo - AGAP Produtech</p>
<p>PERFIL ORGANIZACIONAL</p>	
<p>102 - 14 Mensagem do Presidente</p>	<p>1 - A Sonae Capital - Mensagem do Presidente do Conselho de Administração - Mensagem do Presidente da Comissão Executiva</p>
<p>102 - 15 Principais impactos, riscos e oportunidades</p>	<p>4 - Desempenho societário - Controlo interno e gestão de riscos</p>

ÉTICA E INTEGRIDADE

102 - 16 Valores, princípios, standards e normas de conduta

Garantir que toda a nossa actividade se rege pela aplicação fiel dos princípios de ética e confiança definidos é uma preocupação transversal a toda a Sonae Capital. Com esse objectivo, desenvolvemos o Código de Ética e Conduta para colaboradores Sonae Capital, que estabelece os padrões pelos quais nos pautamos.

Informação sobre os nossos valores e comportamentos encontra-se disponibilizada em:

- 1 - A Sonae Capital
- A nossa identidade

GOVERNANCE

102 - 18 Estrutura de Governance

- 4 - Desempenho societário
- Modelo de Governo Societário

102 - 21 Consulta a stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais

- 1 - A Sonae Capital
- A nossa sustentabilidade

102 - 22 Composição do mais alto órgão de Governance e dos seus comités

- 4 - Desempenho societário
- Modelo de Governo Societário

102 - 23 Presidente do mais alto órgão de Governance

- 4 - Desempenho societário
- Modelo de Governo Societário

102 - 24 Nomeação e selecção do mais alto órgão de Governance

O Conselho de Administração é o órgão social responsável pela gestão da actividade da Sociedade, encontrando-se as suas competências definidas na lei, nos Estatutos da Sociedade e no respectivo Regulamento.

Os membros do Conselho de Administração que não desempenham funções executivas promovem a adequada supervisão e vigilância da actuação dos membros da Comissão Executiva.

O Conselho de Administração criou e delegou numa Comissão Executiva a administração quotidiana da Sociedade, para o mandato correspondente ao triénio 2018-2020, tendo fixado a respectiva composição, funcionamento e delegação de poderes de gestão. Assim, o Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva os poderes necessários para desenvolver e executar a gestão corrente da Sociedade. Para estes efeitos, não são considerados gestão corrente e não foram como tal delegados pelo Conselho de Administração designadamente: i) a definição da estratégia e das principais políticas da Sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais. A Comissão Executiva deve, no entanto, no âmbito das suas competências, fazer propostas ao Conselho de Administração quanto a algumas destas matérias.

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível para consulta em: <https://www.sonaecapital.pt/pt> (separador Governo Societário, secção Regulamentos).

102 - 25 Conflitos de interesse	<p>4 - Desempenho societário</p> <ul style="list-style-type: none"> - Códigos e políticas implementadas: Política de comunicação de irregularidades - Controlo interno e gestão de riscos: Órgãos e Comissões responsáveis pela gestão de risco e controlo interno 	
102 - 28 Avaliação de desempenho do mais alto órgão de Governance	<p>As Comissões criadas pelo Conselho de Administração são a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações.</p> <p>No exercício das suas funções, como membros do Conselho de Administração e das Comissões constituídas pelo Conselho, deve ser dado cumprimento ao Código de Conduta da Sociedade, aos procedimentos adoptados em matéria de transacções com partes relacionadas e aos procedimentos adoptados em matéria de conflito de interesses.</p> <p>O Regulamento do Conselho de Administração estabelece o funcionamento das diversas Comissões, encontrando-se disponível para consulta em: https://www.sonaecapital.pt/pt (separador Governo Societário, secção Regulamentos).</p>	
102 - 35 Políticas de remuneração	<p>4 - Desempenho societário</p> <ul style="list-style-type: none"> - Política de remuneração dos Órgãos Sociais 	
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS		
102 - 40 Lista dos grupos de stakeholders	<ul style="list-style-type: none"> - Colaboradores; - Accionistas e Investidores; - Clientes; - Fornecedores; - Entidades Reguladoras e Governamentais; - Comunidade; - <i>Media</i>. 	
102 - 41 Acordos de negociação colectiva		
Acordos de negociação colectiva	2019	2020
Total de colaboradores abrangidos por acordos de negociação colectiva (n.º)	443	431
Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação colectiva (%)	34%	36%
Total de colaboradores sindicalizados (n.º)	113	93
Percentagem de colaboradores sindicalizados (%)	9%	8%

<p>102 - 42 Identificação e selecção de stakeholders</p>	<p>A gestão das nossas actividades tem por base as premissas do desenvolvimento sustentável, cujo contributo ultrapassa o valor económico gerado pelos nossos negócios, e que advém diretamente de um conjunto de valores e princípios que orientam a nossa forma de estar. Esta visão só é possível através do estabelecimento de relações duradouras com os nossos stakeholders. Para tal, implementámos ferramentas e processos que nos permitem identificar e compreender as suas necessidades e preocupações actuais e futuras.</p>
<p>102 - 43 Abordagem adoptada para envolvimento com os stakeholders, inclusive a frequência do envolvimento por tipo e por grupo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Colaboradores: Estudos de Clima Social, comunicações e notícias na Intranet, publicações internas, fóruns e grupos de partilha de conhecimento; - Accionistas e Investidores: Assembleias Gerais de Accionistas, Relatórios Financeiros Trimestrais, disponibilidade permanente do Departamento de Relação com Investidores (realização de <i>Roadshows</i> e participação em Conferências); - Clientes: Websites e Sistemas de Sugestões e Reclamações; - Entidades Reguladoras e Governamentais: Participação em diversas Associações Sectoriais; - Comunidade: Parcerias com Instituições Representativas e Projetos de Envolvimento com as Comunidades; - Media: Realização de entrevistas e resposta a questões específicas. <p>Nota: O departamento de Relação com Investidores manteve o seu normal funcionamento até à data da conclusão da Oferta potestativa da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.</p>
<p>102 - 44 Principais questões e preocupações apontadas pelos stakeholders como resultado do processo de envolvimento e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas</p>	<p>A Sonae Capital dispõe de uma Política de Comunicação de Irregularidades e disponibiliza uma <i>mailbox</i>, com acesso exclusivo do Presidente do Conselho Fiscal, a par da recepção via postal, que garante a todos os colaboradores, accionistas ou stakeholders que as participações, comunicações ou denúncias de irregularidades chegam de forma inviolável ao destinatário. Durante o ano de 2020, o Conselho Fiscal não recebeu, através dos meios definidos para o efeito, ou de quaisquer outros meios, quaisquer comunicações versando sobre matérias sob a alçada desta política.</p> <p>Em particular, o negócio de Fitness da Sonae Capital dispõe de um Sistema de Gestão de Ocorrências. Através deste sistema, em 2020 foi efectuado o registo, análise e tratamento de aproximadamente 1.200 reclamações e mais de 21.000 sugestões referentes aos vários ginásios do seu portefólio durante ano de 2020 (Solinca, Pump, One e Solinca Element). Com o intuito de aprofundar o grau de satisfação dos nossos sócios, recorreu-se a diferente tipos de ferramentas e metodologias, como medição mensal de <i>Net Promoter Score</i> ao nível de Recomendação de Marca (7,7 numa escala de 1 a 10) ou Questionário Avaliação Física (7,7 numa escala de 1 a 10), bem como avaliações de NPS pontuais para questões específicas como avaliação do serviço do ginásio-online.pt, da app Solinca ou do serviço de Nutrição ou <i>Personal Training</i>.</p>

PRÁTICA DE REPORTE

102 - 45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	0 - Enquadramento
102 - 46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	0 - Enquadramento
102 - 47	Lista dos temas materiais	1 - A Sonae Capital - A nossa sustentabilidade
102 - 48	Reformulação de informação	Não aplicável
102 - 49	Alterações no relatório	Não aplicável
102 - 50	Período de reporte	0 - Enquadramento
102 - 51	Data do relatório mais recente	31 de Dezembro de 2019
102 - 52	Ciclo de relatórios	Anual
102 - 53	Contacto para questões sobre o relatório	0 - Enquadramento
102 - 54	Opção “de acordo” com os GRI Standards	Este relatório foi preparado de acordo com os Standards da GRI: opção Essencial
102 - 55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela
102 - 56	Verificação externa	A informação reportada no Relatório de Sustentabilidade de 2020 foi submetida a verificação pela <i>PricewaterhouseCoopers</i> .

GRI 200 – DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS

GRI 201 – Desempenho Económico

201 - 1: Valor económico directo gerado e distribuído

2019

2020

[em milhões de euros]

Valor económico gerado	303,0	312,6
Receitas	303,0	312,6
Valor económico distribuído	283,3	299,4
Custos operacionais	219,7	264,8
Salários e benefícios dos colaboradores	46,7	33,6
Pagamentos a investidores	18,2	0,0
Pagamentos ao Estado	-1,3	1,0
Donativos e outros investimentos na comunidade	0,07	0,04
Valor económico acumulado	19,7	13,2

GRI 201 – 2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização decorrentes das alterações climáticas

Em 2018, foi constituído, ao nível do Grupo Efanor, um grupo de trabalho no qual a Sonae Capital se encontra representada. Este grupo de trabalho tem por objectivo trabalhar, entre outras, as seguintes temáticas: a abordagem às orientações da *Task Force* do *Financial Stability Board* sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com Clima e o Compromisso subscrito no âmbito da iniciativa *Paris Pledge for Action*.

Neste âmbito, a Sonae Capital efectuou uma análise de materialidade aos negócios de maior dimensão (Energia, Fitness, Hotelaria e Tróia Operações), tendo identificado os principais riscos climáticos, as respectivas probabilidades de ocorrência e a qualificação da magnitude do seu impacto financeiro. Estamos, actualmente, a estimar os potenciais impactos financeiros das alterações climáticas e a definir acções de mitigação para os riscos prioritizados, em linha com a *framework* desenvolvida pelo *Financial Stability Board*.

Adicionalmente, na sua resposta ao CDP, na modalidade de Climate Change, a Sonae Capital disponibilizou informação detalhada sobre as implicações financeiras e outros riscos e oportunidades associadas às alterações climáticas, tendo obtido uma classificação de B. Mais informação sobre o reporte da Sonae Capital ao CDP poderá ser consultada no seguinte endereço: https://www.cdp.net/en/formatted_responses/responses?campaign_id=70692136&discloser_id=856723&locale=en&organization_name=Sonae+Capital+SGPS+SA&organization_number=22913&program=Investor&project_year=2020&redirect=https%3A%2F%2Fcdp.credit360.com%2Fsurveys%2F6sc15v4h%2F88279&survey_id=68887525.

GRI 201 – 3: Cobertura das obrigações previstas no plano de benefícios da organização

A Sonae Capital não dispõe de fundo de pensões.



GRI 203 – Impactos económicos indirectos**GRI 203 – 1: Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados**

- 1 – A Sonae Capital
- As práticas dos nossos negócios: case studies (central de Biomassa de Mangualde)
- 3 – Desempenho Social
- Desigualdades e desenvolvimento inclusivo
- Apoio à comunidade

GRI 203 – 2: Impactos económicos indirectos significativos

- 1 – A Sonae Capital
- As práticas dos nossos negócios: case studies (central de Biomassa de Mangualde)
- 3 – Desempenho Social
- Desigualdades e desenvolvimento inclusivo
- Apoio à comunidade

GRI 205 – Combate à corrupção**GRI 205 – 1: Número total e percentagem de Operações submetidas a avaliações de riscos relacionados com corrupção e riscos significativos identificados**

A Sonae Capital implementa, no seu processo de gestão de risco, a metodologia internacional Enterprise Risk Management - Integrated Framework (COSO), que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos negócios, tanto ao nível estratégico como ao nível operacional. Não tendo sido identificado o risco de corrupção como um risco prioritário para os negócios e para *holding*, não foram realizadas avaliações neste sentido.

Em paralelo, o Código de Conduta da Sonae Capital estabelece um conjunto de princípios e regras relacionados com conflito de interesses, ofertas ou recebimento de brindes e presentes como meio de influenciar indevidamente a tomada de decisões pela Sonae Capital ou por terceiros, não tendo existido, em 2020, reporte de nenhum caso.

GRI 205 – 3: Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

Em 2020, não foram identificados factos que pudessem constituir situações de corrupção.



GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 301 – Materiais

301 - 1: Consumo de Materiais por peso e volume

2019

2020

Sonae Capital

Papel (t)	134	67
Plástico (t)	31	17

Energia

Gás natural (m³)	80 282 531	83 800 452
------------------	------------	------------

Fitness e Hotelaria

Hipoclorito de sódio (t)	104	60
--------------------------	-----	----

Hotelaria

Vidro (t)	15	3
-----------	----	---

Adira

Aço (t)	787	764
---------	-----	-----

Nota: O Gás Natural é uma matéria prima utilizada no processo de produção de energia da Capwatt, em cogeração.

GRI 302 – Energia

302 - 1: Consumo de Energia dentro da organização

2019

2020

Sonae Capital

Consumo de gás natural (m³)	81 689 780	84 710 415
Consumo de eletricidade (MWh)	29 459	19 258
Consumo de gasolina de viaturas (l)	13 752	31 626
Consumo de gasóleo de viaturas (l)	257 090	179 000

Nota: Exclui consumo Atlantic Ferries. O aumento verificado no consumo de gasolina deve-se ao aumento do número de veículos *plug-in* na frota.



	2019	2020
Consumo de gás natural (GJ)	3 140 155	3 256 268
Consumo de eletricidade (GJ)	106 051	69 328
Consumo de gasolina de viaturas (GJ)	452	1 040
Consumo de gasóleo de viaturas (GJ)	9 167	6 382
Nota: Exclui consumo Atlantic Ferries.		
Fitness		
Frio (MWh)	n.a.	1 177
Frio (GJ)	n.a.	4 238
Entalpia (MWh)	n.a.	494
Entalpia (GJ)	n.a.	1 779
Nota: Informação reportada pela primeira vez em 2020.		
Energia		
Eletricidade produzida através de fonte renovável (MWh)	43 789	73 228
Eletricidade produzida através de fonte renovável (GJ)	157 640	263 621
Nota: Informação de 2020 referente a capacidade de operações sob gestão.		
Tróia Operações (Atlantic Ferries)		
Consumo de gasóleo (l)	1 312 473	1 077 910
Consumo de gasóleo (GJ)	46 798	38 434
Consumo de energia indirecta dentro da organização (electricidade, calor e frio) (GJ)	106 051	75 346
Consumo combustíveis dentro da organização (GJ)	3 196 572	3 302 125
Consumo energia dentro da organização (GJ)	3 302 623	3 377 471

302 - 3: Intensidade energética	2019	2020
Sonae Capital	14 051	12 339

(em GJ/milhões de euros)

Nota: Considerado o Volume de Negócios das Unidades de Negócio. O Volume de Negócios considerado em 2019, exclui o contributo do negócio de Refrigeração e AVAC.

302 - 4: Redução do consumo de energia

Vide "Desempenho Ambiental".

GRI 303 - Água e efluentes

303 - 1: Interações com a água como um recurso partilhado

A maioria da água consumida nas operações da Sonae Capital está relacionada com o uso humano.

Com o objectivo de reduzir o impacto ambiental dos seus negócios, as empresas da Sonae Capital estão empenhadas em reduzir a sua pegada hídrica, aumentando a eficiência das suas operações, inovando e aproveitando tecnologia para repensar a forma como a água é utilizada e gerida nas suas infraestruturas. A instalação progressiva de contadores dotados de telemetria possibilita uma monitorização mais apurada dos consumos de água (em particular, no negócio de Fitness, 50% dos contadores estão dotados de telemetria e o negócio está a actuar no sentido de terminar 2021 com todos os contadores dotados).

Existem ainda algumas iniciativas que visam a reutilização e reciclagem da água. Em particular, no Troia Resort, está a ser desenvolvido o projecto de reformulação da ETAR de Tróia, que possibilitará a reutilização dos efluentes para rega, nomeadamente do campo de golfe.

303 - 2: Gestão de impactos relacionados com efluentes

A Sonae Capital não dispõe de medições quantitativas de efluentes líquidos rejeitados nas suas operações/instalações. Assim, e de acordo com as melhores práticas da Engenharia, assumimos que 80% da água consumida acaba rejeitada como efluente líquido, e os 20% restantes são consumidos.

Relativamente aos destinos, a maioria dos efluentes líquidos produzidos são rejeitados para as redes públicas de águas residuais domésticas, e todas as rejeições de efluentes líquidos para linhas de água naturais são sujeitos a pré-tratamento em instalações dedicadas (ETAR 's) e realizada a respetiva monitorização da qualidade.

303 - 3: Captação total de água, por fonte

A Sonae Capital encontra-se actualmente a desenvolver um estudo acerca dos impactos que as suas actividades podem apresentar nos ecossistemas, ao nível da captação de água e ao nível dos efluentes. Para tal, estamos a mapear os sites nos quais desenvolvemos actividades e a analisar a sua classe de stress hídrico por tipo de fonte. Na Sonae Capital, 100% da água captada trata-se de água doce (*freshwater*).

Sonae Capital	2019	2020
Água de terceiros (m ³)	624 341	508 511
Tróia Operações		
Água pluvial (m ³)	2 966	4 759
No Troia Resort, existem dois lagos que recebem água pluvial (Golfe e UNOP2), que é posteriormente utilizada na rega.		
Total (m³)	627 307	513 270

303 - 4: Descarga de água, por fonte

A Sonae Capital encontra-se actualmente a desenvolver um estudo acerca dos impactos que as suas actividades podem apresentar nos ecossistemas, ao nível da captação de água e ao nível dos efluentes. Para tal, estamos a mapear os sites nos quais desenvolvemos actividades e a analisar a sua classe de stress hídrico por tipo de fonte.

Sonae Capital	2019	2020
Água de terceiros (m ³)	499 473	406 809
Tróia Operações		
Água pluvial (m ³)	0	0
Total (m³)	499 473	406 809

Quando os dados não estão directamente disponíveis, a Sonae Capital assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.

303 - 5: Consumo de água, por fonte

Sonae Capital	2019	2020
Água de terceiros (m ³)	124 868	101 702
Tróia Operações		
Água pluvial (m ³)	2 966	4 759
Total (m³)	127 834	106 461

Quando os dados não estão directamente disponíveis, a Sonae Capital assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.

GRI 304 – Biodiversidade**304 – 1: Localização em áreas protegidas ou adjacentes, e áreas de elevado índice de biodiversidade fora das áreas protegidas**

O Troia Resort compreende uma área total de 486 hectares de terreno, correspondentes a 380.000 metros quadrados de área de construção. O Plano de Urbanização de Tróia divide o território em várias unidades operativas de planeamento e gestão, designadas UNOPs.

A UNOP 4, denominada Ecoresort, desenvolve-se numa área total de 264 hectares e destina-se à fruição de uma zona de elevado valor ambiental e cultural, em torno de uma área de sapal – a Caldeira – e integrando as Ruínas Romanas de Tróia. Esta UNOP encontra-se inserida no Sítio PTCO0011 – Estuário do Sado da Rede Natura 2000. Parte importante da UNOP 4 está, ainda, inserida na Zona Exterior de Influência da Reserva Natural do Estuário do Sado.

Em 2016, foi instalado na UNOP 4 o ONE TROIA JOSÉ MOURINHO TRAINING CENTRE, um centro de estágios destinado à prática de futebol. Este Centro é constituído por dois campos de futebol, uma zona de treino para guarda-redes (ocupando uma área de 15.460 metros quadrados) e um edifício de apoio, com cerca de 354 metros quadrados.

Na UNOP 4 localiza-se, igualmente, o novo cais dos ferries em Tróia, ocupando uma área de cerca de 6.000 metros quadrados.

As áreas de intervenção das UNOPs 1, 2, 3 e 4 incluem áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (nomeadamente na tipologia Praias, Dunas, Lagoas Estuários e respetivas faixas de protecção).

A ETAR de Tróia ocupa uma área de 22 hectares e localiza-se na UNOP 9, numa área com diversos estatutos de protecção:

- Sítio PTCO0011 – Estuário do Sado da Rede Natura 2000;
- Zona de Protecção Especial PTZPE0011 – Estuário do Sado;
- Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) que inclui a Reserva Botânica das Dunas de Tróia, em cuja área a ETAR está implantada, tendo essa implantação sido anterior à própria criação da RNES.

304 – 2: Impactes na biodiversidade

Na sequência do procedimento de avaliação de impacte ambiental da Marina e Novo Cais dos Ferries do TROIA RESORT, a monitorização efectuada anualmente tem evidenciado a eficácia das medidas de prevenção e minimização dos impactes previstos no estudo de impacte ambiental já que, à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, em nenhum dos factores alvo do programa de monitorização foram detectados impactes de magnitude superior à prevista ou mesmo significativos.

No caso do ONE TROIA JOSÉ MOURINHO TRAINING CENTRE, a monitorização ambiental efectuada já permitiu concluir que, até à data, o impacte do uso de fertilizantes e produtos fito-sanitários nos freáticos é essencialmente nulo e, também, que não se assinalam diferenças no estado de conservação de parcelas na envolvente directa e indirecta do Centro, no que respeita a Flora e Habitats.

**304 – 3: Habitats protegidos ou restaurados****Descrição dos habitats (312 hectares):**

Na UNOP 4, existem 15 habitats com estatuto de conservação (264 hectares).

A área de Reserva Ecológica Nacional (REN), na UNOP2, abrange uma área de praia e dunas, com cerca de 1.200 metros de comprimento e uma largura, aproximada, entre 280 metros e 500 metros, a partir da linha de costa, abrangendo uma área com cerca de 48 hectares. Na área de REN da UNOP 2 foram assinalados 5 habitats com estatuto de conservação.

Descrição das medidas implementadas:

As medidas referidas encontram-se em curso há vários exercícios.

UNOP2:

Construção de percursos sobrelevados em passadiços de madeira, longitudinais à área verde de reserva natural (extensão total de 1,248 km), para conduzir os visitantes ao longo de percursos pré determinados, permitindo a minimização de danos sobre a vegetação dunar.

UNOP4:

Demolição e remoção de construções dispersas, em situação de ruína, espalhadas no território;

Abate fitossanitário de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) no âmbito da eliminação do nemátode do pinheiro que levou à eliminação de um número substancial de árvores, doentes ou mortas, em grande parte já substituídas por exemplares jovens de pinheiro-manso (*Pinus pinea*) e pinheiro bravo (*Pinus pinaster*);

Controlo da intrusão humana indiferenciada através do condicionamento da circulação pedonal e de veículos, com o objectivo de diminuir o nível de perturbação das áreas sensíveis (pinheiro-manso, estrato arbustivo, herbáceo e líquenes), e o risco de incêndio;

Controlo e erradicação de espécies invasoras ou de espécies desadequadas à qualidade do espaço.

GRI 305 – Emissões	2019	2020
305 – 1: Emissões Directas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 1)		
Emissões associadas ao consumo de Gás Natural (t CO ₂ e)	177 105	183 654
Emissões associadas ao consumo de Gasóleo (t CO ₂ e)	4 147	3 321
Emissões associadas ao consumo de Gasolina (t CO ₂ e)	31	72
Emissões totais de GEE – Directas (t CO₂e)	181 283	187 047

305 - 2: Emissões Indirectas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 2)	2019	2020
Emissões associadas ao consumo de electricidade - location based (t CO ₂ e)	8 293	5 421
Emissões associadas ao consumo de entalpia - location based (t CO ₂ e)	n.a.	85
Emissões associadas ao consumo de frio - location based (t CO ₂ e)	n.a.	203
Emissões associadas ao consumo de electricidade - market based (t CO ₂ e)	7 960	3 889
Emissões associadas ao consumo de entalpia - market based (t CO ₂ e)	n.a.	3
Emissões associadas ao consumo de frio - market based (t CO ₂ e)	n.a.	7
Emissões totais de GEE - Indirectas location based (t CO₂e)	8 293	5 710
Emissões totais de GEE - Indirectas market based (t CO₂e)	7 960	3 899
Emissões totais de GEE (t CO₂e)	189 243	190 946

Nota: Emissões totais calculadas com base nas emissões indirectas market based.

305 - 4: Intensidade carbónica		
(em tCO ₂ e/milhões de euros)	805	698

Nota: Considerado o Volume de Negócios das Unidades de Negócio.

305 - 6: Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono por peso		
Não foram emitidas substâncias com capacidade de destruição da camada de ozono.		

305 - 7: Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas		
Emissões NOx - Consumo de gasóleo (t)	89,1	72,8
Emissões NOx - Consumo de gasolina (t)	0,1	0,3
Emissões totais de NOx (t)	89,3	73,1
Emissões SO2 - Consumo de gasóleo (t)	22,0	18,0
Emissões SO2 - Consumo de gasolina (t)	0,0001	0,0002
Emissões totais de SO2 (t)	22,0	18,0

**GRI - 306 Efluentes e Resíduos****306 - 2: Resíduos produzidos, por tipo e por destino**

Resíduos perigosos (t)	52	76
Valorização (t)	39	58
Eliminação (t)	13	18
Resíduos não perigosos (t)	340	8 993
Valorização (t)	315	8 985
Eliminação (t)	25	9
Resíduos geridos totais (t)	392	9 069
Taxa de valorização dos resíduos	90%	100%

Informação inclui negócio de Energia, Engenharia Industrial, Hotelaria e Tróia Operações.

306-3: Ocorrência de derrames

Não se registaram derrames significativos nos anos em análise

GRI - 307 Conformidade**307 - 1: Multas e sanções não monetárias pelo não cumprimento das leis e regulações ambientais**

Não se registaram quaisquer multas ou sanções por não conformidade com as leis e regulamentos ambientais nos anos em análise.

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS		
GRI 401 - Emprego		
GRI 401 - 1: Novas contratações e rotatividade de colaboradores	2019	2020
Total de colaboradores		
Faixa etária (nº)	1 293	1 202
< 30 anos	391	295
Dos 30 aos 50 anos	685	709
≥ 50 anos	217	198
Localização (nº)	1 293	1 202
Portugal	1 286	1 083
Internacional	7	119
Género (nº)	1 293	1 202
Masculino	673	688
Feminino	620	514
Novas contratações		
Faixa etária (nº)	597	465
< 30 anos	339	223
Dos 30 aos 50 anos	222	172
≥ 50 anos	36	70
Localização (nº)	597	465
Portugal	591	180
Internacional	6	285
Género (nº)	597	465
Masculino	270	259
Feminino	327	206

Taxa de novas contratações	2019	2020
Faixa etária (nº)	46%	39%
< 30 anos	26%	19%
Dos 30 aos 50 anos	17%	14%
≥ 50 anos	3%	6%
Localização (nº)	46%	39%
Portugal	46%	15%
Internacional	0%	24%
Género (nº)	46%	39%
Masculino	21%	22%
Feminino	25%	17%
Saída de colaboradores		
Faixa etária (nº)	556	553
< 30 anos	262	254
Dos 30 aos 50 anos	229	193
≥ 50 anos	65	106
Localização (nº)	556	553
Portugal	556	553
Internacional	0	0
Género (nº)	556	553
Masculino	272	238
Feminino	284	315

Taxa de rotatividade	2019	2020	
Faixa etária (nº)	43%	46%	
< 30 anos	20%	21%	
Dos 30 aos 50 anos	18%	16%	
≥ 50 anos	5%	9%	
Localização (nº)	43%	46%	
Portugal	43%	46%	
Internacional	0%	0%	
Género (nº)	43%	46%	
Masculino	21%	20%	
Feminino	22%	26%	
GRI 401 – 3 Licença parental			
2020	Masculino	Feminino	Total
Total de colaboradores com direito a licença parental (n.º)	31	35	66
Total de colaboradores que usufruíram a licença parental (n.º)	31	35	66
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental (n.º)	31	33	64
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado (n.º)	29	30	59
Taxa de usufruto (%)	100%	100%	100%
Taxa de retorno (%)	100%	94%	97%
Taxa de retenção (%)	88%	88%	88%

2019	Masculino	Feminino	Total
Total de colaboradores com direito a licença parental (n.º)	31	35	66
Total de colaboradores que usufruíram a licença parental (n.º)	31	35	66
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental (n.º)	31	35	66
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado (n.º)	31	34	65
Taxa de usufruto (%)	100%	100%	100%
Taxa de retorno (%)	100%	100%	100%
Taxa de retenção (%)	94%	100%	97%

GRI 403 – Saúde e segurança ocupacional

GRI 403 – 1: Sistema de Gestão de Segurança e saúde ocupacional

A Sonae Capital não possui um sistema certificado formal de gestão de segurança e saúde no trabalho. No entanto, é de destacar que a Capwatt Portugal e a Atlantic Ferries possuem um sistema certificado de gestão integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança, de acordo com os referencias normativos ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, respectivamente. O negócio da Engenharia Industrial, em particular, possui certificação em Sistemas de Gestão da Qualidade: ISO 9001:2015.

GRI 403 – 2: Identificação de perigos, avaliação de risco e investigação de incidentes

Na Sonae Capital, os procedimentos de identificação de perigos e avaliação de riscos são realizados por equipas de técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), internos ou externos. A avaliação de risco é revista sempre que se justifique, quer por alteração de âmbito, quer por alteração do contexto de negócio. O procedimento de investigação de incidentes é baseado na metodologia dos 3C's (análise do caso, identificação das causas e implementação de contramedidas), que é então traduzido num plano de acção.

Acreditamos que a sensibilização e comunicação dos riscos e das medidas que os colaboradores devem tomar, para eliminar ou reduzir os riscos para níveis controláveis, são um passo decisivo para a melhoria das condições existentes e, consequentemente, para a melhoria do ambiente de trabalho.

Assim, para além da formação em SST e da informação partilhada com os colaboradores, é assegurada uma consulta aos colaboradores sobre questões de SST, de acordo com a legislação em vigor (que corresponde, no mínimo, a uma consulta anual), através de um questionário no qual os colaboradores comentam todos os temas relacionados com a mesma. As respostas dos colaboradores são analisadas como forma de avaliar a sua percepção sobre as condições de trabalho e nível de segurança. Os trabalhadores também podem relatar incidentes por meio de auditorias, plataformas e aplicações internas, ou através do contacto direto com os técnicos ou trabalhador designado de SST.

GRI 403 - 3: Serviços de saúde ocupacional

A Sonae Capital disponibiliza funções de serviços de saúde ocupacional, que contribuem para a identificação e eliminação de perigos e minimização de riscos. Esses serviços, encontram-se em estrito cumprimento do previsto na lei. São também realizados exames ocasionais a pedido do colaborador ou da empresa, sendo a obrigação de todos os colaboradores que estiveram ausentes por mais de 30 dias, após retorno, comparecerem a exame periódico.

Outros serviços incluem formações, procedimentos e acções de sensibilização em matérias de saúde e bem estar, assim como visitas de profissionais de saúde aos postos de trabalho. Na actividade de auditoria interna, numa lógica de prevenção, detecção, correcção e formação, são avaliadas de forma sistemática e independente as actividades dos negócios, com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e de controlo interno.

GRI 403 - 4: Participação do trabalhador, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho

Na Sonae Capital, é assegurada uma consulta aos colaboradores sobre questões de SST, de acordo com a legislação em vigor (no mínimo, numa base anual), na qual os colaboradores comentam questões genéricas relacionadas com SST e/ou sobre alterações nas unidades produtivas ou procedimentos e ferramentas de trabalho. O questionário é adaptado e actualizado periodicamente, sendo que em 2020 houve um maior enfoque na situação actual da pandemia Covid-19.

GRI 403 - 5 Formação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho

Durante o processo de admissão, os colaboradores recebem informação sobre os riscos no seu local de trabalho, assim como organização e resposta a emergências. Em 2020, esta (in)formação teve um grande foco na resposta e adaptação à pandemia Covid-19.

As empresas da Sonae Capital, nos seus manuais de acolhimento e integração, possuem diversas informações relacionadas com matérias de SST. Anualmente, são organizadas de forma periódica, acções de formação e/ou sensibilização em matérias de SST.

GRI 403 - 6: Promoção da saúde do trabalhador

No que diz respeito à facilitação do acesso dos trabalhadores aos serviços médicos e de saúde não ocupacionais, a Sonae Capital tem à sua disposição diversas iniciativas como medicina curativa, alimentação e nutrição, massagem, yoga e outras iniciativas do género, à disposição de todos os colaboradores. De destacar, ainda, que os colaboradores de quadro da Sonae Capital dispõem um seguro de saúde com parte integrante do pacote de benefícios, que lhes permite ter acesso a uma rede de cuidados de saúde especializados.

GRI 403 - 7: Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho directamente associados a relações de negócio

Os impactos na saúde e segurança atribuíveis às relações comerciais não são considerados relevantes.

GRI 403 - 9: Acidentes de trabalho	2019	2020
Saúde e seguranda dos trabalhadores		
Horas trabalháveis pelo total de colaboradores (h)	2 527 182	2 521 587
Horas trabalhadas pelo total de colaboradores (h)	2 185 664	2 374 712
Total de óbitos (n.º)	0	0
Índice de óbitos (%)	0	0
Total de Acidentes de Trabalho de comunicação obrigatória (n.º)	43	31
Total de Acidentes de Trabalho com consequência grave (n.º)	0	0
Taxa de acidentes de trabalho (%)	0,002%	0,001%
Total de dias de ausência por acidente de trabalho (d)	731	858
Taxa de dias perdidos por acidente de trabalho (%)	0,033%	0,036%
Índice de Acidentes de Trabalho de comunicação obrigatória (%)	20%	13%
Índice de Acidentes de Trabalho com consequência grave (%)	0	0
Total de dias de ausência por acidente de trabalho (d)	731	1 985
Taxa de dias perdidos (%)	0,033%	0,084%
Total de horas de absentismo (h)	127 491	146 875
Taxa de absentismo (%)	5,045%	5,825%
GRI 403 - 10: Doenças Ocupacionais		
N.º de óbitos por doença profissional (n.º)	0	0
N.º de doenças profissionais (n.º)	n.a.	9
Total de dias de ausência por doenças profissionais (d)	281	1 127
Taxa de doenças profissionais (%)	0,013%	0,047%

GRI 404 – Formação e educação

404 – 1: Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua

2020	Masculino	Feminino	Total
Total de colaboradores por categoria funcional			
Top Executives	4	0	4
Management & Senior Management	54	23	77
Middle Management	79	31	110
Technicians/highly specialized technicians	357	315	672
Representatives	194	145	339
Total	688	514	1 202
Total de horas de formação (h)			
Top Executives	30	0	30
Management & Senior Management	1 353	405	1 758
Middle Management	1 588	2 340	3 929
Technicians/highly specialized technicians	20 625	22 624	43 249
Representatives	3 132	3 393	6 525
Total	26 727	28 762	55 489
Média de horas de formação por categoria e género (h/colaborador)			
Top Executives	7,4	-	7,4
Management & Senior Management	25,1	17,6	22,8
Middle Management	20,1	75,5	35,7
Technicians/highly specialized technicians	57,8	71,8	64,4
Representatives	16,1	23,4	19,2
Total	38,8	56,0	46,2



2019	Masculino	Feminino	Total
Total de colaboradores por categoria funcional			
Top Executives	4	0	4
Management & Senior Management	47	25	72
Middle Management	70	49	119
Technicians/highly specialized technicians	304	334	638
Representatives	248	212	460
Total	673	620	1 293
Total de horas de formação (h)			
Top Executives	176	0	176
Management & Senior Management	2 016	952	2 968
Middle Management	2 747	1 420	4 167
Technicians/highly specialized technicians	6 285	8 469	14 754
Representatives	5 662	6 935	12 597
Total	16 886	17 776	34 662
Média de horas de formação por categoria e género (h/colaborador)			
Top Executives	44,0	-	44,0
Management & Senior Management	42,9	38,1	41,2
Middle Management	39,2	29,0	35,0
Technicians/highly specialized technicians	20,7	25,4	23,1
Representatives	22,8	32,7	27,4
Total	25,1	28,7	26,8

404 - 2: Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua

HOLDING E CENTRO CORPORATIVO	Nº de Horas (h)
A3 REPORT	3
AGILE	8
COMBATE A INCENDIOS MEIOS 1ª INTERVENÇÃO	16
ESPAÑHOL	108
FISCALIDADE NA MOBILIDADE INTER COLABORA	8
FOCUSED LEADERSHIP:MAN.ATEN.DELIV.RESULT	11
FORMAÇÃO STRAT TO ACTION	24
GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS	4
HAPPY CONFERENCE 2020	4
HELP! I MUST DO A PRESENTATION REMOTELY!	7
HOW TO EFFECTIVELY COMMUNICATE REMOTELY	6
INGLÊS	18
INGLÊS A2	27
IOW DIÁRIO - MÓDULO 3	2
LEADING FOR RESULTS	43
LEGO SERIOUS PLAY	8
MAPEAMENTO: DESENHO DE PROCESSOS	4
PRIMEIROS SOCORROS	4
SONAE SHOTS :: ORÇAMENTO DO ESTADO 2021	8
SONAE SHOTS :: PRESIDENCIAIS EUA: O FUTURO COM BIDEN OU TRUMP, CENÁRIOS E EXPECTATIVAS	10
SONAE SHOTS :: RESPONDING TO CONSUMER TRENDS IN THE NEW REALITY	4



Nº de Horas (h)

SONAE SHOTS_5G-USE CASES BEYOND TECHNOLO	3
SONAE SHOTS_COVID-19: IMPACTO CULTURAL	6
SONAE SHOTS_EVOLUÇÃO PREÇO DO PETRÓLEO	12
SONAE SHOTS_FUTURE OF FASHION RETAIL	2
SS_FAKE NEWS: OLD LIES, NEW PROBLEMS	3
SUPORTE BASICO DE VIDA COM DAE	6
ÚLTIMAS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO TRABALHO	8
WEB SUMMIT	48
WEBINAR_TRADE FINANCE	1

414

ENERGIA

Nº de Horas (h)

5S, GESTÃO VISUAL E NORMALIZAÇÃO	6
A3 REPORT	3
A3_ SESSÃO PRÁTICA	2
ADVANCED MANAGER IN ENERGY	126
AGILE	16
CALDEIRAS/QUEIMADORES	19
CONCEITOS-CHAVE	6
CONFERENCIA COGEN	76
CONFIRMAÇÃO DE PROCESSOS	2
CURSO EUROPEU PRIMEIROS SOCORROS	654
DIRECTIVA ATEX	120
ELECTRICIDADE NIVEL 1	120
ELEMENTOS BÁSICOS PARA UMA BOA GESTÃO DE EQUIPA	6



	Nº de Horas (h)
ESPAÑHOL	143
ESPAÑHOL NÍVEL 2	30
FERRAMENTAS PARA ACESSO REMOTO	16
FOTOVOLTAICO	352
HAPPY CONFERENCE 2020	8
HELP! I MUST DO A PRESENTATION REMOTELY!	2
HOW TO EFFECTIVELY COMMUNICATE REMOTELY	1
INGLÊS	42
INGLÊS A2	51
INGLES MAIS EDIOMAS	5
IOW EXPERT	24
IOW LAB	32
LEADING FOR RESULTS	43
LEGIONELLA	67
MAPEAMENTO: DESENHO DE PROCESSOS	4
OFFICE 365	77
OPERATOR TRAINING 4	108
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS EM EQUIPA	5
ROADMAP HIDROGENIO	8
SEMINARIO FEUP COMO CRIAR COM.ENERGIA	24
SONAE SHOTS :: PRESIDENCIAIS EUA: O FUTURO COM BIDEN OU TRUMP, CENÁRIOS E EXPECTATIVAS	8
SONAE SHOTS_EVOLUÇÃO PREÇO DO PETRÓLEO	13
STRATEGIC LEADERSHIP PROGRAM	39
	2 255

ENGENHARIA INDUSTRIAL	Nº de Horas (h)
5S, GESTÃO VISUAL E NORMALIZAÇÃO	2
A3 REPORT	3
AGILE	8
CONFIRMAÇÃO DE PROCESSOS	2
ELEMENTOS BÁSICOS PARA UMA BOA GESTÃO DE EQUIPA	3
ESPAÑHOL	60
FORMAÇÃO SST P/ REPRESENTANTES TRAB. 19	32
HELP! I MUST DO A PRESENTATION REMOTELY!	2
HOW TO EFFECTIVELY COMMUNICATE REMOTELY	2
INCOTERMS	6
IOW DIÁRIO - MÓDULO 1	3
IOW DIÁRIO - MÓDULO 2	2
IOW DIÁRIO - MÓDULO 3	3
IOW DIÁRIO - MÓDULO 4	3
IOW EXPERT	48
IOW LAB	16
LEADING FOR RESULTS	43
MAPEAMENTO: DESENHO DE PROCESSOS	5
PROCUTTER	36
PROGRAMA DE GESTÃO INICIAL	40
QUINADORAS E GUILHOTINAS	9
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS EM EQUIPA	2
SEGURANÇA NA CONCEPÇÃO DE MÁQUINAS	660



	Nº de Horas (h)
SENSIBILIZAÇÃO COVID-19 ADIRA	38
SONAE SHOTS_EVOLUÇÃO PREÇO DO PETRÓLEO	4
	1 030
FITNESS	Nº de Horas (h)
0-500	2
13º CONGRESSO NACIONAL ONLINE PORTUGAL ACTIVO	2 967
1º ENCONTRO NACIONAL DE PI	51
3B_RECL	47
5S, GESTÃO VISUAL E NORMALIZAÇÃO	2
ACCELERATED DEVELOPMENT PROGRAMME	77
ACESSO AO ESPORT	26
ACIDENTES DE TRABALHO_CM	15
AFI+APP+GO - SC FITNESS	22
AGILE	8
APP SC FITNESS VERSÃO 1.0	35
APP SOLINCA VERSÃO 1.0	4
BA_VID	3
BB_VID	3
BC_VID	4
BODY ATTACK	18
BP_VID	5
CICLO DE VIDA 0-500 - PUMP	20
CICLO DE VIDA 0-500 - SC FITNESS	92
CICLO DE VIDA 0-500 - SOLINCA	31

	Nº de Horas (h)
COMBATE A INCENDIOS MEIOS 1ª INTERVENÇÃO	4
COMUNICAÇÃO ACIDENTES/INCIDENTES TRABALH	2
COMUNICAR COM IMPACTO	16
CONCEITOS-CHAVE	5
CONEXÃO	35
CONFIRMAÇÃO DE PROCESSO	2
CONFIRMAÇÃO DE PROCESSOS	2
CONGRESSO PORTUGAL ATIVO	54
CONGRESSO TRIBE	788
CONVENÇÃO PLANETIERS	36
CUSTOMER EXPERIENCE 2025 JOSÉ TEIXEIRA	131
CUSTOMER EXPERIENCE PÓS COVID JOSÉ TEIXEIRA	350
CUSTOMER INTERACTION	300
CUSTOMER RETENTION	208
DAE	114
DES PESSOAL/ PROD / VENDAS	337
DES PESSOAL/ PROD / VENDAS I	43
DEFIBRILHAÇÃO AUTOMÁTICA EXTERNA	232
DEVELOPING AN INNOVATION STRATEGY FOR YOU AND YOUR TEAM	286
ELEMENTOS BÁSICOS PARA UMA BOA GESTÃO DE EQUIPA	5
ESSENCIA DE PROGRAMA	11
ESSÊNCIA DE PROGRAMA	32
EXT_INC	24
EXTINÇÃO INCENDIOS	15



Nº de Horas (h)

	Nº de Horas (h)
FAEC	24
FL_BC	32
FL_BP	32
FL_BS	32
FL_GRIT	16
FL_PJ	32
FL_RPM	48
FI 'S AULAS DE GRUPO	696
FI 'S INTERACÇÃO TÉCNICA	63
FIRSTAID	88
FITNESS - QW1	484
FORMAÇÃO 0-500	161
FORMAÇÃO 0-500 - GAIA	8
FORMAÇÃO 0-500 - ALFRAGIDE	18
FORMAÇÃO 0-500 - BRAGA	8
FORMAÇÃO 0-500 - COLOMBO	27
FORMAÇÃO 0-500 - DRAGAO	26
FORMAÇÃO 0-500 - FARO	8
FORMAÇÃO 0-500 - GUIMARAES	15
FORMAÇÃO 0-500 - LARANJEIRAS	9
FORMAÇÃO 0-500 - LUMIAR	12
FORMAÇÃO 0-500 - ODIVELAS	5
FORMAÇÃO 0-500 - ONE LAGOAS	12
FORMAÇÃO 0-500 - PPH	9



	Nº de Horas (h)
FORMAÇÃO 0-500 - PUMP ALVALADE	6
FORMAÇÃO 0-500 - SEIXAL	14
FORMAÇÃO 0-500 - VILA DO CONDE	15
FORMAÇÃO CLUB MANAGER	34
FORMAÇÃO COMERCIAL	86
FORMAÇÃO EQUIPAS FITNESS	120
FORMAÇÃO INICIAL MANZ VALOR	909
FORMAÇÃO IOW	162
FORMAÇÃO MEMBERSHIPS	27
FORMAÇÃO ONCOFIT	9
FORMAÇÃO PROCEDIMENTOS FITNESS	1
FORMAÇÃO RECEPÇÃO FITNESS	14
FRAMING BIAS	26
FUTURE OF FITNESS	1 346
GESTÃO DE TALENTO - RITA SERRA	234
GESTÃO DE TEMPOS MILLENIUM	9
GRIT_VID	2
GUIA PRÁTICO REGREESO ESCRITÓRIO	3
HOW TO EFFECTIVELY COMMUNICATE REMOTELY	2
HST - FORMAÇÃO DAE	44
IHRSA INNOVATION SUMMIT	110
INOV	4
INSIGHTS	124
INSTRUTOR DE SUCESSO	4



	Nº de Horas (h)
IOP	80
IOW DIÁRIO - MÓDULO 1	5
IOW DIÁRIO - MÓDULO 2	6
IOW DIÁRIO - MÓDULO 3	5
LEADING OTHERS	3
LES MILLS GROUP FITNESS	86
LES MILLS TOUR PORTUGAL	9
MANUTENÇÃO DE PISCINAS	449
MANUTENÇÃO PISCINAS	2
MANUTENÇÃO REFRIGERAÇÃO	8
MAPEAMENTO: DESENHO DE PROCESSOS	4
MASTER INSTRUCTOR MODEL - MÓD 7 INTERNAT	36
MODELO DE FRANCHISING_DM	131
OUR CAPITAL - IOP	36
P&L	1
PARAMETRIZAÇÃO AULAS	17
PARAMETRIZAÇÃO DE ARTIGOS E MATERIAIS	1
PJ_VID	4
PLANO ACOLHIMENTO	440
PLANO ACOLHIMENTO	680
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO-FI	36
PLANO DE ACOLHIMENTO FITNESS	3 762
PLANO DE ACOLHIMENTO FITNESS - SCJR	90
PLANO DE ACOLHIMENTO FITNESS_EP DINIS	45

	Nº de Horas (h)
PLANO DE ACOLHIMENTO FITNESS_SOFIA_HUGO	80
PLANO DE PRÉ-FORMAÇÃO	216
PLANO DE SEGURANCA	462
PLANO PEDAGÓGICO E TÉCNICO ESCOLA NATACÃO	214
PODER ACTIVIDADE FISICA	236
PRÉ-FORMAÇÃO BODY ATTACK	13
PRÉ-FORMAÇÃO BODY PUMP	2
PRÉ-FORMAÇÃO GRIT	5
PRÉ-FORMAÇÃO RPM	22
PROD/ VENDAS / COMUM	109
PROJETO IT	24
QUALITY ASSURANCE	50
QW1	6
QW3	459
RAPPORT FI	98
REBORN - PUMP	64
REBORN PUMP	21
RECEÇAO + COMERCIAIS	22
REGRESSO SEGURO COVID-19	105
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS EM EQUIPA	6
RETENCAO EM NUTRICAO	8
REUNIÃO GERAL NUTRI	104
REUNIÃO_FI_AG	21
REUNIÃO_FI_IT	42



	Nº de Horas (h)
RGPD	84
RGPD - CONTRATOS	37
RH NETSCAP OPERACAO	66
RPM_VID	2
SAFER IN WATER	25
SEMINARIO DEONTOLOGIA	9
SOLINCA APP	508
SONAE SHOTS :: PRESIDENCIAIS EUA: O FUTURO COM BIDEN OU TRUMP, CENÁRIOS E EXPECTATIVAS	2
SONAE SHOTS_EVOLUÇÃO PREÇO DO PETRÓLEO	1
STAIRMASTER HIIT INSTRUCTOR 1/2/3	511
STAIRMASTER_INSTRUTORES_FINAL	527
SUPLEMENTAÇÃO DESPORTIVA - PDF	7
SUPLEMENTAÇÃO NO DESPORTO	647
SUPLEMENTAÇÃO NO DESPORTO - PDF	239
TECHNOGYM_INSTRUTORES	7 312
TECNICAS NEGOCIACAO VENDAS	306
TRABALHO EM EQUIPA	244
TRIBE - GESTÃO	26
TRIBE - NUTRIÇÃO	7
VENDAS	80
VIDEOS 33/34	112
VIDEOS MANZ	90
VIDEOS SONAE_TIPOLOGIAS	157
WEB SUMMIT	24



Nº de Horas (h)

WEBINAR – TREINO FORÇA PARA PERDA DE PESO	438
WEBINAR – TREINO HIIT	293
WEBINAR AQUECIMENTO	295
WEBINAR CORE	113
WEBINAR FLEXIBILIDADE	328
WEBINAR HIPERTROFIA	322
WEBINAR PREVENÇÃO DE LESÕES	3038
WEBINAR TREINO AEROBIO EFECTIVO	130
WORLD BUSINESS FORUM	16
WORLD FITNESS & WELLNESS ONLINE SUMMIT	795
WORLD FITNESS&WELLNESS ONLINE SUMMIT	7512
YESDIET	19

44 269

HOTELARIA

Nº de Horas (h)

ACIDENTES DE TRABALHO - PROCEDIMENTO	8
AGILE	8
CHAS	12
CIBER RISCO_SEMINÁRIO APGEI	4
COMBATE A INCENDIOS MEIOS 1ª INTERVENÇÃO	4
COMFORT ZONE BODY STRATEGIST	7
COMO PREVENIR ACIDENTES DE TRABALHO	3
CONCEITOS-CHAVE	2
CONFIRMAÇÃO DE PROCESSO	2
CONFIRMAÇÃO DE PROCESSOS	3



	Nº de Horas (h)
COVID 19 BOAS PRÁTICAS DE HOUSEKEEPING	13
COVID 19 BOAS PRÁTICAS DE RESTAURACAO	9
CURSO DIGITAL MARKETING FOUNDATIONS	16
CUSTOMER EXPERIENCE CHEFIAS	238
CUSTOMER SERVICE: COMO LIGAR-SE AO CLIEN	2
DEGUSTAÇÃO E FORMAÇÃO DE VINHOS	10
GESTAO DE HOTELARIA E ALOJAMENTO	40
GESTÃO DE SALAS DE AULA VIRTUAIS EM LMS	1
GESTAO VISUAL	32
GESTÃO VISUAL E QUADROS DE EQUIPA	4
HOW TO EFFECTIVELY COMMUNICATE REMOTELY	3
INGLÊS B1.1	10
IOW DIÁRIO - MÓDULO 1	5
IOW DIÁRIO - MÓDULO 2	5
IOW DIÁRIO - MÓDULO 3	6
IOW DIÁRIO - MÓDULO 4	2
IOW DIARIO - NIVEL I	8
LEADING FOR RESULTS	86
LEGIONELLA	52
MANAGEMENT DEVELOPMENT PROGRAMME 2	40
MANUSEAMENTO DO INFRASPEAK E PPL	11
MANUTENÇÃO PISCINAS	222
MAPEAMENTO: DESENHO DE PROCESSOS	4
MEASURING GOALS WITH OKRS	5



	Nº de Horas (h)
MIXOLOGIA	42
MKT DIGITAL APLICADO AO TURISMO	30
PAI_ASSISTENTE GREENKEEPER	40
PAI_JARDINEIRO DE 2ª	40
PAI_POLIVALENTE	40
PERCURSO PEDESTRE	4
PLANO ACOLH INTEGRAÇÃO AGENTE RESERVAS	80
PLANO ACOLH INTEGRAÇÃO COZINHA	40
PLANO ACOLHIME INTEGR-EMP.MESA.LAGOS	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - GOVERNA	80
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - REC TH	40
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - AP.CANTIN	80
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - COPA	200
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - COZ AQL	400
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - COZ PPH	120
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - EMP.MESA	240
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - REC AQUAL	80
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO - TEC.MANUT	120
PLANO ACOLHIMENTO INTEGRAÇÃO POLIVALENTE	80
PLANO ACOLHMENTO E INTEGRAÇÃO BAGAGEIRO	40
PLANO ACOLHMENTO INTEGRAÇÃO COZ LAGOS	40
PLANO ACOLHMENTO INTEGRAÇÃO EMP ANDARES	600
PLANO DE ACOLHIMENTO FITNESS	18
PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	17



	Nº de Horas (h)
PROGRAMA DE GESTÃO INICIAL	40
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS EM EQUIPA	5
RETOMAR O TURISMO EM SEGURANÇA	8
RH MEETING	10
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	34
SENSIBILIZAÇÃO COVID-19 REGRESSO	151
SENSIBILIZAÇÃO COVID-19 PLANO CONTING.	99
SIMULACROS_MAP	121
SONAE SHOTS :: PRESIDENCIAIS EUA: O FUTURO COM BIDEN OU TRUMP, CENÁRIOS E EXPECTATIVAS	4
SONAE SHOTS_EVOLUÇÃO PREÇO DO PETRÓLEO	3
SONAE SHOTS_FUTURE OF FASHION RETAIL	2
WORKSHOP INFLUENCER MARKETING	16
	3 875
Tróia Operações	Nº de Horas (h)
5S, GESTÃO VISUAL E NORMALIZAÇÃO	2
A EXPERIÊNCIA DO CLIENTE NO NOVO NORMAL	2
A3 REPORT	3
AGENTES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA	2
ANALISE INDICADORES FINANCEIROS E LIQUID	2
AUTOCONFIANÇA&RESILIÊNCIA GESTÃO STRE	2
AUTOCONFIANÇA&RESILIÊNCIA GESTÃO STRE_2	2
BEST - RECRUTAMENTO E SELECÇÃO	2
CLEAN & SAFE - MUSEUS, PALÁCIOS E MONUME	4
CLEAN & SAFE: EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	4

	Nº de Horas (h)
COMFORT ZONE BODY STRATEGIST	7
COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL 360	9
CONCEITOS-CHAVE	2
CURSO DE CONTROLO DE MULTIDOES	198
CUSTOMER EXPERIENCE CHEFIAS	11
DESIGN THINKING	2
DIVERSIFICAÇÃO OFERTA TURÍSTICA E ESTRUT	2
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM AÇÃO	16
ELABORAÇÃO PLANO NEGOCIOS	2
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL	2
EXERCICIO COMBATE A INCENDIO	19
EXERCICIO DE HOMEM AO MAR	4
EXERCÍCIO DE TREINO INCÊNDIO	2
EXERCÍCIO DIREITOS E GEST. CONSENTIMENTO	30
EXERCICIO HOMEM AO MAR	6
FORMAÇÃO ACOLHIMENTO DE COL. ATLANT FERR	20
FORMAÇÃO TURISMO DE PORTUGAL	2
FUJITSU	50
GESTÃO COMUNICAÇÃO EM EQUIPAS DE TRABALH	2
GESTAO DE TURISMO	587
GESTAO DE TURISMO_2º ANO_1º SEMESTRE	641
GESTÃO EM CENÁRIO DE COVID-19	2
GESTÃO VISUAL E QUADROS DE EQUIPA	24
HELP! I MUST DO A PRESENTATION REMOTELY!	1
HOW TO EFFECTIVELY COMMUNICATE REMOTELY	1



	Nº de Horas (h)
ICOMIA_WORLD MARINAS CONFERENCE	5
INGLÊS B1.1	10
IOW DIÁRIO - MÓDULO 1	2
IOW DIÁRIO - MÓDULO 2	2
IOW DIÁRIO - MÓDULO 4	2
IOW DIARIO - NIVEL I	8
IOW LAB	16
LEADING OTHERS	42
LEGIONELLA	16
MANUTENÇÃO A BORDO	5
MANUTENÇÃO PISCINAS	30
MAPEAMENTO: DESENHO DE PROCESSOS	2
MAQUINISTA PRATICO 1ª CLASSE AF	370
MARCAÇÃO DE FÉRIAS EM TEMPOS DE COVID19	2
MARKETING NA HOTELARIA	2
O PERFIL DO TURISTA NA ERA POS-COVID	2
PERCURSO PEDESTRE	6
PLANO ACOLHIM INTEGRAÇÃO MARINA TROIA	280
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO-OP.AJUDA	200
PLANO ACOLHIMENTO INTEGRAÇÃO CHEFE MAQ.	80
PLANO ACOLHIMENTO INTEGRAÇÃO POLIVALENTE	12
PLANO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO MARINHEIRO	400
PLANO ACOLHIMENTO INTEGRAÇÃO BILHETEIRO	280
PLANO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO_COMPRA	40
PROGRAMA DE GESTÃO INICIAL	40



Nº de Horas (h)

RH MEETING	30
SEARCH ENGINE OPTIMIZATION	2
SEGURANÇA SANITARIA	2
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	10
SENSIBILIZAÇÃO COVID-19 REGRESSO	2
SENSIBILIZAÇÃO COVID-19 PLANO CONTING.	27
SIMULACRO_DOCA COMERCIO	4
SIMULACROS INTRUSÃO E INCÊNDIO	2
SIMULACROS_DERRAME	9
SONAE SHOTS :: PRESIDENCIAIS EUA: O FUTURO COM BIDEN OU TRUMP, CENÁRIOS E EXPECTATIVAS	6
SONAE SHOTS_COVID-19: IMPACTO CULTURAL	3
SONAE SHOTS_EVOLUÇÃO PREÇO DO PETRÓLEO	3
TOOLKIT PARA SABER NAVEGAR TEMPOS DE ADV	2
VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS	30
WEBINAR ACT - AS FISCALIZAÇÕES ATUAIS	1
YOUTUBE E MARKETING	2
	3 647
Número total de horas de formação	55 489

404 - 3: Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira

2019

2020

88%

92%

Nota: Apenas os colaboradores com pelo menos seis meses de antiguidade são alvo do processo de avaliação de desempenho.

GRI 405 – Diversidade e Igualdade de Oportunidade				
405 – 1: Diversidade dos órgãos de <i>governance</i> e dos colaboradores				
2020				
Colaboradores	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Top Executives	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	4	0	4
	≥ 50 anos	0	0	0
	Total	4	0	4
Top Executives (%)	< 30 anos	0%	-	0%
	Dos 30 aos 50 anos	100%	-	100%
	≥ 50 anos	0%	-	0%
	Total	100%	-	100%
Management & Senior Management	< 30 anos	0	1	1
	Dos 30 aos 50 anos	38	21	59
	≥ 50 anos	16	1	17
	Total	54	23	77
Management & Senior Management (%)	< 30 anos	0%	4%	1%
	Dos 30 aos 50 anos	70%	91%	77%
	≥ 50 anos	30%	4%	22%
	Total	100%	100%	100%

	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Middle Management	< 30 anos	3	1	4
	Dos 30 aos 50 anos	64	23	87
	≥ 50 anos	12	7	19
	Total	79	31	110
Middle Management (%)	< 30 anos	4%	3%	4%
	Dos 30 aos 50 anos	81%	74%	79%
	≥ 50 anos	15%	23%	17%
	Total	100%	100%	100%
Technicians/highly specialized technicians	< 30 anos	94	107	201
	Dos 30 aos 50 anos	210	191	401
	≥ 50 anos	53	17	70
	Total	357	315	672
Technicians/highly specialized technicians (%)	< 30 anos	26%	34%	30%
	Dos 30 aos 50 anos	59%	61%	60%
	≥ 50 anos	15%	5%	10%
	Total	100%	100%	100%
Representatives	< 30 anos	35	54	89
	Dos 30 aos 50 anos	94	64	158
	≥ 50 anos	65	27	92
	Total	194	145	339
Representatives (%)	< 30 anos	18%	37%	26%
	Dos 30 aos 50 anos	48%	44%	47%
	≥ 50 anos	34%	19%	27%
	Total	100%	100%	100%



2020				
Órgãos de Governança	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	1	2	3
	≥ 50 anos	10	4	14
	Total	11	6	17
	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	9%	33%	18%
	≥ 50 anos	91%	67%	82%
	Total	100%	100%	100%
2019				
Colaboradores	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	4	0	4
	≥ 50 anos	0	0	0
	Total	4	0	4
	< 30 anos	0%	-	0%
	Dos 30 aos 50 anos	100%	-	100%
	≥ 50 anos	0%	-	0%
	Total	100%	-	100%
	< 30 anos	0	1	1
	Dos 30 aos 50 anos	37	22	59
	≥ 50 anos	10	2	12
	Total	47	25	72

	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Management & Senior Management (%)	< 30 anos	0%	4%	1%
	Dos 30 aos 50 anos	79%	88%	82%
	≥ 50 anos	21%	8%	17%
	Total	100%	100%	100%
Middle Management	< 30 anos	6	6	12
	Dos 30 aos 50 anos	54	34	88
	≥ 50 anos	10	9	19
	Total	70	49	119
Middle Management (%)	< 30 anos	9%	12%	10%
	Dos 30 aos 50 anos	77%	69%	74%
	≥ 50 anos	14%	18%	16%
	Total	100%	100%	100%
Technicians/highly specialized technicians	< 30 anos	102	129	231
	Dos 30 aos 50 anos	175	192	367
	≥ 50 anos	27	13	40
	Total	304	334	638
Technicians/highly specialized technicians (%)	< 30 anos	34%	39%	36%
	Dos 30 aos 50 anos	58%	57%	58%
	≥ 50 anos	9%	4%	6%
	Total	100%	100%	100%
Representatives	< 30 anos	55	92	147
	Dos 30 aos 50 anos	91	76	167
	≥ 50 anos	102	44	146
	Total	248	212	460

	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Representatives (%)	< 30 anos	22%	43%	32%
	Dos 30 aos 50 anos	37%	36%	36%
	≥ 50 anos	41%	21%	32%
	Total	100%	100%	100%

2019				
Órgãos de Governança	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Órgãos de Governança	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	1	2	3
	≥ 50 anos	9	4	13
	Total	10	6	16

Órgãos de Governança (%)	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	10%	33%	19%
	≥ 50 anos	90%	67%	81%
	Total	100%	100%	100%

405 - 2: Rácio do salário e remuneração entre feminino e masculino, discriminado por categoria profissional e unidades operacionais relevantes		
Rácio do salário base médio por categoria profissional	2019	2020
Top Executives	-	-
Management & Senior Management	0,78	0,78
Middle Management	0,85	0,75
Technicians/highly specialized technicians	0,91	0,77
Representatives	0,80	0,83

Rácio da remuneração média por categoria profissional	2019	2020
Top Executives	-	-
Management & Senior Management	0,80	0,82
Middle Management	0,88	0,81
Technicians/highly specialized technicians	0,85	0,80
Representatives	0,67	0,73

Nota: No segmento Top Executives, a amostra não possui dimensão suficiente para serem apresentados dados com leitura.

GRI 406 - Não discriminação

406 - 1: Casos de discriminação e medidas tomadas

Não se verificaram casos de discriminação.

GRI 407 - Liberdade de Associação e Negociação Colectiva

407 - 1: Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação colectiva pode estar em risco

Não foram identificadas operações ou fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação colectiva pudesse estar em risco.

GRI 408 - Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil

408 - 1: Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil

Na Sonae Capital, por regra, não se admitem menores de idade. Só excepcionalmente se admitem menores, entre os 16 e 18 anos de idade, e sempre em cumprimento da lei.

A Sonae Capital adoptou um Código de Conduta para Fornecedores, que elenca um conjunto de princípios de Sustentabilidade, Ética, Justiça e Honestidade, que deverão ser cumpridos por todos os Fornecedores do Grupo. O trabalho infantil e qualquer forma de exploração infantil são proibidos. Qualquer fornecedor da Sonae Capital deverá comprometer-se a cumprir toda a legislação aplicável ao trabalho infantil e a manter registos que comprovem a data de nascimento de cada colaborador.

GRI 409 – Trabalho forçado ou análogo ao escravo**409 – 1: Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo**

Na Sonae Capital não existe qualquer trabalho forçado.

A Sonae Capital adoptou um Código de Conduta para Fornecedores, que elenca um conjunto de princípios de Sustentabilidade, Ética, Justiça e Honestidade, que deverão ser cumpridos por todos os Fornecedores do Grupo. Os fornecedores da Sonae Capital não podem utilizar qualquer tipo de trabalho escravo ou forçado, bem como actividades que envolvam tráfico de seres humanos, nomeadamente o transporte, recrutamento, transferência ou recebimento de pessoas por meio de ameaças ou fraude.

GRI 412 – Avaliação em Direitos Humanos**412 – 1: Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos ou avaliações de impacto**

Não foram identificadas operações que carecessem de tal avaliação.

GRI 413 – Comunidades Locais**413 – 1: Operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local**

3 – Desempenho social

- Desigualdades e desenvolvimento inclusivo
- Apoio à comunidade”

Factores de Emissão

Energia	Unidade	Fatores de Conversão (2019)	Fatores de Conversão (2020)	Fonte
Gás Natural	PCI (GJ/Nm³)	0,03844	0,03844	Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2013) (http://www.apambiente.pt/_zdata/DPAAC/CELE/tabela_PCI_FE_FO_2013.pdf)
Gás Propano (GPL)	PCI (GJ/ton)	46	46	APA (2017) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
Gasóleo	PCI (GJ/ton)	42,6	42,6	APA (2017) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
	Densidade (ton/l)	0,000837	0,000837	APA (2014) http://www.apambiente.pt/_zdata/DPAAC/CELE/tabela_densidades_combustiveis_2013.pdf
Gasolina	PCI (GJ/ton)	44	44	APA (2017) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
	Densidade (ton/l)	0,0007475	0,0007475	Decreto-Lei nº 142/2010, de 31 de dezembro
Eletricidade	(GJ/MWh)	3,6	3,6	-
Entalpia	(GJ/MWh)	n.a.	3,6	-
Frio	(GJ/MWh)	n.a.	3,6	-

Energia	Unidade	Fator de Conversão (2019)	Fator de Conversão (2020)	Fonte
Gás Natural	(kg CO ₂ /GJ)	56,4	56,4	2018: APA (2018) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2016 (pg. 189) 2019: APA (2019) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2017 (p.187)
Gás Propano	(kg CO ₂ /GJ)	63,1	63,1	
Gasóleo	(kg CO ₂ /GJ)	74,1	74,1	
Gasolina	(kg CO ₂ /GJ)	69,3	69,3	
Eletricidade - Location Based	(kg CO ₂ /GJ)	78,2	78,2	International Energy Agency (2015). CO ₂ Emissions from Fuel Combustion, 2015 Edition.
Eletricidade - Market Based	(kg CO ₂ /GJ)	75,1	56,1	2019: Cálculo baseado no factor de emissão anual reportado pelo comercializador (Endesa) e o consumo de energia referente aos contratos de fornecimento de energia do respectivo comercializador. 2020: Média do factor de emissão do fornecedor de electricidade, tal como indicado nas facturas, actualizado de forma trimestral.
Entalpia - Location Based	(kg CO ₂ /GJ)	n.a.	0,1726	DEFRA 2020
Entalpia - Market Based	(kg CO ₂ /GJ)	n.a.	0,0060	O fator de conversão de energia primária para emissões de CO ₂ a aplicar quando o fornecimento de energia térmica é realizado através da rede urbana de frio e calor da CLIMAESPAÇO é de 0,006 kgCO ₂ /kWh. https://www.sce.pt/wp-content/uploads/2019/11/Perguntas_e_respostas_SCE-V4.Out_.2019.pdf

Energia	Unidade	Fator de Conversão (2019)	Fator de Conversão (2020)	Fonte
Frio - Location Based	(kg CO ₂ /GJ)	n.a.	0,1726	DEFRA 2020
Frio - Market Based	(kg CO ₂ /GJ)	n.a.	0,0060	O fator de conversão de energia primária para emissões de CO ₂ a aplicar quando o fornecimento de energia térmica é realizado através da rede urbana de frio e calor da CLIMAESPAÇO é de 0,006 kgCO ₂ /kWh. https://www.sce.pt/wp-content/uploads/2019/11/Perguntas_e_respostas_SCE-V4.Out_2019.pdf

Factores de Emissão				
Energia	Unit	NOx	SO2	Fonte
Gasóleo	kg/GJ	0,8	0,21	IPCC 2006
Gasolina	kg/GJ	0,600	0,075	IPCC 2006

06

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Conselho de Administração agradece a todos os *stakeholders* da Sonae Capital o apoio e confiança demonstrada ao longo de todo o ano, salientando a cooperação e acompanhamento por parte do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas. Aos nossos colaboradores, agradecemos o sentido de compromisso, o seu inequívoco contributo e o esforço partilhado na prossecução das metas traçadas, em especial num ano tão disruptivo e desafiante como este. Reafirmamos que continuamos a acreditar estarem cada vez mais firmes as bases para o crescimento sólido da Sonae Capital, acreditando no sucesso e sustentabilidade da estratégia definida.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo,
Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela,
Membro do Conselho de Administração

Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata,
Presidente da Comissão Executiva, CEO

Ivone Pinho Teixeira,
Membro da Comissão Executiva, CFO

Pedro Manuel Bruno,
Membro da Comissão Executiva

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo,
Membro do Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério,
Membro do Conselho de Administração

Paulo José Jubilado Soares de Pinho,
Membro do Conselho de Administração

Francisco de La Fuente Sánchez,
Membro do Conselho de Administração

Isabel Maria Vaz,
Membro do Conselho de Administração



07

ANEXOS



Declaração nos termos do Artigo 245, parágrafo 1, c] do Código de Valores Mobiliários

Os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro [«IFRS»], tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae Capital, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sonae Capital, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 25 de Fevereiro de 2021.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo,
Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela,
Membro do Conselho de Administração

Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata,
Presidente da Comissão Executiva, CEO

Ivone Pinho Teixeira,
Membro da Comissão Executiva, CFO

Pedro Manuel Bruno,
Membro da Comissão Executiva

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo,
Membro do Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério,
Membro do Conselho de Administração

Paulo José Jubilado Soares de Pinho,
Membro do Conselho de Administração

Francisco de La Fuente Sánchez,
Membro do Conselho de Administração

Isabel Maria Vaz,
Membro do Conselho de Administração



Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 14º, nº7 do Regulamento da CMVM Nº5/2008

Divulgação do número de acções e de outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transacções efectuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise.

	DATA	Aquisições		DATA	Alienações		Posição em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2020
		Quant.	Valor médio, €		Quant.	Valor médio, €		
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo [*] [**]								
Efanor Investimentos, SGPS, SA [1]							Minoritário	
Migracom, SA [3]							Dominante	
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo [*] [**] [***]								
Efanor Investimentos, SGPS, SA [1]							Minoritário	
Linhacom, SA [4]							Dominante	
Sonae Capital, SGPS, SA				28.10.2020	449 213	0,770		0
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo [**]								
Efanor Investimentos, SGPS, SA [1]							Minoritário	
Sonae Capital, SGPS, SA				28.10.2020	838 862	0,770		0
Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata [*] [***]								
Sonae Capital, SGPS, SA	31.03.2020	101 228	0,401	28.10.2020	1 200 570	0,770		0
Ivone Maria Pinho Teixeira da Silva [*] [***]								
Sonae Capital, SGPS, SA	31.03.2020	101 228	0,401	28.10.2020	509 497	0,770		0
Pedro Manuel Martins Bruno [*] [***]								
Sonae Capital, SGPS, SA	31.03.2020	31 917	0,401	28.10.2020	31 917	0,770		0
Álvaro Carmona e Costa Portela [*]								
Sonae Capital, SGPS, SA				28.10.2020	24 942	0,770		0
Paulo José Jubilado Soares de Pinho [*]								
Sonae Capital, SGPS, SA				28.10.2020	12 650	0,770		0

[*] Administrador da Sonae Capital, SGPS, SA;

[**] Administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA [sociedade direta e indiretamente dominante];

[***] Acções adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo.



	DATA	Aquisições		DATA	Alienações		Posição em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2020
		Quant.	Valor médio, €		Quant.	Valor médio, €		
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA								
Sonae Capital, SGPS, SA	26.08.2020 a 21.12.2020	91 328 011	0,755					180 187 211
Pareuro, BV (2)							Dominante	
(2) Pareuro, BV								
Sonae Capital, SGPS, SA								66 600 000
(3) Migracom, SA								
Sonae Capital, SGPS, SA				28.10.2020	213 076	0,770		0
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (5)							Minoritário	
(4) Linhacom, SA								
Sonae Capital, SGPS, SA				28.10.2020	43 912	0,770		0
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (5)							Minoritário	
(5) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA								
Sonae Capital, SGPS, SA				28.10.2020	577 460	0,770		

[*] Administrador da Sonae Capital, SGPS, SA;

[**] Administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA [sociedade direta e indiretamente dominante];

[***] Acções adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo.





Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração

Introdução

Fomos contratados pela Administração da Sonae Capital, S.G.P.S, S.A. (“Sonae Capital” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, que integram a informação de sustentabilidade, incluída no Relatório ESG 2020 (“Relatório”), relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, preparado pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, incluídos no Relatório ESG 2020, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative”, versão GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial” e com as instruções e critérios divulgados no Relatório de ESG 2020, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica, (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se os indicadores GRI Standards, incluídos no Relatório ESG 2020, estão isentos de distorções materialmente relevantes.

O nosso trabalho de garantia de fiabilidade limitada consistiu ainda na realização de procedimentos com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se a Empresa aplicou, na informação de sustentabilidade incluída no Relatório ESG 2020, as diretrizes GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”.

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- (i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- (iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de substanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pela PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da Sonae Capital do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- (vii) Verificar que a informação de sustentabilidade a incluir no Relatório cumpre com os requisitos das diretrizes GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”.

Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, conseqüentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente, que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados acima na secção “Responsabilidades do auditor”, incluídos no Relatório ESG 2020, relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI (GRI Standards) e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a Sonae Capital não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório ESG 2020, as diretrizes GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”.

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos da divulgação do Relatório ESG 2020, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da Sonae Capital, pelo nosso trabalho e pela conclusão expressa neste relatório, o qual será anexado ao Relatório ESG 2020 da Empresa.

12 de Maio de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Brochado Correia, R.O.C.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
ACTIVO NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	10	265 962 490	260 554 068
Activos detidos para uso	10	78 172 032	66 216 081
Activos intangíveis	11	20 436 417	9 585 320
Goodwill	12	61 680 212	33 637 373
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	6	1 586 147	1 667 459
Outros activos financeiros	7	488 911	454 391
Activos por impostos diferidos	19	26 547 041	20 671 070
Outras dívidas de terceiros	13	1 768 489	9 960 667
Total de activos não correntes		456 641 739	402 746 429
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	46 370 611	49 143 560
Clientes	15	44 413 095	52 643 690
Outras dívidas de terceiros	16	6 777 695	15 988 511
Imposto sobre o rendimento a receber	17	2 042 264	3 515 743
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	17	10 740 431	5 219 702
Outros activos correntes	18	13 375 822	6 204 313
Instrumentos financeiros	25	12 543 921	15 824 463
Caixa e equivalentes de caixa	20	43 413 607	7 587 355
Total de activos correntes		179 677 446	156 127 337
Activos detidos para venda		94 563	54 941
TOTAL DO ACTIVO	47	636 413 747	558 928 705

SONAE CAPITAL

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	21	250 000 000	250 000 000
Acções próprias	21	(1 021 930)	(1 105 573)
Reservas	21	(36 143 816)	(23 300 640)
Resultados transitados		3 781 885	3 781 885
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		(37 911 670)	(13 581 680)
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		178 704 469	215 793 992
Interesses que não controlam	22	1 493 975	2 184 277
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		180 198 443	217 978 269
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	23	15 985 733	24 641 703
Empréstimos obrigacionistas	23	55 142 600	55 092 987
Passivos da locação	33	76 892 276	57 738 403
Outras dívidas a terceiros não correntes	26	6 898 825	8 008 222
Passivos por impostos diferidos	19	12 456 008	12 432 090
Provisões	31	5 535 094	3 123 285
Total de passivos não correntes		172 910 536	161 036 690
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	23	122 709 900	56 567 612
Empréstimos obrigacionistas	23	17 000 000	2 000 000
Passivos da locação	33	10 336 568	17 697 925
Outros empréstimos	23	146 132	2 213 099
Instrumentos financeiros	25	11 927 984	9 565 632
Fornecedores	28	18 651 125	31 993 293
Outras dívidas a terceiros	29	45 504 377	14 898 754
Imposto sobre o rendimento a pagar	17	802 675	1 097 187
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	17	6 160 925	3 051 974
Outros passivos correntes	30	47 141 835	37 448 497
Provisões	31	2 831 623	2 907 863
Total de passivos correntes		283 213 145	179 441 836
Passivos associados a activos detidos para venda		91 624	471 909
TOTAL DO PASSIVO		456 215 305	340 950 435
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		636 413 747	558 928 705

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Vendas	34	233 345 045	172 918 850
Prestações de serviços	34	45 440 285	111 678 671
Outros rendimentos e ganhos	35	8 368 600	11 241 859
Custo das vendas	14	(190 698 261)	(141 748 852)
Variação da produção	36	(1 937 113)	(8 382 619)
Fornecimentos e serviços externos	37	(37 452 505)	(54 732 937)
Gastos com o pessoal	38	(33 954 284)	(44 048 751)
Amortizações e depreciações	10 & 11	(34 646 188)	(32 360 910)
Provisões e Perdas por imparidade de activos não financeiros (Aumentos)/Diminuições	31	1 414 606	(3 242 072)
Perdas por imparidade de activos financeiros (Aumentos)/Diminuições	31	(592 152)	1 181 488
Outros gastos e perdas	39	(10 224 653)	(7 715 731)
Resultados operacionais		(20 936 620)	4 788 995
Rendimentos e ganhos financeiros	40	1 885 043	1 388 496
Gastos e perdas financeiras	40	(8 190 585)	(7 859 839)
Resultados Financeiros		(6 305 542)	(6 471 343)
Resultados relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas	6	130 154	303 238
Resultados relativos a investimentos	41	(8 780 120)	(10 216 802)
Resultado antes de impostos		(35 892 129)	(11 595 913)
Imposto sobre o rendimento	42	929 419	563 476
Resultado consolidado do exercício - operações continuadas		(36 821 548)	(12 159 389)
Resultado consolidado do exercício - operações descontinuadas		(118 814)	(139 003)
Resultado consolidado do exercício	43	(36 940 362)	(12 298 392)
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		(37 911 670)	(13 581 680)
Interesses que não controlam	22	971 308	1 283 289
Resultados por acção - operações continuadas			
Básico	45	(0,15321)	(0,05460)
Diluído	45	(0,15321)	(0,05460)
Resultados por acção - operações descontinuadas			
Básico	45	(0,00048)	(0,00056)
Diluído	45	(0,00048)	(0,00056)

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	4º Trimestre 2020 *	4º Trimestre 2019 *
Vendas		72 830 131	71 442 800
Prestações de serviços		8 721 963	42 794 874
Outros rendimentos e ganhos		4 340 433	4 350 342
Custo das vendas		(57 743 515)	(80 154 654)
Variação da produção		(818 471)	(4 239 795)
Fornecimentos e serviços externos		(11 521 018)	(13 653 693)
Gastos com o pessoal		(9 390 871)	(10 733 627)
Amortizações e depreciações		(9 444 410)	(7 722 582)
Provisões e Perdas por imparidade (Aumentos)/Diminuições		498 676	(2 615 600)
Outros gastos e perdas		(6 897 001)	(3 118 686)
Resultados operacionais		(9 424 084)	(3 650 620)
Rendimentos e ganhos financeiros		778 450	487 912
Gastos e perdas financeiras		(2 264 272)	(1 922 908)
Resultados Financeiros		(1 485 822)	(1 434 996)
Resultados relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas		(26 465)	20 782
Resultados relativos a investimentos		(8 780 120)	(10 580 156)
Resultado antes de impostos		(19 716 491)	(15 644 990)
Imposto sobre o rendimento		805 285	251 228
Resultado consolidado do exercício - operações continuadas		(20 521 775)	(15 896 218)
Resultado consolidado do exercício - operações descontinuadas		(36 021)	(57 286)
Resultado consolidado do exercício		(20 557 796)	(15 953 504)
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		(20 760 496)	(16 772 639)
Interesses que não controlam		202 700	819 135

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Resultado líquido consolidado do período	(36 940 362)	(12 298 392)
Rubricas que posteriormente poderão ser reclassificados para Resultado Líquido:		
Variação nas reservas de conversão cambial	16 160	(213 589)
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 5)		
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda		
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		
Imposto relativo às componentes do Outro rendimento integral		
Outro rendimento integral do período - operações continuadas	-	-
Outro rendimento integral do período - operações descontinuadas	16 160	(213 589)
Total rendimento integral consolidado do período	(36 924 202)	(12 511 981)
Atribuível a:		
Accionistas da Empresa-Mãe	(37 895 510)	(13 795 270)
Interesses sem controlo	971 308	1 283 289

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	4º Trimestre 2020 *	4º Trimestre 2019 *
Resultado líquido consolidado do período	(20 557 796)	(15 953 504)
Rubricas que posteriormente poderão ser reclassificados para Resultado Líquido:		
Varição nas reservas de conversão cambial	(6 248)	(46 585)
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 5)		
Varição no justo valor dos activos disponíveis para venda		
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		
Outro rendimento integral do período - operações continuadas	-	-
Outro rendimento integral do período - operações descontinuadas	(6 248)	(46 585)
Total rendimento integral consolidado do período	(20 564 044)	(16 000 089)
Atribuível a:		
Accionistas da Empresa-Mãe	(43 763 177)	(19 662 937)
Interesses sem controlo	23 199 133	3 662 848

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Atribuível aos Accionistas da Sonae Capital											
	Capital Social	Acções próprias	Reserva de cisão (Nota 15)	Reservas de conversão	Reservas de cobertura	Outras reservas	Subtotal reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	250 000 000	(1 192 808)	132 638 253	359 097	-	(123 137 837)	9 859 512	3 781 885	(3 860 952)	258 587 636	9 440 091	268 027 727
Aplicação IFRS16						(10 612 025)	(10 612 025)			(10 612 025)	(18 614)	(10 630 639)
Saldo em 1 de Janeiro de 2019 (Reexpresso)	250 000 000	(1 192 808)	132 638 253	359 097		(133 749 862)	(752 513)	3 781 885	(3 860 952)	247 975 611	9 421 477	257 397 088
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	(213 589)	-		(213 589)	-	(13 581 680)	(13 795 269)	1 283 289	(12 511 981)
Aplicação do resultado líquido de 2018:												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	(3 860 952)	(3 860 952)	-	3 860 952	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(18 228 359)	(18 228 359)	-	-	(18 228 359)	(854 377)	(19 082 736)
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-	87 236	-	-	-	-	-	-	-	87 236	-	87 236
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7 540 682)	(7 540 682)
Outras variações	-	-	-	-	-	(245 226)	(245 226)	-	-	(245 226)	(125 431)	(370 657)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	250 000 000	(1 105 573)	132 638 253	145 508	-	(156 084 399)	(23 300 640)	3 781 885	(13 581 680)	215 793 992	2 184 277	217 978 269
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	250 000 000	(1 105 573)	132 638 253	145 508	-	(156 084 399)	(23 300 640)	3 781 885	(13 581 680)	215 793 992	2 184 277	217 978 269
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	16 160	-	-	16 160	-	(37 911 670)	(37 895 510)	971 308	(36 924 202)
Aplicação do resultado líquido de 2019:												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	(13 581 680)	(13 581 680)	-	13 581 680	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 042 737)	(1 042 737)
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-	83 642	-	-	-	-	-	-	-	83 642	-	83 642
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	526 538	526 538	-	-	526 538	(626 538)	(100 000)
Aplicação IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	195 804	195 804	-	-	195 804	7 664	203 468
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	250 000 000	(1 021 930)	132 638 253	161 668	-	(168 943 737)	(36 143 816)	3 781 885	(37 911 670)	178 704 469	1 493 975	180 198 443

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		305 833 387	271 638 042
Pagamentos a fornecedores		(259 736 036)	(194 486 612)
Pagamentos ao pessoal		(34 747 848)	(43 056 168)
Fluxos gerados pelas operações		11 349 503	34 095 262
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(584 277)	(2 637 157)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		4 744 136	(14 770 778)
Actividades descontinuadas		(36 971)	13 581
Fluxos das actividades operacionais (1)		15 546 333	16 673 746
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Investimentos financeiros	41	8 859 756	17 841 166
Activos fixos tangíveis		29 326 208	18 604 631
Juros e proveitos similares		508 319	1 581 191
Dividendos		211 466	259 686
Outros		-	6 631
Variação de perímetro		-	669 170
		38 905 749	38 962 475
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Investimentos financeiros	41	(61 921 002)	(8 583 812)
Activos fixos tangíveis		(20 889 388)	(38 448 759)
Activos intangíveis		(644 455)	(1 677 519)
		(83 454 845)	(48 710 090)
Actividades descontinuadas		-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		(44 549 096)	(9 747 615)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos obtidos	23	103 614 267	68 994 976
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		33 673	35 944
Venda de acções próprias		183 672	87 236
		103 831 612	69 118 156
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos obtidos	23	(33 417 906)	(47 954 383)
Juros e custos similares		(4 434 139)	(3 770 536)
Reduções de capital e prestações suplementares		(160)	-
Dividendos		(1 051 013)	(23 874 859)
Outros		(2 319 692)	-
		(41 222 910)	(75 599 778)
Actividades descontinuadas		98 213	(13 581)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		62 510 489	(6 468 041)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		33 507 726	458 090
Variação de perímetro		2 336 473	
Efeito das diferenças de câmbio		17 947	1 896
Caixa e seus equivalentes no início do período	20	7 587 355	7 131 161
Caixa e seus equivalentes no fim do período	20	43 413 607	7 587 355

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE CAPITAL, SGPS, SA («Empresa», «Grupo» ou «Sonae Capital») tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 («Grupo Sonae Capital») e foi constituída por escritura pública de 14 de Dezembro de 2007 em resultado do destaque da participação da SC, SGPS, SA (anteriormente denominada Sonae Capital, SGPS, SA) através de cisão simples da Sonae, SGPS, SA, cujo projecto foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA em 8 de Novembro de 2007 e pela Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 2007.

Reflectindo a actual estrutura de gestão, os segmentos de reporte, replicam as áreas de negócio estratégicas identificadas no Grupo:

- Troia Resort Operações
- Hotelaria
- Fitness
- Energia
- Engenharia Industrial
- Activos Imobiliários
- Holding & Outros

Os activos não estratégicos são para efeitos de reporte incluídos no segmento «Holding & Outros».

Os valores mobiliários da Sonae Capital eram transacionados na Lisbon Euronext Stock Exchange até à data de 20 de Novembro de 2020, nesta data foi deliberada pela CMVM deferir, com efeitos a esta data, o pedido de perda da qualidade de sociedade aberta da Sonae Capital, SGPS, S.A., requerido pela Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Neste momento a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. é a única acionista.

Os accionistas têm capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS» – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – «IAS») emitidas pelo «International Accounting Standards Board» («IASB») e Interpretações emitidas por IFRS Interpretation Committee («IFRIC») ou pelo anterior «Standing Interpretations Committee» («SIC») adotadas pela União Europeia, em vigor em 1 de Janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias, ajustadas no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras, o Grupo seguiu a convenção do custo histórico modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) activos financeiros ao justo valor através de resultados e ii) activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de activos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Em vigor durante o exercício de 2020 e sem impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2020:

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio	1 de janeiro de 2020
• IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 1	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura, para que a reforma das taxas de juro referência não afete a contabilidade de cobertura	1 de janeiro de 2020
• IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de “material”, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo	1 de janeiro de 2020
• Estrutura concetual – Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de activos / passivos e gastos / rendimentos	1 de janeiro de 2020

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pela Empresa em 2020, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras anexas com exceção da IFRS16 – Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19 cujo efeito é de 1,3 milhões de euros de descontos obtidos em rendas de contratos incluídos na IFRS 16.

Em vigor em exercícios posteriores a 1 de Janeiro de 2021, já endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19 	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a Covid-19, como modificações	1 de junho de 2020
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9 	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não se estima impactos nas demonstrações financeiras relativos às alterações apresentadas para 1 de janeiro de 2021.

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2021, ainda não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos 	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento 	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato 	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> Ciclo de Melhorias 2018 – 2020 	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual 	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Contratos de seguro 	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações) 	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	1 de janeiro de 2023

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do poder exercido sobre a Entidade. (definição de controlo utilizada pelo Grupo) foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

O rendimento integral e as restantes rubricas de capitais próprios são atribuídas aos detentores de interesses que não controlam mesmo que essas rubricas assumam valores negativos.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício.

Os activos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, podendo tal mensuração ser concluída num prazo de 12 meses após a data de aquisição. Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do goodwill ou badwill. Qualquer excesso do preço de aquisição da participação acrescido do valor de interesses que não controlam face ao justo valor dos activos e passivos adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido do valor de interesses que não controlam e o justo valor de activos, passivos e passivos contingentes adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos. Os interesses que não controlam são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas/vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, consoante o caso.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas consideradas como um indicador de imparidade para o activo transferido.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação são apresentados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade (Nota 7).

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

Transacções subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transacção e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de Capital próprio.

Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas nas quais o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da participada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor do investimento financeiro (Nota 2.2.c). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica Resultados relativos a empresas associadas, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir, sempre que a participação financeira inclua goodwill e/ou empréstimos/financiamentos implícitos. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada, excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a participada, ou caso em que tenha feito pagamentos a favor das participadas, registando o Grupo perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada ou no empreendimento conjunto por contrapartida do investimento nessa mesma associada ou empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

As políticas contabilísticas das associadas e dos empreendimentos conjuntos são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Grupo.

Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empreendimentos conjuntos e associadas e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas na rubrica Goodwill (Nota 12) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos (Nota 6).

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição encontram-se registadas na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o Goodwill é alocado às unidades geradoras de caixa a que pertence, correspondendo estas ao menor Grupo de activos identificável que gera fluxos de caixa independentes entre si. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação

elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade de Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação da Sonae Capital.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio da data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de Gastos e perdas financeiros e Rendimentos e ganhos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos/transações.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluindo o valor de Goodwill são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

O valor de Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira que se qualifica como uma subsidiária é alienada na sua totalidade, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação. Caso a subsidiária seja parcialmente alienada, sem perda de controlo, a diferença cambial é desconhecida na sua quota-parte por contrapartida de interesses que não controlam. Caso a subsidiária seja parcialmente alienada, com perda de controlo, a diferença cambial é reciclada por completo por resultados do exercício.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Metical Moçambicano	0,01092	0,01268	0,01445	0,01430
Dólar Americano	0,81493	0,87704	0,89015	0,89342
Peso Mexicano	0,04096	0,04103	0,04712	0,04642

Fonte: Bloomberg

2.3. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

As depreciações são calculadas, após os bens se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados.

As perdas por imparidade, detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica Provisões e perdas por imparidade da demonstração consolidada de resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos activos são reconhecidos no custo do activo. As despesas com reparação e manutenção de activos são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos activos, quando constituam montantes significativos.

2.4. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, o Grupo mensura os seus activos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os activos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

Os Activos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os Activos Intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como Activos Intangíveis.

O Grupo passou a adoptar a partir do exercício de 2009 o «IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços», nas situações em que uma entidade pública atribui, sob a forma de concessão, o fornecimento de serviços públicos. A única concessão detida pelo Grupo enquadrável nesta norma é a exploração da Marina de Tróia, sendo que o Grupo segue o modelo do activo intangível, uma vez que recebeu o direito de debitar aos utentes o serviço público, não lhe sendo dada no entanto, por parte do concedente, garantia sobre o nível de rédito a ser recebido durante o período de concessão, suportando o Grupo o risco de procura. De acordo com este modelo, todos os custos relacionados com a respectiva infraestrutura dedicada à prestação de serviços públicos são reconhecidos como Activos Intangíveis e amortizados linearmente ao longo do período de concessão. Estes Activos Intangíveis são adicionados dos montantes acordados com o concedente para a construção/aquisição de activos para a exploração da concessão, quando estes se traduzem em investimentos de expansão ou requalificação nas infraestruturas.

As amortizações dos Activos Intangíveis são calculadas, após se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde geralmente a um período compreendido entre 3 a 6 anos, e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados, com excepção dos activos associados à concessão da Marina de Tróia, registados na rubrica «Activos Intangíveis» ao abrigo do «IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços», os quais são amortizados durante o período da concessão (50 anos).

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos intangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

2.5. LOCAÇÕES

A empresa avalia à data de início de cada contrato se o mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, a empresa avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direccionar o uso do ativo identificável.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um activo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um activo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação, excepto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor (< 5.000 USD).

O «Ativos sob direito de uso» é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado a com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela actualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Reconhecimento

A empresa reconhece um ativo sob direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

Os ativos sob direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, adota-se a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao prazo de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

Os ativos sob direito de uso de um ativo é sujeito a testes de imparidade quando existam indícios de imparidade, sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Sempre que a Entidade incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da

locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no ativo sob direito de uso relacionado.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato de locação, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa participada. Na maioria das situações, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro a aplicar no cálculo acima referido.

Os pagamentos de locação considerados na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificam: (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago a título de garantia de valor residual, ou (iii) caso a Empresa altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão, ou o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, sendo o passivo da locação remensurado com base nas novas rendas e a taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

Durante o ano de 2020, com a aplicação da alteração da norma IFRS16 pelas bonificações Covid-19, o Grupo registou como proveito do ano as rendas que se inseriam nos critérios definidos nessa alteração, tendo um impacto de cerca de 1,3M€ nos resultados.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo da locação, nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período no qual o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

Quando o passivo de locação é remensurado, o valor do direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho ou uma perda na demonstração consolidada dos resultados.

2.6. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos correntes e são creditados na demonstração dos resultados, na rubrica Outros proveitos operacionais em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos activos subsidiados.

2.7. IMPARIDADE DOS ACTIVOS NÃO CORRENTES, EXCEPTO GOODWILL

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuirão. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados em Provisões e perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica formam parte do custo desse ativo. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente ou indirectamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos ou projectos imobiliários classificados em inventários são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado principalmente através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detidos para venda. Os activos com vida útil definida

deixam de ser depreciados / amortizados, a partir da data em que são classificados como detidos para venda, até a data em que a transação de venda ocorre, ou a realização da transação deixa de ser provável.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os activos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes activos e/ou Grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos activos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses activos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificadas de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício, excepto o efeito do Método de Equivalência Patrimonial.

2.10. INVENTÁRIOS

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. O valor registado em mercadorias corresponde fundamentalmente a terrenos para desenvolvimento imobiliário.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização). A rubrica de Produtos e trabalhos em curso inclui fundamentalmente o valor de imóveis em desenvolvimento para venda no curso normal da actividade. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso durante o exercício é reconhecido como variação da produção na demonstração dos resultados.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em «Imparidades de inventários», em Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a inventários de mercadorias e matérias-primas ou a inventários de produtos acabados e semiacabados e trabalhos em curso.

2.11. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais em que o Grupo é réu. O Grupo reconhece esta provisão quando estima, com base na informação prestada pelos consultores legais sobre a evolução do processo, que é mais provável do que não que o Grupo tenha de pagar.

Provisões para rendimento garantido

Provisões referentes à estimativa do valor actual dos potenciais encargos para a totalidade do período do Rendimento Garantido nas vendas imobiliárias no Troia Resort.

2.12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço consolidado conforme identificado na Nota 9.

a) Activos Financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em activos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo.

Classificação

A classificação dos activos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Grupo na gestão dos activos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos activos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, excepto quanto aos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os activos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Activos financeiros ao custo amortizado: inclui os activos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir activos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade): a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os activos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contractuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o Grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o Grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

- (iii) Activos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os activos que não cumprem com os critérios de classificação como activos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2020, a classificação dos activos financeiros do Grupo por categoria encontra-se divulgada na Nota 9.

Mensuração

Os activos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor nessa data, incluindo despesas de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados. Os custos de transacção de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os activos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes activos financeiros são incluídos em «Juros obtidos de activos ao custo amortizado», nos rendimentos financeiros.

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

O Grupo avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos activos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas «Clientes» e «Outras dívidas de terceiros» e aos Activos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível («on demand»); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for «baixo» ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do activo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco

SONAE CAPITAL

de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do activo.

Desreconhecimento de activos financeiros

O Grupo desreconhece os activos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o Grupo entrega dinheiro ou fornece bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de Clientes e as Outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e sendo mensuradas subsequentemente ao custo amortizado e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Provisões e perdas por imparidade em contas a receber, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto para o momento actual.

A Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, tendo por base o histórico do recebimento dos saldos devedores do Grupo relativamente às vendas e prestações de serviços dos últimos três anos, e as perdas efectivas incorridas nesse período. As perdas de créditos históricas apuradas são ajustadas por factores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

SONAE CAPITAL

A categoria «Passivos financeiros ao custo amortizado» inclui os passivos apresentados nas rubricas «Empréstimos obtidos», «Fornecedores» e «Outros credores». Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo apenas tem reconhecidos passivos classificados como «Passivos financeiros ao custo amortizado» e instrumentos derivados classificados como «justo valor através de resultados».

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões e outros gastos de montagem do financiamento com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.17. A parcela do juro efectivo relativa a comissões e outros gastos de montagem do financiamento com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo.

Os itens que compõem a rubrica serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário serão classificados como passivos não correntes.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de «Fornecedores» serão classificados como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, estes itens são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de funding.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e instrumentos de cobertura do risco de preço resultantes da atividade de venda de direitos de licenças. Relativamente aos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

Relativamente aos instrumentos de cobertura de risco de preço os mesmos são registados ao justo valor, sendo os ganhos ou perdas reconhecidas de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo.

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registados por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor dos activos e passivos cobertos ou grupo de activos e passivos cobertos que seja atribuíveis ao risco coberto. Quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à maturidade do item coberto.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada a partir da data em que os critérios de qualificação deixam de estar preenchidos, ou seja, quando o relacionamento de cobertura deixou de cumprir o objetivo de gestão do risco; o instrumento se vence ou é vendido; ou já não existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura.

Nos instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais o Grupo não aplicou hedge accounting, são registados pelo seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contractos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contractos e nas situações em que os contractos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada de resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Se esta cobertura deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do instrumento coberto, para o qual o método da taxa de juro efetiva é utilizado, são amortizadas por via de resultados, ao longo do período de maturidade do instrumento coberto. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos bancários de curto prazo no balanço consolidado.

2.13. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae Capital, SGPS, SA e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (após a realização da Assembleia Geral anual) e é posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte (ajustado em função de distribuição de dividendos ou movimentos no capital social). A responsabilidade é registada em Gastos com pessoal e Outros passivos, de forma linear

entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro, sendo portanto um instrumento composto em que a sociedade se reserva ao direito de entregar, em substituição das acções, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respectivo exercício.

2.14. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que um dos critérios de reconhecimento de provisões não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, verifica-se a existência de um passivo contingente. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes são «possíveis» activos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais o Grupo não tem controlo. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida. O imposto corrente é calculado de acordo com as regras fiscais em vigor, ou com as regras fiscais substancialmente consideradas como estando em vigor à data de balanço.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação ou dos Grupos de empresas no caso de opção pelo regime de tributação especial de Grupos de sociedades, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e são passíveis de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações judiciais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo as declarações fiscais das empresas, dos anos de 2017 a 2020, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios anteriormente referidos seja significativa para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

No exercício fiscal de 2020, as empresas encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC») à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 7% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Nos termos do Artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A taxa de IRC em vigor para 2021 é de 21%.

No exercício de 2020 de acordo com a legislação, os prejuízos fiscais apurados em 2020 e 2021 podem ser deduzidos ao lucro tributável por um prazo de 12 anos (em vez dos 5 anos actualmente previstos). Para além disso prejuízos de 2020 e 2021 podem ser deduzidos até ao limite de 80% da matéria colectável (elevando assim o limite normal em 10 p.p.) e não contam para efeitos de caducidade dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de 01-01-2020.

2.16. RÉDITO

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal da atividade do Grupo.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

Vendas de produtos e serviços – O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

Prestação de serviços – Os rendimentos dos projetos desenvolvidos, são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o Grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

Contractos de construção – O rédito dos contractos de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada no contrato. Quaisquer variações nos trabalhos realizados /a realizar, apenas são consideradas após o acordo com o cliente. Estas variações são registadas como um novo contrato quando estas correspondam a um novo âmbito e as condições financeiras negociadas sejam independentes do atual contrato. Nos casos em que estas condições não se verificam o Grupo procede ao recálculo da percentagem de acabamento acumulada do contrato.

As penalidades e incentivos associados aos contratos de construção são reconhecidos atendendo à natureza dos termos negociados com base no método do valor mais provável ou valor esperado, desde que não seja provável a sua reversão.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transacções em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

2.17. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas «Outros activos correntes» e «Outros passivos correntes».

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que o direito ao seu recebimento é estabelecido.

2.18. SALDOS E TRANSACÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registados como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registado directamente em capital próprio.

2.19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do balanço, e antes da data de emissão das demonstrações que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a

experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Julgamentos

O Grupo concede empréstimo a entidades que qualificam como associadas ou empreendimentos conjuntos do Grupo sob diferentes regimes/modalidades contratuais. A sua classificação enquanto elementos/componentes das participações financeiras, ou enquanto outros activos financeiros depende das condições de reembolso e de remuneração associadas, e da intenção da Administração quanto a fazer cumprir as cláusulas contratuais acordadas com as participadas. Regra geral, os financiamentos com carácter de permanência e sem remuneração são classificados como uma parcela do investimento nas participadas do Grupo.

Estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, destacando-se abaixo a imparidade de activos financeiros e reconhecimento do rédito de contratos.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- **Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis:**
As principais fontes de incerteza resultam do período em que os ativos estarão em condições para uso, as previsões dos seus fluxos de caixa, estimativas dos seus montantes recuperáveis, obtenção de comparáveis de mercado, taxas de crescimento, taxas de desconto e pressupostos de sensibilidade (Notas 10 e 11);
- **Análises de imparidade do Goodwill e de outros activos fixos tangíveis e intangíveis:**
A complexidade e nível de julgamento inerente ao modelo adotado para o cálculo de imparidade e a identificação e agregação das unidades geradoras de caixa (UGC's) implica considerar este tema como uma estimativa contabilística significativa (Notas 10, 11 e 12);
- **Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões:**
Estimativas relevantes dada a complexidade e o grau de julgamento inerente às contingências, bem como o nível de incerteza associado ao desfecho de processos em cursos (Nota 31);
- **Estimativas de lucros tributáveis futuros e recuperabilidade de activos por impostos diferidos:**
O grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, requer a utilização de estimativas na projeção de resultados tributáveis futuros e na determinação dos valores necessários à sua recuperação, cujo acontecimento apresenta sempre um grau de incerteza (Nota 19);

- Percentagem de acabamento do reconhecimento do rédito:
O mapa de obras que sustenta o reconhecimento do rédito com base na percentagem de acabamento dos contratos de construção tem diversos pressupostos, essencialmente no que diz respeito ao orçamento global de gastos da obra, gastos já incorridos e gastos a incorrer. O grau de incerteza inerente a estimativas desta natureza, e aos pressupostos inerentes, implica que estas estimativas sejam relevantes (Nota 33).

- Imparidade de activos financeiros:
A determinação da imparidade sobre activos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, o Grupo avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes activos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de «Empréstimos concedidos a entidades relacionadas», «Clientes» e «Outras dívidas de terceiros» são avaliados para factores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas, como descrito na Nota 2.12 c).

- Pressupostos relativos aos contratos de locação:
Em 2019 foi considerada a isenção prevista na IAS 12 na alínea a) do parágrafo 15 face à ausência de certezas sobre o tratamento fiscal e contabilístico a ser dado ao tema em questão. Pelo facto da Carta circular n.º 7/2020 estar em revisão e considerando que o Grupo discorda do conteúdo da carta circular emitida em 2020 e da sua consistência com os fundamentos da lei e da lei fiscal, e uma vez que o projeto de alteração à IAS 12 do IASB ainda não se encontra concluída, O Grupo Sonae Capital manteve o seu julgamento relativo à incerteza quanto ao tratamento fiscal a adotar, mantendo assim a política contabilística definida em 2019.

É tido em consideração que quando a posição da Administração Fiscal se tornar pública e/ou o IASB publicar a alteração à IAS 12, poderão existir alterações ao tratamento contabilístico adotado na primeira aplicação da IFRS 16.

Adicionalmente são ainda efetuados julgamentos relevantes na determinação da taxa de juro incremental bem como no período a considerar para determinação do passivo de locação e direito de uso.

A pandemia Covid-19 trouxe uma imprevisibilidade acrescida sobre as premissas a considerar no exercício de avaliação de activos. De facto, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte.

As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de relato, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

- O grupo analisou se existiam indícios de imparidade decorrentes dos impactos da Covid-19, de acordo com as atuais previsões, baseadas nas projeções do crescimento do PIB e da inflação em Portugal, de acordo com o FMI e Banco de Portugal, que poderiam indiciar a existência de imparidade do Goodwill. Não foram identificados indícios de imparidade sobre o Goodwill, existindo uma folga substancial face ao valor contabilístico das unidades geradoras de caixa (nota 12).
- Recuperabilidade, vida útil e depreciação de ativos fixos tangíveis e recuperabilidade inventários: O Grupo viu-se obrigado a encerrar ginásios e hotéis, durante o período de confinamento, pelo que imediatamente adaptou

políticas de forma a preservar o seu fundo de maneo. Apesar do impacto apurado, decorrente do lock-down obrigatório, os preços de venda e as avaliações imobiliárias dos ativos fixos tangíveis e a diferença dos mesmos face aos valores contabilísticos dos ativos, não indiciam a existência de imparidades sobre esses mesmos ativos fixos tangíveis para além dos já registados. Por outro lado, o grupo considera que face às margens praticadas durante a pandemia e ao valor das avaliações imobiliárias obtidas, o valor realizável líquido dos seus inventários é superior ao valor contabilístico, tendo concluído que não são necessários quaisquer ajustamentos aos valores escriturados para além dos já registados.

- Recuperabilidade de saldos de clientes e de outros valores a receber: As perdas por imparidade são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade. Assim, o Grupo avalia periodicamente as perdas com crédito esperadas e os impactos em todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Neste sentido, o Grupo avaliou a atual exposição ao risco de crédito e o eventual impacto das previsões económicas futuras, tendo concluído que o impacto desta componente é reduzido.

2.21. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A informação financeira ao nível dos segmentos operacionais identificados é incluída na Nota 47.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae Capital, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae Capital decorrentes de tais riscos. A posição da Sonae Capital em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional da Sonae Capital, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade dos seus negócios.

O Departamento de Finanças Corporativas da Sonae Capital é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros do Grupo para efeitos de reporte e monitorização sendo também responsável pela apresentação de proposta e implementação de estruturas de cobertura para gestão individual do risco cambial, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efectuado quer ao nível de cada negócio quer numa base consolidada. No que respeita à gestão de risco de crédito de clientes e parceiros, o Departamento de Risco de Contraparte, integrado na Direcção Financeira é responsável pela avaliação e monitorização do perfil de risco de clientes e parceiros de todas as unidades de negócio bem como pela implementação de estruturas de mitigação desses riscos e reporte de exposições e qualidade da carteira de crédito.

3.1. RISCOS DE MERCADO

a) Risco de Taxa de Juro – Política

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu balanço consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, o Grupo está exposto ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- A volatilidade nos resultados do Grupo, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;

A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política do Grupo relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição do Grupo, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados do Grupo.

Face ao exposto, a política do Grupo relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- Os derivados não são utilizados com objectivos de trading ou fins especulativos;
- Os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente por forma a evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente devem ser sempre conhecidos e limitados desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos, considerado nos planos de negócios;
- A contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas apenas instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, privilegiando-se as instituições de relacionamento bancário do Grupo;
- Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras, de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA - International Swaps and Derivatives Association), com schedules negociados com cada uma das Instituições;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc.) prevalentes à data de balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de Taxa de Juro – Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos

cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados do Grupo (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos do Grupo em 31 de Dezembro de 2020 seria inferior/superior em 955.328 euros (em 31 de Dezembro de 2019 seria inferior/superior em 951.571 euros). O capital próprio sem resultado líquido resultante da análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2020 seria inferior/superior em cerca de 0 euros (em 31 de Dezembro de 2019 seria inferior/superior em cerca de 0 euros).

Em baixo são apresentados os saldos expostos a risco de taxa de juro:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Suprimentos Parceiros	-	(216 645)
Empréstimos obrigacionistas	(72 142 600)	(57 500 000)
Papel comercial	(88 250 000)	(78 200 000)
Empréstimos MLP	(3 735 733)	(2 405 633)
Depósitos a prazo	-	367 000
Outros empréstimos	(46 856 032)	(2 963 296)
Passivos da Locação	(87 228 844)	(75 436 328)
Média Depósitos a ordem	19 540 163	3 443 427
	(278 673 046)	(212 911 475)

Risco de Taxa de Câmbio

O Grupo Sonae Capital apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se assim expostas a risco de câmbio de conversão (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio) e as subsidiárias encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio de transacção (risco associado às transacções comerciais). O risco de transacção emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash flows denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os cash flows das subsidiárias são largamente denominados nas respectivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos cash flows, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de hedging natural, reduzindo o risco de transacção do Grupo. Em linha com este princípio, as subsidiárias apenas contratam dívida financeira denominada na respectiva divisa local. Por seu lado, o risco de conversão monetária (transacção) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos activos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas.

Como regra, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os cash flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais. Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da actividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Capital não contratam derivados cambiais com objectivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos. Como política, o risco de transacção em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro são contabilizados na rubrica de «outro rendimento integral acumulado».

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira, não foram efectuadas análises de sensibilidade á variação da taxa de câmbio.

Risco nos mercados de energia

Em resultado da actividade de venda de energia, o Grupo tem uma carteira de operações relativas a energia eléctrica, emissões de CO2 e combustíveis (gás). A gestão desta carteira é efectuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objetivo reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente das posições geridas e, acessoriamente, aproveitas oportunidades de arbitragem ou «positioning» dentro dos limites de negociação. Os instrumentos financeiros negociados incluem «swaps» (electricidade e gás) e de futuros para fixação de preços.

A actividade de venda de energia está sujeita a um conjunto de variáveis que são identificadas e classificadas em função das suas características de incerteza (ou risco) comuns. Destes riscos, destacam-se os relacionados com a evolução dos preços de mercado (electricidade e combustíveis) e com a variabilidade dos volumes de produção hídrica (risco de preço e volume), assim como o risco de crédito das contrapartes.

A monitorização dos riscos, tanto de preço e volume como de crédito, passa pela sua quantificação em medidas associadas a posições em risco passíveis de serem ajustadas através de operações de mercado. Esta quantificação é realizada por modelos específicos que valorizam as posições de forma a avaliar a perda máxima que se pode incorrer com uma dada probabilidade e num determinado horizonte de tempo.

O acompanhamento dos riscos é efectuado através de um conjunto alargado de acções que envolvem a monitorização diária dos diferentes indicadores de risco, das operações caracterizadas nos sistemas e dos limites prudenciais atribuídos por área de gestão e componentes de risco, e também de exercícios regulares de análise de variações de preço. Este acompanhamento permite, não só assegurar a efectividade da implementação das estratégias seguidas, como também proporcionar elementos que possibilitam a tomada de iniciativas para, caso seja necessário, proceder à sua correcção.

3.2. RISCOS DE CRÉDITO

O risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional, (ii) do seu relacionamento com instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (iii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

Crédito sobre Clientes

A gestão de risco de crédito da Sonae Capital está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram o Grupo tendo, em constante consideração:

- A avaliação do risco dos clientes em momento prévio à operação, bem como a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil de cada cliente. A análise é efectuada tendo em conta modelo pré-estabelecido e automático, o que permite garantir um cumprimento rigoroso dos princípios;
- Uma monitorização automática e diária do risco dos clientes, adoptando medidas preventivas sempre que exista uma alteração do mesmo;
- A mitigação do risco de crédito através do seguro de crédito e da obtenção de garantias adicionais;
- Um acompanhamento das contas de cliente com incidência progressivamente proporcional ao nível de risco;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

A adopção de todos estes mecanismos tem permitido um rigoroso cumprimento da política de risco de crédito e a obtenção de uma taxa de incumprimento de clientes bastante abaixo da média de mercado.

A Sonae Capital tem estabelecido um processo de gestão de risco de credito baseado em metodologia de scoring da empresa. A politica de gestão de risco de credito, e respectiva metodologia de classificação permitiram à Sonae Capital obter, no ano de 2020 uma media de incumprimento de 0.2% substancialmente inferior á média de incumprimento de clientes em Portugal, que segundo estudo da Intrum Justitia, situou-se nos 2,2% do volume de negócios. Assim não se antecipa risco de incumprimento material dos valores registados nas contas a receber a 31 de Dezembro de 2020.

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede as perdas por imparidade registadas.

Considera-se que os saldos de «Empréstimos concedidos a entidades relacionadas» têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes activos financeiros são considerados como tendo «risco de crédito baixo» quando

têm risco de incobabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de «Clientes» e «Outras dívidas de terceiros». De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de Clientes e «Outras dívidas de terceiros» foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso.

Instituições Financeiras

O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de instituições financeiras, com as quais o Grupo tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados. Para mitigar este risco, o Grupo:

- Só executa operações com contrapartes de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo;
- Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;
- Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não esteja completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;
- Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

Operações de Compra/Venda de participações

No desenvolvimento da sua actividade o Grupo está exposto ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco a implementar são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de due diligences, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionado à liquidação financeira da operação, exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros.

As disponibilidades do Grupo incluem essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerados pelas operações. Por geografia, os depósitos e aplicações financeiras distribuem-se como segue:

Depósitos e Aplicações Financeiras	
Espanha	34%
Holanda	0%
México	0%
Moçambique	0%
Portugal	56%
Reino Unido	10%

Apresentam-se de seguida os ratings (notação das principais agências de Rating) das principais Instituições de Crédito onde o Grupo Sonae Capital tinha depósitos e outras aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2020:

Rating	%
A	23%
BB	34%
BBB	26%
NR	16%
B	0%

No cumprimento da política estabelecida, O Grupo Sonae Capital só constitui depósitos e outras aplicações financeiras de curto prazo e com instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo com posição credora de montante igual ou superior à aplicação que se pretende concretizar.

3.3. RISCOS DE LIQUIDEZ

A Sonae Capital tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito.

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, o Grupo mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, o Grupo pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio do Grupo compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Gestão centralizada de liquidez (excedentes e necessidades de fundos) ao nível da Holding, procurando otimizar a função financeira no seio do Grupo;
- Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual quer ao nível consolidado, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de Treasury e Cash Management), que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito committed (de pelo menos seis meses) e programas de papel comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez otimizando o montante de comissões de commitment suportadas;
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

O Grupo mantém uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os compromissos, sem ter que se refinar em condições

desfavoráveis. Adicionalmente, no final do ano, o Grupo dispunha de uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa.

O Grupo espera assim cumprir com os seus compromissos de curto prazo, quer seja através de libertação de fundos gerados pelos negócios, quer seja com recurso às suas aplicações financeiras ou se necessário recorrendo às linhas de crédito existentes ou pela contratação de novos financiamentos.

3.4. RISCOS DE CAPITAL

A gestão do capital é efectuada no âmbito do processo de gestão de riscos financeiros do Grupo.

O objetivo do Grupo relativamente à gestão de capital é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objetivos estabelecidos e manter uma estrutura óptima de capital de forma a reduzir o custo do capital.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base em diversos mecanismos e rácios de controlo.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As alterações às normas internacionais de relato financeiro que entraram em vigor em ou após 1 de Janeiro de 2020 (nota 2.1.), não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

5. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 Dezembro de 2020 e de 2019, são as seguintes:

Company	Head Office	Percentage of capital held				
		31 December 2020		31 December 2019		
		Direct	Total	Direct	Total	
Sonae Capital, SGPS, S.A.	Maia	Holding		Holding		
Hospitality						
Porto Palácio Hotel, S.A.	a) Porto	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	
SC Hospitality, S.A.	a) Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	
The Artist Porto Hotel & Bistrô - Actividades Hoteleiras, S.A.	a) Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	
The House Ribeira Hotel – Exploração Hoteleira, S.A.	a) Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	
Aqualuz Tróia, S.A.	a) Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	
2ndRoom - Exploração Hoteleira, S.A.	a) Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	
Aqualuz -Turismo e Lazer, Lda.	a) Lagos	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	
Tróia Resort Operations						
Atlantic Ferries - Tráf. Loc. Flu. e Marít., S.A.	a) Grândola	95.77%	95.77%	95.77%	95.77%	
Marina de Tróia, S.A.	a) Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	
Tróia Market, S.A.	a) Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	

SONAE CAPITAL

Tróia Natura, S.A.	a)	Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Troiareort-Investimentos Turísticos, S.A.	a)	Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Troiareort, SGPS, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Golf Time - Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Fitness

Acrobatic Title, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Solinca Classic, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
SC Fitness, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Solinca Light, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Urban Fit Ermesinde - Gestão de Health Clubs, Lda.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Urban Fit Foz - Gestão de Health Clubs, Lda.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
E-Fit, Unipessoal, Lda	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Urban Fit Maia - Gestão de Health Clubs, Lda.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Energy

Atelgen - Produção Energia, ACE	a)	Barcelos	51.00%	51.00%	51.00%	51.00%
Capwatt Services, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt – ACE, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Retail Gás PT, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Retail Electricidade PT, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Hectare - Heat Power, ACE	a)	Alcochete	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Évora – Solar Power, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Decentralized Solar Power, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt IV – Heat Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Maia - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.	a)	Alcoutim	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Estuário – Heat Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Lousado – Heat Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Alrota – Wind Power, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Chamusca – Bio Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Capwatt Ferreira – Solar Power, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
1) Capwatt Graciosa – Green Storage, S.A.	a)	Santa Cruz da Graciosa	100.00%	100.00%		
Capwatt, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Carvemagere - Manutenção e Energias Renováveis, Lda.	a)	Barcelos	65.00%	65.00%	65.00%	65.00%
Companhia Térmica Serrado, ACE	a)	Maia	70.00%	70.00%	70.00%	70.00%
Companhia Térmica Tagol, Lda.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Soternix - Produção de Energia, ACE	a)	Barcelos	51.00%	51.00%	51.00%	51.00%
Suncoutim - Solar Energy, S.A.	a)	Alcoutim	85.00%	85.00%	85.00%	85.00%
Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais - Energia, S.A.	a)	Mangualde	100.00%	100.00%	90.00%	90.00%
Capwatt México, S. de R. L. de C.V	a)	Mexico City	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
1) Cogeneración Huasteca I, S. de R. L. de C.V	a)	Mexico City	100.00%	100.00%		
1) Cogeneración Pericu I, S. de R. L. de C.V	a)	Mexico City	100.00%	100.00%		
Futura Energía Inversiones, S.L.	a)	Madrid	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Futura Carbono, S.L.	a)	Madrid	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Futura Energía y Gas, S.L.	a)	Madrid	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Futura Green Renovables, S.L.	a)	Madrid	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

SONAE CAPITAL

	Ecofutura Luz Energía, S.L.	a)	Madrid	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
1)	Capwatt España, S.L.U.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
2)	Capwatt Power España, S.L.U.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
2)	Capwatt Services DDP, S.L.U.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
2)	Cyclicus DDP Uno S.L.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
2)	Cyclicus Norte S.L.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
2)	Desimpacte de Purins Alcarrás, S.A.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
2)	Desimpacto de Purins Altorricón, S.A.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
2)	Desimpacte de Purins Corcó, S.A.	a)	Madrid	95.00%	95.00%		
2)	Desimpacto de Purins Eresma, S.A.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
2)	Desimpacte de Purins Voltregá, S.A.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
2)	Desimpacto de Purins Turegano, S.A.	a)	Madrid	100.00%	100.00%		
Real Estate							
	Bloco Q - Soc. Imobil, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Casa da Ribeira - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Cinclus Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Country Club da Maia - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Empreend. Imob. Quinta da Azenha, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Fundo Esp. Inv. Imo. Fec. WTC	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
5)	Imoclub - Serviços Imobiliários, S.A.	a)	Maia			100.00%	100.00%
5)	Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia			100.00%	100.00%
	Imohotel - Emp. Turist. Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Imosedas - Imobiliária e Serviços, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Implantação – Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Porturbe - Edifícios e Urbanizações, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Praedium II - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Predisedas - Predial das Sedas, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
5)	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia			100.00%	100.00%
	SC Assets, SGPS, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Sete e Meio Herdades - Inv. Agr. e Tur., S.A.	a)	Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Soira - Soc. Imobiliária de Ramalde, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Sótaqua - Soc. de Empreend. Turísticos	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Spinveste - Gestão Imobiliária SGI, S.A.	a)	Porto	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Urbisedas - Imobiliária das Sedas, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Vistas do Freixo - Emp. Tur. Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Soltroia - Imob. de Urb. Turismo de Tróia, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Tulipamar - Expl. Hoteleira Imob., S.A.	a)	Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Marmagno - Expl. Hoteleira Imob., S.A.	a)	Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Marvero - Expl. Hotel. Im.. S.A.	a)	Grândola	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	TROIAMED – Sociedade Mediação Imob., S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
Industrial Engineering							
	SC Industrials, SGPS, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Adira - Industrial Engineering Forming Solutions, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Guimadira - Máquinas e Ferramentas, Lda.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Holding & Others							
	Imobeauty, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	SC - Sociedade de Consultadoria, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	SC Finance BV	a)	Amsterdam	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	UP Invest., SGPS, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	SC, SGPS, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
3) & 4)	Spinaraq Moçambique, Lda.	a)	Maputo	70.00%	70.00%	70.00%	70.00%
	Praedium – Serviços, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Inparvi, SGPS, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Société de Tranchage Isoroy, S.A.S.	a)	Honfleur	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Sociedade de Construções do Chile, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%
	Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Legenda:

- 1) Empresa fundada no exercício;
 - 2) Empresa adquirida no exercício;
 - 3) Alteração de segmento da Refrigeração & AVAC para Holding & Outros;
 - 4) Operações descontinuadas;
 - 5) Empresa liquidada no exercício;
- a) Controlo detido por maioria dos votos.

As empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a.

6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, principais agregadores financeiros e proporção do capital detido em 31 Dezembro de 2020 e de 2019 são as seguintes:

31 Dezembro 2020										
Percentagem de capital detido										
Firma	Sede Social	Directo	Total	Total Activos	Total Passivos	Total Custos	Total Proveitos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Valor de Balanço
Empresas Associadas										
Holding & Outros										
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila do Conde	24.50%	24.50%	14 926 601	5 278 408	13 648 427	14 367 318	9 648 194	718 890	1 369 933
Energia										
Feneralt - Produção de Energia, ACE	Barcelos	25.00%	25.00%	1 334 055	447 262	1 146 227	2 033 020	886 793	886 793	216 214
				16 260 656	5 725 670	14 794 654	16 400 338	10 534 987	1 605 683	1 586 147

31 Dezembro 2019										
Percentagem de capital detido										
Firma	Sede Social	Directo	Total	Total Activos	Total Passivos	Total Custos	Total Proveitos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Valor de Balanço
Empresas Associadas										
Holding & Outros										
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila do Conde	24.50%	24.50%	15 844 203	6 869 577	20 843 471	21 557 498	8 974 625	714 027	1 445 296
Energia										
Feneralt - Produção de Energia, ACE	Barcelos	25.00%	25.00%	1 119 859	104 267	1 307 226	2 322 818	1 015 593	1 015 583	222 162
				16 964 062	6 973 844	22 150 697	23 880 316	9 990 218	1 729 610	1 667 459

As empresas associadas foram incluídos na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Saldo em 1 de Janeiro	1 667 459	1 623 907
Aquisições durante o período	-	-
Liquidação durante o período	-	-
Equivalência patrimonial	130 154	303 238
Dividendos recebidos	(211 466)	(259 686)
Mudança de método de consolidação	-	-
Saldo em 31 Dezembro	1 586 147	1 667 459
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 31)	-	-
	1 586 147	1 667 459

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial foi de 130.154 euros em resultados relativos a empresas associadas (303.238 euros em 31 de Dezembro de 2019), e não teve impacto em reservas em 31 de Dezembro de 2020 e 2019.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram recebidos dividendos que totalizam cerca de 211.500 euros (260.000 em 31 de dezembro de 2019) liquidados pelas participadas Lidergraf - Artes Gráficas, Lda e Feneralt - Produção de Energia, ACE.

Não existem compromissos passivos contingentes nem restrições significativas quanto à capacidade de se transferirem fundos a favor da Sonae Capital pelas associadas e empreendimentos conjuntos.

7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

As empresas incluídas em Outros Activos Financeiros são as empresas cujas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 Dezembro de 2019 são as seguintes:

		Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
		31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019		31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Firma		Directo	Total	Directo	Total		
Troia Resort Operações							
Infratróia - Infraestruras de Tróia, E.M.	Grândola	25.90%	25.90%	25.90%	25.90%	64 747	64 747
Outros Ativos							
Net, SA	Lisboa	0.98%	0.98%	0.98%	0.98%	23 034	23 034
Fundo de Capital de Risco F-HITEC	Lisboa	-	-	6.48%	6.48%	-	-
Outros Investimentos						401 130	366 610
Total						488 911	454 391

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos investimentos, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Investimentos a custo				
Saldo em 1 de Janeiro	746 229	-	962 273	-
Aquisições durante o período	88 226	-	93 796	-
Alienações durante o período	(96 865)	-	(294 278)	-
Variação de perímetro	148	-	(15 562)	-
Saldo em 31 de Dezembro	737 738	-	746 229	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 31)	(248 827)	-	(291 838)	-
	488 911	-	454 391	-
Outros investimentos	488 911	-	454 391	-

8. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foram incluídas as seguintes empresas:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido na data da aquisição da participação	
		Directo	Total
Capwatt España, S.L.U.	Madrid	100.00%	100.00%
Capwatt Power España, S.L.U.	Madrid	100.00%	100.00%
Capwatt Services DDP, S.L.U.	Madrid	100.00%	100.00%
Cyclicus DDP Uno S.L.	Madrid	100.00%	100.00%
Cyclicus Norte S.L.	Madrid	100.00%	100.00%
Desimpacte de Purins Alcarrás, S.A.	Madrid	100.00%	100.00%
Desimpacto de Purines Altorricón, S.A.	Madrid	100.00%	100.00%
Desimpacte de Purins Corcó, S.A.	Madrid	95.00%	95.00%
Desimpacto de Purines Eresma, S.A.	Madrid	100.00%	100.00%
Desimpacte de Purins Voltregá, S.A.	Madrid	100.00%	100.00%
Desimpacto de Purines Turegano, S.A.	Madrid	100.00%	100.00%
Capwatt Graciosa – Green Storage, S.A.	Santa Cruz da Graciosa	100.00%	100.00%
Cogeneración Huasteca I, S. de R. L. de C.V	Cidade do México	100.00%	100.00%
Cogeneración Pericu I, S. de R. L. de C.V	Cidade do México	100.00%	100.00%

No quarto trimestre, a Sonae Capital adquiriu através da sua participada Capwatt Power España localizada em Espanha, um contrato nos termos do qual adquiriu à sociedade Capwatt services DDP, S.L.U, empresa dedicada a serviços e projectos na área de engenharia, um portfólio de seis centrais de cogeração: Desimpacte de Purins Alcarrás, S.A., Desimpacto de Purines Altorricón, S.A., Desimpacte de Purins Corcó, S.A., Desimpacto de Purines Eresma, S.A., Desimpacte de Purins Voltregá, S.A. Desimpacto de Purines Turegano, S.A. e ainda duas empresas de Gestão de activos imobiliários: Cyclicus DDP Uno, SL e Cyclicus Norte, SL. Foi também constituída a sociedade Capwatt España, SL como gestora de toda a actividade power em Espanha.

Ainda em Dezembro foram constituídas as seguintes empresas: Cogeneración Huasteca I, S. de R. L. de C.V e Cogeneración Pericu I, S. de R. L. de C.V e dissolvidas as empresas Imoclub, Imodivor e Promessa.

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

SONAE CAPITAL

	À data de aquisição da participação	31 Dezembro de 2020
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 10 e 11)	35 217 324	41 936 176
Investimentos Financeiros	-	-
Outros ativos correntes	143 196 374	50 749 904
Caixa e equivalentes de caixa	12 975 867	15 268 097
Outros passivos	(151 838 919)	(80 928 961)
	39 550 646	27 025 215
Capitais próprios	39 550 646	27 024 799
Demonstração de Resultados das empresas adquiridas		
Custo das vendas	27 323 253	4 282 518
Variação da Produção	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	11 954 338	1 852 160
Gastos com pessoal	3 542 473	780 759
Gastos de depreciação e de amortização	4 431 986	932 771
Provisões e Perdas por Imparidade	(3 252)	-
Outros gastos e Perdas	10 409 334	2 802 921
Total de gastos operacionais	57 658 132	10 651 129
Vendas	52 173 613	11 964 487
Prestações de serviços	5 310 263	112 928
Outros rendimentos e ganhos	315 932	15 892
Total de rendimentos operacionais	57 799 808	12 093 307
Resultados operacionais	141 676	1 442 178
Rendimentos e ganhos financeiros	6 286 261	775 560
Gastos e perdas financeiras	828 451	208 347
Resultados financeiros	5 457 810	567 213
Resultados relativos a investimentos	-	-
Resultados relativos a investimentos	-	-
Resultado antes de impostos	5 599 486	2 009 391
Impostos	(1 441 968)	(481 091)
Resultado líquido	4 157 514	1 528 300
Ganho na aquisição	30 082 876	
Preço de aquisição	41 191 432	
Pagamentos efectuados	28 760 215	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição	-	
Pagamentos efectuados	28 760 215	
Caixa e equivalente de caixa adquiridos	12 975 867	
	41 736 082	

9. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2020, os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.1., foram classificados como segue:

Classe de instrumentos financeiros							
Activos e passivos financeiros		Activos / Passivos ao Custo Amortizado	Activos ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos / Passivos ao justo valor através de resultados	Sub-total	Outros activos / passivos não financeiros	Total
A 31 Dezembro 2020							
Activos financeiros							
Clientes e Outras Contas a Receber	7, 13, 15 & 16	53 448 190	-	-	53 448 190	-	53 448 190
Caixa e equivalentes de caixa	20	43 413 607	-	-	43 413 607	-	43 413 607
Instrumentos Financeiros	25	-	-	12 543 921	12 543 921	-	12 543 921
		96 861 797	-	12 543 921	109 405 718	-	109 405 718
Passivos Financeiros							
Empréstimos obtidos	20, 23 & 24	210 984 365	-	-	210 984 365	-	210 984 365
Passivos da locação	32	87 228 844	-	-	87 228 844	-	87 228 844
Instrumentos Financeiros	25	-	-	11 927 984	11 927 984	-	11 927 984
Fornecedores e Outras contas a pagar	26, 28 & 29	71 054 327	-	-	71 054 327	-	71 054 327
		369 267 536	-	11 927 984	381 195 520	-	381 195 520

A 31 de Dezembro de 2019, os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.1., foram classificados como segue:

Classe de instrumentos financeiros							
Activos e passivos financeiros		Activos / Passivos ao Custo Amortizado	Activos ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos / Passivos ao justo valor através de resultados	Sub-total	Outros activos / passivos não financeiros	Total
A 31 Dezembro 2019							
Activos financeiros							
Clientes e Outras dívidas de terceiros	7, 13, 15 e 16	79 047 259	-	-	79 047 259	-	79 047 259
Caixa e equivalentes de caixa	20	7 587 355	-	-	7 587 355	-	7 587 355
Instrumentos Financeiros	25	-	-	15.824.463	15.824.463	-	15.824.463
Activos ao justo valor através de resultados		-	-	-	-	-	-
		86.634.614	-	15.824.463	102.459.077	-	102.459.077
Passivos Financeiros							
Empréstimos obtidos	20, 23 e 24	152 608 602	-	-	152 608 602	-	152 608 602
Passivos da locação	32	63 343 127	-	-	63 343 127	-	63 343 127
Instrumentos Financeiros	25	-	-	9.565.632	9.565.632	-	9.565.632
Fornecedores e dívidas a terceiros	26, 28 e 29	50 480 195	-	-	50 480 195	-	50 480 195
		266 431 924	-	9 565 632	275 997 556	-	275 997 556

10. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

SONAE CAPITAL

	Activos fixos tangíveis							Total dos Activos Fixos Tangíveis
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamentos	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Fixos Tangíveis em Curso	
Activo bruto:								
Saldo inicial a 1 Janeiro 2019	46 894 417	157 722 696	290 993 985	804 015	4 646 076	3 122 412	18 562 090	522 745 691
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	2 132 485	3 503 303	27 388	457 256	83 001	11 278	6 214 711
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	(824)	(479 319)	(59 513)	(589 854)	(427 517)	(44 136)	(1 601 163)
Transferência de locação financeira	-	-	(36 166 400)	-	-	-	-	(36 166 400)
Investimento	469 698	581 093	519 156	41 714	427	69 802	35 800 143	37 482 033
Desinvestimento	(2 329 570)	(6 028 807)	(3 929 878)	(185 400)	(75 730)	(8 955)	(85 091)	(12 643 431)
Variações cambiais	-	-	-	168	9	-	725	902
Transferências	93 116	1 203 467	6 535 555	(168)	297 581	291 016	(6 357 349)	2 063 218
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	45 127 661	155 610 110	260 976 402	628 204	4 735 765	3 129 759	47 887 660	518 095 561
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	877 222	16 845 809	92 421 042	-	139 715	5 352 428	111 930	115 748 146
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	324 375	1 486 536	997 646	-	10 673	42 178	23 800 556	26 661 964
Desinvestimento	(4 225 977)	(25 697 007)	(14 246 383)	(50)	(30 927)	(3 702)	(11 550)	(44 215 596)
Variações cambiais	-	-	-	(2 578)	(73)	-	(6 377)	(9 028)
Transferências	6 743	158 872	57 043 637	2 578	234 610	351 767	(56 936 076)	862 131
Saldo final a 31 Dezembro 2020	42 110 024	148 404 320	397 192 344	628 154	5 089 763	8 872 430	14 846 143	617 143 177
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial a 1 Janeiro 2019	-	47 007 288	171 521 141	716 256	3 685 341	2 421 478	-	225 351 503
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	550 430	2 618 209	11 364	403 561	72 820	-	3 656 384
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	(824)	(361 586)	(59 513)	(580 419)	(352 453)	-	(1 354 795)
Transferência de locação financeira	-	-	(19 264 304)	-	-	-	-	(19 264 304)
Depreciações do período	-	3 256 479	18 199 705	17 241	364 493	149 809	-	6 942 857
Desinvestimento	-	(2 029 861)	(1 630 444)	(148 050)	(77 032)	(7 716)	-	(3 893 103)
Variações cambiais	-	-	-	168	7	-	-	175
Transferências	-	-	-	(976)	(49)	7	-	(1 018)
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	-	48 783 512	171 082 721	536 490	3 795 902	2 283 945	-	226 482 570
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	8 802 226	62 825 605	-	122 667	877 764	-	72 628 262
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações do período	-	3 212 980	22 113 666	25 050	360 195	229 728	-	25 941 619
Desinvestimento	-	(7 080 327)	(7 324 244)	(50)	(30 259)	(3 702)	-	(14 438 582)
Variações cambiais	-	-	-	(2 578)	(53)	-	-	(2 631)
Transferências	-	-	-	2 578	435	-	-	3 013
Saldo final a 31 Dezembro 2020	-	53 718 391	248 697 748	561 490	4 248 887	3 387 735	-	310 614 252
Perdas por imparidades acumuladas:								
Saldo inicial a 1 Janeiro 2019	4 213 519	21 444 385	5 478 404	-	-	-	-	31 136 308
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade do período	16 011	12 662	523	-	-	-	-	29 196
Reversão de perdas de imparidade	(26 366)	(79 693)	(523)	-	-	-	-	(106 583)
Variações cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	4 203 164	21 377 354	5 478 404	-	-	-	-	31 058 922
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	634 186	10 264 136	-	-	-	-	-	10 898 322
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade do período	20 646	6 449	251 579	-	-	-	-	278 674
Reversão de perdas de imparidade	(24 263)	(1 645 221)	-	-	-	-	-	(1 669 484)
Variações cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 Dezembro 2020	4 833 733	30 002 718	5 729 983	-	-	-	-	40 566 436
Valor líquido								
A 31 Dezembro 2019	40 924 497	85 449 244	84 415 277	91 714	939 863	845 814	47 887 660	260 554 068
A 31 Dezembro 2020	37 276 291	64 683 211	142 764 613	66 664	840 876	5 484 695	14 846 143	265 962 490

As principais aquisições realizadas durante o exercício de 2020 e 2019 estão associadas essencialmente ao segmento de Energia referente a reconstrução e remodelação de fábricas e projectos de gestão e do segmento de Fitness com a abertura de novos ginásios e remodelação de outros já existentes.

As principais alienações são referentes a imóveis pertencentes à Troiaresort.

As perdas por imparidade acumuladas registadas no exercício de 2019 e 2020 resultam das avaliações do património imobiliário do Grupo, efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. A avaliação foi realizada de acordo com os «RICS Valuation January 2014 – Professional Standards» publicado por «The Royal Institution of Chartered Surveyors».

As avaliações tiveram como objectivo a determinação do justo valor dos activos em causa, de acordo com as seguintes definições:

- 1) Valor de Mercado (montante mais provável pelo qual uma propriedade poderá ser transaccionada) de parte do património e;
- 2) Opinião de Valor (quando os parâmetros normais da avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado) dos restantes activos imobiliários do Grupo.

O julgamento da empresa Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. das avaliações obtidas em 2020 baseou-se nas circunstâncias resultantes da pandemia Covid-19, pelo que consideramos manter a análise dos imóveis sob revisão frequente, dada a menor certeza e o maior grau de cautela que atribuímos às avaliações obtidas, quando comparado com as avaliações que seriam obtidas caso não estivéssemos face a uma “pandemia global”. Não obstante estas circunstâncias, o avaliador imobiliário esclarece que estas consideração não prejudicam a fiabilidade do relatório das avaliações efectuadas em 2020.

O impacto na simulação da valorização, considerando como pressupostos variações de valor de mercado de +/- 10% e +/- 15% para a opinião de valor para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 são as seguintes:

AVALIAÇÃO C&W	31 Dez.2020 (OV)	31 Dez.2020 (VM)	31 Dez.2020 Valor Contabilístico
Tróia	533 300	26 108 802	22 960 366
Residencial	0	1 806 937	0
Projectos	0		
Outros	533 300	24 301 865	22 960 366
Hotelaria	16 970 200	59 209 598	16 801 600
Hotelaria	16 970 200	59 209 598	16 801 600
Outros Activos	17 076 141	2 004 000	19 999 192
>2M€	17 076 141	2 004 000	19 999 192
Total	34 579 641	87 322 400	59 761 157
Simulação de Valorização			
Valor de Mercado	+/- 10%	8 732 240	
Opinião de valor	+/- 15%	5 186 946	
Total Variação		13 919 186	

Em 2020, as avaliações efectuadas compreenderam 72 imóveis dos quais 45 estão afectos aos activos fixos tangíveis. Os restantes estão afectos a inventários conforme Nota 14.

O custo de aquisição dos Activos Fixos Tangíveis detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2020 ascendia a 36.305.684 euros (em 31 de Dezembro de 2019, ascendia a 36.174.449 euros), sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 15.209.959 euros e de 15.044.870 euros, respectivamente (Nota 24).

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Activos Fixos Tangíveis em curso referem-se aos seguintes projectos:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Troiaresort	1 901 177	1 864 554
Reconstrução / remodelação de fábricas e projectos de gestão	6 743 226	42 909 497
Remodelação / Aberturas de Hotelaria	3 596 434	-
Remodelação / Aberturas de Health Clubs	1 487 327	1 341 787
Renovação / Manutenção Marmagno + Aqualuz de Tróia	366 474	315 110
Renovação / Manutenção Segmento Troia Resort Operações	510 099	241 898
Engenharia Industrial	224 388	977 315
Outros	17 018	237 499
	14 846 143	47 887 660

Os montantes sobre Reconstrução / remodelação de fábricas e projectos de gestão incluem o projecto da Central de Cogeração que está a ser desenvolvido no segmento da Energia.

O valor dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2020, fruto da adopção da IFRS 16 é o seguinte:

SONAE CAPITAL

	Edifícios e Outras Construções	Equipamentos	Equipamento de Transporte	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial a 1 Janeiro 2019	-	-	-	-
Adopção IFRS16	50 087 064	18 278	1 929 721	52 035 063
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	142 817	-	11 923	154 740
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	(204 723)	-	(924 173)	(1 128 896)
Transferência de locação financeira	-	36 166 400	-	36 166 400
Investimento	6 115 544	-	1 249 562	7 365 106
Desinvestimento	-	-	(425 757)	(425 757)
Variações cambiais	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	56 140 702	36 184 678	1 841 276	94 166 656
Adopção IFRS16	-	-	-	-
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-
Transferência de locação financeira	-	-	-	-
Investimento	21 157 836	165 087	862 219	22 185 142
Desinvestimento	(2 659 896)	-	(571 619)	(3 231 515)
Variações cambiais	-	-	-	-
Transferências	51 537	-	-	51 537
Saldo final a 31 Dezembro 2020	74 690 179	36 349 765	2 131 876	113 171 820
Depreciações acumuladas:				
Saldo inicial a 1 Janeiro 2019	-	-	-	-
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	48 445	-	2 878	51 323
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	(51 357)	-	(437 644)	(489 001)
Transferência de locação financeira	-	19 264 304	-	19 264 304
Depreciações do período	6 380 187	1 868 770	930 513	9 179 470
Desinvestimento	-	-	(55 521)	(55 521)
Variações cambiais	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	6 377 275	21 133 074	440 226	27 950 575
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-
Transferência de locação financeira	-	-	-	-
Depreciações do período	6 836 709	6 734	594 305	7 437 748
Desinvestimento	(147 846)	-	(240 689)	(388 535)
Variações cambiais	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo final a 31 Dezembro 2020	13 066 138	21 139 808	793 842	34 999 788
Valor líquido				
A 31 Dezembro 2019	49 763 427	15 051 604	1 401 050	66 216 081
A 31 Dezembro 2020	61 624 041	15 209 957	1 338 034	78 172 032

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Activos Intangíveis				
	Propriedade Industrial e Outros Direitos	Software	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em Curso	Total dos Activos Intangíveis
Activo bruto:					
Saldo inicial a 1 Janeiro 2019	9 208 866	5 346 783	5 116 864	2 154 467	21 826 980
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	73 544	-	-	73 544
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	(735 159)	-	(21 782)	(756 941)
Investimento	31 792	58 589	281 890	1 363 709	1 735 980
Desinvestimento	-	(117)	(1 155 653)	(3 325)	(1 159 095)
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	278 267	392 022	810 540	(1 841 253)	(360 424)
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	9 518 925	5 135 664	5 053 641	1 651 814	21 360 044
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	154 253	2 924 231	-	3 078 484
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-
Investimento	-	6 990	7 420 267	807 692	8 234 949
Desinvestimento	-	-	(1 527 380)	-	(1 527 380)
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	226 389	459 678	2 227 674	(453 580)	2 460 161
Saldo final a 31 Dezembro 2020	9 745 314	5 756 585	16 098 433	2 005 926	33 606 258
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial a 1 Janeiro 2019	3 014 039	4 346 694	3 079 070	-	9 167 105
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	68 721	-	-	6 596
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	(674 599)	-	-	-
Amortizações do período	417 417	680 882	153 412	-	1 289 360
Desinvestimento	-	(447)	-	-	(74 050)
Variações cambiais	-	-	-	-	(1 429)
Transferências	-	-	-	-	52 221
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	3 431 455	4 421 252	3 232 481	-	11 085 188
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	82 722	-	-	82 722
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-
Amortizações do período	395 380	529 387	388 199	-	1 312 966
Desinvestimento	-	-	-	-	-
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	-	(571)	-	-	(571)
Saldo final a 31 Dezembro 2020	3 826 835	5 032 790	3 620 680	-	12 480 305
Perdas por imparidade					
Saldo inicial a 1 Janeiro 2019	89 536	-	600 000	-	689 536
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	89 536	-	600 000	-	689 536
Saldo final a 31 Dezembro 2020	89 536	-	600 000	-	689 536
Valor líquido					
A 31 Dezembro 2019	5 997 934	714 412	1 221 160	1 651 814	9 585 320
A 31 Dezembro 2020	5 828 943	723 795	11 877 753	2 005 926	20 436 417

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, não foram registadas perdas por imparidade, relativas a Activos Intangíveis.

SONAE CAPITAL

Em Dezembro de 2020, os Activos Intangíveis da Marina de Tróia ascendem ao montante líquido de 5.165.931 euros (5.323.748 euros em 31 de Dezembro de 2019).

Foi atribuído em 2007 pela APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) ao Grupo o contrato de construção e exploração, em regime de serviço público de uma marina e serviços de apoio em Tróia, durante um período de 50 anos a partir da data de entrada em exploração da marina, podendo o prazo de concessão ser prorrogado por um período máximo de 10 anos por acordo entre as partes. Cessando a concessão reverterá gratuitamente para a concedente (APSS) o estabelecimento da concessão, com algumas excepções previstas no contrato.

O Grupo tem o direito de cobrar tarifas pelos serviços a prestar no âmbito da concessão, tendo os limites máximos de ser aprovados pela concedente sob proposta do concessionário.

Durante o período da concessão o Grupo obriga-se a manter em bom estado de funcionamento e conservação os meios que constituem o estabelecimento da concessão, e como contrapartida da concessão paga uma verba fixa anual e uma variável indexada à receita pela prestação de serviços.

A concedente poderá resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, desde que decorrido pelo menos o prazo da concessão e com aviso de pelo menos 1 ano de antecedência, tendo o Grupo direito a uma indemnização pelo valor da quota-parte do estabelecimento não amortizado, e uma indemnização pela receita perdida calculada de acordo com os termos do contrato.

O Grupo efectuou um teste de imparidade ao valor recuperável dos activos da Marina de Tróia.

A determinação do valor recuperável consistiu em efectuar projecções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 50 anos para esta unidade geradora de caixa e actualizadas à data de encerramentos das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), calculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model), antes de impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes factores de risco, bem como as taxas de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

Os fluxos de caixa considerados têm por base o plano de negócios do Grupo que inclui projecções actualizadas anualmente por forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que actua.

Em 31 de Dezembro de 2020, dos testes de imparidade realizados, não resultou qualquer perda por imparidade a registar em activos intangíveis.

12. GOODWILL

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor do Goodwill, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Valor Bruto:		
Saldo inicial	62 858 391	77 503 717
Aquisição adicional de partes de capital em filiais	-	-
Aumentos por aquisições de filiais	30 082 876	9 020 352
Diminuições por alienações de filiais/acerto preço	282 905	23 665 678
Abates	-	-
Saldo final	92 658 362	62 858 391
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 31):		
Saldo inicial	29 221 018	25 478 909
Aumentos	1 757 132	3 742 109
Diminuições	-	-
Saldo final	30 978 150	29 221 018
Total Acumulado	61 680 212	33 637 373

O montante do valor bruto verificado é relativo às sociedades que integram o período de consolidação de 2020 conforme nota 6.

A 31 de Dezembro de 2020 o aumento registado durante o ano refere-se à aquisição da Capwatt Power España e suas subsidiárias e a diminuição verificada corresponde à correção de preço variável de uma subsidiária do grupo Futura.

O aumento por perdas de imparidade em 2020 está associado à avaliação de activos imobiliários, na medida que o Goodwill gerado na aquisição da empresa que detém os imóveis, deixa de ser suportado pelo diferencial positivo do justo valor desses imóveis face ao seu valor contabilístico e ainda à avaliação de negócio da área da energia.

Os testes de imparidade realizados aos montantes registados na rubrica Goodwill, foram calculados com base em projecções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade (com taxa de crescimento nula) e actualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas. O crescimento médio assumido para o uFCF é de -1,0%, motivado pela recuperação extraordinária de investimento em fundo de manuseio em 2019 (ano base do Plano), não obstante os ganhos de escala e a aposta nos segmentos estratégicos de maior margem. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC). As taxas WACC utilizadas, foram calculadas em função da especificidade de cada um dos negócios e das suas respectivas estruturas de capital objectivo, em particular:

Real Estate	6,35%
Operational Troia Resort Operações	5,68%
Energy	[4,6% – 9,06%]
Fitness	7,02%
Hospitality	[7,22% – 9,01%]
Industrial Engineering Portugal	10,74%

Nos testes de imparidade efectuados aos valores do Goodwill, através de avaliações por DCF (Discounted Cash Flow), fazendo a WACC e a taxa de crescimento do negócio variar em 1 p.p, o Goodwill mantém-se sem imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Goodwill tinha a seguinte composição:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Troia Resort Operações	1 223 235	1 223 235
Hotelaria	-	-
Fitness	8 828 704	8 828 704
Energia	36 212 357	7 981 850
Refrigeração & AVAC		
Engenharia Industrial	8 075 960	8 075 960
Holding & Outros	7 339 957	7 527 625
	61 680 212	33 637 373

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outras dívidas de terceiros não correntes em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas		
Outros	34 916	34 916
	34 916	34 916
Perdas por imparidade (Nota 31)	(34 916)	(34 916)
	-	-
Clientes e outros devedores		
Devedores por alienação de Investimentos Financeiros	420 750	8 803 506
Outros	1 117 903	1 117 903
Perdas por imparidade (Nota 31)	-	-
	1 538 653	9 921 409
Outros activos financeiros	229 836	39 258
Total de instrumentos financeiros	1 768 489	9 960 667
Outras dívidas de terceiros não correntes	1 768 489	9 960 667

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a antiguidade de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	Clientes e outros devedores	
	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Não vencido	-	8 803 506
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 6 meses	-	-
6 - 12 meses	-	-
> 1 ano	1 538 653	1 117 903
	1 538 653	1 117 903
Vencido com registo de imparidade		
> 1 ano	-	-
	1 538 653	9 921 409

Os valores incluídos em Outras dívidas de terceiros não correntes vencem na sua generalidade juros a taxas de mercado e estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor de balanço.

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os valores incluídos em Devedores por alienação de Investimentos Financeiros inclui o saldo a receber da alienação da RACE SGPS (nota 16).

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os valores incluídos em Outros activos de Clientes e Outros Devedores é relativo essencialmente a adiantamento para cobrança de impostos em processo de amnistia fiscal em 2002 (803 milhares de euros) e outros.

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Clientes e outros devedores inclui os empréstimos concedidos a empresas relacionadas e têm carácter de suprimentos sem prazo definido, não se encontrando consequentemente vencidos. Estes empréstimos são remunerados.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de Outros Devedores. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2020 são determinadas da seguinte forma: as perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospectivas.

31 Dezembro 2020	
Valor bruto contabilístico	1 538 653
0 - 90 dias	-
+ 90 dias	1 538 653
Perdas por imparidade acumuladas	-
0 - 90 dias	-
+ 90 dias	-
Taxa de perdas estimadas	
0 - 90 dias	0%
+ 90 dias	0%

14. INVENTÁRIOS

O detalhe dos Inventários em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 é o seguinte, explicitando os valores correspondentes a empreendimentos imobiliários:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Total	dos quais empreendimentos imobiliários	Total	dos quais empreendimentos imobiliários
Mercadorias	10 718 577	8 317 249	11 333 334	10 036 775
Mercadorias em poder de terceiros	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 720 181	-	3 168 424	-
Produtos acabados e intermédios	5 574 979	4 524 508	7 980 772	6 434 958
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	455 314	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	31 981 848	30 489 530	31 085 000	30 612 987
Adiantamentos por conta de compras	300	-	-	-
	50 451 199	43 331 287	53 567 530	47 084 720
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 31)	(4 080 588)	2 513 187	(4 423 970)	(2 850 218)
Total Acumulado	46 370 611	45 844 474	49 143 560	44 234 502

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 ascendeu a 190.698.261 e 141.748.852 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Inventários iniciais	14 501 758	20 714 166
Efeito da conversão cambial	(497)	65
Variações de perímetro	102 498	(1 479 593)
Compras	189 136 387	138 935 637
Regularizações de inventários	(57 699)	(203 828)
Inventários finais	12 438 758	14 501 758
	191 243 689	143 464 689
Perdas por imparidade (Nota 31)	1 474 407	1 127 765
Reversão por perdas de imparidade (nota 31)	(2 019 834)	(2 843 602)
Actividades Continuadas	190 698 261	141 748 852
Actividades Descontinuadas	-	-
Total Acumulado	190 698 261	141 748 852

SONAE CAPITAL

As perdas por imparidade e as reversões de perdas por imparidade do exercício de 2020 e 2019 resultam das avaliações do património imobiliário do Grupo Sonae Capital, efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. (Nota 10) e das alienações de imóveis que ocorreram durante o exercício corrente.

As avaliações tiveram como objectivo a determinação do justo valor dos activos em causa, de acordo com as seguintes definições:

- 1) Valor de Mercado (montante mais provável pelo qual uma propriedade poderá ser transaccionada) de parte do património e;
- 2) Opinião de Valor (quando os parâmetros normais da avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado) dos restantes activos imobiliários do Grupo.

O julgamento da empresa Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. das avaliações obtidas em 2020 baseou-se nas circunstâncias resultantes da pandemia Covid-19, pelo que consideramos manter a análise dos imóveis sob revisão frequente, dada a menor certeza e o maior grau de cautela que atribuímos às avaliações obtidas, quando comparado com as avaliações que seriam obtidas caso não estivessemos face a uma “pandemia global”. Não obstante estas circunstâncias, o avaliador imobiliário esclarece que estas consideração não prejudicam a fiabilidade do relatório das avaliações efectuadas em 2020.

O impacto na simulação da valorização, considerando como pressupostos variações de valor de mercado de +/- 10% e opinião de valor de +/- 15% para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 são as seguintes:

AVALIAÇÃO C&W	31 Dez.2020 (OV)	31 Dez.2020 (VM)	31 Dez.2020 Valor Contabilístico
Tróia	17 682 179	32 143 070	18 197 241
Residencial	11 177 249	32 143 070	14 553 075
Projectos	6 504 930	0	3 644 166
Outros	0	0	0
Hotelaria	0	0	0
Hotelaria	0	0	0
Outros Activos	3 050 550	15 723 594	16 411 718
>2M€	3 050 550	15 723 594	16 411 718
Total	20 732 729	47 866 664	34 608 959
Simulação de Valorização			
Valor de Mercado	+/- 10%	4 786 666	
Opinião de valor	+/- 15%	3 109 909	
Total Variação		7 896 576	

15. CLIENTES

O detalhe de Clientes em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 é o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Clientes correntes		
Troia Resort Operações	1 823 419	1 878 317
Hotelaria	310 547	1 102 455
Fitness	282 300	375 575
Energia	40 866 289	48 231 108
Real Estate	171 374	151 130
Holding & Outros	543 077	626 011
Engenharia Industrial	3 287 272	1 033 699
	47 284 278	53 398 296
Clientes de cobrança duvidosa	325 584	2 476 256
	47 609 861	55 874 552
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 31)	(3 196 767)	(3 230 862)
Total Acumulado	44 413 095	52 643 690
Actividades Descontinuadas	-	-
Total Acumulado	44 413 095	52 643 690

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Grupo entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de Dezembro 2020 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Real Estate	Holding e Outras	Engenharia Industrial	Total
31 Dezembro 2020								
Não vencido	609 710	52 139	6 477	36 237 837	5 997	9 581	1 317 815	38 239 556
Vencido mas sem registo de imparidade								
0 - 30 dias	7 669	4 378	147 449	2 781 300	11 500	21 176	118 967	3 092 439
30 - 90 dias	184 547	41 529	12 561	1 438 055	7 442	-	70 552	1 754 686
+ 90 dias	327 875	37 469	102 260	306 770	119 901	512 321	76 055	1 482 651
Total	520 091	83 376	262 270	4 526 125	138 843	533 497	265 574	6 329 774
Vencido com registo de imparidade								
0 - 90 dias	-	1 802	13 554	-	-	-	-	15 356
90 - 180 dias	1 199	411	-	-	-	-	-	1 610
180 - 360 dias	11 100	13 655	-	-	-	-	23 290	48 045
+ 360 dias	795 139	243 878	-	102 327	54 860	98 725	1 680 592	2 975 521
Total	807 438	259 746	13 554	102 327	54 860	98 725	1 703 882	3 040 531
Total acumulado antes de imparidades	1 937 239	395 261	282 301	40 866 289	199 700	641 803	3 287 271	47 609 861

	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Real Estate	Holding e Outras	Engenharia Industrial	Total
31 Dezembro 2019								
Não vencido	589 356	318 990	42 562	47 161 393	6 407	270 622	968 925	49 358 255
Vencido mas sem registo de imparidade								
0 - 30 dias	45 900	212 934	177 000	685 772	60 067	155 712	-	1 337 385
30 - 90 dias	166 827	118 484	7 784	22 610	-	25 691	128 060	469 456
+ 90 dias	398 356	156 793	80 888	321 596	80 055	153 941	161 471	1 353 100
Total	611 083	488 211	265 672	1 029 978	140 122	335 344	289 532	3 159 942
Vencido com registo de imparidade								
0 - 90 dias	-	-	6 642	39 738	-	-	-	46 380
90 - 180 dias	16 716	10 054	4 000	-	-	-	-	30 770
180 - 360 dias	23 683	8 141	12 458	-	-	-	4 495	48 777
+ 360 dias	755 291	398 215	44 241	-	73 313	118 771	1 840 598	3 230 429
Total	795 690	416 410	67 341	39 738	73 313	118 771	1 845 093	3 356 356
Total acumulado antes de imparidades	1 996 129	1 223 611	375 575	48 231 109	219 842	724 737	3 103 550	55 874 552

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito de clientes, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede as perdas por imparidade registadas.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de clientes. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2020 são determinadas da seguinte forma: as perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospectivas.

2020	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Real Estate	Holding e Outras	Engenharia Industrial	Total
Valor bruto contabilístico	1 937 239	395 261	282 301	40 866 289	199 700	641 803	3 287 271	47 609 861
0 - 90 dias	801 926	99 848	180 041	40 457 192	24 939	30 757	1 507 334	43 102 037
+ 90 dias	1 135 313	295 413	102 260	409 097	174 761	611 046	1 779 937	4 507 827
Perdas por imparidade acumuladas	807 438	259 746	13 554	102 327	54 860	98 725	1 703 882	3 040 531
0 - 90 dias	-	1 802	13 554	-	-	-	-	15 356
+ 90 dias	807 438	257 944	-	102 327	54 860	98 725	1 703 882	3 025 176
Taxa de perdas estimadas								
0 - 90 dias	0,00%	1,80%	7,53%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,04%
+ 90 dias	71,12%	87,32%	0,00%	25,01%	31,39%	16,16%	95,73%	67,11%

O valor bruto contabilístico dos saldos acima reflecte o risco de crédito máximo do Grupo relativamente a estas rubricas.

16. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS CORRENTES

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Empréstimos concedidos e outros valores a receber de empresas relacionadas		
Outros	137 522	848 039
	137 522	848 039
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	1 622 198	869 776
Alienação de imobilizado	-	5
Alienação de investimentos financeiros	3 949 407	11 449 407
Outros devedores	2 707 987	4 490 477
	8 279 592	16 809 665
Outras Dívidas de Terceiros	8 417 114	17 657 704
Perdas por imparidade acumuladas em Holding & Outros correntes (Nota 22)	(1 639 419)	(1 669 193)
	6 777 695	15 988 511
Outras dívidas de terceiros	6 777 695	15 988 511

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica alienação de investimentos financeiros inclui (i) saldo a receber da alienação da UPK - GESTÃO DE FACILITIES E MANUTENÇÃO, S.A. e (ii) saldo a receber relativo à alienação da Prédios Privados – Imobiliária, S.A. (2020: 2.500 milhares de euros e 2019:10.000 milhares de euros) que foi recebido 7.5M€ em 2020.

Os principais saldos que compõe a rubrica de «Outros devedores» são os saldos a receber pelo Fundo WTC (237 milhares de euros), impostos a recuperar no estrangeiro (2.098 milhares euros), montante a receber referente à venda em 2017 de lotes de terrenos (496 milhares euros), entre outros.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a antiguidade de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Não vencido	2 026 879	11 090 435
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	450 051	978 154
30 - 90 dias	259 330	1 713 448
+ 90 dias	3 904 004	1 357 135
Total	4 613 385	4 048 737
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	-	-
90 - 180 dias	13 911	-
180 - 360 dias	32 989	-
+ 360 dias	1 592 428	1 670 493
Total	1 639 328	1 670 493
Outros devedores antes de imparidades	8 279 592	16 809 665

A 31 de Dezembro 2020, não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e vencidos para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em Outras Dívidas de Terceiros aproximam-se do seu justo valor.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Valores devedores		
Estado e Outros Entes Públicos - Imposto sobre o rendimento		
Retenções na Fonte	667 658	743 301
Pagamentos por conta	1 327 438	2 728 870
Imposto sobre o rendimento (IRC)	47 167	43 573
	2 042 264	3 515 743
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Imposto sobre o valor acrescentado	7 248 671	2 590 656
Outros Impostos	3 491 761	2 629 045
	10 740 431	5 219 702
Total Acumulado	12 782 695	8 735 444
Valores credores		
Estado e Outros Entes Públicos - Imposto sobre o rendimento		
Estimativa de IRC	802 675	1 097 187
	802 675	1 097 187
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Imposto sobre o valor acrescentado	2 439 981	1 831 121
Retenção na fonte - Imposto sobre o rendimento	565 287	512 431
Contribuições para a Segurança Social	672 076	630 691
Outros Impostos	2 483 583	77 730
	6 160 925	3 051 974
Total Acumulado	6 963 600	4 149 159

O montante registado em valores devedores, na rúbrica de «Outros impostos» respeita essencialmente a valores de liquidações adicionais de impostos, impugnações e relamações com Autoridade Tributária Portuguesa.

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Acréscimo de rendimentos - Juros a receber	279 557	8
Acresc. De rendimentos - Facturação a emitir por prestação de serviços	2 942 314	856 153
Acresc. De rendimentos - Facturação a emitir por vendas	5 300 000	-
Outros acréscimos de rendimentos	1 837 916	2 626 363
Gastos a reconhecer - fornecimentos e serviços externos	1 534 260	1 411 130
Gastos a reconhecer - rendas	372 413	294 159
Gastos a reconhecer - encargos financeiros	122 708	114 397
Outros activos correntes (Nota 34)	986 654	902 103
Total Acumulado	13 375 822	6 204 313

A 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Outros acréscimos de rendimentos inclui (i) acréscimo de rendimentos relativo a: (i) obras em curso no final do exercício no montante de 708.831€ (1.672.278€ em 2019), (ii) benefícios de layoff de 467.325€, (iii) vendas de gás de 205.694€.

A rubrica de faturação a emitir por vendas é relativa a vendas de derivados de energia.

Os outros ativos correntes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluem (i) saldo referente a indemnização para arrendamento de ginásio 269.344 (288.932€ em 2019), (ii) gastos a reconhecer de comissões 312.702€

19. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Homogeneização de amortizações	347 452	362 168	3 969 016	4 196 711
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	4 726 280	5 047 662	-	-
Anulação de Activos fixos tangíveis e intangíveis	-	71 250	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegráveis	-	-	34 902	245 870
Prejuízos fiscais reportáveis	20 189 965	14 371 852	-	-
Diferenças de limite de amortizações	285 709	-	-	-
Anulação de existências	-	-	-	265 944
Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do justo valor de passivos mlp	-	-	6 456 560	6 456 560
Outros	997 635	818 138	1 995 530	1 267 005
	26 547 041	20 671 070	12 456 008	12 432 090

SONAE CAPITAL

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi como segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Saldo inicial	20 671 070	22 997 895	12 432 090	12 984 582
Efeito em resultados (Nota 42):				
Homogeneização de amortizações	(14 716)	(16 894)	(227 695)	(331 018)
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente	(150)	-	-	-
Anulação de activos fixos tangíveis e intangíveis	(71 250)	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	(2 380 000)	-	-
Imparidade de Activos	(558 821)	(59 158)	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	-
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	-	-	-
Outros	47 678	2 653	(116 254)	(221 475)
	(597 259)	(2 453 399)	(343 949)	(552 493)
Efeito em reservas:				
Instrumentos financeiros	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
	-	-	-	-
Variação de perímetro	6 473 231	126 575	367 866	-
Outros	-	-	-	-
Saldo final	26 547 041	20 671 070	12 456 008	12 432 090

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento das empresas que registam activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, utilizando para o efeito as taxas de imposto naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 Dezembro 2020			31 Dezembro 2019		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2014	13 193 576	2 770 651	2026	13 046 930	2 739 855	2026
Gerados em 2015	43 854 221	9 209 386	2027	43 839 192	9 206 230	2027
Gerados em 2016	12 439 172	2 612 226	2028	11 551 269	2 425 767	2028
Gerados em 2017	10 283 755	2 159 589	2022	-	-	2022
Gerados em 2018	-	-	2023	-	-	2023
Gerados em 2019	-	-	2024	-	-	-
Gerados em 2020	-	-	2025	-	-	-
	79 770 724	16 751 852		68 437 392	14 371 852	
Sem limite de data de utilização	20 930 641	3 438 113				
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	-	-		-	-	
	100 701 365	20 189 965		68 437 392	14 371 852	

SONAE CAPITAL

A constituição de activos por impostos diferidos teve por base a análise da pertinência do seu reconhecimento, designadamente no que concerne à possibilidade de os mesmos virem a ser recuperados, atendendo às perspectivas de médio e longo prazo do Grupo.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro.

A avaliação dos activos por impostos diferidos baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Desde o exercício fiscal de 2014, a maioria das filiais do Grupo, sediadas em Portugal, integram o perímetro do Grupo de Sociedades tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a Sonae Capital, SGPS, S.A..

Da análise efectuada, em 31 de Dezembro de 2020, resultou que existe expectativa fundada de recuperação dos activos por impostos diferidos registados antes do respectivo prazo de caducidade.

Em 31 de Dezembro de 2020 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 60.510.366 euros (30.133.980 euros em 31 de Dezembro de 2019), cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados e que se detalham como segue:

	31 Dezembro 2020			31 Dezembro 2019		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2014	1 064 865	223 622	2026	1 064 865	223 622	2026
Gerados em 2015	1 912 800	401 688	2027	1 912 800	401 688	2027
Gerados em 2016	1 375 530	288 861	2028	1 375 530	288 861	2028
Gerados em 2017	15 930 483	3 345 401	2022	21 131 360	4 437 586	2022
Gerados em 2018	3 220 811	676 370	2023	3 220 254	676 253	2023
Gerados em 2019	3 542 945	744 018	2024	921 377	193 489	2024
Gerados em 2020	32 229 082	6 768 107	2025			2025
	59 276 515	12 448 067		29 626 186	6 221 499	
Sem limite de data de utilização	-	-		-	-	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	1 233 851	259 109		507 794	112 797	
	1 233 851	259 109		507 794	112 796	
	60 510 366	12 707 176		30 133 980	6 334 296	

20. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Numerário	216 899	364 406
Depósitos bancários	43 191 989	7 218 230
Aplicações de tesouraria	4 719	4 719
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	43 413 607	7 587 355
Descobertos bancários (Nota 23)	-	-
Depósito caução	-	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	43 413 607	7 587 355

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos (Nota 23).

Os outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional da Demonstração de Fluxos de Caixa inclui essencialmente pagamentos e recebimentos de outros impostos e liquidação e recebimento de outros gastos e perdas e outros rendimentos e ganhos liquidados durante o exercício. O montante é relativo a comissões pagas dos hotéis e por venda de imóveis no valor de 5 milhões de euros (nota 37), outros imposto (nota 39) no valor de 2,5 milhões de euros e iva no valor de 5,6 milhões de euros em 2019. O valor de 2020 corresponde a comissões pagas dos hotéis no valor de cerca de 500 mil euros e a impostos do exercício incluindo o IVPEE no valor de 584 mil euros.

A análise de risco de crédito encontra-se conforme a nota 3.2.

21. CAPITAL PRÓPRIO

A Sonae Capital, SGPS. SA tem o capital social representado por 250.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de um euro.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 a Sonae Capital SGPS. S.A., detém 3.212.789 ações próprias (3.670.823 ações em 31 de Dezembro de 2019), registadas por 1.020.877 euros (1.105.573 euros em 31 de Dezembro de 2019).

Em outras reservas estão incluídos os montantes correspondentes a uma reserva de igual montante ao das ações próprias detidas pela sociedade mãe do Grupo, reserva esta indisponível enquanto a sociedade as mantiver.

As reservas e resultados transitados do Grupo Sonae Capital incluem as seguintes rubricas:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Reserva de Cisão	132 638 253	132 638 253
Reservas de conversão	161 668	145 508
Reservas de justo valor	-	-
Reservas de cobertura	-	-
Outras	(165 161 852)	(152 302 516)
Depósito caução	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	(32 361 931)	(19 518 755)

Reserva de Cisão

Em consequência do projecto de cisão, foi criada uma Reserva de Cisão no valor de 132.638.253 euros a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

Reservas de conversão cambial

A reserva de conversão monetária, resulta da transposição para euros das demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em outra moeda funcional e será reciclado por resultados quando as empresas forem liquidadas ou vendidas.

As variações ocorridas nas rubricas que constituem o Capital Próprio estão detalhadas na Demonstração de Variações de Capitais Próprios.

22. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro 2020 e de 2019 foram os seguintes:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Saldo inicial em 1 de Janeiro	2 184 277	9 440 091
Varição de percentagem por aquisição / aumentos capital		
Varição das Reservas de Cobertura	-	-
Varição de percentagem em filiais	(626 538)	(7 540 682)
Varição resultante da conversão cambial	18 355	(160 038)
Distribuição de Dividendos	(1 042 737)	(854 377)
Outras variações	(10 691)	15 993
Resultado do período atribuível aos interesses sem controlo	971 308	1 283 289
Saldo final	1 493 975	2 184 277

Os interesses que não controlam, resultam essencialmente das sociedades do segmento de energia.

23. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{a)}	-	-	8 900 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{b)}	13 000 000	-	-	17 500 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{c)}	10 000 000	-	10 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{d)}	2 000 000	4 000 000	2 000 000	6 000 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{e)}	16 000 000	-	33 800 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{f)}	-	8 250 000	-	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{g)}	15 000 000	-	-	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial ^{h)}	20 000 000	-	-	-
Custos de montagem de financiamentos	-	(10 201)	-	(16 545)
Outros	46 709 900	3 745 934	1 867 612	1 158 248
	122 709 900	15 985 733	56 567 612	24 641 703
Descobertos bancários (Nota 14)	-	-	-	-
Empréstimos bancários	122 709 900	15 985 733	56 567 612	24 641 703
Empréstimos por Obrigações				
Obrigações Sonae Capital 2016/2021 ⁱ⁾	15 000 000	-	-	15 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2024 ^{j)}	-	15 000 000	-	15 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2026 ^{k)}	2 000 000	13 000 000	2 000 000	13 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2024 II ^{l)}	-	12 500 000	-	12 500 000
Obrigações Sonae Capital 2020/2024 ^{m)}	-	15 000 000	-	-
Custos de montagem de financiamentos	-	(357 400)	-	(407 013)
Empréstimos por Obrigações	17 000 000	55 142 600	2 000 000	55 092 987
Outros empréstimos	146 132	-	2 213 099	-
Instrumentos derivados (Nota 25)	-	-	-	-
Credores por locações financeiras	-	-	-	-
Custos de montagem de locações financeiras	-	-	-	-
	139 856 032	71 128 333	60 780 712	79 734 690

- a) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 04 de Janeiro de 2017 com renovações anuais, salvo denúncia de qualquer uma das partes.
- b) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição, iniciado em 29 de Setembro de 2017 e válido até Setembro de 2021.
- c) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 30 de Junho de 2017 com renovações anuais, salvo denúncia de qualquer uma das partes.
- d) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 24 de Fevereiro de 2017, válido até Fevereiro de 2023, com amortizações semestrais a partir de 2019.
- e) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, sem garantia de subscrição, iniciado em 20 de Dezembro de 2017 com renovações anuais. Emissões colocadas junto de investidores institucionais.
- f) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 31 de Dezembro de 2013, válido até Fevereiro de 2024, com amortizações anuais a partir de 2022.

SONAE CAPITAL

- g) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 17 de Abril de 2020, válido até Abril de 2021.
- h) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 28 de Maio de 2020, válido até Maio de 2021.
- i) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2016/2021 no valor de 15.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 29/Julho/2021. As obrigações vencem juros semestralmente.
- j) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2024 no valor de 15.000.000 euros reembolsável no 8º e 10º cupões, com fim em 26/Junho/2024. As obrigações vencem juros semestralmente.
- k) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2026 no valor de 15.000.000 euros reembolsável em prestações anuais a partir do 2º cupão, inclusive, com fim em 28/Junho/2026. As obrigações vencem juros semestralmente.
- l) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2024 II no valor de 12.500.000 euros reembolsável numa única prestação em 08/Agosto/2024. As obrigações vencem juros semestralmente.
- m) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2020/2024 no valor de 15.000.000 euros reembolsável numa única prestação em 20 de Março de 2024. As obrigações vencem juros semestralmente.

A taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários em vigor a 31 de Dezembro de 2020 era em média 1,59% (1,10% em 31 de Dezembro de 2019).

Os empréstimos bancários mencionados vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor do respetivo prazo de cada emissão.

No caso de alguma instituição Bancária ou investidor titular de papel comercial emitido não renovar, nas datas de vencimento, as respetivas tomadas, o Grupo dispõe linhas de crédito disponíveis para fazer face a essas não renovações.

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	142 718 492	2 367 591	64 426 440	1 442 393
N+2	11 077 204	988 840	40 384 194	1 172 157
N+3	15 797 403	803 912	7 899 454	729 481
N+4	44 085 050	514 133	10 098 372	526 589
N+5	3 247 123	89 696	25 258 873	363 507
Após N+5	5 278 075	32 372	5 000 000	69 375
	222 203 347	4 796 544	153 067 334	4 303 502
Actividades descontinuadas	-	-	-	-
Total	222 203 347	4 796 544	153 067 334	4 303 502

À data de 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, as linhas de crédito disponíveis e os montantes de linhas contratadas são as seguintes:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis	20 149 467	42 043 500	15 350 000	36 750 000
Montantes de linhas contratadas	80 450 000	54 293 500	36 250 000	60 250 000

Em 31 de Dezembro de 2020 a reconciliação dos passivos cujos fluxos afectam as actividades de financiamento, são detalhadas da seguinte forma:

	31 Dezembro 2019	Numerário		Não Numerário			31 Dezembro 2020
		Recebimentos	Pagamentos	Transferências	Custo amortizado	Varição de Perímetro	
Empréstimos não correntes (Nota 23 & 26)	79 951 335	23 250 000	(6 500 000)	(25 628 959)	55 957	-	71 128 333
Empréstimos correntes (Nota 23 & 29)	60 780 712	80 364 267	(26 917 906)	25 628 959	-	-	139 856 032
	140 732 047	103 614 267	(33 417 906)	-	55 957	-	210 984 365

24. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2019 o valor de credores por locação financeira foram reclassificados para Passivos de locação de acordo com a IFRS 16.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A empresa detêm instrumentos financeiros derivados ao justo valor baseado em cotações de mercado de energia, gás, electricidade e licenças de CO2. A variação face ao ano passado em que o valor era nulo deve-se à aquisição do Grupo Futura.

	Activo	Passivo	Vencimento
Cobertura de justo valor	2 562 864	8 371 962	
Derivados de matérias primas	2 562 864	8 371 962	
Electricidade	2 294 887	2 127 706	2021
Gás	126 650	1 452 556	2021
Licenças CO2	141 327	4 791 700	2021
Depósitos			
Outros instrumentos - garantias recebidas		3 556 022	
Outros instrumentos - garantias prestadas	9 981 057		
	12 543 921	11 927 984	

A valorização dos derivados é baseada em cotações indicadas por entidades externas, as quais são confrontadas em cada data de reporte, com cotações de mercado disponíveis em plataformas de informação financeira, pelo que de acordo com

os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos derivados é classificado como de nível 2 não tendo ocorrido alterações entre níveis no período. Estas entidades utilizam informação de mercados e técnicas de desconto de fluxos de caixa futuros geralmente aceites.

Todos os instrumentos financeiros contratados são para cobertura do preço. Estes instrumentos não vencem juros.

26. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica Outros dívidas a terceiros não correntes pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Empréstimos obtidos e outros valores a pagar a empresas relacionadas		
Outros	216 645	216 645
	216 645	216 645
Outros credores		
Credores do processo de reestruturação Torralta	853 007	853 007
Fornecedores de activos fixos	4 961 911	-
Outros	345 157	6 551 628
	6 160 075	7 404 635
Proveitos diferidos		
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 27)	522 105	386 943
	522 105	386 943
Responsabilidades por pensões		
Outras dívidas de terceiros não-correntes	6 898 825	8 008 222
Actividades descontinuadas	-	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	6 898 825	8 008 222

O Montante registado em outros credores diz respeito a valores em dívida com as aquisições de participações sociais do período.

A 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a maturidade dos saldos de Outros Credores pode ser analisada como segue:

31 Dezembro 2020	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos	265 000	485 000	711 911	3 500 000	-	4 961 911
Outras dívidas a terceiros não correntes	682 794	564 080	501 903	20 583	167 554	1 936 914
Total acumulado	947 794	1 049 080	1 213 814	3 520 583	167 554	6 898 825

31 Dezembro 2019	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	1 844 677	947 350	659 350	659 350	3 293 908	7 404 635
Total acumulado	1 844 677	947 350	659 350	659 350	3 293 908	7 404 635

27. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS EM ACÇÕES

O Grupo Sonae Capital concedeu em 2012 e nos anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções Sonae Capital SGPS, SA. a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae Capital na data de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, o valor de mercado do total das responsabilidades decorrentes dos planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
			31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Acções				
2016	2019		-	114 344
2017	2020	1	22 945	469 633
2018	2021	14	328 803	401 908
2019	2022	14	390 974	391 351
2020	2023	13	685 751	-
Total			1 428 473	1 377 236

Os valores registados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Registado em outros passivos não correntes (Nota 26)	500 468	392 748
Registado em outros passivos correntes (Nota 29)	351 748	659 361
Registado em reservas	(409 888)	(670 544)
Valor registado em gastos com pessoal (Nota 38)	442 328	381 565

28. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	A pagar			
	31 Dezembro 2020	até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
Troia Resort Operações	563 105	517 492	3 186	42 427
Hotelaria	335 311	296 482	14 946	23 883
Fitness	1 687 596	1 194 690	323 643	169 264
Energia	10 154 364	7 880 636	2 059 575	214 153
Real Estate	73 714	69 327	-	4 387
Holding & Outros	898 009	701 187	132 168	64 654
Engenharia Industrial	1 408 197	1 362 957	38 620	6 620
	15 120 296	12 022 771	2 572 138	525 388
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	3 530 829	3 090 571	421 409	18 849
Total Acumulado	18 651 125	15 113 342	2 993 547	544 237
Actividades Descontinuadas				
	-			
Total Acumulado	18 651 125			

	A pagar			
	31 Dezembro 2019	até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
Troia Resort Operações	1 628 144	1 468 489	41 450	118 205
Hotelaria	566 443	462 990	67 518	35 935
Fitness	1 098 832	1 062 067	30 183	6 582
Energia	23 333 146	23 109 966	67 125	156 055
Refrigeração & AVAC	-	-	-	-
Holding & Outros	160 791	157 520	666	2 605
Real Estate	921 336	561 117	67 044	293 175
Engenharia Industrial	1 913 379	1 652 925	236 570	23 884
	29 622 071	28 475 074	510 556	636 441
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	2 371 222	2 042 978	296 840	31 404
Total Acumulado	31 993 293	30 518 052	807 396	667 845
Actividades Descontinuadas				
	-			
Total Acumulado	31 993 293			

29. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a maturidade das Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2020	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de activos fixos	18 608 304	8 590 918	3 208 594	6 808 792
Outros	23 250 627	17 915 598	1 090 542	4 244 487
	41 858 931	26 506 516	4 299 136	11 053 279
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	2 828 513			
	44 687 444			
Empresas relacionadas	816 934			
Total Acumulado	45 504 377			

	31 Dezembro 2019	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de activos fixos	2 978 336	1 547 727	1 288 081	142 527
Outros	7 887 286	2 641 204	2 092 000	3 154 083
	10 865 622	4 188 931	3 380 081	3 296 610
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	3 300 636			
	14 166 259			
Empresas relacionadas	732 494			
Total Acumulado	14 898 754			

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de activos fixos e não incorpora juros. A rubrica inclui ainda valores de adiantamentos de clientes por conta de vendas futuras de inventários e activos fixos.

A rubrica de outros inclui também um montante aproximado de 1.8 milhares de euros euros referentes a compras de Licenças de CO2, do segmento da Energia. O aumento resulta das variações de perímetro.

O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de actualização não são materiais.

30. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Custos com o pessoal	6 889 893	7 824 249
Obras já facturadas mas ainda não realizadas	-	1 251 411
Rendimentos a reconhecer de prestação de serviços	15 662 406	18 344 148
Acréscimos de gastos de Compras - segmento Energia	207 135	-
Encargos financeiros a liquidar	207 677	268 048
Outros	24 174 724	9 760 641
Total Acumulado	47 141 835	37 448 497
Actividades Descontinuadas	-	-
Total Acumulado	47 141 835	37 448 497

Em 31 de Dezembro de 2019, a Engenharia Industrial é o segmento que contribui para o montante afecto a obras já facturadas mas ainda não realizadas.

O montante considerado na rubrica Outros inclui essencialmente montantes relativos a credores por acréscimos de gastos de Fornecimentos e Serviços Externos e rendimentos a reconhecer em exercícios futuros. A variação verificada nesta rubrica, face a 2019, teve o seu contributo mais relevante no segmento da Energia com aumento de cerca de 14,6 milhões de euros.

A Energia é o segmento com contributo mais relevante no montante de rendimentos a reconhecer de prestações de serviços, cerca de 15 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2020.

31. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2020	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2020
Perdas por imparidade acumuladas em:						
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	31 058 922	11 176 997	(1 669 484)	-	-	40 566 436
Activos intangíveis (Nota 11)	689 536	-	-	-	-	689 536
Goodwill (Notas 12 e 41)	29 221 018	1 757 132	-	-	-	30 978 150
Outros investimentos (Notas 5, 6 e 41)	291 838	-	-	-	-	291 838
Outras dívidas de terceiros não correntes (Nota 13)	34 916	-	-	-	-	34 916
Clientes (Nota 15)	3 230 862	934 365	(342 213)	(656 020)	29 774	3 196 767
Outras dívidas de terceiros (Nota 16)	1 669 193	-	-	-	(29 774)	1 639 419
Inventários (Nota 14)	4 423 970	1 932 299	(2 275 680)	-	-	4 080 588
Provisões não correntes	3 123 285	2 414 196	(2 387)	-	-	5 535 094
Provisões correntes	2 907 863	509 200	(163 286)	(422 155)	-	2 831 623
Total	76 651 402	18 724 189	(4 453 050)	(1 078 175)	-	89 844 367

SONAE CAPITAL

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2019	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2019
Perdas por imparidade acumuladas em:						
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	31 136 308	29 196	(106 582)	-	-	31 058 922
Activos intangíveis (Nota 11)	689 536	-	-	-	-	689 536
Goodwill (Notas 12 e 41)	25 478 909	3 742 109	-	-	-	29 221 018
Outros investimentos (Notas 5, 6 e 41)	291 838	-	-	-	-	291 838
Outras dívidas de terceiros não correntes (Nota 13)	34 916	-	-	-	-	34 916
Clientes (Nota 15)	6 230 300	442 589	(1 562 563)	(8 306)	(1 871 158)	3 230 862
Outras dívidas de terceiros (Nota 16)	1 848 583	246 233	(425 623)	-	-	1 669 193
Inventários (Nota 14)	6 152 875	1 127 700	(2 856 605)	-	-	4 423 970
Provisões não correntes	3 079 824	43 461	-	-	-	3 123 285
Provisões correntes	3 286 698	485 881	(504 071)	(360 646)	-	2 907 863
Total	78 229 787	6 117 169	(5 455 444)	(368 952)	(1 871 158)	76 651 402

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os montantes registados em provisões e perdas por imparidade foram constituídos por prudência; a data em que se vão materializar não é previsível em termos de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 o valor do reforço e diminuição de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Provisões e perdas de imparidade (aumentos em resultado)	1 355 663	4 584 522
Provisões para imparidade registadas em custos das vendas (Nota 14) e em variação da produção (Nota 36)	1 398 873	1 127 765
Imparidade de investimentos financeiros (Nota 41)	-	-
Imparidade do goodwill	1 757 132	-
Variação do perímetro	13 380 314	444 518
Outros aumentos	832 207	(39 636)
Aumentos no Balanço	18 724 189	6 117 169
Reversões de perdas de imparidade e provisões em resultados	2 178 117	2 523 938
Provisões para imparidade registadas em custos das vendas (Nota 14) e em variação da produção (Nota 36)	509 461	2 856 670
Diminuições de Imparidade de investimentos financeiros (Nota 41)	-	-
Outra reversões de perdas de imparidade e provisões em resultados	-	-
Variação de perímetro	-	1 969 187
Outras diminuições	1 765 472	(1 894 351)
Diminuições no Balanço	4 453 050	5 455 444

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Processos judiciais em curso	1 713 860	1 657 060
Provisões rendimento garantido	546 134	632 625
Outros	6 106 724	3 741 464
	8 366 717	6 031 148

O montante considerado em «Provisões rendimento garantido» corresponde à estimativa da diferença entre o valor a facturar através da exploração dos imóveis alienados em Tróia e o rendimento garantido aos proprietários dos imóveis. O valor a facturar através da exploração dos imóveis é estimado com base na média dos valores obtidos nos anos anteriores. É nossa estimativa que o montante de 203.777 relativo a «Provisões de rendimento garantido» reflita um exfluxo financeiro durante o exercício de 2021.

Os processos judiciais em curso dizem respeito essencialmente a litígios/indemnizações nas sociedades Inparvi SGPS, SA, e Societé de Tranchage Isoroy SAS.

A rubrica de outros aumentou devido às variações de perímetro relativas provisões de desmantelamento de activos.

32. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Garantias prestadas:		
Em processos de recuperação de IVA	5 140 537	5 199 346
Em processos fiscais em curso	15 858 002	16 244 854
Em processos judiciais em curso		
Em processos autárquicos em curso	11 083 145	556 599
Garantias bancárias	34 664 984	20 489 349
Outras	10 125 986	24 499 690

O valor de processos autárquicos em curso inclui as seguintes garantias:

- 10.752.959 euros em 31 de Dezembro de 2020 (10.752.959 em 31 de Dezembro de 2019 apresentadas em Outras) como garantias prestadas relativas a licenças de construção do negócio do Turismo.

O Grupo não registou provisões para os eventos/diferendos para os quais foram prestados estas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que dos referidos eventos não resultarão perdas para o Grupo.

33. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

Os compromissos de Locação presentes no Passivo têm as seguintes maturidades:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Vencíveis em:		
N+1	10 336 568	12 199 750
N+2	11 112 268	8 764 002
N+3	10 685 681	7 434 370
N+4	7 581 363	7 140 614
N+5	6 841 810	6 443 649
Após N+5	40 671 154	59 095 918
	87 228 844	101 078 303

34. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foram como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Vendas de mercadorias	222 828 017	151 455 217
Vendas de produtos	10 517 028	21 463 633
	233 345 045	172 918 850
Prestações de serviços	45 440 285	111 678 671
Actividades Continuadas	278 785 330	284 597 521
Actividades Descontinuadas	-	(1 602)
Total acumulado	278 785 330	284 595 919

Em Vendas de produtos estão incluídos montantes de alienação de fracções imobiliárias de 11 milhões euros em 31 de Dezembro de 2019.

Durante o ano de 2020, verificou-se uma diminuição significativa do valor de prestações de serviços, este impacto esteve diretamente relacionado com a pandemia Covid-19. Durante o ano o segmento do fitness e hotelaria estiveram encerrados durante os períodos de confinamento.

O segmento de energia teve um aumento generalizado no nível de vendas, existindo ainda uma variação significativa das entradas no perímetro.

O detalhe do rédito por àrea de negócio é como segue:

	31 Dezembro 2020	31/dez/19
Vendas de mercadorias e produtos		
Energia	218 946 472	143 579 365
Imóveis	5 735 500	16 108 200
Mercadorias e Produtos - Eng. Industrial	6 510 189	9 147 602
Mercadorias e Produtos - Ref. & Avac	-	1 617 022
Outros	2 152 883	2 466 661
	233 345 044	172 918 850
Prestações de serviços		
Alojamento e Serviços conexos	10 446 929	28 329 480
Fitness	24 920 372	40 980 355
Resorts Operações	8 964 082	7 735 254
Contratos com clientes - Eng. Industrial	467 535	634 210
Contratos com clientes - Ref. & Avac	-	32 137 743
Outros	641 367	1 861 629
	45 440 285	111 678 671

35. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A repartição dos outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Trabalhos para a própria empresa	1 791 954	2 305 226
Ganhos na alienação de activos	2 778 608	7 476 862
Proveitos suplementares	595 863	504 668
Outros	3 202 175	955 103
Actividades Continuadas	8 368 600	11 241 859
Actividades Descontinuadas	2 894	5 409 780
Total acumulado	8 371 494	16 651 639

A rúbrica ganhos na alienação de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020 inclui a mais valia obtida na venda dos activos imobiliários localizados em Tróia.

O montante considerado em Outros Rendimentos e Ganhos inclui no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 inclui 1,3 milhões de euros de descontos obtidos em rendas de contratos abrangidos pela IFRS 16 e subsídios recebidos do governo para estágios profissionais.

36. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Produtos acabados	(2 889 012)	(4 445 672)
Produtos e trabalhos em curso	897 229	(3 950 015)
	(1 991 783)	(8 395 687)
Perdas por imparidade (Nota 31)	54 670	13 068
Actividades Continuadas	(1 937 113)	(8 382 619)
Actividades Descontinuadas	-	-
Total acumulado	(1 937 113)	(8 382 619)

A variação da produção foi apurada como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Inventários iniciais	39 065 772	48 702 150
Efeito da conversão cambial	-	-
Variações de perímetro	256 786	(1 544 500)
Regularizações de existências	681 366	303 809
Inventários finais	38 012 141	39 065 772
	(1 991 784)	(8 395 687)
Perdas por imparidade (Nota 32)	(201 106)	-
Reversão de perdas por imparidade	255 776	13 068
Actividades Continuadas	(1 937 113)	(8 382 619)
Actividades Descontinuadas	-	-
Total Acumulado	(1 937 113)	(8 382 619)

37. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Subcontratos	759 067	6 104 984
Trabalhos especializados	7 937 818	8 817 708
Rendas e alugueres	2 737 826	4 616 511
Honorários	1 160 945	2 046 378
Conservação e reparação	6 164 674	6 494 114
Limpeza, higiene e conforto	3 508 431	4 519 355
Electricidade	2 583 515	4 499 355
Deslocações e estadas	412 884	1 296 033
Publicidade e propaganda	1 434 170	1 467 889
Combustíveis	309 205	799 598
Vigilância e segurança	604 945	624 120
Comunicação	1 273 812	1 476 934
Comissões	2 503 744	4 059 512
Outros fluidos	1 008 634	1 546 623
Seguros	1 041 665	977 565
Outros	4 011 170	5 386 258
Actividades Continuadas	37 452 505	54 732 937
Actividades Descontinuadas	19 367	154 524
Total acumulado	37 471 872	54 887 461

A rubrica de «Trabalhos especializados» inclui essencialmente serviços de consultadoria, fees e subcontratação de mão-de-obra. A variação face ao ano anterior é na sua maioria explicada pelo incremento ao nível dos serviços de consultadoria associados aos projectos em curso, nos segmentos Energia e Metal, bem como pelo aumento da subcontratação de mão-de-obra pelo segmento do Fitness.

A diminuição da rubrica de rendas e alugueres deve-se principalmente ao efeito da IFRS 16 (nota 2.1 c) e a descontos obtidos pela Covid-19.

Nos «Honorários» incluem-se os serviços de advogados e pessoal externo (principalmente pessoal contratado no segmento de Fitness).

Na rubrica de «Comissões» estão incluídas as comissões de agência e de intermediação maioritariamente provenientes dos segmentos de Hotelaria, Resorts e Outros Activos. Verificou-se uma diminuição significativo devido ao confinamento que provocou o fecho de alguns dos hotéis e, diminuição significativa do número de reservas.

A variação da rubrica de «Deslocações e Estadas» traduziu-se na prospeção de novos negócios e acompanhamento de outros já existentes.

Em «Conservação e Reparação» estão incluídos serviços de reparação e manutenção feitos essencialmente a equipamentos na área da energia, metal e fitness.

A rubrica de «Outros» abrange diversos serviços dos quais se destacam os serviços bancários, consumo de água, transporte de mercadorias, etc.

38. GASTOS COM PESSOAL

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Remunerações	26 378 410	34 187 703
Encargos sobre remunerações	4 714 421	7 057 864
Seguros	686 719	954 029
Custos com acção social	146 550	127 157
Outros gastos com pessoal	2 028 184	1 721 998
Actividades Continuadas	33 954 284	44 048 751
Actividades Descontinuadas	-	738 627
Total acumulado	33 954 284	44 787 378

O número médio de colaboradores, repartido por segmentos de negócio pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Troia Resort Operações	137	133
Hotelaria	281	257
Fitness	601	625
Energia	94	88
Engenharia Industrial	120	135
Holding & Outros	92	106
	1 325	1 564

A rubrica de Gastos com pessoal inclui 522.105 (381.564 em 31 de dezembro de 2019) relativos a responsabilidades por pagamentos em acções (nota 26).

A principal variação nos custos com pessoal deve-se à diminuição do número médio dos colaboradores e ao efeito da adesão ao lay off simplificado durante os meses de abril a junho na maior parte dos segmentos. Os benefícios da entrada em lay off foram uma diminuição do peso dos custos com pessoal para a empresa.

Nos diferentes segmentos a % de adesão ao lay off foi diferente mas teve um impacto significativo nos custos da empresa.

39. OUTROS GASTOS E PERDAS

A repartição dos Outros Gastos e Perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Perdas na alienação de activos	3 194 497	312 835
Outros impostos	1 976 955	1 459 244
Imposto municipal sobre imóveis	977 592	1 053 845
Emissões CO2	2 763 409	1 581 061
Dívidas incobráveis	27 023	1 602 263
Outros	1 285 177	1 706 483
Actividades Continuadas	10 224 653	7 715 731
Actividades Descontinuadas	706 340	5 087 199
Total acumulado	10 930 993	12 802 930

Na rubrica Perdas na alienação de activos foram registadas as perdas associadas à venda do imóvel Aqualuz.

O acréscimo registado na rubrica emissões de co2 deve-se essencialmente ao aumento de preço/tonelada a que foram valorizados os consumos nas empresas de energia.

O montante da rubrica de dividas incobráveis refere-se essencialmente a dividas da Troiaresort consideradas incobráveis no futuro.

40. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 têm a seguinte composição:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Gastos e perdas:		
Juros Suportados		
Relativos a descobertos e emprést. bancários	723 714	630 756
Relativos a obrigações não convertíveis	1 092 792	1 291 113
Relativos a contratos de locação financeira	328 310	263 991
Relativos a derivados de cobertura	-	-
Outros	61 062	(11 753)
	2 205 878	2 174 107
Diferenças de câmbio desfavoráveis	676	3 654
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Encargos com emissão de dívida	106 150	105 632
Relativos a passivos da locação	4 813 214	4 483 350
Outros custos e perdas financeiras	1 064 667	1 093 096
	8 190 585	7 859 839
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos	186 664	158 958
Diferenças de câmbio favoráveis	11	4 660
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Ganhos na valor. de instrumentos deriv. de cobert.	568 023	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	1 130 345	1 224 878
	1 885 043	1 388 496
Actividades Continuadas	(6 305 542)	(6 471 343)
Actividades Descontinuadas	(25 884)	(188 319)
Total acumulado	(6 331 426)	(6 659 662)

A 31 de dezembro de 2020 a rubrica de Outros custos e perdas financeiras inclui essencialmente gastos com comissões bancárias.

41. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 têm a seguinte composição:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Dividendos	-	-
Acerto do preço da venda da Box Lines Navegação	-	7 327
Acerto Preço RACE	(7 000 000)	-
Outras	-	(342 978)
Saída de filiais	-	(10 465 985)
Entradas de filiais	-	584 834
Resultados obtidos de investimentos em filiais	(7 000 000)	(10 216 802)
Mais-valias associadas à venda das participadas (nota 6)	(22 988)	-
Perdas por imparidade (nota 31)	(1 757 132)	-
Resultados obtidos em outros investimentos	(1 780 120)	-
Outros	-	-
Resultados relativos a Investimentos	(8 780 120)	(10 216 802)
Operações Descontinuadas	-	-
Total Acumulado	(8 780 120)	(10 216 802)

O valor de 10 milhões apresentado em saídas de filiais em 2019 corresponde ao Grupo Race que distribuiu durante o ano antes da venda do Grupo.

Em 2020 foram desreconhecidos os valor que tínhamos por receber da venda do Grupo Race relativos ao preço variável sendo que não se estima que os valores se venham a receber.

42. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 são detalhados como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Imposto corrente	995 378	(1 342 114)
Imposto diferido	(65 958)	1 905 590
Actividades Continuadas	929 419	563 476
Operações Descontinuadas	-	-
Total acumulado	929 419	563 476

A reconciliação do resultado antes de imposto do exercício com o imposto sobre o rendimento do exercício, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Valor incidência	Valor imposto	Valor incidência	Valor imposto
Resultados antes de impostos (1)	(35 892 129)		(11 595 911)	
taxa de imposto	21%		21%	
Imposto apurado		(7 537 347)		(2 435 141)
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável:				
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(413 037)	(86 738)	(1 697 583)	(356 492)
Resultados relativos a empresas associadas	6 155 120	1 292 575	10 216 802	2 145 528
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	1 899 756	398 949	(53 340)	(11 201)
Outras diferenças permanentes	2 394 359	502 815	2 405 529	505 161
Adopção da IFRS 16	1 278 273	268 437	(2 098 236)	(440 630)
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	-	-	-	-
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	34 601 337	7 266 281	2 774 086	582 558
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes das que vigoram em Portugal	-	740 905	-	268 650
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	-	(65 958)	-	1 905 590
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos relativo a anos anteriores	-	-	-	-
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos no ano	-	-	-	-
Derrama	-	237 663	-	384 360
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	-	(2 419 826)	-	(2 233 450)
Tributação autónoma e benefícios fiscais	-	249 443	-	248 543
Outros	-	82 220	-	-
Imposto sobre o rendimento (2)	10 023 679	929 419	(48 652)	563 476

43. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO COM O RESULTADO INDIVIDUAL

A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Resultados líquidos individuais agregados - operações continuadas	(53 823 562)	41 943 960
Resultados líquidos individuais agregados - operações descontinuadas	-	(138 245)
Homogeneização de critérios	(2 375 783)	(2 112 312)
Eliminação de dividendos intra-grupo	(14 437 878)	(53 895 251)
Equivalência patrimonial	130 154	303 238
Eliminação de mais e menos valias intra-grupo	-	-
Eliminação de imparidade intra-grupo	-	62 099
Correcção das mais e menos valias na alienação de participações financeiras	7 690 737	1 605 774
Imparidade de Investimentos financeiros	25 875 970	-
Outros		(67 655)
Resultado consolidado do período - operações continuadas	(36 821 548)	(12 159 389)
Resultado consolidado do período - operações descontinuadas	(118 814)	(139 003)
Resultado consolidado do período	(36 940 362)	(12 298 392)

44. PARTES RELACIONADAS

Os fluxos e os saldos com empresas relacionadas são apresentados de seguida:

	31 de Dezembro de 2020		31 Dezembro 2019	
Saldos	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Empresa Mãe				
Empresas associadas	16 920	-	8 871	1 980
Andar-Sociedade Imobiliária,SA	-	-	-	-
Feneralt - Produção de Energia, ACE	16 920	-	8 837	-
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	-	-	34	1 980
Entidades parceiras, accionistas e participadas	3 792 306	4 117 649	1 488 884	3 398 831
Águas Furtadas - Soc. Agrícola, SA	273	(1 002)	279	(1 002)
Alpêssego - Sociedade Agrícola, SA	373	1 530	266	-
Arat Inmuebles, S.A.	7 585	-	-	-
NOS Technology-C.C. e Gest.Redes Com.,SA	(06)	-	-	-
Bright Brands SportsGoods, S.A.	-	-	(28 688)	-
Casa Agrícola de Ambrães, S.A.	182	-	186	-
Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.	-	-	416	-
Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.	58 455	134 170	54 384	109 832
Continente Hipermercados, S.A.	136 608	1 013	144 366	12 965
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	62 237	9 702	164 531	100 577
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	13 705	-	15 136	8 168
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	187	328	3 311	10 487
Sonaerp - Retail Properties, SA	-	-	-	17 758
Go Well, S.A.	1 230	-	1 845	-
Sonae Arauco Deutschland AG	-	-	231	-
Iberosegur - Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda	300	-	-	-
Imoclub-Serviços Imobiliários, SA	-	1 910	-	-
Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	-	7 374	-	-
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	71 479	69 972	24 244	131 398
Inovretail, S.A.	-	-	-	107 716
Inscó Insular de Hipermercados, S.A.	-	-	2 237	-
S21SEC Portug-Cyber Security Services,S.A.	8 786	-	14 335	-
MDS Africa SGPS, S.A.	-	-	89	4
RCG - Risk Consulting Group, S.A.	23	927	-	922
MDS Corretor de Seguros, SA	65 020	157 097	62 695	95 954
MDS RE-Mediador de Resseguros, S.G.P.S., S.A.	(838)	-	(838)	4
Modalfa-Comércio e Serviços,SA	46	-	46	-
Modelo Continente Hipermercados,SA	198 744	308 039	494 032	1 197 088
Modelo Hipermercados Trading, S.A.	150	-	150	-
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	22 649	-	15 846	108 739
NOS Sistemas S.A.	-	65 441	-	70 561
NOS Comunicações, S.A.	-	253 151	(1 545)	258 763
Parklake Shopping, S.A.	100 601	-	-	-
PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.	-	4	-	15 593
Prosa - Produtos e Serviços Agrícolas,S.A.	24 241	16 792	-	2 716
Público-Comunicação Social,SA	4 491	5 613	237	-
Grupo Salsa	(887)	-	(966)	-
SEKIWI, SGPS., S.A.	(25)	-	-	-
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	897	133 652	36	116 589
SFS - Financial Services, IME, S.A.	350	350	404	350
Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A.	5 063	17 325	29 729	12 653
SIRS-Soc.Ind.Radiodifusão Sonora,SA	4 920	8 095	4 889	9 282
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	-	-	-	2
Sohi Meat Solut-Distr. Carnes	-	559	-	4 832
Sonae Arauco Portugal, S.A.	2 911 213	2 320 946	331 486	358 930

SONAE CAPITAL

Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	20 845	252 849	47 828	417 934
Sonae Industria de Revestimentos,SA	68 131	117 951	92 624	137 700
Sonae Indústria-SGPS,SA	94	2	765	14
Sonae SGPS, SA	4 427	33 835	2 887	50 044
Sonae.com,SGPS,SA	-	-	-	216
Sonae Holdings, SA	-	176 106	-	13 219
SONAESR - Serviços e logística, S.A.	92	3 262	-	3 262
SFS - Gestão de Fundos, SGFI, S.A.	-	18 019	-	17 113
Sonae Arauco South Africa (Pty) Ltd.	-	-	17	-
Sonae Arauco France SAS	-	-	395	10
Sport Zone-Comércio Art.Desporto,SA	638	4	422	-
Tableros Tradema,S.L.	-	-	130	-
Sonae Arauco, S.A.	-	-	812	8
Textil do Marco,SA	-	-	9 067	-
Worten-Equipamento para o Lar,SA	-	2 633	-	8 430
Sonae Corporate, S.A.	27	-	568	-
	3 809 226	4 117 649 #	1 497 755	3 400 811

31 de Dezembro de 2020

31 de Dezembro de 2019

Transacções	Vendas e prestação de serviços	Compras e serviços recebidos	Vendas e prestação de serviços	Compras e serviços recebidos
Empresa Mãe				
Empresas associadas	18 461	(19 788)	20 166	16 261
Feneralt - Produção de Energia, ACE	18 461	(24 729)	11 810	(18 279)
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	-	4 941	8 356	34 540
Entidades parceiras, accionistas e participadas	6 112 716	7 710 505	27 196 461	5 288 199
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	-	-	816	-
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	-	-	-	(819)
Arat Inmuebles, S.A.	-	31 335	-	-
Arrábidashopping- Centro Comercial, S.A.	-	-	1 712	(445)
BB Food Service, SA	-	-	110 833	(24 509)
BOM MOMENTO - Comércio Retalista, SA	-	-	44 321	(8 632)
Bloco Q-Soc.Imobil.S.A.	-	-	-	(131)
Prod. Agric.Biológica, S.A.	-	-	175 050	(1 691)
CascaShopping- Centro Comercial, S.A.	-	(3 520)	3 204	16 851
Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.	-	-	-	2 136
Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.	562 657	685 213	804 881	870 950
Continente Hipermercados, S.A.	-	6 338	6 892 358	(384 414)
Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA	-	-	-	2 985
Companhia Térmica Tagol, Lda.	-	(1 165 930)	-	(155 520)
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	-	459 627	-	313 540
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	6 024	(1 641)	2 601	(1 210)
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	67 897	-	70 394	-
Capwatt Lousado - Heat Power, Unipessoal, Lda.	-	(851 760)	-	(146 170)
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	-	10 176	-	10 141
Fashion Division, S.A.	-	-	5 254	(2 107)
Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.	-	-	-	(133)
Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.	-	-	-	68
Sonae Arauco Deutschland AG	-	-	778	-
Go Well, S.A.	-	(4 500)	-	(9 000)
Guimarãeshopping- Centro Comercial, S.A.	-	-	8 627	-
Iberosegur - Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda	2 415	-	1 902	-
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	80 455	383 822	137 345	489 817
Imosistema-Sociedade Imobiliária,SA	-	-	-	(1 572)
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	-	-	108 199	-
Inovretail, S.A.	-	-	475	990
Inso Insular de Hipermercados, S.A.	-	-	246 612	(103 570)
CAPWATT SERVICES, S.A.	-	-	-	(2 088)
Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.	-	-	-	20 055
S21SEC Portug-Cyber Security Services,S.A.	-	5 549	-	2 312
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	-	-	(1 750)	(629)
Loureshopping-Centro Comercial, S.A.	-	-	-	(27)
Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	-	-	-	(63)
NOS Sistemas S.A.	-	(5 120)	-	(24 453)
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	-	-	16 675	-
Modelo Continente Hipermercados,SA	88 911	927 998	11 785 425	(2 272 311)
Modelo Continente Hipermercados, Suc.	(141)	-	101	-
MDS Corretor de Seguros, SA	437 543	(9 469)	442 713	(14 722)
MDS RE-Mediador de Resseguros, S.G.P.S., S.A.	82	-	164	-
MDS África SGPS, S.A.	374	-	733	-
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	2 488	-	2 537	-
RCG - Risk Consulting Group, S.A.	12 049	631	11 341	3 576
MDS, SGPS, SA	-	-	365	-
Modalfa-Comércio e Serviços,SA	1 274	-	2 861	(588)
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA	-	-	-	112
Modelo Hiper Imobiliária,SA	-	-	35 551	-
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	-	-	665	-
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	-	242 148	-	196 534
NOS Comunicações, S.A.	-	2 254 346	138 975	2 534 542
Parklake Shopping, S.A.	-	-	5 262	(14 065)
PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.	-	5 373	175	7 009
Prosa - Produtos e Serviços Agrícolas,S.A.	34 323	6 680	28 240	(3 858)
Público-Comunicação Social,SA	3 754	10 623	431	4 198
Saphety Level - Trusted Services S.A.	-	-	-	124 399
Grupo Salsa	1 844	-	2 376	-
SONAESR - Serviços e logística, S.A.	-	-	18 687	(6 396)
SFS - Financal Services, IME, S.A.	-	-	110	-
Sonae Indústria-SGPS,SA	86	-	2 437	-
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	-	-	1 509	-
Sonae Arauco Portugal, S.A.	4 372 031	3 255 836	3 738 974	2 186 909
Sonae Indústria de Revestimentos,SA	401 622	345 402	486 064	422 432
SIRS-Soc.Ind.Radiodifusão Sonora,SA	3 950	21 431	999	18 093
Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A.	266	105 938	3 151	116 184
Sohi Meat Solut-Distr. Carnes	-	18 324	63 079	57 282
Porto Palácio Hotel - Exploração Hoteleira, S.A.	-	-	-	(632)
Solinca - Health & Fitness, S.A.	-	(98)	-	(747)
Sonae Holdings, SA	-	139 548	-	-
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	(12 079)	443 668	115 269	500 221
SFS - Gestão de Fundos, SGFI, S.A.	-	223 210	-	225 021
Modelo Continente, SGPS, S.A.	-	-	-	(815)
Sonaerp - Retail Properties, SA	-	49 129	1 486 209	127 814
Sonae SGPS, SA	27 546	45 271	13 817	47 984
Sonae Arauco France SAS	-	-	1 640	-
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	262	19 508	-	31 158
Sport Zone-Comércio Art.Desporto,SA	643	37 938	38 649	44 978
Sonae Arauco, S.A.	171	-	602	-
Textil do Marco,SA	-	-	109 981	-
Tableros Tradema,S.L.	-	-	8 085	-
Troia Market S.A.	-	-	-	6
Aqualuz Tróia - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.	-	-	-	(6 015)
Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA	-	1 951	-	4 878
We Do Technologies Mexico,S	-	-	15 314	18 129
Worten-Equipamento para o Lar,SA	(111)	(689)	-	(10 465)
Sonae Corporate, S.A.	16 380	16 219	3 536	84 752
ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA	-	-	147	(60)
	6 131 177	7 690 717	27 216 627	5 304 460

As remunerações atribuídas em 2020 aos membros em funções do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA totalizaram 1.252.750 euros (1.166.735 euros em 31 de Dezembro de 2019), repartidas entre 843.044 euros de remuneração fixa (824.362 euros em 2019) e 409.706 euros relativos a remunerações variáveis (342.373 euros em 2019).

45. RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Resultados		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	(37 911 670)	(13 581 690)
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(37 911 670)	(13 581 690)
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	246 674 271	246 222 292
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	246 674 271	246 222 292
Resultado por acção (básico e diluído) - Actividades continuadas	(0,1153)	(0,0546)
Resultado por acção (básico e diluído) - Actividades descontinuadas	(0,0005)	(0,0006)
Resultado por acção (básico e diluído)	(0,1537)	(0,0552)

Não existem instrumentos convertíveis sobre acções da Sonae Capital, SGPS, SA. pelo que não existe diluição dos resultados.

46. RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 podem ser analisados como segue:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
Aquisição de participação na Capwatt Power España	-	3 000	-	-
Aquisição da participação da Cyclicus	-	61 791 107	-	-
Aquisição de participação nas empresas Ubanfit	-	-	-	3 850 000
Aquisição de participação no Grupo Futura	-	-	-	4 636 521
Ajuste preço no Grupo Futuras	-	27 095	-	-
Aquisição de participação na empresa Siaf Energia, S.A.	-	100 000	-	-
Ajustamento de preço da UPK - Gestão Facilities Manutenção, S.A.	-	-	165 000	-
Alienação Prédios Privados (2018)	7 500 000	-	10 000 000	-
Alienação Grupo RACE	-	-	7 000 000	-
Ajustamento de preço da Race	1 359 756	-	-	-
Alienação Fundo F-HITEC	-	-	15 511	-
Acerto de preço da alienação da Box Lines Navegação	-	-	600 000	-
Outros	-	-	60 655	97 291
Total Acumulado	8 859 756	61 921 202	17 841 166	8 583 812

47. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foram identificados os seguintes segmentos:

- Troia Resort Operações
- Hotelaria
- Fitness
- Energia
- Refrigeração & AVAC
- Engenharia Industrial
- Holding & Outros

Os contributos para a Demonstração de Resultados consolidada, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 podem ser analisados como segue:

Demonstração de Resultados	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Volume de Negócios	8 602 266	10 636 208	25 021 798	220 595 385	6 977 724	13 243 958	4 371 953	(10 663 961)	278 785 330
Outros Rendimentos e ganhos	922 101	680 311	2 850 508	559 836	882 642	3 721 869	49 073	(1 297 740)	8 368 600
Total de rendimentos operacionais	9 524 367	11 316 519	27 872 305	221 155 221	7 860 366	16 965 827	4 421 026	(11 961 701)	287 153 930
Cash-flow operacional (EBITDA)	1 421 683	(2 617 477)	4 032 834	20 053 848	(4 006 088)	3 925 465	(3 902 464)	(5 198 234)	13 709 567

SONAE CAPITAL

31 Dezembro 2019										
Demonstração de Resultados	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Volume de Negócios	10 568 921	27 896 726	41 245 787	144 022 857	33 754 765	9 781 811	24 423 556	5 787 644	(12 884 546)	284 597 521
Outros Rendimentos e ganhos	645 857	325 748	872 456	441 629	(3 441)	1 127 399	8 329 366	9 355	(506 510)	11 241 859
Total de rendimentos operacionais	11 214 778	28 222 474	42 118 243	144 464 486	33 751 324	10 909 210	32 752 922	5 796 999	(13 391 056)	295 839 380
Cash-flow operacional (EBITDA)	1 964 027	6 576 304	12 693 026	15 780 525	1 933 560	(5 043 217)	10 340 739	(1 907 586)	(5 187 473)	37 149 905

Os contributos para o Balanço consolidado, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 podem ser analisados como segue:

Balanço	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Activos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Goodwill	52 455 219	50 184 918	95 039 942	166 940 426	16 026 940	102 845 554	(3 062 213)	(54 179 635)	426 251 151
Investimentos	162 332 799	10 751 189	103 662	266 336	55 495	11 293 186	213 349 177	(396 076 787)	2 075 057
Outros Activos	63 112 377	3 800 372	5 014 914	107 093 786	7 156 651	43 823 471	453 292 999	(474 756 031)	208 538 540
Total do Activo	277 900 395	64 736 479	100 158 518	274 300 548	23 239 087	157 962 211	663 579 964	(925 012 454)	636 864 748
Total Passivo	182 362 677	66 422 310	93 568 992	246 133 502	37 211 232	134 734 695	172 088 150	(478 480 922)	454 040 637
Investimento Técnico	1 726 674	5 426 725	2 393 590	14 452 530	919 228	2 256 358	28 742	7 345 373	34 549 221
Dívida Bruta	7 507 047	36 626 681	57 229 397	55 061 527	1 439 963	21 057	160 730 556	(20 403 019)	298 213 209
Dívida Líquida	6 751 135	36 539 422	56 513 547	36 142 304	1 358 698	(1 622 568)	139 465 158	(20 403 019)	254 799 602

31 Dezembro 2019										
Balanço	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Activos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Goodwill	58 241 210	42 082 180	97 016 681	100 872 650	-	16 846 311	126 389 345	(825 642)	(70 629 894)	369 992 842
Investimentos	157 934 939	10 742 460	78 920	265 234	-	60 305	11 194 759	251 617 462	(429 772 229)	2 121 850
Outros Activos	68 217 032	5 415 018	3 236 793	70 893 966	54 941	8 057 780	57 915 897	436 370 769	(463 348 180)	186 814 016
Total do Activo	284 393 181	58 239 658	100 332 394	172 031 850	54 941	24 964 396	195 500 001	687 162 589	(963 750 303)	558 928 708
Total Passivo	188 275 483	51 249 819	83 594 319	151 000 311	471 909	33 514 537	169 460 572	148 954 371	(485 570 886)	340 950 435
Investimento Técnico	3 303 298	1 605 016	2 731 095	28 675 288	-	939 449	1 898 864	397 930	(320 627)	39 230 313
Dívida Bruta	7 966 002	29 955 604	55 744 730	11 591 379	-	1 635 758	35 970	135 648 109	(26 625 823)	215 951 729
Dívida Líquida	7 757 521	29 689 032	55 381 285	10 540 325	-	1 410 854	(4 995 729)	135 206 909	(26 625 823)	208 364 374

Os contributos para os Fluxos de caixa consolidados, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2020								
Fluxos de Caixa	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Consolidado
Actividades Operacionais	(1 628 964)	2 203 062	(2 899 025)	12 813 634	(395 552)	6 348 599	1 209 691	17 651 445
Actividades de Investimento	(685)	(4 100 933)	1 563 821	(72 459 971)	(33 576)	42 232 114	(1 065 482)	(33 864 712)
Actividades de Financiamento	(1 078)	(657 633)	(435 332)	42 579 520	493 969	21 098 467	(567 424)	62 510 489
Varição de caixa e equivalentes	(321 062)	(51 720)	(90 352)	22 265 954	(18 044)	23 734 263	778 183	46 297 222

31 Dezembro 2019									
Fluxos de Caixa	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração & AVAC	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Consolidado
Actividades Operacionais	4 524 463	6 782 693	4 469 935	17 626 726	2 714 849	(3 648 273)	6 167 477	(9 228 454)	29 409 416
Actividades de Investimento	8 518 842	(1 479 574)	(5 626 456)	(43 428 539)	49 144	(518 664)	14 891 238	7 343 989	(20 250 020)
Actividades de Financiamento	99 813	-	1 639 155	(934 689)	(2 903 555)	-	-	(3 773)	(2 103 049)
Varição de caixa e equivalentes	199 231	260 560	363 445	695 200	121 338	224 905	5 040 948	447 212	7 352 839

48. ACTIVOS DETIDOS PARA VENDA E PASSIVOS ASSOCIADOS A ACTIVOS DETIDOS PARA VENDA

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Activos fixos tangíveis		158
Activos intangíveis		
Outros activos não correntes		
Inventários		4 061
Clientes-correntes	28 112	37 200
Outras dívidas de terceiros -corrente	13	
Estado e outros entes públicos cp	11 513	9 483
Outros activos correntes		1 149
Caixa e equivalentes de caixa	54 925	2 890
Activos detidos para venda	94 563	54 941
Financiamentos obtidos		158 296
Fornecedores cp		743
Estado e outros entes públicos cp	465	616
Outras dívidas a terceiros		
Provisões		
Outros passivos correntes	91 159	312 254
Passivos associados a activos detidos para venda	91 624	471 909

As unidades descontinuadas correspondem à Spinarq Moçambique.

49. JUSTO VALOR

O justo valor apenas foi considerado para efeitos de avaliação dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e inventários da empresa, que apesar de registadas ao custo, foram sujeitos a avaliações de forma a testar a sua imparidade. As avaliações do património imobiliário do Grupo foram efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield– Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda.. de acordo com os «RICS Valuation January 2014 – Professional Standards» publicado por «The Royal Institution of Chartered Surveyors».

Relativamente à hierarquia de justo valor utilizada:

Nível 1 - nada a referir;

Nível 2 - avaliações imobiliárias de ativos fixos tangíveis e de inventários (nota 14) , considerados nas tabelas respetivas na coluna (VM). De facto estes imóveis foram avaliados pelo seu valor de mercado, que é definido como o montante estimado para a transação de um ativo ou passivo à data de avaliação entre um comprador e um vendedor dispostos e sem qualquer relacionamento, após um período adequado de comercialização, e em que as partes tenham agido de forma consciente, prudente e sem coerção. Para efeitos das avaliações por valor de mercado foram utilizados, essencialmente, comparativos de mercado.

Nível 3 - avaliações imobiliárias de ativos fixos tangíveis e de inventários (nota 14) , considerados nas tabelas respetivas na coluna (OM). É definida como opinião de valor quando os parâmetros normais de avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado.

50. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-lei N.º 185/09 art.º 11

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019. foram pagas ao auditor externo da sociedade, as seguintes remunerações:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
Auditoria e Revisão Legal de Contas ¹	249 553	91,34%	190 386	82,71%
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade ²	17 344	6,48%	27 544	11,97%
Consultoria Fiscal ²	-	0,00%	-	0,00%
Outros Serviços ²	6 318	2,31%	12 256	5,32%
Total	273 215	100%	230 186	100%

1 - Honorários atribuídos para o ano

2 - Montantes faturados

O montante de Outros Serviços de é relativo a Prestação de serviços de trabalho de garantia razoável de fiabilidade sobre o documento de prestação de contas relativo aos Direitos reais de habitação e aos Serviços de Utilização Turística, a ser preparado pela Entidade Administradora do Empreendimento para efeitos de apresentação aos titulares dos Direitos Reais de Habitação Periódica e aos condóminos.

O montante de «Outros serviços» é relativo a Formação prestada aos colaboradores da Sonae Capital em regime aberto de inscrição para todo o mercado, formação em *Global Reporting Initiative* e apoio na elaboração do relatório de sustentabilidade.

51. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Não ocorreram eventos significativos após 31 de Dezembro de 2020 até esta data que necessitem ser divulgados.

52. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2021. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis		69 561	97 580
Investimentos em subsidiárias	4	232 069 508	236 108 359
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	4	1 125 301	1 125 301
Outros activos financeiros	4	24 394	24 394
Activos por impostos diferidos	7	14 371 852	14 371 852
Outras dívidas de terceiros não correntes	5	361 447 548	398 798 247
Total de activos não correntes		609 108 164	650 525 733
ACTIVOS CORRENTES:			
Clientes		102 034	141 688
Outras dívidas de terceiros	6	36 703 992	14 068 628
Imposto sobre o rendimento a receber	6	387 661	1 487 561
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	6	98 224	98 224
Outros activos correntes	6	3 936 931	3 913 225
Caixa e equivalentes de caixa	8	21 122 801	386 696
Total de activos correntes		62 351 643	20 096 022
TOTAL DO ACTIVO		671 459 806	670 621 755
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	9	250 000 000	250 000 000
Acções próprias	9	(1 021 930)	(1 105 573)
Reservas	10	282 719 317	280 340 993
Resultado líquido do período		(23 145 394)	2 278 295
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		508 551 994	531 513 716
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	11	12 239 799	23 483 637
Empréstimos obrigacionistas	11	55 142 600	55 092 987
Credores por locações financeira	11	14 760	42 648
Outras dívidas a terceiros não correntes	13	229 197	158 790
Total de passivos não correntes		67 626 355	78 778 062
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	11	76 000 000	54 700 000
Empréstimos obrigacionistas	11	17 000 000	2 000 000
Credores por locações financeiras	11	29 003	28 911
Fornecedores	13	221 527	166 515
Outras dívidas a terceiros	12	1 190 460	2 196 727
Imposto sobre o rendimento a pagar	13		
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	13	85 516	69 475
Outros passivos correntes	13	754 951	1 168 350
Total de passivos correntes		95 281 457	60 329 978
TOTAL DO PASSIVO		162 907 813	139 108 039
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		671 459 806	670 621 755

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Vendas		-	-
Prestações de serviços		-	-
Outros rendimentos e ganhos	18	54 219	51 825
Custo das vendas			
Variação da produção			
Fornecimentos e serviços externos	14	(1 962 155)	(1 361 096)
Gastos com o pessoal	15	(1 552 513)	(1 363 086)
Amortizações e depreciações		(29 720)	(28 658)
Provisões e perdas por imparidade (Aumentos)/ Diminuições		-	-
Outros gastos e perdas	18	(39 326)	(49 777)
Resultados Operacionais		(3 529 496)	(2 750 792)
Rendimentos e ganhos financeiros	16	7 653 105	9 269 993
Gastos e perdas financeiras	16	(2 537 462)	(2 722 675)
Resultados Financeiros		5 115 643	6 547 317
Resultados relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas		-	-
Resultados relativos a investimentos	17	(26 073 979)	(4 471 460)
Resultado antes de impostos		(24 487 832)	(674 935)
Imposto sobre o rendimento	19	1 342 439	2 953 230
Resultado do exercício		(23 145 394)	2 278 295
Resultados por acção			
Básico	20	(0,0938)	0,0093
Diluído	20	(0,0938)	0,0093

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	4º Trimestre 2020 (Não auditado) *	4º Trimestre 2019 (Não auditado) *
Outros rendimentos e ganhos	14 976	12 943
Fornecimentos e serviços externos	(343 179)	(369 269)
Gastos com o pessoal	(410 549)	(349 352)
Amortizações e depreciações	(7 297)	(7 165)
Outros gastos e perdas	(9 251)	(27 328)
Resultados operacionais	(755 300)	(740 171)
Rendimentos e ganhos financeiros	1 938 513	1 943 235
Gastos e perdas financeiras	(621 819)	(565 014)
Resultados Financeiros	1 316 695	1 378 221
Resultados relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas	-	-
Resultados relativos a investimentos	(31 291 294)	(29 961 395)
Resultado antes de impostos	(30 729 900)	(29 323 345)
Imposto sobre o rendimento	(390 710)	1 062 239
Resultado do exercício	(31 120 610)	(28 261 105)

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Resultado líquido do período	(23 145 394)	2 278 295
Total rendimento integral do período	(23 145 394)	2 278 295

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	4º Trimestre 2020 (Não auditado) *	4º Trimestre 2019 (Não auditado) *
Resultado líquido do período	(31 120 610)	(28 261 105)
Total rendimento integral do período	(31 120 610)	(28 261 105)

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Montantes expressos em Euros)

Atribuível aos Accionistas da Sonae Capital

	Capital Social (Nota 9)	Acções próprias (Nota 9)	Reservas Legais (Nota 10)	Outras Reservas (Nota 10)	Resultados Transitados	Subtotal	Resultado líquido	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	250 000 000	(1 192 808)	10 789 547	282 191 290	-	292 980 837	5 294 899	547 082 929
Total rendimento integral do período	-	-	-	-	-	-	2 278 295	2 278 295
Aplicação do resultado líquido de 2018:								
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	264 745	-	5 030 154	5 294 899	(5 294 899)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(13 198 205)	(5 030 154)	(18 228 359)	-	(18 228 359)
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-	87 236	-	-	-	-	-	87 236
Outras variações	-	-	-	292 270	-	292 270	-	292 270
Adopção IFRS 16	-	-	-	1 347	-	1 347	-	1 347
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	250 000 000	(1 105 573)	11 054 292	269 286 702	-	280 340 993	2 278 295	531 513 716
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	250 000 000	(1 105 573)	11 054 292	269 286 702	-	280 340 993	2 278 295	531 513 716
Total rendimento integral do período	-	-	-	-	-	-	(23 145 394)	(23 145 394)
Aplicação do resultado líquido de 2019:								
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	113 915	2 164 380	-	2 278 295	(2 278 295)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-	83 642	-	-	-	-	-	83 642
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	100 029	-	100 029	-	100 029
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	250 000 000	(1 021 930)	11 168 207	271 551 111	-	282 719 317	(23 145 394)	508 551 994

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019	4º Trimestre 2020 (Não auditado) *	4º Trimestre 2019 (Não auditado) *
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		-	-	-	-
Pagamentos a fornecedores		(1 770 316)	(1 481 984)	(134 805)	(287 410)
Pagamentos ao pessoal		(1 723 073)	(1 026 382)	(727 989)	(313 838)
Fluxos gerados pelas operações		(3 493 388)	(2 508 366)	(862 793)	(601 248)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		2 493 420	7 936 168	1 701 298	92 298
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	8	1 379 499	(1 274 658)	223 811	(1 579 690)
Fluxos das actividades operacionais (1)		379 531	4 153 144	1 062 316	(2 088 640)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>					
Investimentos financeiros	23	1 359 756	7 622 838	98 192	7 000 000
Juros e proveitos similares		7 640 763	10 338 341	259 863	398 484
Empréstimos concedidos	6	-	26 322 573	(81 913 500)	26 322 573
Dividendos	17	3 354 495	37 076 131	-	12 147 100
Outros		1 862 820	1 869 451	-	1 080 436
		14 217 834	83 229 334	(81 555 445)	46 948 593
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>					
Investimentos financeiros	23	(8 960 000)	(55 961 839)	(6 500 000)	(16 500 000)
Empréstimos concedidos	23	(7 549 900)	(18 538 061)	85 761 662	(11 528 258)
		(16 509 900)	(74 499 900)	79 261 662	(28 028 258)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(2 292 066)	8 729 434	(2 293 783)	18 920 335
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>					
Empréstimos obtidos	11	58 250 000	82 050 000	-	16 200 000
Venda de acções próprias		183 672	87 236	98 976	-
		58 433 672	82 137 236	98 976	16 200 000
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>					
Empréstimos obtidos	11	(33 212 939)	(74 255 500)	(3 002 939)	(32 517 650)
Juros e custos similares		(2 572 091)	(3 041 828)	(580 704)	(483 126)
Dividendos		-	(18 223 858)	-	-
		(35 785 031)	(95 521 186)	(3 583 644)	(33 000 776)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		22 648 641	(13 383 950)	(3 484 668)	(16 800 777)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		20 736 105	(501 372)	(4 716 136)	30 919
Caixa e seus equivalentes no início do período	8	386 696	888 068	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8	21 122 801	386 696	(4 716 136)	30 919

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Capital, SGPS, SA («Empresa» ou «Sonae Capital») tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, e, foi constituída por escritura pública em 14 de Dezembro de 2007, na sequência do destaque da Sonae, SGPS, SA, na modalidade de cisão simples conforme previsto na alínea a) do artº 118º do Código das Sociedades Comerciais, da participação correspondente à totalidade do capital social da sociedade anteriormente designada Sonae Capital, SGPS, SA, actual SC, SGPS, SA.

De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como aprovadas na União Europeia.

Os valores mobiliários da Sonae Capital eram transacionados na Lisbon Euronext Stock Exchange até à data de 20 de Novembro de 2020, nesta data foi deliberada pela CMVM deferir, com efeitos a esta data, o pedido de perda da qualidade de sociedade aberta da Sonae Capital, SGPS, S.A., requerido pela Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Neste momento a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. é a única acionista.

A moeda funcional e de apresentação é o Euro.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras separadas são as seguintes:

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») emitidas pelo «International Accounting Standards Board» («IASB») e Interpretações emitidas pelo «International Financial Reporting Interpretations Committee» («IFRIC») ou pelo anterior «Standing Interpretations Committee» («SIC»), em vigor em 1 de Janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias, ajustadas no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeira, a Empresa seguiu a convenção do custo histórico modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de activos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado activo para idênticos activos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras individuais anexas:

a) Em vigor durante o exercício de 2020 e sem impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2020:

Descrição	Alteração	Data de entrada em vigor
		[exercícios iniciados em ou após]
• IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio	1 de janeiro de 2020
• IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 1	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura, para que a reforma das taxas de juro referência não afete a contabilidade de cobertura	1 de janeiro de 2020
• IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de “material”, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo	1 de janeiro de 2020
• Estrutura concetual – Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos	1 de janeiro de 2020

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pela Empresa em 2020, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras anexas.

Em vigor em exercícios posteriores a 1 de Janeiro de 2020, já endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data de entrada em vigor
		[exercícios iniciados em ou após]
• IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o Covid-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a Covid-19, como modificações	1 de junho de 2020
• IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não se estima impactos nas demonstrações financeiras relativos às alterações apresentadas para 1 de janeiro de 2021.

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, ainda não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data de entrada em vigor
		[exercícios iniciados em ou após]
<ul style="list-style-type: none"> IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos 	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento 	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato 	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> Ciclo de Melhorias 2018 – 2020 	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual 	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Contratos de seguro 	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações) 	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	1 de janeiro de 2023

2.2. LOCAÇÕES

A empresa avalia à data de início de cada contrato se o mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, a empresa avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um activo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um activo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação, excepto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor.

O «direito de uso» é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado a com

base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela atualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Reconhecimento

A empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, adota-se a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao prazo de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

Sempre que a Entidade incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no ativo sob direito de uso relacionado.

O direito de uso de um ativo é sujeito a testes de imparidade quando existam indícios de imparidade, sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa participada. Na maioria das situações, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro a aplicar no cálculo acima referido.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificam: (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago a título de garantia de valor residual, ou (iii) caso a Empresa altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão ou o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, sendo o passivo da locação remensurado com base nas novas rendas e a taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo da locação, nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período no qual o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

Quando o passivo de locação é remensurado, o valor do direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho ou uma perda na demonstração consolidada dos resultados.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Activos financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade): a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- (iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

SONAE CAPITAL

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em «Juros obtidos de ativos ao custo amortizado», nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível («on demand»); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for «baixo» ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de activos financeiros

A Empresa desreconhece os activos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do activo.

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na

Nota 2.5. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu, no decurso normal da sua actividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de «Fornecedores» serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica «Fornecedores» são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Instrumentos derivados

A Sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de funding, de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura do balanço, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada a partir da data em que os critérios de qualificação deixam de estar preenchidos, ou seja, quando o relacionamento de cobertura deixou de cumprir o objetivo de gestão do risco; o instrumento se vence ou é vendido; ou já não existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura derem origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1, que a empresa não classifique como instrumentos de cobertura, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contractos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente

relacionados com os contractos e nas situações em que os contractos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a Sociedade pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

2.4. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os investimentos em subsidiárias e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas, ao valor nominal.

Na venda de participações financeiras é respeitado o critério de relevação por lotes. O desreconhecimento apenas ocorre quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou a empresa não mantém o controlo dos activos. As perdas por imparidade anuais são registadas na demonstração de resultados.

2.5. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de «Outros activos correntes» e «Outros passivos correntes», são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.7. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Julgamentos

A Empresa concede empréstimo a entidades que qualificam como associadas ou empreendimentos conjuntos da Empresa sob diferentes regimes/modalidades contratuais. A sua classificação enquanto elementos/componentes das participações financeiras, ou enquanto outros ativos financeiros depende das condições de reembolso e de remuneração associadas, e da intenção da Administração quanto a fazer cumprir as cláusulas contratuais acordadas com as participadas. Regra geral, os financiamentos com caráter de permanência e sem remuneração são classificados como uma parcela do investimento nas participadas da Empresa

Estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Análises de imparidade de investimentos em subsidiárias e associadas;
- b) Recuperabilidade de activos por impostos diferidos;
- c) Valorização a justo valor de activos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de actividades empresariais;
- d) Imparidade de activos financeiros;
- e) Pressupostos relativos aos contratos de locação.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, destacando-se abaixo a imparidade de activos financeiros e reconhecimento do rédito de contratos.

Pressupostos relativos aos contratos de locação

Considerada a isenção prevista na IAS 12 na alínea a) do parágrafo 15 face à ausência de certezas sobre o tratamento fiscal e contabilístico a ser dado ao tema em questão. É tido em consideração que quando a posição da Administração Fiscal se

tornar pública e/ou o IASB publicar a alteração à IAS 12, poderão existir alterações ao tratamento contabilístico adotado na primeira aplicação da IFRS 16.

Adicionalmente são ainda efetuados julgamentos relevantes na determinação da taxa de juro incremental bem como no período a considerar para determinação do passivo de locação e direito de uso.

Imparidade de activos financeiros

A determinação da imparidade sobre activos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes activos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de «Empréstimos concedidos a entidades relacionadas», «Clientes» e «Outros devedores» são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Imparidade de investimentos em subsidiárias e associadas

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir, sempre que a participação financeira inclua goodwill e/ou empréstimos/financiamentos implícitos. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

2.8. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente e é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a mesma, e seja possível fazer uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Empresa sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

2.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa está sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no Artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, integrando o grupo de tributação cuja empresa mãe é a Sonae Capital SGPS, S.A.. As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual se positivo, sendo a economia de imposto gerada no RETGS registada na empresa mãe.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método de balanço, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae Capital, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo de tais riscos. A atitude da Sonae Capital em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional da Sonae Capital, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade da Empresa.

3.1. RISCOS DE MERCADO

a) Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Empresa está exposta ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- A volatilidade nos resultados da Empresa não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos cash-flows associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política da Empresa relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da Empresa, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados.

Face ao exposto, a política da Empresa relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- i) os derivados não são utilizados com objectivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos;
- ii) os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente por forma a evitar qualquer ineficiência na cobertura;

- iii) o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente deve ser sempre conhecido e limitado desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios;
- iv) a contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas Instituições Financeiras com rating mínimo de Investment Grade e/ou instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, privilegiando-se sempre que possível as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;
- v) todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras, de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- vi) todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA), com schedules negociados com cada uma das Instituições;
- vii) na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de cash-flows futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc) prevalectentes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- viii) todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

b) Risco de Taxa de Juro - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- i) alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- ii) alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juro fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juro fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- iii) no caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- iv) alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de cash-flows para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- v) alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39, afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- vi) alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os cash-flows futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- vii) para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais inferiores ou superiores o resultado líquido antes de impostos da Sociedade em 31 de Dezembro de 2020 seriam 2.112.045 euros inferiores ou superiores respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2019 seriam inferiores ou superiores respectivamente em 2.366.683 euros.

Em baixo são apresentados os saldos expostos a risco de taxa de juro:

	31/12/2020
Suprimentos	380 520 092
Empréstimos obrigacionistas	-72 500 000
Papel comercial	-80 250 000
Operações financeiras	33 780 440
Média depósitos a ordem	11 966 643
	261 550 532

c) Risco de Taxa de Câmbio

A Sonae Capital não tem exposição a risco de taxa de câmbio.

d) Outros Riscos de Preço

A Sociedade está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras. Contudo, esses investimentos são geralmente efectuados com objectivos estratégicos e não de transacção activa desses investimentos.

3.2. RISCOS DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae Capital é uma holding, não tendo qualquer actividade comercial relevante para além das actividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Assim, o risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) do seu relacionamento com Instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (ii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

(i) Instituições Financeiras: O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Sociedade tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

SONAE CAPITAL

Para mitigar este risco, a Sociedade:

- a) Só executa operações com contrapartes que tenham sido seleccionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respectivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações, sendo que se privilegia as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;
- b) Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;
- c) Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não seja completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;
- d) Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

Apresentam-se de seguida os ratings (notação S&P) das Instituições de crédito onde a Sonae Capital tinha depósitos e outras aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2020:

Rating 2020	%	Valor
A	0,00%	1 025,20
B	0,01%	1 201,21
BB	51,94%	10 970 852,52
BBB	48,04%	10 148 290,30
NR	0,01%	1 431,72
	100,00%	21 122 800,95

No cumprimento da política estabelecida, a Sonae Capital só constitui depósitos e outras aplicações financeiras de curto prazo e com instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo com posição credora de montante igual ou superior à aplicação que se pretende concretizar.

(ii) Operações de Compra/Venda de Participações: No desenvolvimento da sua actividade a Sociedade está exposta ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de due diligences, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionado à liquidação financeira da operação.

Face ao anteriormente referido bem como o facto de os saldos a receber serem essencialmente de empresas do grupo, o risco de crédito afigura-se bastante reduzido.

3.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A Sonae Capital tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de

SONAE CAPITAL

longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito.

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a Sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, a Sociedade pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seu seio compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- i) Planeamento financeiro baseado em previsões de cash-flows, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- ii) Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de Treasury e Cash Management), que permita, atempadamente, identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- iii) Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- iv) Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- v) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito committed (de pelo menos seis meses) e Programas de Papel Comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez, otimizando o montante de comissões de commitment suportadas;
- vi) Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

A Sonae Capital mantém uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. Adicionalmente no final do ano a Sonae Capital dispunha de uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalente de Caixa.

A Sonae Capital considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários e espera dessa forma cumprir com os seus compromissos de curto prazo, quer seja através de libertação de fundos gerados pelos negócios, quer seja com recurso às suas aplicações financeiras ou se necessário recorrendo às linhas de crédito existentes ou pela contratação de novos financiamentos.

Apesar do Fundo de manuseio ser negativo, o risco de liquidez é baixo uma vez que os principais saldos a receber e a pagar são com empresas do grupo, pelo que a obrigação de pagamento será adequada à disponibilidade da Sonae Capital ao que acrescem as linhas de crédito disponíveis não utilizadas descritas na nota 11.

4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe dos Investimentos financeiros era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Investimentos em empresas do grupo e associadas	366 990 635	358 030 635
Investimentos em outras empresas:		
Sonae RE - (0,04%)	1 360	1 360
Matadouro Alto Alentejo, S.A. - (0,89%)	-	1
NET Novas Tecnologias, S.A. - (0,98%)	23 034	23 033
Fundo F HITEC - (6,48%)	-	-
	<u>367 015 029</u>	<u>358 055 029</u>
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(133 795 825)</u>	<u>(120 796 975)</u>
	<u>233 219 203</u>	<u>237 258 054</u>

4.1. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe dos Investimentos em subsidiárias e Associadas era o abaixo indicado:

	31 Dezembro 2020		
	% de detenção	Valor de Aquisição	Capital Próprio
CAPWATT, S.A.	100%	25 725 000	26 275 395
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	74%	52 823 047	70 480 652
Troiaresort, SGPS, S.A.	100%	167 132 793	78 233 738
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	25%	1 125 301	8 974 625
SC Assets S.G.P.S., SA	100%	40 563 728	(1 147 046)
SC Hospitality, S.A.	100%	5 857 175	4 789 533
SC Finance B.V.	100%	10 963 698	5 413 981
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	100%	35 853 624	978 294
SC Fitness, S.A.	100%	26 946 268	25 117 906
		<u>366 990 635</u>	
			<u>Resultado Líquido</u>
			(13 799)
			(362 882)
			(892 310)
			714 027
			(7 199 050)
			(391 275)
			(73 444)
			(407 704)
			(949 724)

	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
SC Assets S.G.P.S., SA	40 563 728	40 563 728	-
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	52 823 047	307 918	52 515 129
Troiaresort, SGPS, S.A.	167 132 793	48 317 116	118 815 678
SC Finance BV	10 963 698	8 753 440	2 210 257
CAPWATT, S.A.	25 725 000	-	-
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	1 125 301	-	-
SC Fitness, S.A.	26 946 268	-	-
SC Hospitality, S.A.	5 857 175	-	-
SC, Industrials, SGPS, S.A.	35 853 623	35 853 623	-
	<u>366 990 635</u>	<u>133 795 825</u>	<u>173 541 064</u>

31 Dezembro 2019

	% de detenção	Valor de Aquisição	Capital Próprio	Resultado Líquido
CAPWATT, S.A.	100%	19 225 000	23 143 689	3 354 495
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	74%	52 823 047	73 343 535	4 663 599
Troiareort, SGPS, S.A.	100%	167 132 793	79 126 048	(742 710)
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	25%	1 125 301	8 974 625	714 027
SC Assets S.G.P.S., SA	100%	38 603 728	4 092 004	351 321
SC Hospitality, S.A.	100%	5 857 175	5 180 808	3 852 794
SC Finance B.V.	100%	10 963 698	5 525 674	(95 327)
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	100%	35 353 624	885 999	(314 001)
SC Fitness, S.A.	100%	26 946 268	26 067 630	(465 830)
		358 030 635		

	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
CAPWATT, S.A.	19 225 000	-	19 225 000
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	52 823 047	-	52 823 047
SC Assets S.G.P.S., SA	38 603 728	38 603 728	-
Troiareort, SGPS, S.A.	167 132 793	48 317 116	118 815 677
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	1 125 301	-	1 125 301
SC Finance BV	10 963 698	2 022 507	8 941 191
SC Hospitality, S.A.	5 857 175	-	5 857 175
SC Fitness, S.A.	26 946 268	-	26 946 268
SC, Industrials, SGPS, S.A.	35 353 624	31 853 624	3 500 000
	358 030 635	120 796 975	237 233 660

A variação relativa aos investimentos é devida aos reforços dos capitais nas empresas Capwatt, SA, SC Assets, SGPS, SA e SC Hospitality, SA.

Os investimentos registados ao custo de aquisição correspondem a investimentos não negociados em mercados regulamentados e para os quais o justo valor não é fiavelmente estimável.

Os investimentos financeiros foram sujeitos, em 2020, a testes de imparidade no sentido de aferir o justo valor dos mesmos, cujo cálculo teve em conta as avaliações externas obtidas do património imobiliário das participadas, ou avaliações na óptica de Discounted Cash Flows (DCF).

Estas avaliações utilizam taxas de desconto que correspondem às taxas médias ponderadas do custo de capital (WACC), calculadas em função da tipologia de negócio em que se inserem e das estruturas de capital objectivo, e situam-se no intervalo [4,66%- 10,74%]. Foram consideradas projecções de 5 anos e taxas de crescimento nulas na perpetuidade.

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019, o detalhe das imparidades registadas é o abaixo indicado:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019	Varição
TroiareSORT, SGPS, S.A.	(48 317 116)	(48 317 116)	-
SC Assets, SGPS, S.A.	(40 563 728)	(38 603 728)	(1 960 000)
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	(307 918)		(307 918)
SC Finance BV	(8 753 440)	(2 022 507)	(6 730 933)
SC, Industrials, SGPS, S.A.	(35 853 623)	(31 853 624)	(4 000 000)
	<u>(133 795 825)</u>	<u>(120 796 975)</u>	<u>(12 998 850)</u>

5. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe dos Outros Activos Não Correntes era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
CAPWATT, S.A.	69 386 000	68 725 000
SC Assets, SGPS, S.A.	93 559 826	123 596 826
SC Finance BV	6 881 400	6 458 900
SC Fitness, S.A.	19 041 300	12 041 300
SC Hospitality, S.A.	10 918 072	6 418 072
SC Industrials, SGPS, S.A.	28 511 000	25 301 000
TroiareSORT, SGPS, S.A.	152 222 495	155 677 495
	<u>380 520 092</u>	<u>398 218 592</u>
Perdas por imparidade		
SC Assets, SGPS, S.A.	(13 298 570)	(6 995 093)
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	(6 194 725)	(1 228 759)
SC Finance BV	-	-
	<u>(19 493 295)</u>	<u>(8 223 852)</u>
Custos de emissão ainda não amortizados		
	-	-
	<u>361 026 798</u>	<u>389 994 741</u>
Outros devedores		
	420 750	8 803 506
	<u>420 750</u>	<u>8 803 506</u>
	361 447 548	398 798 247

O saldo registado na rubrica Outros devedores refere-se ao montante a receber pela venda da Race SGPS, SA ocorrida em 2019. Em 2020 este valor foi ajustado em 7 milhões de euros por contrapartida da rubrica "Resultados relativos a investimentos" (nota 17).

É entendimento da empresa que para além das imparidades registadas em 31 de Dezembro de 2020, não existem outras perdas potenciais.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os empréstimos concedidos apresentavam a seguinte maturidade:

2020

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
	9 489 072	3 811 000	50 100 200	122 985 520	194 134 300	380 520 092

2019

2020	2021	2022	2023	2024	Total
199 764 800	9 489 072	3 811 000	50 190 200	134 963 520	398 218 592

Estes empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo superior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2020 era em média cerca de 1,82% (2019:1,82%).

6. OUTROS ACTIVOS CORRENTES E ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe desta rubrica era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Empresas do grupo out. operações	1 812 353	2 951 006
Empréstimos concedidos	34 645 500	9 394 101
Outros Devedores	246 639	1 723 521
	36 703 992	14 068 628
Acréscimos de proveitos	3 761 844	3 749 519
Custos diferidos	175 088	163 707
	3 936 931	3 913 225
Estado e Outros entes públicos - Imposto sobre o rendimento	387 661	1 487 561
Estado e Outros entes públicos - Outros impostos	98 224	98 224
	41 126 808	19 567 639

O saldo registado na Empresas do grupo outras operações, diz respeito aos valores transferidos das subsidiárias relativos a IRC, por força da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de empréstimos concedidos diz respeito a operações financeiras concedidas às seguintes empresas do grupo:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Empréstimos concedidos - Operações financeiras:		
Capwatt, S.A.	21 060 000	2 149 000
SC Assets, SGPS, S.A.	999 000	225 500
SC Fitness, S.A.	4 752 000	3 303 500
SC Hospitality, S.A.	4 226 500	912 000
SC Industrials, SGPS, S.A.	627 000	640 500
SC SGPS, S.A.	1 567 000	663 900
Troiaresort, SGPS, S.A.	1 414 000	1 499 700
	34 645 500	9 394 101

Estes empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2020 era, em média, cerca de 0,99% (2019: 0,99%).

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Outros Devedores inclui o saldo de 161.591€ (2019: 1.568.022€) referente a aquisição de créditos detidos pela Race, SA.

O montante registado na rubrica acréscimos de proveitos inclui 3.715.520€ relativos a juros de empréstimos concedidos a participadas (2019: 3.703.178€) bem como 46.323€ relativos a comissões de fianças prestadas a participadas (2019: 46.341€) (Nota 22).

Na rubrica Custos diferidos incluem 116.804€ relativos a comissões bancárias, que se encontram diferidas pelo período dos financiamentos (2019: 100.682€).

Estado e Outros entes públicos – imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e são passíveis de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações judiciais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2017 a 2020, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios anteriormente referidos seja significativa para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

A Empresa está sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no Artigo 69º e seguintes do Código do IRC, integrando o grupo de tributação cuja empresa mãe é a Sonae Capital SGPS, S.A..

No exercício fiscal de 2020, a Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas («IRC») à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000€ sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000€ e inferior a 7.500.000€; 5% sobre a parte superior a 7.500.000€ e até 35.000.000€; e 7% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000€.

Nos termos do Artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica Estado e Outros entes públicos – imposto sobre o rendimento, apresentava o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Retenções na Fonte	667 095	742 860
Pagamentos por conta	111 271	1 335 797
Estimativa IRC	(390 704)	(591 096)
	387 661	1 487 561
Outros impostos	98 224	98 224
	98 224	98 224

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Prejuízos fiscais reportáveis	14 371 852	14 371 852	-	-

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 foi como se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivo por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Saldo inicial	14 371 852	16 751 852	-	-
Efeito em resultados:				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	(2 380 000)	-	-
Efeito em reservas	-	-	-	-
Saldo final	14 371 852	14 371 852	-	-

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento, das empresas incluídas no RETGS, os prejuízos fiscais reportáveis que deram origem a impostos diferidos são os seguintes:

	31 Dezembro 2020			31 Dezembro 2019		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2014	13 046 930	2 739 855	2026	13 046 930	2 739 855	2026
Gerados em 2015	43 839 192	9 206 230	2027	43 839 192	9 206 230	2027
Gerados em 2016	11 551 269	2 425 766	2028	11 551 269	2 425 766	2028
	68 437 391	14 371 852		68 437 391	14 371 852	

A constituição de activos por impostos diferidos teve por base a análise da pertinência do seu reconhecimento, designadamente no que concerne à possibilidade de os mesmos virem a ser recuperados, atendendo às perspectivas de médio e longo prazo do Grupo.

Os activos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro.

A avaliação dos activos por impostos diferidos baseou-se nos planos de negócio das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Desde o exercício fiscal de 2014, a maioria das filiais do Grupo, sediadas em Portugal, integram o perímetro do Grupo de Sociedades tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a Sonae Capital, SGPS, S.A.. Os ganhos gerados pela aplicação deste regime de tributação ficam afectos à Sonae Capital SGPS.

Da análise efectuada, em 31 de Dezembro de 2020, resultou que existe expectativa fundada de recuperação dos activos por impostos diferidos registados antes do respectivo prazo de caducidade.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe de Caixa e Equivalentes de Caixa era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Caixa	-	-
Depósitos bancários	21 122 801	386 696
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	21 122 801	386 696

Na rubrica Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional nos Fluxos de caixa, destacamos os valores recebidos relativos a cessões de crédito ocorridas em 2019 e recebidas em 2020 no valor 1.406 mil euros

9. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 o Capital Social está representado por 250.000.000 acções ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1€.

No período findo em 31 de Dezembro de 2020, a Sonae Capital SGPS, S.A. detém 3 212 789 acções próprias, representativas de 1,285% do capital social (3 670 823 acções em 31 de Dezembro de 2019), registadas por 1 021 930€ (1 105 573€ em 31 de Dezembro de 2019) (Nota 10).

10. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe de Outras Reservas era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Reservas legais	11 168 206	11 054 292
Reservas livres	137 892 275	135 544 223
Reserva – cisão **	132 636 906	132 636 906
Reserva - acções próprias	1 021 930	1 105 573
	282 719 317	280 340 993

** em 31 de Dezembro de 2019 esta rubrica inclui ajustamento da aplicação da IFRS 16 no montante de -1 346,95 euro.

Reservas Livres: Estas reservas resultam da transferência dos resultados positivos apurados nos exercícios transitados e podem ser distribuídas aos accionistas desde que não sejam necessárias para cobrir perdas.

O valor global da reserva de cisão (Nota 1), corresponde ao diferencial entre o valor contabilístico da participação na SC, SGPS, SA (382.638.253€) que foi destacado da Sonae, SGPS, SA para a Sociedade e o valor do capital social da Sociedade (250.000.000€) a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não

SONAE CAPITAL

pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

Reserva Legal: De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de Dezembro de 2020 o valor desta rubrica ascende a 11.168.206 € (Dezembro 2019: 11.054.292€).

Reserva acções próprias: Esta reserva, constituída nos termos do artº 342 do CSC, é de igual montante ao valor das acções próprias detidas pela sociedade, sendo indisponível enquanto as mesmas estiverem na posse da sociedade.

Conforme deliberado em Assembleia Geral Anual de accionistas, realizada em 29 de Abril de 2020, os resultados gerados em 2019 tiveram a seguinte aplicação:

Reserva Legal:	113.914,74 euros
Reserva Livre:	<u>2.164.380,08 euros</u>
	2.278.294,82 euros

11. EMPRÉSTIMOS E PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Capital SGPS - papel comercial a)	-	-	8 900 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial b)	13 000 000	-	-	17 500 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial c)	10 000 000	-	10 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial d)	2 000 000	4 000 000	2 000 000	6 000 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial e)	16 000 000	-	33 800 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial f)	-	8 250 000	-	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial g)	15 000 000	-	-	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial h)	20 000 000	-	-	-
Custos de emissão ainda não amortizados	-	(10 201)	-	(16 363)
	76 000 000	12 239 799	54 700 000	23 483 637
Descobertos bancários (Nota 8)	-	-	-	-
	76 000 000	12 239 799	54 700 000	23 483 637
Empréstimos por Obrigações				
Obrigações Sonae Capital 2016/2021 i)	15 000 000	-	-	15 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2024 j)	-	15 000 000	-	15 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2026 k)	2 000 000	13 000 000	2 000 000	13 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2024 II l)	-	12 500 000	-	12 500 000
Obrigações Sonae Capital 2020/2024 m)	-	15 000 000	-	-

SONAE CAPITAL

Custos de emissão ainda não amortizados	-	(357 400)	-	(407 013)
	17 000 000	55 142 600	2 000 000	55 092 987
	93 000 000	67 382 399	56 700 000	78 576 624

- a) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 04 de Janeiro de 2017 com renovações anuais, salvo denúncia de qualquer uma das partes.
- b) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição, iniciado em 29 de Setembro de 2017 e válido até Setembro de 2021.
- c) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 30 de Junho de 2017 com renovações anuais, salvo denúncia de qualquer uma das partes.
- d) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 24 de Fevereiro de 2017, válido até Fevereiro de 2023, com amortizações semestrais a partir de 2019.
- e) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, sem garantia de subscrição, iniciado em 20 de Dezembro de 2017 com renovações anuais. Emissões colocadas junto de investidores institucionais.
- f) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 31 de Dezembro de 2013, válido até Fevereiro de 2024, com amortizações anuais a partir de 2022.
- g) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 17 de Abril de 2020, válido até Abril de 2021.
- h) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 28 de Maio de 2020, válido até Maio de 2021.
- i) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2016/2021 no valor de 15.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 29/Julho/2021. As obrigações vencem juros semestralmente.
- j) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2024 no valor de 15.000.000 euros reembolsável no 8º e 10º cupões, com fim em 26/Junho/2024. As obrigações vencem juros semestralmente.
- k) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2026 no valor de 15.000.000 euros reembolsável em prestações anuais a partir do 2º cupão, inclusive, com fim em 28/Junho/2026. As obrigações vencem juros semestralmente.
- l) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2024 II no valor de 12.500.000 euros reembolsável numa única prestação em 08/Agosto/2024. As obrigações vencem juros semestralmente.
- m) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2020/2024 no valor de 15.000.000 euros reembolsável numa única prestação em 20 de Março de 2024. As obrigações vencem juros semestralmente.

A taxa de juro dos empréstimos bancários e obrigacionistas em vigor a 31 de Dezembro de 2020 era em média cerca de 1,18%.

Os empréstimos bancários mencionados vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor do respetivo prazo de cada emissão.

O valor nominal dos empréstimos e a estimativa do valor nominal dos juros a liquidar, apresentam as seguintes maturidades:

SONAE CAPITAL

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	93 000 000	(1 504 485)	56 700 000	(1 167 322)
N+2	6 750 000	(839 323)	36 500 000	(1 033 958)
N+3	11 750 000	(711 823)	4 000 000	(576 424)
N+4	42 250 000	(466 455)	9 000 000	(495 174)
N+5	2 000 000	(75 694)	24 500 000	(355 764)
Após N+5	5 000 000	(31 597)	5 000 000	(69 375)
	160 750 000	(3 629 378)	135 700 000	(3 698 017)

À data de 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as linhas de crédito podem ser resumidas como segue:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Compromissos		Compromissos	
	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano
Montante de linhas disponíveis	(19 250 000)	(40 000 000)	(14 250 000)	(29 250 000)
Montante de linhas contratadas	(79 250 000)	(52 250 000)	(36 250 000)	(60 250 000)

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a reconciliação dos passivos cujos fluxos afectam as actividades de financiamento, são detalhadas da seguinte forma.

	31/dez/19	Numerário		Não numerário		31/dez/20
		Recebimentos	Pagamentos	Custos amortizado	Transferências	
Empréstimos não correntes	78 576 624	23 250 000	(6 500 000)	55 775	(28 000 000)	67 382 399
Empréstimos correntes (Nota 12)	57 578 000	35 000 000	(26 712 939)	-	28 000 000	93 865 061
	136 154 624	58 250 000	(33 212 939)	55 775	-	161 247 459

12. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
<u>Outras dívidas a terceiros:</u>		
Empréstimos obtidos	865 061	878 000
Outros credores diversos	325 400	1 318 727
	1 190 460	2 196 727

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de empréstimos obtidos diz respeito a operações financeiras obtidas pelas seguintes empresas do grupo:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Inparvi, SGPS, S.A.	865 061	878 000
	865 061	878 000

Os empréstimos recebidos de empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2020 era, em média, cerca de 0,050%.

Na rubrica outros credores diversos, estão incluídos 5.805€ (2019: 1.300.845€) relativos às estimativas de IRC transferidos das subsidiárias, por força da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades. (Nota 22).

13. FORNECEDORES, ESTADO, OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores	221 527	-	166 515	-
Estado e outros entes publicos - imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
Estado e outros entes publicos - outros impostos	85 516	-	69 475	-
Outros passivos correntes				
Acréscimos de custos:				
Remunerações a liquidar	526 768	229 197	825 350	158 790
Juros a liquidar	148 326	-	237 780	-
Outros acréscimos de custos	73 658	-	88 010	-
Proveitos diferidos	6 199	-	17 210	-
	754 951	229 197	1 168 350	158 790

Em 31 de Dezembro de 2020, as rubricas Fornecedores e Outros acréscimos de custos incluem saldos com entidades relacionadas no montante de 114.709€ e 33.333€ respectivamente (2019: 101 032€ e 50.023€) (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica Juros a liquidar apresentava o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Juros a liquidar:		
Empréstimos bancários	148 102	237 757
Empréstimos empresas do grupo	224	24
	148 326	237 780

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica Estado e Outros entes públicos – outros impostos apresentava o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Estado e outros entes publicos - Imposto s/ o rendtº		
Pagamentos por conta	-	-
Estimativa de IRC	-	-
	-	-
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Retenção de impostos sobre rendimentos	45 400	31 611
Imposto sobre o valor acrescentado (iva)	135	9 269
Contribuições para a segurança social	38 968	28 595
Outras tributações	1 014	-
	85 516	69 475

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Rendas e alugueres	(6 970)	(6 844)
Seguros	(35 248)	(45 668)
Deslocações e estadas	(9 158)	(22 123)
Trabalhos especializados	(1 827 575)	(1 217 654)
Outros fornecimentos e serviços	(83 205)	(68 808)
	(1 962 155)	(1 361 096)

Na rubrica Trabalhos especializados destacam-se os valores relativos serços de consultadoria prestados pelo Haitong Bank no valor total de 467 400€ (2019: 0€) bem como a rubrica Fee de serviços partilhados com o valor de 226.675€ (2019: 226.675) e à rubrica custos com a Holding com o valor de 758.847€ (2019: 758.847€), debitados pela participada SC Sociedade de Consultadoria, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos incluía transacções com entidades relacionadas no montante 1.099.756€ (2019: 1.110.540€).

15. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o detalhe dos Custos com o Pessoal era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Remunerações dos órgãos sociais	(1 328 748)	(1 111 332)
Remunerações do pessoal	-	(46 379)
Encargos sobre remunerações	(192 951)	(178 409)
Outros custos com o pessoal	(30 815)	(26 964)
	(1 552 513)	(1 363 086)

16. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019, o detalhe dos Resultados Financeiros era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Custos e perdas financeiras		
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(567 161)	(495 289)
Relativos a obrigações não convertíveis	(1 092 792)	(1 291 113)
Outros	(875)	(8 785)
Outros custos e perdas financeiras	(876 635)	(927 488)
	<u>(2 537 462)</u>	<u>(2 722 675)</u>
Proveitos e ganhos financeiros	-	-
Juros obtidos	7 653 105	9 269 993
	<u>7 653 105</u>	<u>9 269 993</u>
Resultados financeiros	5 115 643	6 547 317

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o montante registado em Juros suportados – outros refere-se na sua totalidade a juros suportados com empréstimos correntes obtidos de empresas do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o montante registado em Juros obtidos é relativo a juros de empréstimos concedidos a empresas do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o valor registado em Outros custos e perdas financeiras refere-se a comissões suportadas com a montagem e gestão de empréstimos bancários e obrigacionistas.

17. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019, o detalhe dos Resultados Relativos a Investimentos era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Reversão e perdas imp. investimentos financeiros (Nota 4.1 e 5)	(24 268 294)	(26 500 000)
Dividendos obtidos	3 354 495	37 076 131
Perdas em Inv. Financeiros	(7 023 000)	(16 924 370)
Outros rendimentos e ganhos Investimentos financeiros	1 862 820	1 876 778
Resultados relativos a investimentos	(26 073 979)	(4 471 460)

Em 31 de Dezembro de 2020, o montante registado na rubrica «Outros rendimentos e ganhos de Investimentos financeiros», respeita a rendimentos obtidos com investimentos e fundos imobiliários.

Conforme referido na nota 4.1, os investimentos financeiros foram objecto de avaliações. Na sequência desta análise foram registados os seguintes ajustamentos nos investimentos financeiros:

SONAE CAPITAL

	Partes de capital	Suprimentos	Total
SC Assets, SGPS, S.A.	(1 960 000)	(6 303 477)	(8 263 477)
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	(307 918)	-	(307 918)
SC Finance BV	(6 730 933)	-	(6 730 933)
SC, Industrials, SGPS, S.A.	<u>(4 000 000)</u>	<u>(4 965 966)</u>	<u>(8 965 966)</u>
	(12 998 851)	(11 269 443)	(24 268 294)

O montante registo na rubrica Perdas em Investimentos Financeiros referem-se na sua totalidade à correcção de preço de venda da participada Race SGPS, SA.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 o montante de dividendos obtidos respeita a dividendos distribuídos pelas seguintes participadas (Nota 22):

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Lidergraf, SA	-	73 556
SC Industrials SGPS, SA	-	12 147 100
Troiareort SGPS SA	-	21 253 140
Capwatt, SA	3.354.495	3 602 335
	<u>3.354.495</u>	<u>37 076 131</u>

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019, o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Proveitos Operacionais		
Outros proveitos supl.- Comissões fianças	48 256	50 925
Outros	5 963	900
	<u>54 219</u>	<u>51 825</u>
Outros gastos e perdas		
Impostos indirectos	(29 542)	(22 277)
Outros	(9 784)	(27 500)
	<u>(39 326)</u>	<u>(49 777)</u>

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019, o detalhe do Imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Imposto corrente (Nota 6)	1 342 439	5 333 230
Imposto diferido (Nota 7)	-	(2 380 000)
	<u>1 342 439</u>	<u>2 953 230</u>

De acordo com o mencionado na Nota 6, a Sonae Capital SGPS SA é tributada em sede de IRC pelo regime RETGS.

19.1. RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DE IMPOSTO

A reconciliação do resultado antes de imposto do exercício, com o imposto sobre o rendimento do exercício, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Valor incidência	Valor imposto	Valor incidência	Valor imposto
Resultados antes de impostos (1)	(24 487 832)		(674 935)	
Imposto apurado	taxa de imposto 21%	5 142 445	21%	141 736
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável:				
Reversão de perdas de imparidade (Nota 18)	-	-	(6 500 000)	1 365 000
Dividendos (Nota 18)	(3 354 495)	704 444	(37 076 131)	7 785 988
Pagamento baseado em acções	39 629	(8 322)	(258 433)	54 271
Perdas por imparidade (Nota 18)	24 268 294	(5 096 342)	33 000 000	(6 930 000)
(Ganhos) / perdas invest Financeiros	7 023 000	(1 474 830)	16 688 930	(3 504 675)
Outros	(1 077)	226	1 682	(353)
Dedução perdas fiscais	511	(107)	573	(120)
Economia de Imposto (RETGS)		2 193 257		6 615 969
Derrama Municipal e Estadual		(111 961)		(188 213)
Tributação autónoma		(6 370)		(6 372)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos		-		(2 380 000)
Imposto sobre o rendimento (2)		1 342 439		2 953 230
Taxa efectiva		N/A		N/A

20. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	(23 145 394)	2 278 295
Efeito das acções potenciais	-	-
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	(23 145 394)	2 278 295
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	246 674 271	246 222 292
Resultado por acção (básico e diluído)	(0,0938)	0,0093

21. PARTES RELACIONADAS

Os Saldos e as Transacções com entidades relacionadas, durante o exercício de 2020 e de 2019, podem ser detalhados como segue:

	Custos suportados (Notas 14 e 16)		Proveitos obtidos (Notas 16,17 e 18)	
	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Transacções				
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	1 100 639	1 119 327	11 046 732	46 397 049
	1 100 639	1 119 327	11 046 732	46 397 049
	Contas a pagar (Notas 12 e 13)		Contas a receber (Nota 6)	
	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Saldos				
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	147 644	1 451 901	62 765	7 077 272
	147 644	1 451 901	62 765	7 077 272
	Empréstimos Obtidos (Nota 12)		Empréstimos Concedidos (Notas 5 e 6)	
	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Saldos				
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	865 500	878 000	413 441 741	405 888 842
	865 500	878 000	413 441 741	405 888 842

Em proveitos obtidos, em 2020, estão incluídos os dividendos recebidos de empresas do grupo no valor de 3.354.495 eur. (Nota 17).

22. RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os recebimentos e pagamentos de Investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

	31 Dezembro 2020		31 Dezembro 2019	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
SC Assets, S.G.P.S., S.A.	-	1 960 000	-	13 026 069
Capwatt, SA	-	6 500 000	-	16 500 000
SC Industrials, S.G.P.S., S.A.	-	500 000	-	778 524
SC Fitness, SA	-	-	-	25 653 590
Terceiros	1 359 756	-	7 622 838	3 656
	1 359 756	8 960 000	7 622 838	55 961 839

23. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Artº 5º nº 4 do Decreto-Lei nº 495/88 de 30 de Dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de Dezembro.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram celebrados contratos de suprimentos com as empresas SC Fitness, SA, SC Industrials, SGPS, SA, Troiaresort SGPS, SA, SC Hospitality SA, SC Finance BV e Capwatt SA

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram celebrados contratos de operações financeiras com as empresas:

SONAE CAPITAL

2NDROOM-EXP.HOTEL., S.A.	Imoresort-Soc.Imobili., S.A.	TULIPAMAR-Expl.Hot.Im. S.A.
Adira - Metal Forming Solutions, S.A.	Imosedas-Imob.Serviços, S.A.	UP INVEST, SGPS, S.A.
Aqualuz Tróia-Expl.Hoteleira e Imob., S.A.	Implantação-Imobiliár., S.A.	Urban Fit Maia - Gestão de Health Clubs, Lda.
AQUALUZ-Turismo Lazer Lda.	Marina de Tróia, S.A.	Urban Fit Foz - Gestão de Health Clubs, Lda.
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Porto Palácio Hotel, S.A.	Urbisedas-Imob. das Sedas, S.A.
Capwatt ACE, S.A.	Porturbe-Ed.Urbanizaç., S.A.	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imob., S.A.
Capwatt Alrota-Wind P., S.A.	Praedium - Serviços, S.A.	
Capwatt Chamusca-Bi.U. Lda.	Praedium II-Imobiliária, S.A.	
Capwatt Évora-Solar P., S.A.	Solinca Light, S.A.	
Capwatt Ferreira-So.P., S.A.	SC Assets, SGPS, S.A.	
CAPWATT SERVICES, S.A.	SC Finance B.V.	
CAPWATT MARTIM L.-S.P., S.A.	SC Fitness, S.A.	
CAPWATT, S.A.	SC Hospitality, S.A.	
Capwatt Estuário-He.U. Lda.	SC Industrials, SGPS, S.A.	
Capwatt IV-Heat P.,U. Lda.	SC, SGPS, S.A.	
Capwatt Vale Caima-H.P, S.A.	Sete e Meio Herdades-I.A.	
C.ª Térmica Tagol,Uni. Lda.	SIAF - Energia, S.A.	
Centro Resid.Maia-Urb., S.A.	SOBERANA Invest.Imobil. S.A.	
Cinclus - Imobiliária, S.A.	Solinca Classic, S.A.	
Country Club da Maia, S.A.	SOLTROIA-Socied.Imobil. S.A.	
E-FIT,UNIPESSOAL LDA.	The House Ribeira Hotel, S.A.	
Empreendimento.Im.Q.Azenha	Troiaresort, SGPS, S.A.	
IMOPENINSULA-SOC.IMOB., S.A.	Troiaresort-Invest. Turísticos, S.A.	

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2020 são as seguintes:

Suprimentos e Operações Financeiras Concedidas

Empresas	Saldo Final
CAPWATT, S.A.	90 446 000
SC Assets, SGPS, S.A.	94 558 826
SC Finance BV	6 881 400
SC Fitness, S.A.	23 793 300
SC Hospitality, S.A.	15 144 572
SC Industrials, SGPS, S.A.	29 138 000
SC SGPS, S.A.	1 567 000
Troiaresort, SGPS, S.A.	153 636 495
	415 165 592

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2020 são as seguintes:

Operações Financeiras Obtidas

Empresas	Saldo Final
Inparvi, SGPS,S.A.	865 061
	865 061

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de Dezembro de 2020 até esta data que necessitem ser divulgados

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 25 de Fevereiro de 2021.

O Contabilista Certificado

Rui Manuel Machado Morais

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Francisco de La Fuente Sanchez

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

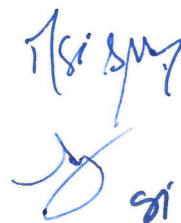
Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata

Ivone Pinho Teixeira

Pedro Manuel Bruno

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Isabel Maria Vaz



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório e parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa, a evolução da sua atividade e das suas participadas, tendo efetuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira, da auditoria interna e gestão de risco e do controlo de gestão. Mantivemos igualmente estreito contacto com o revisor oficial de contas e auditor externo que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções, o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, das empresas englobadas na consolidação, e do revisor oficial de contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação da informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da empresa, tendo recebido do revisor oficial de contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

O Conselho Fiscal verificou a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores interno e externo, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades, aprovou, com carácter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como, à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

Sendo um órgão maioritariamente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitido pelo Conselho de Administração, e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante das demonstrações financeiras em apreço foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, os balanços individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de responsabilidade

Os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante de Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Maia, 26 de fevereiro de 2021

O Conselho Fiscal



António Monteiro de Magalhães



Manuel Heleno Sismeiro



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae Capital S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 que evidencia um total de 636.413.747 euros e um total de capital próprio de 180.198.443 euros, incluindo um resultado consolidado do exercício negativo de 36.940.362 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae Capital S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

- a) Chamamos a atenção para o divulgado da nota 2.20 do anexo contendo as notas explicativas, nomeadamente no que diz respeito à maior incerteza associada aos principais julgamentos e estimativas realizadas pela Gestão, em resultado da pandemia do COVID-19.
- b) Chamamos a atenção para o divulgado nas notas 10 e 14 do anexo contendo as notas explicativas, nomeadamente ao facto do perito avaliador imobiliário concluir pela fiabilidade dos relatórios de avaliação imobiliária, apesar de considerar que existe maior incerteza na determinação do valor dos ativos devido aos efeitos extraordinários provocados pela pandemia do COVID-19.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avallamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



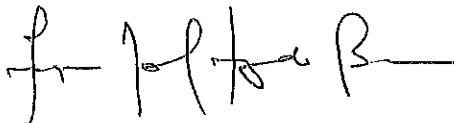
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

26 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, R.O.C.

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae Capital S.G.P.S. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 671.459.806 euros e um total de capital próprio de 508.551.994 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 23.145.394 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae Capital S.G.P.S. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal

Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

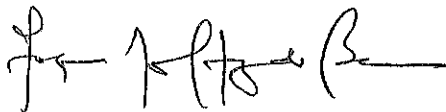
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

26 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, R.O.C.

RELATÓRIO ESG 2020
Environmental, Social, Governance

SONAE CAPITAL

